

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciência Política**

## **OS CONTRASTES DA MUNDIALIZAÇÃO**

**A economia como instrumento de poder em um sistema internacional excludente**

**Aluno:** João Sette Whitaker Ferreira

**Orientador:** Professor Doutor Leonel Itaussu Almeida Mello

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política  
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,  
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para  
a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

São Paulo, dezembro de 1997

Esta dissertação se pretende modesta e é certamente limitada. Mas foi fruto de muito trabalho e intensa dedicação. Em todos os momentos, do início aos últimos dias, o exemplo de muitas pessoas amigas me animou nesta empreitada, e a elas ofereço este trabalho: minha avó, Hermantina, que aos 93 anos vê o mundo com a sabedoria e a sensibilidade crítica de quem já presenciou tantos momentos da nossa história; Luciana, que vê o mundo comigo, no amor e companheirismo do dia a dia; meus pais e minhas irmãs, com quem vivi tantas coisas, e que sempre serão minha referência para tentar entender este mundo; meus amigos professores de Taubaté, que me ajudaram a reencontrar o sentido da minha profissão e a ter certeza que esta tese também pode ser Arquitetura; e enfim o meu xarazinho João, que veio e se foi tão rápido deste mundo, mas que passou sua vida nos ensinando a preciosidade de se lutar por ela, e que hoje protege meus amigos Luciana e Luis.

*"Alguma coisa está fora da ordem; fora da nova ordem mundial".*

Caetano Veloso

*"A complexidade da posição do arquiteto e do urbanista é extrema mas apaixonante, desde que eles levem em conta suas responsabilidades estéticas, éticas e políticas. ... Ou a humanidade, através deles, reinventará seu devir urbano, ou será condenada a perecer sob o peso de seu próprio imobilismo, que ameaça atualmente torná-la impotente face aos extraordinários desafios com os quais a história a confronta".*

Félix Guattari

## AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado é resultado de um caminho longo, repleto de obstáculos e dúvidas. Nesse percurso, a presença, a compreensão, o apoio e os conselhos dos amigos são tão importantes que sem eles o trabalho dificilmente teria chegado ao fim. Agradeço a todos que, em algum momento e as vezes por poucos minutos, compartilharam as minhas preocupações e não raramente apontaram com suas reflexões saídas para impasses que me pareciam intransponíveis. No dia-a-dia de trabalho, a compreensão e paciência da Lu foram um belo exemplo de amor. A atenção da minha família foi imprescindível, e agradeço especialmente ao meu pai pela leitura envolvida e criteriosa que fez da primeira versão deste trabalho. Agradeço a minha amiga Gabriela, aluna como eu neste departamento, e minha referência desde que ingressei, meio desorientado, no mundo da Ciência Política. Agradeço ao Mauro pela ajuda na digitalização da capa. A disponibilidade do Fernando Sampaio em atender-me ao telefone para tirar dúvidas de economia foi imprescindível. Nessa mesma área, sou especialmente grato ao amigo Guilherme Delgado, economista do IPEA, por ter aceito ler o texto original desta dissertação, e pelos conselhos que resultaram na reestruturação de todo um capítulo. Agradeço também aos professores que participaram da minha qualificação, Prof. Dr. Gabriel Cohn, pelas observações construtivas, e Prof. Dr. Paul Singer, que pelo grau de ceticismo em relação à tese central deste trabalho me obrigou a ler ainda mais para ter certeza do embasamento das minhas idéias.

Meus amigos professores da UNITAU, muitos deles trilhando o mesmo caminho da pós-graduação, compartilharam as mesmas ansiedades e me ajudaram a superar, em animadas conversas em bares de Taubaté, momentos de pouca motivação. Agradeço especialmente ao Joel e ao Wagner a compreensão e paciência demonstrada ao assumir por tantas vezes as tarefas que a mim cabiam na nossa disciplina e que a pressa do mestrado me impedia de realizar. Ao Paulo Romano, agradeço também o tempo que lhe tomei ao pedir a leitura do texto original, que sabia que seria eficiente e crítica. Ao Celso a disponibilidade para me ajudar a vencer o scanner. Aos meus alunos, com quem aprendo tanto, agradeço o carinho com que sempre me brindam.

Não poderia deixar de ressaltar a importância da bolsa recebida da CAPES nos trinta primeiros meses deste trabalho.

Por fim, mas como diriam os americanos, *last but not least*, devo um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello, que soube mostrar-me o caminho a tomar sempre que precisei, ao mesmo tempo que me incentivava a seguir firme em minhas idéias, encampando o meu trabalho sempre que necessário.

Por mais que a contribuição de todas estas pessoas tenha sido fundamental para o resultado deste trabalho, devo ressaltar que cabe a mim toda a responsabilidade por suas imperfeições.

Esta versão da dissertação, de paginação mais compacta e destinada aos amigos que mostraram interesse em sua leitura, foi feita após a defesa final da dissertação, na qual obtive aprovação com distinção. Aproveito então para agradecer meu orientador e os professores da banca, Prof. Dr. Gabriel Cohn e Prof. Dr. Plínio Arruda Sampaio Jr., pela verdadeira aula em que transformaram a arguição e pelo proveitoso debate que criaram, tornando a defesa muito mais um momento de reflexão coletiva do que o tradicional ritual acadêmico que nós alunos normalmente tanto tememos.

## Resumo

O que se entende por “globalização”? Um processo de transformações na estrutura do sistema econômico mundial, decorrentes das inovações tecnológicas alcançadas no campo da informática. Nessa nova estrutura, as grandes corporações internacionais passaram a ter um papel cada vez mais preponderante. A tal ponto que muitos autores vislumbram uma substituição paulatina do papel dos Estados nacionais na organização do sistema mundial, por essas grandes corporações.

Até que ponto pode-se afirmar que os Estados nacionais estão sendo relegados a um papel secundário nas Relações Internacionais? Estudando a estrutura das empresas transnacionais, verifica-se seu alto grau de dependência, apesar das aparências em contrário, com as nações a que pertencem. O prisma teórico realista permite levantar a hipótese de que, ao contrário do que se costuma ouvir, as empresas transnacionais podem não estar se sobrepondo aos Estados nacionais, mas sim tornando-se o instrumento que esses Estados têm na tradicional disputa pelo poder dentro do sistema internacional.

Quais as possíveis relações entre essa hipótese e a reviravolta política que representou o esfacelamento das economias planificadas do leste europeu? Em um mundo onde as relações econômicas se tornaram instrumento de poder, pode-se dizer que a queda da União Soviética significou a vitória do modelo econômico liberal, mais do que uma vitória de caráter político. Existe por parte de alguns pensadores a tentativa clara de associar o fim do mundo soviético ao avanço inexorável da “economia-mundo capitalista”.

Essa “economia-mundo capitalista”, enquanto modelo que tenta tornar-se hegemônico na organização das Relações Internacionais, é estruturalmente excludente, assim como sempre foi o sistema capitalista de acumulação. Essa exclusão se dá em função de uma polarização entre aqueles que se beneficiam e aqueles que são prejudicados pelo sistema. E no contexto das relações internacionais, essa polarização ocorre entre os países mais bem estruturados economicamente e os menos estruturados. Ou ainda entre o Norte e o Sul. Nesse sentido, existe uma bem montada estrutura de difusão, por parte dos países do Norte, do modelo liberal enquanto modelo único, universal, e portador de valores modernizantes inquestionáveis para o conjunto do mundo subdesenvolvido.

O Brasil vem adotando, desde o início dos anos 90, um modelo de desenvolvimento que se integra perfeitamente a esse discurso da globalização econômica. O efeito dessa expansão da economia-mundo capitalista é devastador, principalmente no que tange à acentuação da miséria e da concentração da renda. Esse modelo não se adequa portanto ao que chamamos de “desenvolvimento incluyente”. Enfim, o mundo parece perpetuar um modelo baseado no eterno “equilíbrio da desigualdade”. Os instrumentos postos em prática pelos países que detêm a hegemonia do poder mundial, para manter o *status-quo* polarizador do sistema, transcendem o âmbito econômico e são de ordem político, cultural e até militar. O conjunto desses elementos constitui o que chamamos de “mundialização”.

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO 1: O QUE SE ENTENDE POR “GLOBALIZAÇÃO”?</b>	<b>6</b>
DA GLOBALIZAÇÃO MERCANTILISTA AOS DIAS DE HOJE: O QUE MUDOU ?	6
A GLOBALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO ECONÔMICO: ALGUNS ENFOQUES SOBRE O TEMA.	7
AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE AS COMUNICAÇÕES, A PRODUÇÃO, OS TRANSPORTES E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.	9
AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA MUNDIAL: TRANSNACIONALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL.	12
<b>CAPÍTULO 2: GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ESTADOS NACIONAIS: A ECONOMIA COMO FATOR DE PODER</b>	<b>17</b>
O PAPEL DOS ESTADOS NACIONAIS E O FORTALECIMENTO DAS GRANDES CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS	17
AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS COMO INSTRUMENTOS DOS ESTADOS NACIONAIS ?	20
A ECONOMIA COMO FATOR DETERMINANTE DE PODER: UMA ABORDAGEM REALISTA	24
<b>CAPÍTULO 3: O FIM DA GUERRA FRIA E A “VITÓRIA” DO LIBERALISMO</b>	<b>25</b>
O FIM DA GUERRA FRIA: UMA MUDANÇA DO PARADIGMA POLÍTICO PARA O PARADIGMA ECONÔMICO ?	25
OS PENSADORES MARXISTAS E O CONCEITO DE “ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA”	29
HUNTINGTON E FUKUYAMA: A ACEITAÇÃO IMPLÍCITA DA “VITÓRIA” DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA	31
<b>CAPÍTULO 4: A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: POLARIZAÇÃO NORTE-SUL E DIFUSÃO DO “PENSAMENTO ÚNICO”</b>	<b>39</b>
UM SISTEMA MUNDIAL EXCLUDENTE	39
A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES NORTE -SUL QUE NORTE CONTRA QUE SUL ?	43
A ECONOMIA COMO INSTRUMENTO DE PODER NAS RELAÇÕES NORTE-SUL: A EXPANSÃO DE UM MODELO LIBERAL UNIVERSALIZANTE	47
<b>CAPÍTULO 5: O MODELO LIBERAL DE EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA. E SUA ADOÇÃO PELOS PAÍSES DO SUL.</b>	<b>53</b>
O “PENSAMENTO ÚNICO” COMO UM MODELO QUE VAI ALÉM DA RECEITA ECONÔMICA, E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL.	53
OS RESULTADOS DO MODELO: CONCENTRAÇÃO DE RENDA E MISÉRIA.	
A NECESSIDADE DE UM “DESENVOLVIMENTO INCLUDENTE”.	58
A “COMPRADORIZAÇÃO” DO SUL	61
O MODELO LIBERAL ATENDE ÀS NECESSIDADES DO SUL ?	62
O SALDO NEGATIVO DA POBREZA MUNDIAL: O LADO NEGRO DO MODELO LIBERAL	67
DESMISTIFICANDO O SUCESSO “LIBERAL” NO CHILE E NO SUDESTE ASIÁTICO	68
O EQUILÍBRIO DA DESIGUALDADE E A POLARIZAÇÃO NORTE/SUL	70
GLOBALIZAÇÃO OU MUNDIALIZAÇÃO ?	74
<b>CAPÍTULO 6: MEIO AMBIENTE E BIOTECNOLOGIA</b>	<b>76</b>
UM PROBLEMA GLOBAL	76
O “EQUILÍBRIO DA DESIGUALDADE” APLICADO À QUESTÃO AMBIENTAL	80
A PRETENDIDA “SOLUÇÃO”: O “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” COM “TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA”	81
A ECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: RESERVAS NATURAIS E BIOTECNOLOGIA	83
<b>CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>86</b>
BLAIR, JOSPIN, CÁRDENAS E SUBCOMANDANTE MARCOS: EXEMPLOS DE RESISTÊNCIA ?	86
AS AÇÕES “COMPRADORIZADAS” DO SUL	87
AS DIFERENTES ANÁLISES SOBRE O FUTURO: MAIS PERGUNTAS DO QUE RESPOSTAS	87
O QUE CONCLUIR ?	90
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>92</b>
1. LIVROS	92
2. ARTIGOS	94

3. TESES E PAPERS	3
4. DOCUMENTOS OFICIAIS	97

## INTRODUÇÃO

Minha preocupação em estudar o fenômeno da globalização está diretamente ligada à minha formação como arquiteto e economista. De fato, durante meus estudos de graduação, interessei-me especialmente por um tema que muito aproxima as duas disciplinas, a saber, a cidade e o estudo dos seus processos de transformação. Diante das enormes mudanças pelas quais passa o mundo hoje, percebi que a cidade, e mais precisamente as grandes metrópoles, eram o espaço geográfico privilegiado para os efeitos do que se acostumou chamar de “globalização”. Tal termo surgiu na mídia e nas discussões teóricas, no início dos anos 90, como uma explicação quase indiscutível de todas as transformações de ordem tecnológica, econômica, política e cultural que começavam então a tornar-se cada vez mais visíveis.

Assim, ficou claro para mim que se quisesse entender, como urbanista, a dinâmica das cidades contemporâneas, e mais especialmente das metrópoles brasileiras, deveria antes de mais nada tentar sobre responder à pergunta: o que é a “globalização”, e como o Brasil se insere nesse processo?. Entendi também que o fenômeno da globalização era (e ainda é) extremamente amplo, de caráter transdisciplinar. Em outras palavras, percebi que a abordagem do urbanismo não seria suficiente para entender a magnitude do processo, assim como não seria suficiente uma abordagem exclusivamente econômica, ou ainda sociológica. Mais do que isso, observei que a globalização, mesmo se entendida comumente como um fenômeno essencialmente econômico, estava interferindo diretamente nas relações intra e inter-Estados, e mais especialmente na reorganização do sistema das Relações Internacionais. Essas foram as razões que me levaram ao campo da Ciência Política, no intuito de tentar entender o significado do fenômeno da globalização, com base numa leitura a mais ampla possível, que incorporasse a discussão política sobre o papel dos Estados nacionais nesse processo. A questão urbana ficou em compasso de espera, para ser retomada talvez no âmbito de um doutorado. Antes disso, encontrei na reflexão política e econômica das relações internacionais um prisma de leitura que me permitiu conseguir algumas respostas para o entendimento da globalização, que passei a chamar (veremos o porquê no capítulo 5), de “mundialização”.

O objetivo deste trabalho não é, portanto, propositivo. O que me proponho a fazer é tentar tecer uma sistematização de alguns pontos de vista que existem sobre o fenômeno da mundialização, sem pretender, porém, apresentar uma análise exaustiva de cada autor que tenha se debruçado sobre o tema, pois isso certamente seria por demais longo para uma dissertação de mestrado, e certamente, acima da minha capacidade. O que pretendo é apresentar um painel geral sobre o fenômeno, um ensaio de leitura numa ótica multi-disciplinar, mais adequada à minha formação, para tentarmos entender onde estamos situados. Pretendo, em outras palavras, suscitar um debate conceitual sobre uma tema que, a meu ver, por estar por demais ideologizado, não está sendo debatido. E nesse debate pretendo apresentar uma hipótese básica: a de que, da maneira como se coloca, o contexto histórico da mundialização tem sido extremamente adverso para os países em desenvolvimento, como por exemplo o Brasil.

Talvez se possa argumentar, ao ler esta dissertação, que se fala de tudo um pouco, sem entretanto aprofundar alguns pontos importantes. Não será, certamente, uma simples impressão. Esse foi sem dúvida o preço a pagar pela escolha de se abordar o estudo da mundialização a partir de uma ótica a mais ampla possível, tentando cobrir a extensa gama de áreas de conhecimento que esse processo abarca. Por outro lado, essa é certamente a única maneira de tentar entendê-lo por completo.

Como já foi dito, este trabalho parte da suposição clara de que o atual modelo de ordenação mundial em nada favorece os países chamados do “Terceiro Mundo”. Por isso a análise a que me proponho não deixará de considerar prioritariamente o enfoque dos países subdesenvolvidos, e em especial do Brasil. Acreditando na função essencial da universidade em contribuir para o pensamento transformador da nação, não teria sentido para mim distanciar-me do objeto de trabalho que constitui o Brasil. Assim, mesmo que modestamente, este trabalho poderá somar-se de alguma maneira à reflexão sobre um futuro melhor para o país.

No capítulo 1 tentaremos definir, para partirmos de uma referência conceitual comum, o que se entende por “globalização”. Veremos que esse conceito é entendido, por um grande número de autores, como um processo de transformações na estrutura do sistema econômico mundial, decorrentes das inovações tecnológicas alcançadas no campo da informática, que por sua vez foram responsáveis por mudanças nos campos das comunicações, dos transportes e da produção. Nessa nova estrutura do sistema econômico mundial, as grandes corporações internacionais, sejam elas industriais, comerciais ou financeiras, passaram a ter um papel cada vez mais preponderante. A tal ponto que muitos autores vislumbraram nesse processo uma substituição paulatina do papel dos Estados nacionais na organização do sistema mundial, pelas corporações transnacionais emergentes.

Essa questão será então debatida no capítulo 2, no qual analisaremos até que ponto pode-se afirmar ou não que os Estados nacionais estão sendo relegados a um papel secundário nas Relações Internacionais. Primeiramente, analisaremos algumas correntes teóricas e suas respostas para a questão. Em seguida, estudaremos mais detalhadamente a estrutura das empresas transnacionais, verificando seu alto grau de dependência, apesar das aparências em contrário, com as nações a que pertencem. Por fim, veremos que a adoção de um prisma teórico realista permite levantar a hipótese de que, ao contrário do que se costuma ouvir, as empresas transnacionais podem não estar se sobrepondo aos Estados nacionais, mas sim tornando-se o instrumento que esses Estados têm na tradicional disputa pelo poder dentro do sistema internacional. Em outras palavras, poderemos supor que houve uma mudança nos paradigmas que regulam as relações entre Estados nacionais, não sendo mais as armas o instrumento de poder mais eficaz mas sim a economia, sendo ainda os Estados nacionais os atores-chave do sistema das relações internacionais.



O capítulo 3 servirá para analisar as possíveis relações entre a hipótese levantada no capítulo anterior e a reviravolta política que representou o esfacelamento das economias planificadas do leste europeu. Ou seja, em um mundo onde as relações econômicas se tornaram instrumento de poder, pode-se dizer que a queda da União Soviética significou a vitória do modelo econômico liberal, mais do que uma vitória de caráter político? Veremos que a noção marxista de “economia-mundo” deixa supor que sim, e que existe por parte de alguns pensadores de certo renome a tentativa clara de associar o fim do mundo soviético ao avanço inexorável da “economia-mundo capitalista”.

O capítulo 4 servirá para estudar a “economia-mundo capitalista”, enquanto modelo que tenta tornar-se hegemônico na organização das Relações Internacionais. Veremos então que se trata de um sistema estruturalmente excludente, assim como sempre foi o sistema capitalista de acumulação. Essa exclusão se dá em função de uma polarização entre aqueles que se beneficiam e aqueles que são prejudicados pelo sistema. E no contexto das relações internacionais, em que defendemos a importância ainda intacta dos Estados nacionais, e no qual a economia passou a ser o elemento determinante na constituição do poder, ficará evidente que a polarização de que falamos se dará entre os países mais bem estruturados economicamente e os menos estruturados. Em outras palavras, entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Ou ainda entre o Norte e o Sul. Nesse sentido, observaremos ainda nesse capítulo que existe uma bem montada estrutura de difusão, por parte dos países do Norte, do modelo liberal enquanto modelo único, universal, e portador de valores modernizantes inquestionáveis para o conjunto do mundo subdesenvolvido.

O capítulo 5 se propõe a analisar o efeito desse modelo de expansão da economia-mundo capitalista sobre os países do Sul, e mais especificamente sobre o Brasil. Para isso, tentaremos mostrar primeiramente que o Brasil vem adotando, desde o início dos anos 90, um modelo de desenvolvimento que se integra perfeitamente ao discurso da globalização econômica. Veremos que os efeitos desse modelo são devastadores, principalmente no que tange à acentuação cada vez mais drástica da miséria e da concentração da renda. Nesse sentido, concluiremos que o modelo de expansão da economia-mundo capitalista, tal qual nos é proposto pelos países industrializados, não se adequa à necessidade de um desenvolvimento voltado para a superação da miséria e da concentração da renda, que chamamos de “desenvolvimento incluyente”. Veremos enfim que o mundo parece não se interessar por esse tipo de desenvolvimento, preferindo perpetuar um modelo baseado no eterno “equilíbrio da desigualdade”. Os instrumentos postos em prática pelos países que detêm a hegemonia do poder mundial, a saber os países economicamente fortes do Norte, para manter o *status-quo* polarizador do sistema, transcendem o âmbito econômico e são de ordem político, cultural e até militar. Esse conjunto de elementos que se prestam à expansão de um modelo de organização internacional baseado na desigualdade e no poder econômico será chamado de “mundialização”.

No capítulo 6, analisaremos como a mundialização se reflete em uma das questões mais polêmicas da atualidade, a da preservação do meio ambiente. Por tratar-se de um assunto que diz respeito à preservação de um bem comum - o planeta Terra - que por sua vez é controlado por Estados nacionais supostamente soberanos sobre seus territórios, e que diz respeito também às políticas econômicas de cada nação, já que a destruição ambiental está diretamente ligada à atividade industrial, a questão ambiental reflete sobremaneira a discussão levantada nos capítulos anteriores, tornando-se um exemplo perfeito da dinâmica da ordem imperante na economia-mundo capitalista.

Enfim, tentaremos tecer, no último capítulo, algumas considerações finais. Mais para deixar perguntas no ar do que para propor respostas. O que se insere na intenção inicial deste trabalho: o de propor, antes de tudo, uma discussão sobre a qual não se tem muitas certezas.

## CAPÍTULO 1

### O QUE SE ENTENDE POR “GLOBALIZAÇÃO”?

Quais as conseqüências das transformações pelas quais passa o mundo hoje - comumente identificadas como “processo de globalização” - sobre a natureza das relações Norte-Sul? Essa será a discussão central desta dissertação. Antes de iniciá-la, porém, faz-se necessário formular parâmetros conceituais bem definidos. Para isso, tentaremos em primeiro lugar definir o que entenderemos neste trabalho por “globalização”. Esse é o intuito deste primeiro capítulo: apresentar a definição dada ao termo, tão comumente usado tanto na mídia como na literatura especializada, por alguns estudiosos do tema, e em seguida propor uma análise mais detalhada sobre o fenômeno, para podermos então iniciar o debate dos capítulos seguintes.

#### DA GLOBALIZAÇÃO MERCANTILISTA AOS DIAS DE HOJE: O QUE MUDOU?

A palavra *globalização* está na moda. Nos jornais, na televisão, é presença constante. Há seminários sobre globalização e educação, globalização e cultura, até artigos sobre globalização e culinária. Temos a impressão de que qualquer pessoa saberá dizer qual o significado de uma palavra tão familiar. Seria como querer saber o que é *hamburger* ou *lap-top*. Palavras típicas de uma nova modernidade, tão familiares para um paulistano quanto para um novaiorquino. Resta que nem sempre palavras difundidas são palavras assimiladas. E parece que *globalização* tem mil significados. Uma prova disso? Tentemos responder, em uma frase, à pergunta: o que é globalização? Com base na dificuldade de tal resposta, tentaremos definir, mesmo que seja no âmbito restrito deste trabalho, o que significa *globalização*.

Se definirmos como globalização a ampliação das relações econômicas para além das fronteiras nacionais e até continentais, devemos então admitir que esse processo já tem mais de trezentos anos. Como lembra Magnoli (1995), desde a expansão colonial européia e o conseqüente domínio das potências mercantilistas sobre os principais oceanos do globo terrestre, a partir do século XVI, pode-se considerar que o ser humano tem certo domínio da escala global.

*“Se se entende por globalização o processo pelo qual são criadas condições materiais e econômicas para a mundialização do espaço de fluxos de capital e de mercadorias, então trata-se de um movimento que está em marcha desde que as nações européias dos séculos XVI e XVII romperam o isolamento das histórias regionais”*  
(Magnoli, 1995;XX)

Autores como Braudel, Wallerstein ou Amin consideram que desde essa época começou a constituir-se o que chamaram de economia-mundo, ou sistema-mundo<sup>1</sup>. Mesmo para os que discordam dessa magnitude global associada ao mercantilismo, podemos lembrar que a fase imperialista do capitalismo industrial, que teve seu auge nas décadas de 50 a 70 deste século, caracterizou-se essencialmente por seu caráter globalizante, representado justamente pelas novas empresas multinacionais<sup>2</sup>. Se a *globalização* não é nova, por que, então, todos falam dela hoje como um fenômeno recente?

O que há de diferente hoje é que em função do aceleradíssimo avanço tecnológico da era da informática, a humanidade logrou dominar meios de comunicação de massa tão abrangentes que o processo que se vive é apreendido simultaneamente por qualquer habitante do planeta. Talvez esteja aí a explicação do porquê, ao contrário dos processos de globalização anteriores citados acima, o atual parece ser tão popular. Para ficarmos apenas no exemplo da expansão imperialista do sistema de produção capitalista, podemos verificar que tal processo se deu em uma época - as décadas de 50 a 70 - em que os meios de comunicação, mesmo que bastante avançados, não eram capazes de inundar o mundo, cotidianamente, com informações instantâneas colhidas em qualquer canto do planeta. Se os meios de comunicação de massa podiam gerar informações de alcance global e simultâneo apenas em ocasiões extraordinárias e às custas de todo um aparato tecnológico especial<sup>3</sup>, como quando da chegada do astronauta Armstrong à Lua em julho de 1969, hoje isso pode acontecer cotidianamente, como para anunciar o falecimento da princesa Diana, para mostrar um campeonato esportivo ou para que vejamos ao vivo a Guerra do Golfo. Hoje, o mundo soube na mesma hora quando um jovem *yuppie* quebrou o banco inglês *Barings* na bolsa de Hong-Kong, ou quando um carro italiano produzido no Brasil começa a ser vendido no Salão do Automóvel de Frankfurt. E para cada um desses acontecimentos, o telespectador fica sabendo que eles se devem a essa tal de globalização. Pode-se dizer que, mais do que propriamente novo, a globalização atual é um fenômeno que se caracteriza por ser conhecido por todos.

<sup>1</sup> É importante ressaltar que a visão de Braudel é de um mundo composto por um conjunto de civilizações diferentes, regidas por valores específicos (pode-se ver a esse respeito Ortiz, 1994;17). Para ele como para os outros pensadores citados, o sistema-mundo diz respeito especificamente ao sistema econômico que se expandiu com o modo de produção capitalista, iniciando-se já no mercantilismo e intensificando-se com a expansão imperialista do sistema, e sua conseqüente divisão internacional do trabalho. Mas mesmo referindo-se ao sistema capitalista - e portanto não abrangendo até os anos recentes regiões importantes do planeta-, esse conceito de sistema-mundo, ou economia-mundo segundo cada autor, é marcado pelo seu caráter supranacional, isto é, global.

<sup>2</sup> Esse caráter global do imperialismo é ainda mais perceptível para nós brasileiros, já que o processo de industrialização do país teve seu momento de intensa internacionalização, principalmente no Plano de Metas do presidente Kubitshek, quando da abertura da economia nacional não só para financiamentos externos como para a vinda e instalação no país de inúmeras multinacionais. O setor automobilístico talvez seja o melhor exemplo desse processo.

<sup>3</sup> A importância da mídia é significativa no entendimento da nova globalização. Como veremos adiante, é justamente das observações de um especialista em mídia, o professor canadense McLuhan, que nasce o pensamento que daria origem à palavra globalização.

O que foi dito acima não nos traz entretanto nenhuma resposta a respeito do que se entende hoje por globalização. Apenas ressalta que seu diferencial talvez esteja no fato de que pela primeira vez um fenômeno é identificado e difundido simultaneamente para todo mundo, dando-lhe uma universalidade nunca vista anteriormente. Para além desse aspecto, o que certamente diferencia o atual processo de globalização daqueles vistos anteriormente é sua extraordinária magnitude. Pela primeira vez observa-se um fenômeno que atinge simultaneamente e de forma avassaladora setores fundamentais para o funcionamento do mundo capitalista. A atual globalização, fruto do avanço do conhecimento humano rumo ao mundo da informática, gerou profundas transformações nos campos econômico, político e cultural. É essencialmente no âmbito das transformações econômicas, entretanto, que a globalização é tratada pela maioria dos autores que abordam o tema. Assim, antes de propormos uma caracterização mais aprofundada das transformações de que falamos, procuramos saber qual a definição de globalização na visão desses autores. Vejamos então algumas abordagens significativas sobre a questão.

#### A GLOBALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO ECONÔMICO: ALGUNS ENFOQUES SOBRE O TEMA.

A primeira impressão que temos ao estudar a bibliografia sobre a *globalização*, é de que há uma infinita gama de agrupamentos e cruzamentos teóricos que podem ser feitos, o que resulta num enorme rol de abordagens diferentes. Talvez por essa razão o sociólogo Otávio Ianni (1995) intitulou "Teorias da Globalização" um de seus trabalhos a respeito, no qual ele propõe uma sistematização dessas diferentes abordagens (alguma delas, deve ser dito, sob um prisma mais político do que econômico, assunto que trataremos no próximo capítulo)<sup>4</sup>. Dentre tantas abordagens, parece ser possível, entretanto, encontrar muitos pontos em comum.

Para o comunicólogo Armand Mattelart, da universidade francesa de Rennes, o conceito de globalização ganha importância com a intensificação das atividades mercantis e financeiras globais, permitidas pelas modernas técnicas de comunicação surgidas na última década:

*"A entronização da noção de globalização só se daria nos anos 80, sob os auspícios da geo-economia, e não da geo-política, sob a chancela do pragmatismo mercantil e não das especulações dos cientistas sociais. A ocasião para isso era ao mesmo tempo a evolução na gestão de certas multinacionais, e a globalização da esfera financeira, único setor da economia internacional a ter realizado a interconexão generalizada das suas atividades e de suas redes de informação e comunicação em tempo real. Antes do fim da década, essa visão nascida no coração do planeta das geofinanças teria impregnado o conjunto dos setores da economia"* (Mattelart, 1997; 86)

O *Groupe de Lisbonne*, grupo de reflexão composto por importantes intelectuais europeus, norte-americanos e japoneses, que se propôs a abordar o tema da globalização<sup>5</sup>, tratou de traçar a história recente do fenômeno, e encontrou definições que, em primeiro lugar, são de caráter econômico. Para eles, o mundo passou por etapas anteriores de reestruturação, identificados como os períodos de "internacionalização da economia e da sociedade", e "multinacionalização da economia e da sociedade". O primeiro momento se caracterizou pelas políticas nacionais de liberalização dos câmbios nos anos 50 (sobre as quais falaremos adiante) que visavam uma liberalização das trocas comerciais; e o segundo pelo deslocamento dos recursos, especialmente de capital mas também de mão de obra, de uma economia nacional para outra (em suma, o processo de ampliação das empresas multinacionais por meio da criação de filiais produtivas em outros países, característico dos anos 60 e 70). É interessante notar que para ambos os casos, apesar da presença do termo "e da sociedade", a explicação dessas etapas é estritamente econômica (*Groupe de Lisbonne*, 1995; pp 54 e 55). Para esses pensadores, o que diferencia a atual globalização (que chamam de mundialização) dos processos anteriores é justamente o grau de complexidade e interpenetração nas relações entre os agentes da economia internacional. Assim, definem eles a mundialização como o conjunto dos seguintes processos (e nessa ordem):

- mundialização do setor financeiro, ou seja, desregulamentação dos mercados financeiros e mobilidade internacional do capital;
- mundialização dos mercados e das estratégias, entendido como integração das atividades das empresas na escala mundial, com deslocamentos de recursos, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, divisão dos setores produtivos por áreas específicas, etc.;
- mundialização da tecnologia, que permite a criação de redes de comunicação privadas dentro dos grandes grupos econômicos;
- mundialização dos costumes e dos modelos de consumo, com reflexos sobre as culturas, e na qual se destaca o papel da mídia;
- mundialização do poder e das competências em matéria de regulamentação e autoridade, o que significa, para os autores, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a tentativa de concepção de regras que possibilitem um "governo mundial";
- unificação política planetária, que para os autores pressupõe a disposição cada vez maior dos Estados nacionais em integrar as sociedades num sistema político e econômico mundial de poder centralizado; e enfim
- mundialização de uma consciência planetária, que ressalta a tomada de consciência, especialmente pela sociedade civil, de valores como "um planeta para todos", onde deve-se incentivar uma consciência coletiva de preservação.

Por sua vez, o cientista político Carlos Estevam Martins define a globalização como,

<sup>4</sup> Há de fato uma variedade de interpretações que Ianni sistematizou de um modo extremamente interessante. Ianni fala em teorias que enfocam a globalização pela ótica da economia-mundo (a que já nos referimos acima); pela ótica da internacionalização do capital, pela da Aldeia Global, e muitas outras. O autor se preocupou em trazer alguns enfoques que também buscam dar ênfase à dimensão política do processo. Não faremos aqui um relatório sobre cada um desses enfoques, mas trataremos no próximo capítulo de muitas das teorias apontadas por Ianni, só que numa sistematização diferente.

<sup>5</sup> O *Groupe de Lisbonne* produziu um documento intitulado "Limites à la compétitivité" (1995). As idéias aqui apresentadas foram retiradas desse livro, assim como de entrevista pessoal com o cientista político canadense Daniel Latouche, membro do grupo, por ocasião do 64º Congresso Anual da Associação Canadense-francesa para o Progresso da Ciência - ACFAS, Montreal, Canada, maio de 1996.

*“o resultado da multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial .... Esse processo de abertura cosmopolisante vem sendo imensamente facilitado pelos novos sistemas de telecomunicações por satélite, a microeletrônica e as novas tecnologias de processamento de informações”*(1996;pp2; 3).

É importante observar que alguns autores ressaltam que a globalização econômica traz consigo aspectos bastante negativos, não podendo ser somente interpretada como um avanço da humanidade. Para o conceituado historiador francês Jean Chesneaux,

*“a economia tornou-se um fim em si-mesma, um sistema, ao qual estão submetidos todos os outros campos da vida social. Mas para isso paga-se o preço do mercado mundial, e é um preço alto. A mundialização é a expropriação dos produtores doravante submetidos a um sistema sobre o qual não têm nenhum controle; é a domesticação dos consumidores, de seus gostos, de seus hábitos; e é a fragilização resultante da instabilidade das condições técnicas e comerciais que prevalecem na escala mundial”* (1993;10)

Seria interessante citar ainda dois autores que, frente a enorme complexidade desse fenômeno, buscaram uma definição simples e bastante feliz. Para Mc Grew e Lewis,

*“{A mundialização} identifica o processo pelo qual acontecimentos, decisões e atividades que ocorrem em um ponto do planeta acabam tendo importantes repercussões sobre indivíduos e coletividades vivendo muito longe dali”<sup>6</sup>*

Parece portanto haver hoje certo consenso sobre as características gerais da globalização enquanto processo econômico, mesmo considerando autores de origens geográficas e campos de atuação muito distintos. De fato, todos destacam a importância do avanço no domínio das tecnologias de ponta, especialmente das comunicações, que desencadeou alterações significativas na estrutura do sistema econômico mundial, de tal forma que este se tornou um sistema extremamente dinâmico e interdependente. Caberia então estudarmos agora a origem exata dessas transformações tecnológicas, para tentar entender de que maneira elas podem ter influenciado a dinâmica do sistema econômico mundial.

---

<sup>6</sup> McGrew, Anthony G., e Lewis, Paul, *“Globalization and the Nation State”*, Polity Press, Cambridge, 1992, p.22, citado por Groupe de Lisbonne, 1995, p 60.

As transformações geradas pelas descobertas tecnológicas das últimas décadas estão na base das mudanças que ocorrem no mundo hoje. A descoberta da informática e sobretudo os avanços extremamente rápidos que se seguiram nessa área, a partir da década de 70, foram tão significativos para a humanidade que se decidiu igualar sua importância à da descoberta da máquina a vapor ou do tear mecânico e da divisão do trabalho, chamando-o de Terceira Revolução Industrial<sup>7</sup>. Esta provocou mudanças significativas em especial em três áreas: a das comunicações, a da produção e a dos transportes.

### A informatização das comunicações e a “Aldeia Global”

A modernização e em especial o barateamento das comunicações via satélite graças à informatização desses equipamentos permitiram que em duas décadas a Terra pudesse ser coberta por uma rede extremamente eficiente, e de certa maneira democrática, de comunicação. No que pese a hegemonia dos países industrializados no controle desse setor, é inegável que a maioria das nações hoje pode contar com uma cobertura mínima de satélite, seja com seu próprio equipamento, seja, na maioria das vezes, por intermédio do aluguel de canais oferecidos pelos países industrializados<sup>8</sup>. Essa cobertura permite o acesso irrestrito (por partes das grandes redes televisivas) a qualquer imagem gerada em qualquer canto do mundo, a utilização de sistemas de telefonia cada vez mais avançados, a localização precisa de navios e até de caminhões, e assim por diante.

O próprio termo *global* está associado aos avanços nessa área. A observação do enorme poderio proporcionado pelas novas tecnologias de comunicação levou o professor canadense Marshall McLuhan, no final da década de 60, a cunhar o termo *aldeia global*. Para ele, a transparência e a onipresença da televisão, que ficara patente durante a Guerra do Vietnã, dificultariam o advento de guerras e ajudariam a impulsionar os países não industrializados rumo ao progresso (Mattelart, 1997;85). Dele partiu a idéia de que um mundo envolto pelas comunicações audiovisuais se tornaria simplesmente uma grande aldeia, onde a velocidade e transparência das informações iria permitir a todos visualizar e apreender os valores do mundo moderno. Como? Apesar de não concordar totalmente com essa idéia, o pensador americano Paul Kennedy descreve claramente como se dá, nos dias de hoje, esse processo vislumbrado por McLuhan:

*“Num mundo com mais de 600 milhões de aparelhos de televisão, os telespectadores são consumidores tanto de notícias e idéias quanto de produtos comerciais. Assim, governos de países autoritários têm dificuldades cada vez maiores de conservar seus povos na ignorância. Chernobil foi rapidamente fotografado por um satélite comercial francês, e essas fotos foram reproduzidas em todo mundo - inclusive na própria ex-União Soviética. O massacre dos estudantes pelo governo chinês na Praça Tiananmen e o choque que isso provocou no mundo foram imediatamente noticiados de volta para a China pelo rádio, televisão e fax. Quando os regimes comunistas da Europa Oriental caíram em fins de 1989, notícias e fotografias da derrubada de cada um desses governos levaram a reações semelhantes nos países vizinhos. Em outras palavras, tal como a televisão ajudou, na década de 60, a modelar a percepção do público americano e a sua política para com os direitos civis e a Guerra do Vietnã {o que desencadeou as observações de McLuhan}, assim também a difusão da mesma tecnologia por todo o mundo está levando a transformações semelhantes de valores.” (Kennedy, 1993, 58)*

Para Zbigniew Brzezinski, que em 1977 se tornaria um poderoso conselheiro do presidente Carter, a superpotência americana estaria se consagrando, ainda no final dos anos sessenta, como a “primeira sociedade global da história”. O termo *global* se aplicaria por serem na época os EUA responsáveis por 65% das comunicações mundiais, além de serem o único país a conseguir, graças a essas comunicações, universalizar “sua forma de viver, suas técnicas, sua produção cultural, seus modos e modelos de organização” (Mattelart, 1997;85).

As idéias de McLuhan e Brzezinski mostram as inúmeras interpretações que podem ser feitas a respeito das transformações que a comunicação moderna produziu. Há um ponto, porém, que merece ser ressaltado. Os sistemas de comunicação surgidos na era da informática reduziram a nada o tempo gasto entre a tomada de decisões e sua efetiva aplicação. Em meados do século XVII, Maurício de Nassau tinha de esperar meses para que uma missiva sua chegasse à Holanda e voltasse com ordens a serem seguidas, o que sem dúvida lhe dava grande autonomia na gestão da colônia holandesa no Brasil. Hoje, uma decisão importante é tomada num país e ouvida simultaneamente pelas partes interessadas em qualquer lugar do mundo. Isso traz uma enorme eficiência tanto na gestão política, na elaboração de acordos ou em processos de negociação, como no campo econômico, no qual a distância não é mais empecilho para decisões estratégicas de gestão.

### A informatização dos transportes e da produção

No campo dos transportes, a informática permitiu que as distâncias encurtadas no campo virtual das comunicações se tornassem também menores no campo físico-geográfico. Novas técnicas de armazenamento permitem o deslocamento de

<sup>7</sup> Uma análise do surgimento da revolução tecnológica da informática pode ser encontrada em Mandel, Ernest; *“Late capitalism”*, Verso Edition, Londres, 1978 (primeira edição alemã de 1972), mais especificamente o capítulo 6: “The specific nature of the Third Technological Revolution”, p.184.

<sup>8</sup> Os consórcios de satélites mais antigos e mais importantes atualmente (por pouco tempo, já que a partir do ano 2000 entrarão novos grupos no setor, notadamente o *Teledisc*, controlado por Bill Gates, entre outros, com 288 satélites a um custo de US\$ 9 bilhões) como o *Inmarsat* e o *Globalstar*, alcançam respectivamente 81 e 100 países (*Folha de S.Paulo*, 2/11/97, p. E-5)

produtos através do mundo com uma facilidade antes inimaginável<sup>9</sup>. Modernos sistemas de controle de navegação permitem um uso racionalizado e rápido dos transportes marítimos e aéreos. Pode-se viajar de um lado ao outro do globo terrestre sem nenhuma dificuldade além da financeira<sup>10</sup>.

No campo da produção, as transformações geradas pela revolução da informática foram também significativas. A automação industrial promoveu um rompimento de todos os parâmetros importantes do modelo de produção anterior. A possibilidade de elevação da idade média do operariado, a necessidade de um novo tipo de especialização, a substituição de boa parte da mão-de-obra humana por robôs automatizados, o aumento significativo na capacidade de produção, as conseqüências desses aspectos sobre os salários, entre outros, transformaram as relações capital/trabalho de tal forma que Jorge Eduardo Mattoso (1991) chega a afirmar que “o paradigma taylorista e fordista é colocado em xeque pela constituição de um novo complexo industrial mecânico-eletrônico”. A automação propicia uma sensível melhora das condições de trabalho mas por outro lado cria um problema sério de manutenção do nível de emprego. A relação entre capital e trabalho é alterada, devendo incorporar novos campos de conflito que fogem das tradicionais disputas do modelo taylorista. Ou seja, se por um lado a automação promove uma efetiva melhora em vários aspectos da produção, por outro traz efeitos negativos que se tornaram hoje o cerne das disputas capital/trabalho. Hoje o principal desses problemas é sem dúvida o aumento do desemprego. É verdade que este se deve à causas extremamente complexas, mas não restam dúvidas de que o advento da automação industrial tem um papel significativo ao promover paulatinamente uma constante substituição da mão-de-obra por máquinas, concomitantemente a um aumento significativo da produção. O pensador americano Paul Kennedy dedica uma parte importante da sua reflexão sobre o próximo século à importância dos avanços da robótica. Para ele, uma das tendências mais importantes hoje “é a transformação de empregos tradicionais em redundantes pela tecnologia, que os substitui por sistemas de produção totalmente novos” (Kennedy, 1993;392). Ainda segundo ele, “a substituição em massa dos trabalhadores de fábrica não acontecerá da noite para o dia.... Não obstante, as implicações a longo prazo são perturbadoras e ameaçam agravar o dilema global” (Kennedy, 1993;109).

A automação também traz conseqüências na própria organização do sistema capitalista mundial, especialmente no que se refere ao ganho de produtividade que ela proporciona, e seu conseqüente aumento de competitividade. Nesse sentido, Kennedy lembra que:

*“como a automação provoca um aumento de produtividade na manufatura, aumenta o poder relativo de empresas e países que têm capacidade de automatizar e resolver as conseqüências sociais da automação. Na luta mundial pelas parcelas de mercado nas grandes zonas econômicas da América do Norte, Europa e leste da Ásia, a robótica ameaça ampliar o abismo de produtividade já existente entre Nissans e Toyotas, de um lado, e as Peugeotts, Fiats e Chryslers do outro” (Kennedy, 1993:105)*

Há enfim um último aspecto das transformações no campo da produção, de extrema influência no processo de globalização, também conseqüente das modernas tecnologias de comunicação e transportes, e que diz respeito à forma como puderam crescer as grandes empresas multinacionais. A súbita redução das distâncias virtuais proporcionada pela evolução das comunicações e dos transportes permitiu que as indústrias se liberassem definitivamente de qualquer tipo de restrição geográfica. Do ponto de vista gerencial, reuniões são possíveis mesmo que cada um de seus participantes esteja em um canto do planeta, graças aos recursos da videoconferência e das redes particulares de comunicação<sup>11</sup>. Do ponto de vista operacional, as indústrias passaram a ter condições de dividir a cadeia de produção segundo as facilidades geográficas. Assim, pode-se instalar fábricas perto das áreas de extração das matérias-primas, ou alocar as plantas industriais mais poluentes em países cujo rigor legal para com esse quesito seja menor, ou mesmo decidir pela implantação de novas fábricas nas regiões do mundo onde surjam novos mercados consumidores. A recente chegada ao Brasil de inúmeras fábricas de automóveis, ou ainda nesse setor, a fabricação no país do carro mundial da Fiat, o Palio, se devem certamente a alguns desses fatores. Essa extrema mobilidade alcançada pelas grandes indústrias também influenciou as relações entre os países industrializados e o resto do mundo. As novas estruturas de produção tendem a concentrar no chamado Primeiro Mundo as atividades produtivas não poluentes, as mais criativas, ou como lembra Celso Furtado, “simplesmente aquelas que são instrumentos de poder”(Furtado,1992;57). Conseqüentemente, tendem a concentrar-se nos países subdesenvolvidos as atividades mais destrutivas do meio ambiente, as menos inovadoras no campo tecnológico, e aquelas que não sejam instrumentos de poder. Mas o produto final, no entanto, será vendido indiscriminadamente, graças ao advento do mercado de consumo global.

## As mudanças na divisão internacional do trabalho

<sup>9</sup> A empresa francesa CGR *Mev*, por exemplo, produziu já na década de 80 um *desionizador* que permitia o transporte sem refrigeração de produtos alimentares normalmente perecíveis.

<sup>10</sup> Segundo o *Groupe de Lisbonne*, que congrega importantes pensadores europeus e norte-americanos, 2,1 bilhões de passageiros por quilômetro foram transportados no ano de 1990, caracterizando o que ele chama de “mega-máquina do transporte aéreo”, capitaneada por importantes empresas da indústria aero-espacial (Boeing, United Technologies...), por empresas de transporte (American Airlines, Delta, British Airways...), por agências de viagens (American Express, Woodside, Carison...), etc.

<sup>11</sup> O *Groupe de Lisbonne* lembra que a idéia difundida pelos grandes grupos de telecomunicação, de que o mundo está totalmente coberto por “infovias” aéreas, terrestres ou submarinas, ainda está longe de ser real. Todavia, ressalta que as redes mundiais de informação não param de crescer. Além da Internet, com ampla difusão doméstica e portanto comercial, mas sem tanta utilidade para as grandes corporações, o *Groupe de Lisbonne* cita algumas redes como as mais importantes atualmente instaladas: Tymnet, a rede mais importante dos produtores internacionais; SWIFT, Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications; SITA, Sociedade Internacional de Comunicação Aeronáutica, rede particular que serve 300 companhias aéreas em 170 países; RETAIN, rede particular da IBM; GLOBECOM, a rede do City Bank, que liga filiais de cerca de 100 países; entre outras redes de porte quase semelhante. (*Groupe de Lisbonne*, 1995;37)

Tudo isso sem dúvida provoca um novo tipo de divisão internacional do trabalho, que transforma em muito os parâmetros da disputa entre o capital e a força de trabalho do modelo taylorista. As ações dos sindicatos perderam parte de sua eficácia reivindicatória face a internacionalização dos centros de decisão das empresas. Legislações diferentes no seu grau de concessão de direitos trabalhistas se aplicam a trabalhadores de uma mesma empresa, conforme estejam em um ou outro país onde ela tem fábrica. Assim, as empresas podem praticar políticas salariais diferentes conforme a região de atuação, sem que isso seja efetivamente percebido ou controlado pelos sindicatos, que em geral têm sua atuação restrita aos limites nacionais<sup>12</sup>. Recentemente, a rede virtual Internet veiculou um apelo para que seus freqüentadores assinassem uma carta de repúdio às empresas que se utilizavam de mão de obra barata na Indonésia, não só pelo ato de exploração em si mas por estas estarem ajudando a enriquecer um país acusado de atrocidades no Timor Leste. Dentre essas empresas, o nome da multinacional nipo-americana Nike causava à primeira vista surpresa. É um exemplo dos mais gritantes dessa nova divisão internacional do trabalho: a Nike, cujo faturamento no primeiro trimestre fiscal de 97 foi de US\$ 2,77 bilhões, aplica seu rótulo em produtos fabricados nos mais diversos cantos do planeta pelos mais diversos produtores, geralmente sob fortes indícios de super-exploração trabalhista e baixíssimos níveis de remuneração<sup>13</sup>. As bolas esportivas, por exemplo, da maioria das grandes marcas, são quase sempre produzidas no Paquistão.

Essas empresas multinacionais, agora chamadas de *transnacionais*, passaram a operar não mais segundo os padrões de matriz-filiais típicos das multinacionais, mas com uma nova estrutura de sedes descentralizadas onde o país no qual cada uma se encontra ou a distância entre elas tornou-se insignificante face à facilidade das comunicações, do transporte e da acessibilidade aos recursos naturais e financeiros. Assim, essas empresas têm hoje um tal grau de independência sobre as fronteiras nacionais que muitos autores chegam até a dizer que elas se sobrepõem ao poder dos próprios Estados nacionais. Essa afirmação será extensivamente abordada no capítulo 2. Por ora, registramos o fato que esse crescimento das empresas transnacionais (industriais e comerciais) fez com que elas sejam vistas hoje como um dos agentes principais da própria globalização.

---

<sup>12</sup> Esse problema já foi há tempos identificado pelos movimentos sindicais e vem sendo debatido intensamente, na busca de soluções efetivas. Um exemplo disso pode ser encontrado em documentos como "O papel da OIT diante das transformações mundiais", ou ainda "Os sindicatos na nova ordem mundial", ambos publicados conjuntamente pela CUT e pela central sindical francesa CFDT, numa amostra de internacionalização do próprio movimento sindical (*Textos para Debate: internacional*, nº2, abril de 1994, CUT/CFDT, São Paulo).

<sup>13</sup> Regularmente, surgem na mídia artigos denunciando essa situação. Pode-se procurar, como exemplos recentes, os artigos "Empresa é alvo de acusação", in *Folha de S.Paulo*, 2/11/97, p.4-6; e "Americanas criticam propaganda da Nike", in *Folha de S.Paulo*, 30/11/97, p.1-23

Os avanços nas áreas de comunicação, transportes e produção analisados acima se traduziram por uma série de mudanças nas estruturas de funcionamento da economia mundial, com conseqüências culturais e até políticas. A primeira transformação se deve à extrema importância tomada pelo chamado *capital financeiro*. A modernização das comunicações permitiu uma intensificação da circulação global do capital financeiro, que passou a poder migrar em questão de minutos de uma praça pouco lucrativa a uma outra mais atraente. Fato inimaginável há alguns anos, as bolsas de valores de Nova-York, Londres e Tóquio, por exemplo, operam hoje em dia em conjunto e simultaneamente. Esse fenômeno, chamado de *transnacionalização do capital* foi importante para o processo de transnacionalização das empresas, que descrevemos acima, já que estas passaram a ter mais mobilidade na alocação de seus investimentos. Mas a maior transformação se deu no caráter das transações internacionais, que passaram a ser regidas, essencialmente, pela lógica das finanças. Para muitos autores, a dimensão financeira da globalização é a mais importante (Belluzzo; 1996), e deu aos bancos e às instituições financeiras um papel diferenciado na economia internacional. Podemos dizer que, junto com as empresas transnacionais de caráter industrial e comercial, eles se constituem no segundo grande agente da globalização (Braga; 1994). Por isso faz-se necessário pormenorizar um pouco mais esse aspecto, buscando entender a história recente da economia mundial.

A origem da dimensão financeira da globalização está ligada, antes mesmo das facilidades proporcionadas pelos modernos meios de comunicação, à políticas estruturais levadas a cabo por muitos países industrializados - e especialmente os EUA - para fazer face à desestruturação do modelo econômico do pós-guerra, baseado nas instituições criadas pelo acordo de Bretton-Woods. Segundo o economista Luiz Gonzaga Belluzzo,

*“o processo de globalização, sobretudo sua dimensão financeira - de longe a mais importante - foi resultado das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem sucedido arranjo capitalista do pós-guerra. As decisões políticas tomadas pelo governo americano, ante a decomposição do sistema de Bretton-Woods, já no final dos anos 60, foram ampliando o espaço supranacional de circulação do capital monetário. A política americana de reafirmar a supremacia do dólar acabou estimulando a expansão dos mercados financeiros internacionais...”*  
(Belluzzo, 1996)

A intensificação dos movimentos de capital iniciou-se basicamente em 1971, quando Richard Nixon declarou a inconvertibilidade do dólar (Groupe de Lisbonne, 1995;65). Mas a desarticulação a que se refere Belluzzo está vinculada à crise da economia mundial, especialmente durante a década de 80, conseqüência do endividamento dos EUA, do acirramento da competição econômica entre os países da OCDE e das políticas liberais adotadas na mesma época nos EUA e Grã Bretanha pelas administrações Reagan e Thatcher, respectivamente. Na verdade, todos esses acontecimentos se relacionam com a evolução da política industrial e monetária norte-americana, e formam um complexo quadro de interdependência, classificado por Maria da Conceição Tavares de “modelo ideológico anglo-saxônico” (Tavares, 1996;19), que teve reflexos na reorganização da economia mundial nas últimas décadas, com conseqüências inclusive para os países em desenvolvimento.

### O aumento das taxas de juros nos EUA e a política do dólar forte

Os EUA iniciaram a década de 70 com uma política de desvalorização paulatina do dólar, que permitiu ao Marco alemão e ao Iene japonês assumirem um papel de referência no mercado monetário internacional (Tavares, 1996;27). Mas em 1978, ante o segundo choque do petróleo, que provocou um desequilíbrio na balança comercial americana, Volker, o então presidente do FED (o Banco Central norte-americano), promoveu uma política recessiva com aumento da taxa de juros destinada a por um lado frear o mercado de consumo e portanto as importações (com a recessão), e por outro atrair investimentos externos para reequilibrar a balança. Essa política propunha uma solução de caráter **financeiro** para um problema de caráter monetário (o déficit da balança comercial), em claro detrimento do capital industrial, já que investimentos nesse setor se viam freados pela alta taxa de juros praticada. Junto à política de aumento da taxa de juros, os EUA promoveram, a partir do início da década de 80, a chamada “diplomacia do dólar forte”, que visava “não somente fechar o balanço de pagamentos, mas também a reverter a decadência da moeda americana no cenário mundial” (Tavares, 1996;29), por intermédio de uma valorização do dólar de cerca de 50% entre 1980 e 1985. Assim, os EUA, que vinham sofrendo na década anterior um forte declínio industrial, conseguem a partir de 1983 retomar seu crescimento econômico por algum tempo, graças a entrada maciça de capitais, mas às custas de um aumento de seu déficit fiscal (Tavares, 1996;32).<sup>14</sup>

Entretanto, todas essas políticas não conseguiram assegurar um sucesso à longo prazo. Pois nesse período, a economia americana sofreu um aumento considerável do déficit interno do governo federal, e uma redução persistente da poupança privada (Furtado, 1993;4). Se a intensa drenagem de capitais para os EUA na década de 80 provocou o que Furtado chamou de “falsa euforia econômica”, por outro lado os EUA passaram da condição de maior credor internacional (em 1914) a de maior devedor, com uma dívida acima do trilhão de dólares (Furtado, 1993;4). Maria da Conceição Tavares explica esse processo:

*“Sem estratégia industrial explícita, a indústria norte-americana ... não conseguiu superar seu atraso ... e os EUA continuaram dessa foram piorando a situação de sua balança comercial, endividando-se com o resto do mundo e agravando seus desequilíbrios macroeconômicos ao longo da década de 80. De uma posição de credores líquidos internacionais desde 1914, passaram a devedores líquidos, com uma velocidade impressionante, entre 1982 e 1985. Esse endividamento não se deveu apenas ao “declínio comercial”, mas sobretudo, à diplomacia do “dólar forte” e ao endividamento financeiro do Estado”* (Tavares, 1996; 39)

<sup>14</sup> Essa política de valorização do dólar duraria até 1985, quando o FED impôs uma nova desvalorização, provocando uma crise cambial entre os demais países da OCDE.



Os resultados dessa crise tiveram reflexos sobre toda a estrutura da economia internacional. Para Furtado, “muito provavelmente esse desequilíbrio persistirá por alguns anos, e a solução que venha a ser dada ao problema pesará seriamente na configuração futura da estrutura de poder mundial” (Furtado, 1993;4)<sup>15</sup>. Mas o mais importante para nossa análise é observar que esse processo desencadeou mudanças nas políticas econômicas dos outros países industrializados, assim como determinou as políticas econômicas dos países em desenvolvimento.

### A ascensão econômica do Japão e Alemanha no cenário mundial

Enquanto o modelo de produção “taylorista-fordista” americano se via em franco declínio, o Japão já vinha optando, desde a primeira crise do petróleo no início dos anos 70, pelo caminho do crescimento econômico via industrialização. Por causa da sua limitação quanto à disponibilidade de matérias-primas e face à desvalorização do dólar, o Japão viu-se obrigado a valorizar o lene, e a promover um ajuste em sua economia baseado principalmente numa opção pelos setores de tecnologia eletrônica de ponta e na própria estrutura de gestão da produção, que resultou num enorme aumento de produtividade, fazendo com que o país alcançasse já na década de 80 o “domínio do mercado mundial de novos produtos de consumo de massa e, sobretudo, de novos equipamentos” que “serviu de ponte para uma nova rota de industrialização capaz de resistir à instabilidade do dólar e do mercado internacional” (Tavares, 1996; 28). O Japão começava, no fim dos anos 70, a fortalecer-se no mercado internacional, quebrando o domínio americano herdado do pós-guerra.

Quanto aos outros países industrializados, eles reagiram às políticas americanas de maneiras diversas. Europa e a Ásia responderam à diplomacia do dólar forte com um esforço “em aprofundar seus processos de transformação industrial e de melhor inserção internacional” (Tavares, 1996;38). De modo geral, esses países se beneficiaram do déficit comercial dos EUA, expandindo suas exportações, e portanto incrementando sua produção industrial. O que mais obteve sucesso foi a Alemanha, que adotou uma estratégia de “consolidação de sua posição dominante na CEE e de controle da integração europeia” (Tavares, 1996;43), e, como o Japão, empreendeu políticas de crescimento baseadas no que Tavares chama de “capitalismo organizado e regulado”, que se caracteriza por relações orgânicas consolidadas entre o Estado, os bancos e as grandes empresas industriais. A exceção ficou por conta da Grã Bretanha que optou na era Thatcher por políticas ultraliberais e pela abertura à especulação financeira, e que em função disso terminou a década “atrás da {economia} italiana, e sem condições de competir no Mercado Comum Europeu”(Tavares, 1996;39)<sup>16</sup>. Com a nova desvalorização do dólar em 1985, todos os países da OCDE se viram obrigados a promover políticas de coordenação macroeconômicas conjuntas com os EUA e ajustes monetários e cambiais frente ao ajuste do dólar. Porém era inegável que os EUA tinham perdido parte de sua hegemonia na economia mundial.

O mais importante portanto para nosso raciocínio é ressaltar que durante o período estudado acima observou-se um real crescimento de outros pólos econômicos de peso, liderados por políticas de expansão extremamente sólidas do Japão e da Alemanha<sup>17</sup>, que levaram à chamada multipolaridade econômica (ou ainda tripolaridade), com os EUA, o Japão e a Alemanha dividindo a hegemonia do sistema econômico e liderando cada um um bloco de países economicamente competitivos no mercado internacional. Essa nova situação teve como efeito um acirramento da competitividade internacional. Segundo Tavares, “as políticas de coordenação macroeconômicas, ao não resolverem, senão confirmarem, desequilíbrios fundamentais da economia mundial, de fato acentuaram a competição intercapitalista” (1996;40). Esse novo patamar de competitividade levou autores como Ricardo Petrella a falar de um mundo regido pelo “evangelho da competitividade” (Petrella, 1993), e o cientista político Carlos Estevam Martins a afirmar que “o motor que impulsiona a globalização para diante é a competição” (Martins, 1996;2). Como consequência de todo esse processo, os mercados financeiros tomam cada vez mais importância.

### A importância do capital financeiro na economia globalizada

Analizadas rapidamente as origens históricas do processo de tomada de importância do capital financeiro na economia mundial, podemos ressaltar que grande parte dos autores que tratam da globalização consideram que o capital financeiro se tornou o elemento central do processo de globalização. Para o *Groupe de Lisbonne*, “a globalização da circulação de capitais constituiu-se no motor da globalização da economia” (1995;66). José Carlos de Souza Braga afirma que *“É importante compreender que, mais do que nunca, no capitalismo contemporâneo as finanças ditam o ritmo da economia ... e, neste sentido, há uma dominância financeira na dinâmica econômica. Então, neste contexto, compreenda-se que as mudanças nas finanças têm constituído uma dinâmica internacionalizada, calcada numa verdadeira macroestrutura financeira de âmbito internacional. ... A dominância financeira - a financeirização - é expressão geral das reformas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo”* (citado por Ianni, 1995;57)<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Como veremos mais adiante, a discussão sobre a atual hegemonia ou não dos EUA na economia mundial é uma tese extremamente polêmica, tendo gerado uma corrente de pensamento nos EUA, liderada por Paul Kennedy, e chamada de *declinista*. Veremos mais adiante que o real declínio dos EUA no campo econômico e principalmente no político está longe de ser comprovado.

<sup>16</sup> Esse fato é hoje significativo dentro das difíceis negociações para o fortalecimento da CEE, nas quais a Grã Bretanha vem destoando do conjunto dos países continentais justamente pelo resultado de sua política econômica diferenciada e mais liberal na década de 80 do que o conjunto dos outros países da Comunidade.

<sup>17</sup> Para mais detalhes à respeito do crescimento japonês e alemão, ver Tavares, 1996, páginas 42 a 47.

<sup>18</sup> José Carlos de Souza Braga, “A financeirização da riqueza”, *Economia e sociedade*, n°2, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1993, p.26. Citado por Ianni, 1995;57.

Pela sua enorme agilidade, o sistema financeiro internacional, que Kennedy descreve como “rápido, integral, indiferente à fronteiras, faminto de lucros” (1993;62), passa a ser quase que autônomo, um agente independente que flutua sobre o mercado econômico mundial à caça de oportunidades de investimentos, ou em geral de especulação. Carlos Estevam Martins diz que essa “massa concentrada de capital-dinheiro” (ainda segundo ele, maior que 10 trilhões de dólares) “liberta dos vínculos que a subordinavam ao capital-produtivo e cada vez mais livre das restrições de ordem legal, política e geopolítica que poderiam lhe tolher os passos, tornou-se hoje senhora de si” (Martins, 1996;13). Uma análise da evolução dos movimentos internacionais de capital mostra como realmente seu crescimento pode ser considerado excepcional. Segundo o economista da Universidade de Paris XIII, Dominique Plihon, enquanto o montante dos investimentos internacionais industriais (participação no capital de empresas estrangeiras) passou de 39,5 bilhões de dólares no período 1976-1980 a 173,4 bilhões em 1993, os investimentos financeiros internacionais (de caráter especulativo) passaram de 26,2 bilhões entre 1976-1980, a 620 bilhões em 1993, (Plihon, 1997;76).

### **As consequências para os países menos desenvolvidos e o novo papel das instituições internacionais**

Se voltarmos para a pequena descrição histórica das políticas econômicas norte-americanas feita acima, perceberemos que nada dissemos a respeito das consequências dessas políticas para os países em desenvolvimento<sup>19</sup>. Nesse sentido, a política de valorização do dólar e elevação da taxa de juros empreendida pelos EUA no final da década de 70 teve consequências desastrosas para os países que, como o Brasil, tinham um alto endividamento naquela moeda, já que se tornava impossível manter os compromissos de pagamento da dívida externa nessas novas condições. O aumento da taxa de juros americana provocou a elevação das demais taxas nos mercados financeiros internacionais. Como as dívidas dos países do Terceiro Mundo eram a taxas variáveis, elas triplicaram nesse período, chegando a 20% ao ano. Os países endividados começaram então uma nova corrida a empréstimos, só que desta vez não para usá-los nas políticas internas, mas apenas para pagar os interesses da dívida. Como sustenta Calcagno (1995;367), a dívida se transformou numa entidade autônoma, “desligada do financiamento da produção e até drenando-o”. Nesse período, estima-se que as transferências de recursos do Sul para o Norte, apenas para pagamento dos serviços da dívida, chegaram “em cálculos moderados, a 418 bilhões de dólares”, entre 1982 e 1990 (George;1992), o que corresponde, segundo Chomsky (1994;166), a seis Planos Marshall. Maria da Conceição Tavares explica:

*“A América Latina, com a “diplomacia do dólar forte”, entrava na via-crucis da crise da dívida externa e das políticas permanentes de ajuste do balanço de pagamentos que conduziram a região, em seu conjunto, à insólita situação de exportadora forçada de capitais” (Tavares, 1996;30)*

Essas políticas de ajuste eram incentivadas pelos órgãos reguladores das finanças internacionais, oriundos dos acordos de Bretton-Woods, a saber o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Num processo já amplamente reconhecido e discutido, que não cabe retomar aqui, países como o Brasil tornaram-se reféns dessas instituições e de suas chamadas políticas de ajuste estrutural, apresentadas como condicionantes para a obtenção de novos empréstimos necessários não só para os investimentos internos mas sobretudo para o pagamento dos serviços da própria dívida. O que nos interessa observar é justamente o fato que, à medida que o capital financeiro foi tomando espaço no cenário econômico internacional, ele foi pouco a pouco prescindindo dessas mesmas instituições. A enorme disponibilidade de capital a ser investido onde houvesse mais lucro levou muitos países - entre os quais o México, a Argentina e o Brasil - a elevarem suas taxas de juros para atrair capital de maneira extremamente mais ágil do que por intermédio dos empréstimos institucionais, com suas pesadas condicionantes.

Até o fim da década de 80, o FMI atuava num cenário de escassez de divisas entre os países em desenvolvimento, como o Brasil, devido justamente às políticas cambiais americanas descritas acima. Nesse quadro, a preocupação maior de quase todos essas nações era o pagamento da dívida, sacrificando-se o controle da inflação. Por outro lado, os grandes bancos tinham emprestado demais, e não tinham certeza de poder receber de volta (daí surgiram os chamados “fundos de risco” mantidos por esses bancos para o caso de uma moratória generalizada ser declarada). O FMI era portanto um aliado importante dos grandes bancos, ao atuar justamente na cobrança dos serviços da dívida. Com o liberalismo dos anos 90 e com o crescimento da autonomia do capital financeiro, houve uma desintermediação, os grandes grupos especuladores<sup>20</sup> (investidores diretos como por exemplo os fundos de pensão) assumindo diretamente o papel de credores (sem a intermediação das instituições), oferecendo seus investimentos em praças que praticassem juros altos, na busca de maior rentabilidade. Não é portanto incorreto dizer que os países em desenvolvimento que adotaram políticas de juros altos passaram a cumprir em dia suas obrigações da dívida, sem mais a intermediação do FMI.<sup>21</sup>

### **A instabilidade do sistema financeiro internacional**

O fortalecimento das transações financeiras como elemento estruturador do sistema econômico mundial provocou, em contrapartida, uma fragilização do sistema como um todo. Na última reunião do G7, em 1996, em Lyon, os governantes dos sete países mais industrializados mostraram preocupação face a um sistema econômico sobre o qual os Estados e as instituições têm pouco poder de controle. Essa fragilidade se dá pela falta de compromisso entre os detentores do capital e as

<sup>19</sup> Uma explicação mais detalhada do termo mais adequado será feita mais adiante; por ora nos contentaremos em utilizar termos genéricos como “países em desenvolvimento”, “países menos desenvolvidos” ou ainda “países subdesenvolvidos”, para denominar as nações não pertencentes à OCDE.

<sup>20</sup> A título de exemplo, os três maiores fundos de pensão no mundo, *Fidelity Investments*, *Vanguard Group* e *Capital Research and Management* controlam US\$ 500 bilhões, enquanto a maior ajuda concedida a um país, o empréstimo do G7 e FMI ao México, foi de “apenas” US\$ 50 bilhões. (Ramonet, 1995;62)

<sup>21</sup> Uma interessante descrição desse processo pode ser encontrada em Chossudovsky, 1993; pp 22 a 29.

necessidades sociais dos países onde eles especulam. De fato, os capitais que entram em um país em função de uma política de juros altos, podem também sair em questão de minutos, rumo a praças mais atraentes, uma vez que o interesse principal desse processo é especulativo. Não há portanto qualquer preocupação com as conseqüências sociais de uma retirada brusca de capital. E se esta retirada ocorrer, o governo do país em questão muitas vezes se vê na impossibilidade de dispor imediatamente de capital para a devolução aos credores, já que ele pode estar comprometido em políticas de desenvolvimento interno. Paul Kennedy explica que:

*“se, digamos, um governo socialista francês tenta conscientemente proporcionar escolas melhores, melhor assistência à saúde, habitação e serviços públicos aos seus cidadãos, de que meios dispõe para levantar os fundos necessários sem alarmar os investidores internacionais que podem não ter interesse algum no bem-estar desses cidadãos, mas sim apenas nos lucros?” (Kennedy, 1993;63)*

O exemplo mais gritante dessa situação ocorreu no México em 1995, quando a instabilidade política decorrente do levante Zapatista em Chiapas, associada à insegurança em um mercado repleto de irregularidades, provocou a retirada maciça de capitais<sup>22</sup>, levando à quebra da moeda e à uma crise econômica generalizada. Foi entretanto a própria fragilidade geral do sistema mundial, no qual em última análise todos estão vulneráveis, que serviu de salvação ao país, já que muitas nações - principalmente aquelas pertencentes ao mesmo espaço de influência, como os EUA e o resto da América Latina - se cotisaram para emprestar ao México, sabe-se lá a que preço para o país.

É evidente que nesse cenário a situação dos países em desenvolvimento que dependem do capital externo para a estabilização de suas economias é mais perigosa do que a dos países industrializados, como por exemplo, a França, citada por Kennedy. Não obstante, o grau de financeirização e de liberdade do mercado financeiro pode ameaçar até estes últimos. Há poucos anos, um jovem investidor, jogando especulativamente na bolsa de Hong-Kong, conseguiu quebrar a mais tradicional instituição financeira inglesa, o *Barings*, da qual era funcionário. Já mais recentemente, em outubro de 1997, um ataque especulativo iniciado contra as moedas dos países do sudeste asiático (Japão, Hong-Kong, Singapura, etc.) criou uma instabilidade generalizada que repercutiu por todo o mundo, pondo em risco tanto bolsas de países industriais como as de Nova-Iorque ou Londres, como a estabilidade econômica de países como a Argentina ou o Brasil, que chegou a perder, devido à fuga de capitais, 8,3 bilhões de dólares de suas reservas na última semana de outubro<sup>23</sup>. Essa mesma crise levou a República da Coreia, identificada como um dos mais significativos exemplos de sucesso econômico do capitalismo ocidental, a recorrer em dezembro de 1997 a empréstimos do FMI, num montante de cerca de US\$ 70 bilhões, para enfrentar o rombo econômico provocado pela desvalorização da moeda local face aos ataques especulativos nas bolsas asiáticas.

### **Os blocos econômicos e a formação de um mercado de consumo universal**

A evolução nos sistemas de comunicação e de transportes, os novos moldes da divisão internacional do trabalho com o surgimento das empresas transnacionais, a estruturação de um mercado financeiro de alta mobilidade e principalmente o alto grau de competitividade entre as empresas foram aspectos que contribuíram para um dos fenômenos mais característicos da globalização: a formação de blocos comerciais. Há hoje mais de 70 acordos de integração regional registrados junto à OMC, mas são 3 os que realmente ditaram um novo tipo de ordenamento mundial: a União Européia, que congrega as principais potências do continente; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - Nafta, liderado pelos EUA; e o Fórum para a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico - Apec; liderado pelo Japão (do qual entretanto também fazem parte os países do Nafta).

A dúvida é saber se tais blocos representam uma etapa no caminho para uma liberalização total do comércio mundial, ou uma reprodução regional - e fechada - dos estados nacionais que os compõem. De qualquer forma, o que é certo é que seu surgimento se deu essencialmente por motivos comerciais. Face à crescente saturação dos mercados observada nas décadas passadas, que estimularam a adoção, entre os países industrializados, de barreiras comerciais quase intransponíveis, os blocos regionais significaram uma bufada de ar que permitiria a incorporação ao sistema comercial internacional de novos e promissores mercados de consumo. Assim, o Nafta incorporou o mercado mexicano, a União Européia integrou seus mercados mais atrasados ou distantes, como Portugal, Grécia ou Turquia, e na Ásia nações como Indonésia, Malásia ou ainda Filipinas, além dos “Tigres Asiáticos” (Hong-Kong, Cingapura, Coreia e Taiwan), integraram-se de forma mais efetiva ao comércio regional e mundial.

Essa incorporação de novos mercados, associada à atuação internacionalizada das empresas transnacionais levaram à formação de um mercado de consumo de características globais. Kennedy descreve esse processo da seguinte forma:

*“Ao competirem com firmas rivais pelas parcelas do mercado, elas {as companhias multinacionais} desenvolveram a estratégia de transferir o investimento e a produção de uma parte do mundo para a outra, com a ajuda de revolucionárias tecnologias em comunicações e finanças, que criaram um mercado global de bens e serviços” (Kennedy, 1993;57)*

Isto é, graças a esse processo, a venda de produtos industrializados não se restringe mais a um mercado local, mas pode ser direcionada para o mundo inteiro. Essa dinâmica constituidora do chamado *mercado mundial*, por sua vez introduziu um novo padrão de produto, o *produto mundial*. A maior implicação desse processo está sem dúvida nas alterações

<sup>22</sup> A notícia da retirada por parte dos investidores externos provocou uma corrida ao dólar que contribuiu ainda mais para a desvalorização imediata da moeda. O México, já tendo comprometido parte dos fundos que dispunha, ficou em situação ainda mais crítica por não conseguir obter os fundos a serem devolvidos. À respeito da crise no México e da situação política e social daquele país, pode-se ler “México em transe”, de Igor Fuser, ed. Scritta, São Paulo, 1996.

<sup>23</sup> Segundo dados do Banco Central divulgados à imprensa em 15/11/97. Ver *Folha de S.Paulo*, 15/11/97, pp.2-3.

que ele provoca no âmbito cultural. Defato, para que se consuma um mesmo produto em qualquer canto do mundo, é necessário garantir uma homogeneização do **gosto**. Essa é uma característica importante da globalização. Come-se sanduíches do McDonalds no Brasil como na China, e um garoto albanês ficará tão maravilhado quanto um equatoriano diante de um tênis *Nike Air Jordan*, alusivo a um ídolo do basquete norte-americano que se tornou, pela mágica do consumo globalizado, um ídolo mundial. Esse novo padrão de consumo, que Mattelart chama de *McDonaldização* ou *McMundo*, é tão efetivo na sua expansão que ele pode se tornar “uma doutrina que incorpora uma concepção da nova ordem mundial” (Mattelart, 1997:87), e que pressupõe a universalização dos padrões de consumo. Essa constituição de uma cultura de consumo de massa global baseia-se na constante difusão de produções musicais, cinematográficas e outras, “lançadas diretamente ao mundo como signos...da mundialização<sup>24</sup>” (Ianni, 1995: 94), assim como no fato de que quanto mais se consome bens de comunicação como televisões e modems, mais se têm acesso à propaganda dessa cultura de consumo.

A formação do mercado mundial é portanto alimentada pelos meios de comunicação, e facilitada pelos avanços tecnológicos alcançados pelo ser humano. A noção de um “mundo ao alcance de todos” é hoje natural, e a “aldeia global” de McLuhan não existe mais apenas no espaço virtual das ondas televisivas. Para alguns, o mundo se tornou fisicamente pequeno. E o tipo de vida que esses poucos levam é transformado em um modelo a ser seguido por todos. “Paris, hoje ? Por que não ?”, indaga a locutora de um conhecido comercial de cartão de crédito. Esse seleto grupo de privilegiados, na sua maioria funcionários dos próprios agentes da globalização - diretores de empresas e bancos transnacionalizados - tornou-se garoto propaganda de uma bem alimentada fábrica de sonhos modernizantes. E mesmo que a idéia de entrar em um avião possa ser um sonho irrealizável para a grande maioria da população mundial, tem-se a impressão de que o modo de vida de *yuppies* viajantes é o mais natural do mundo, tal a forma como ele inunda, pelos meios de comunicação, os lares mais humildes. E não deixa de ser verdade que, para os poucos que usufruem desse tipo de vida, o mundo se tornou de fato muito menor. Vejamos como o grupo de pensadores do *Groupe de Lisbonne* descreve essa “vida globalizada”:

*“As notícias transmitidas pela CNN são agora parte do cotidiano desses viajantes ‘internacionais’ que compõem a elite ‘mundializante’. Essas notícias são ouvidas nos aeroportos, nos quartos de hotel idênticos das grandes cadeias internacionais, onde esses viajantes ‘do mundo’ encontram sempre os mesmos ingredientes para alimentar seu dia- a-dia, jornais como o International Herald Tribune, o Financial Times e o Wall Street Journal ... Comem todos a mesma ‘cozinha internacional’ e pagam seus interurbanos com os mesmo cartões de crédito ‘mundiais’”(Groupe de Lisbonne, 1995:35)*

\* \* \*

Tentamos responder, neste capítulo, à pergunta: qual o significado da palavra *globalização* ? A primeira observação que podemos fazer após a análise feita acima é de que se trata de um fenômeno bastante amplo e complexo. Podemos defini-lo como um processo de transformações que vêm ocorrendo no campo da economia, em consequência do grande avanço alcançado pelo ser humano no domínio das tecnologias de ponta e mais especificamente da informática, que provocou grandes transformações nos campos das comunicações, da produção e dos transportes, alterando a estrutura do sistema econômico mundial, de tal forma que este se tornou um sistema extremamente dinâmico e interdependente, porém instável, no qual o capital financeiro e as empresas transnacionais são os agentes mais destacados, e o mercado mundial de consumo o campo em que eles atuam. Em resumo, podemos afirmar que acreditamos que a globalização seja, antes de tudo, um fenômeno essencialmente econômico. É nesse sentido que entenderemos, deste ponto em diante, o termo *globalização*.

---

<sup>24</sup>Observe-se a utilização do termo *mundialização*, entendido aqui como sinônimo de *globalização*. Discutiremos esse assunto no capítulo 5.

## CAPÍTULO 2

### GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE ESTADOS NACIONAIS: A ECONOMIA COMO FATOR DE PODER

#### O PAPEL DOS ESTADOS NACIONAIS E O FORTALECIMENTO DAS GRANDES CORPORações TRANSNACIONAIS

Vimos no primeiro capítulo que a globalização é vista como um processo de mudanças de âmbito econômico, que se acelerou a partir dos avanços tecnológicos da chamada revolução da informática, e que permitiu uma intensificação das relações entre os principais agentes econômicos, a saber o setor produtivo, o financeiro e os mercados de consumo. Não aprofundamos, porém, a idéia bastante difundida de que o processo de transformações que ocorre na economia hoje acaba afetando a própria organização dos Estados nacionais, sendo assim a globalização um fenômeno com conseqüências também políticas<sup>25</sup>. Um grande número de autores que se debruçaram sobre o tema argumentam que a importância e a mobilidade das empresas transnacionais, em decorrência da globalização, passou a ser maior na organização de uma nova ordem mundial do que a dos próprios Estados nacionais. Tal pensamento se opõe à ideologia predominante na teoria das relações internacionais durante a Guerra Fria, o chamado *realismo político*. A linha de pensamento realista, como veremos mais adiante, baseava-se justamente na importância do Estado nacional como ator principal de um sistema internacional pautado pela disputa de poder. Para tentar entender o processo de transformação pelo qual passaram as empresas multinacionais, e assim analisar seu eventual novo papel acima do próprio Estado nacional, teremos que relembra rapidamente o que caracterizava a atuação das grandes empresas multinacionais nas décadas de 50 a 80<sup>26</sup>.

#### As empresas multinacionais da fase imperialista de expansão do capital

Na fase imperialista do capitalismo mundial as empresas multinacionais, mesmo se expandindo além das fronteiras de seus países-sede, ainda eram antes de tudo empresas nacionais. Isto significa que todo o processo decisório de gestão administrativa e financeira se dava, no patamar mais alto da hierarquia da empresa, em gabinetes situados no país-sede, para ser posteriormente repassado, na forma de políticas e diretrizes de gestão, para as filiais localizadas pelo mundo afora. Associando-se ao capital nacional nos países em que se implantavam, e até interferindo diretamente na política interna desses países<sup>27</sup>, essas empresas não deixavam por isso de ser vistas como empresas estrangeiras, cujos países de origem eram claramente identificados, e para os quais eram enviados grande parte dos lucros obtidos pelas filiais. A expansão dessas filiais é hoje quase consensualmente vista como um processo que permitiu o enriquecimento das empresas-sede graças a esse constante envio dos lucros obtidos nos países em desenvolvimento. O alto faturamento se devia à implantação de técnicas de produção já amplamente difundidas e rentabilizadas nos países desenvolvidos, mas ainda novas nos países em desenvolvimento, associada à disponibilidade de mão-de-obra barata, não raramente parte de um exército industrial de reserva mantido por políticas nacionais compactuantes com esse modelo<sup>28</sup>. Mas o que queremos destacar é a identificação dessas empresas com os seus países de origem. Ninguém no Brasil nunca teve dúvidas sobre a origem alemã da Volkswagen, por exemplo.

É importante ressaltar que no período descrito acima as empresas multinacionais ainda se referiam, para a grande maioria de suas ações, às legislações e políticas econômicas e de industrialização de seus países de origem, alterando-as no que fosse necessário quando da aplicação nos países em que se expandiam. A atuação dessas empresas ainda gravitava

<sup>25</sup> A palavra *política* é usada neste trabalho no sentido dado por N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (Dicionário de Política; Ed. Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986), e relaciona-se diretamente com a praxis humana relativa ao exercício do *poder* (poder do homem sobre o homem), mais especificamente através das relações entre governo e governados, e entre governos entre si, o que se refere diretamente ao conceito de Estado.

<sup>26</sup> A esse respeito, pode-se ler "Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital", Stephen Hymer, ed. Graal, segunda edição de 1983.

<sup>27</sup> Não raramente, empresas de porte considerável, atuando em áreas estratégicas, chegaram até a ser utilizadas pelos Estados-nacionais para empreender políticas de influência em outros países, em áreas econômicas e até políticas, através das suas filiais. Isso evidentemente só podia acontecer por haver um alto grau de identificação e até de interação entre a direção superior da empresa e o Estado de seu país sede. O exemplo mais gritante, e por isso reconhecido e estudado internacionalmente, foi o envolvimento das empresas multinacionais norte-americanas ITT e Kennecott, das áreas de comunicações e exploração mineral, respectivamente, para impedir a posse do governo do presidente Salvador Allende (ITT) e nas articulações políticas internas que levaram à sua posterior deposição pela força, em 1973 (Kennecott). Um histórico e análises desse acontecimento podem ser encontrados em "Documentos Secretos de la ITT y la República de Chile", Secretaria de Gobierno, Empresa Editora Nacional Quimantu, Santiago, Chile, 1972; "ITT: Etat souverain"; Anthony Sampson, Ed. Alain Moreau, Paris (s/d); "Le livre noir de l'intervention américaine au Chili", Armando Uribe, Ed. Seuil, Paris, 1974; e "El bloqueo invisible de Chile", E. Farworst, R. Feinberg, E. Leenson; American Congress on Latin America - NACLA, Ed. Periferia SRL, Chile, 1973.

<sup>28</sup> O livro "Multinationales et travailleurs au Brésil", de autoria do Coletivo Paulo Freire e publicado pelo Centre d'Etudes en Developpement en Amérique Latine - CEDAL (Ed. Maspero, Paris, 1977), é uma excelente referência sobre esse assunto. Numa análise exaustiva sobre a atuação das multinacionais no Brasil, os autores mostram que enquanto a rentabilidade máxima das empresas européias na Europa em 1974 foi de 32% (da empresa Rousselot, na França), no Brasil a Chrysler tinha uma rentabilidade, no mesmo ano, de 375%. Contavam-se em meados daquela década 2730 empresas multinacionais instaladas no Brasil nos mais variados setores. Entre elas havia muitas empresas de porte significativo, como General Electric, Texaco, IBM, Nestlé, Nippon Steel, Phillips, Rhône Poulenc, Mercedes, Du Pont, entre tantas outras. A alemã Volkswagen, por exemplo, concentrava ¼ de sua produção na Alemanha, enquanto o outro quarto se dividia entre Brasil (com aprox. 500.000 unidades produzidas), México (aprox. 85.000 unid.) e África do Sul (aprox. 35.000 unid.). Os resultados obtidos no Brasil eram transferidos à Alemanha seja por via legal, seja através de "pagamento de serviços de assistência técnica à produção e gestão" para a empresa-mãe, seja através dos mais variados artifícios financeiros.

portanto em torno dos Estados nacionais a que pertenciam, no qual se integravam quanto as políticas macroeconômicas de crescimento industrial e ao qual respondiam quanto ao respeito à legislação industrial vigente. Com o processo de globalização, isso foi pouco a pouco mudando.

### **As empresas transnacionais como *locus* decisório na nova ordem mundial: o pensamento globalista**

Repetindo o que foi mencionado no capítulo anterior, a revolução da informática permitiu que as empresas multinacionais passassem a operar não mais segundo os padrões de matriz-filiais, mas com uma nova estrutura de sedes descentralizadas onde o país em que cada uma se encontra ou a distância entre elas tornou-se insignificante face à facilidade das comunicações, do transporte e da acessibilidade aos recursos naturais e financeiros. Isso sem dúvida deu a essas empresas uma enorme independência em relação aos Estados-nacionais e suas fronteiras, inclusive no que se refere ao respeito às normas legais do país-sede. As empresas deslocaram suas plantas industriais para locais onde a matéria-prima fosse mais acessível ou barata, onde a mão-de-obra fosse mais ou menos qualificada e/ou cara (dependendo do tipo de produção, se baseada em automação que exija alto grau de especialização ou em maquinários mais antigos com pouca necessidade de mão-de-obra especializada), ou onde certas exigências legais quanto às condições de trabalho ou à poluição do meio ambiente fossem mais favoráveis ao tipo de bem produzido pela empresa<sup>29</sup>.

Com esse novo dinamismo, associado à mobilidade do próprio capital, as empresas, agora transnacionais, passaram a não mais se vincular a um único Estado-nacional, e em muitos casos, como o já citado exemplo da *Nike*, tornaram-se verdadeiros conglomerados de centros de produção espalhados pelo mundo afora. Com isso, e com a nova importância do capital financeiro na economia internacional, autores da chamada corrente *globalista* das Relações Internacionais argumentam que o *locus* decisório deslocou-se das esferas políticas dos Estados nacionais para as sedes dos agentes principais da globalização, a saber as empresas transnacionais e as instituições financeiras, vistas como centros de poder responsáveis pelas linhas diretrizes da nova ordem mundial. O papel do Estado estaria, portanto, extremamente diminuído, face à própria incapacidade deste de impor qualquer tipo de regulamentação a empresas que já não mais se prendem às barreiras geográficas das fronteiras. O pensamento globalista baseia-se na observação de um fenômeno dificilmente questionável, como ressalta Otávio Ianni:

*“Ainda que com frequência haja coincidências, convergências e conveniências recíprocas entre governos nacionais e empresas, corporações ou conglomerados, no que se refere a assuntos nacionais, regionais e mundiais, é inegável que as transnacionais libertaram-se progressivamente de algumas das injunções ou limitações inerentes aos Estados nacionais” (1995,46-47)*

Mais radicais, alguns autores defendem que o poder está nas mãos do capital financeiro, que determinaria até as políticas das grandes empresas. Vejamos um exemplo:

*“O locus do poder econômico e político deslocou-se, devido à ascensão do capital financeiro. Tem sido dito ... que o lugar do poder na sociedade capitalista estava nos escritórios centrais de umas poucas centenas de corporações multinacionais gigantes; ... penso que se deve acrescentar uma consideração que merece ser enfatizada. Os ocupantes desses escritórios centrais são eles próprios, em crescente medida, controlados e controlados pelo capital financeiro operando por meio de redes globais do mercado financeiro. Em outras palavras, o poder real não está totalmente nos escritórios das corporações, mas nos mercados financeiros. O que é válido para diretores de corporações também é válido para os que controlam o poder político nacional. Cada vez mais, eles também são controlados pelos mercados financeiros, no que podem e não podem fazer” (Paul M. Sweezy, “The Triumph of Financial Capital”, *Monthly Review*, vol.46, nº2, New York, 1994, pp 1-11; citado por Ianni, 1995:57)*

Não há dúvidas que os defensores dessa linha de pensamento têm em comum uma visão de mundo segundo a qual o comércio e a competição internacional e seus agentes parecem ser capazes de ordenar por si só a dinâmica das relações internacionais. Em outras palavras, pode-se dizer que os pensadores globalistas imputam à globalização econômica um forte caráter liberal. Trata-se de um “laissez-faire” em escala mundial, que marca, segundo esses autores, a volta dos ideais do liberalismo econômico. A corrente globalista foi identificada por Vigevani, Veiga e Mariano, numa interessante sistematização das novas correntes de pensamento da Teoria das Relações Internacionais. Dizem eles:

*“Os autores que se utilizam do globalismo como ponto de partida para suas análises teóricas do sistema internacional consideram que a emergência da economia como fator explicativo básico das relações internacionais é irreversível, sendo isso o que permite a compreensão das modificações em curso. ... Para isso, os globalistas entendem ser necessário ampliar ao máximo o comércio internacional, até o limite da mais absoluta liberdade dos fluxos comerciais e financeiros” (Vigevani, 1994, pp 5 e 23)*

Vigevani ainda mostra que a radicalização desse discurso leva a afirmar que com o declínio do Estado nacional os verdadeiro articuladores das relações internacionais passam a ser mais do que tudo as regras e procedimentos adotados consensualmente para ordenar o livre comércio internacional, a partir do que se torna compreensível a grande importância tomada por instituições como a Organização Mundial do Comércio - OMC (Vigevani, 1994:22).

### **Um novo papel para as instituições internacionais: o pensamento institucionalista**

<sup>29</sup> Durante o seminário “Prospects for action on environment and development after the earth summit”, realizado pela 21st. Century Trust em Cambridge, Inglaterra, em setembro de 1992, o Sr. John Collins, presidente da *Shell-United Kingdom*, exibiu um importante catálogo interno com todas as diretrizes a serem seguidas pela empresa em defesa ao meio-ambiente. Esse catálogo, entretanto, só dizia respeito à Europa, já que segundo ele não havia nos países em desenvolvimento onde a empresa atuava leis que a obrigassem a adotar prática semelhante.

Um pouco menos radical quanto à idéia de uma total substituição dos estados nacionais pelas empresas e/ou capital financeiro transnacionais, uma outra corrente de pensamento das Relações Internacionais argumenta que o Estado nacional, mesmo que guardando suas características principais no âmbito interno à nação, está sendo superado internacionalmente, não só pela nova dinâmica das atividades econômicas, mas também porque estas trazem consigo uma nova dinâmica de interação entre as nações que abrange o conjunto da sociedade mundial. Com a nova importância das empresas transnacionais, há cada vez mais o que chamamos acima de “cidadãos do mundo”, em constantes deslocamentos pelo planeta. Junta-se a isso o processo de unificação de Estados em blocos econômicos, que, por exemplo na Europa, implica não só numa fusão comercial mas as vezes na constituição de uma espécie de Estado supranacional que acaba tendo que repetir, a nível regional ou continental, grande parte da estrutura clássica do Estado nacional. Além disso, a capacidade de difusão dos problemas mundiais via televisão (que McLuhan via como a vitrine para o mundo da modernidade - vide cap.1) fez com que aumentasse cada vez mais o número de cidadãos e sobretudo de organizações não-governamentais implicadas em tentativas de soluções para os problemas mundiais, independentemente de seus países de origem. Por fim, com a globalização da economia e o acirramento da competição internacional, aumentou a potencialidade de contendas que devam ser resolvidas por meio de um juiz que atue acima dos Estados nacionais. Todos esses argumentos fizeram com que se fortalecesse a idéia da necessidade de reestruturação das instituições supranacionais surgidas no pós-guerra, como as Nações Unidas, de tal forma que elas se tornem um verdadeiro “Estado internacional”, que reproduza mundialmente as funções características (e não só as econômicas) do Estado nacional contemporâneo. Também fortaleceu-se a defesa do papel das organizações não-governamentais como constituidoras de uma “sociedade civil internacional”.

Essa corrente de pensamento, denominada de institucionalismo (ou *neoliberalismo institucionalista*, segundo Chiappin,1994; ou ainda *funcionalismo*, para Fonseca Jr.,1994), surgida na década de 70, ressalta a importância que as instituições mundiais vêm tomando desde o pós-guerra, culminando nos dias de hoje num papel cada vez maior na mediação dos recentes conflitos derivados dos arranjos impostos pela estruturação de uma nova ordem mundial. Nesse sentido, esses pensadores também apontam para uma mudança no papel dos Estados nacionais, não com sua completa substituição pelos agentes econômicos (como querem os globalistas), mas pela sua subordinação à uma instância de poder supranacional, nos moldes de um Estado mundial, papel que estaria sendo atribuído às instituições mundiais, especialmente à ONU. Para esses pensadores, há uma intrincada rede de poder que atua por trás dessas instituições, e os “jogos” de negociação que dela derivam são parte importante no seu papel nas relações internacionais<sup>30</sup>. Mas apesar da importância dada às instituições, os institucionalistas mostram acreditar também que a natureza das relações internacionais tem seu centro sendo deslocado para a dimensão econômica, no que se opõem, assim como os globalistas, à escola realista. Chiappin (1994) nos ajuda a compreender os argumentos institucionalistas:

*“o programa neoliberal institucionalista, proposto por Keohane e Nye ... emerge da percepção de que certos acontecimentos internacionais das últimas décadas parecem desafiar teses centrais da concepção realista. Por exemplo, a tese de que o Estado nacional é o único agente dos acontecimentos globais no sistema internacional é desafiada pelo surgimento de outros atores transnacionais. ... Além disso, a idéia de que a característica dos conflitos no sistema internacional é de natureza ideológica/militar {típica do realismo} é também vista como cedendo lugar para a idéia de que a natureza é antes de tudo econômica” (1994;38).*

Gélson Fonseca Jr.(1994) também mostra como para estes pensadores, que ele chama de funcionalistas, o fortalecimento do papel das instituições internacionais e da idéia de um Estado internacional surge justamente em virtude das alterações nas atividades econômicas impostas pela globalização:

*“São as teses ditas “funcionalistas”, que afirmavam, em síntese, que a própria expansão de contatos econômicos entre os Estados os obrigaria a crescentes arranjos multilaterais, cada vez mais firmes e completos, levando a que estabelecessem modalidades de “governança internacional” e a eliminação da guerra (seria uma realização da ordem das instituições, induzida pela economia)” (Fonseca Jr., 1994;94)*

Identificada por Ianni pelo nome de “teoria sistêmica”<sup>31</sup> (Ianni, 1995;59-74), essa postura pressupõe que acima dos sistemas nacionais, abrangendo grupos de nações e regiões, existe um *sistema mundial*. Como já dissemos, o aspecto diferenciador dessa linha de pensamento, em relação aos globalistas, é que ela contempla aspectos não só econômicos, mas também os que dizem respeito às relações políticas e institucionais entre as nações.

Assim, a teoria sistêmica acredita na inexorabilidade da formação de um mundo que em todas as suas dimensões extrapolou a esfera nacional, mas que tende a refletir na escala mundial a mesma dinâmica social e política que existia (e existe) no âmbito nacional. Para tanto, o sistema mundial é entendido como um cenário onde atuam atores como as empresas, os Estados nacionais, organizações não-governamentais e até organizações ligadas ao crime internacional, como o narcotráfico. A teoria sistêmica talvez seja a que melhor explica o mundo como se encontra hoje. E apesar de apontar para uma espécie de “Estado internacional”<sup>32</sup> acima do Estado nacional, não despreza a importância do papel deste último, já que entende o sistema-mundo como uma complexa rede na qual ele é ator de destaque, sendo a igualdade entre esses Estados

<sup>30</sup> Ler a esse respeito Louise Richardson, “British State Strategies after the Cold War”, in *“In After the Cold War”*, Keohane, R.O.; Nye, J.S.; e Hoffmann, S.; Harvard University Press, Boston, 1994.

<sup>31</sup> A denominação “sistêmica” usada por Ianni para o pensamento institucionalista pode prestar à confusão. Ela não tem nenhuma relação com os autores que pensam o conceito de “sistema-mundo”, como Braudel.

<sup>32</sup> Há entretanto uma dúvida a ser levantada sobre a possibilidade de existência de um Estado internacional único, apontada pelos institucionalistas, que consiste na observação de que o conceito de Estado só tem sentido no sistema internacional justamente em função da oposição e concorrência com outros Estados com as mesmas aspirações de soberania, onde as tensões são mediadas pelo direito internacional (garantidor do equilíbrio do sistema). Segundo Pellet (1997;97), a idéia de Estado é intrínseca à idéia de coexistência com outros Estados iguais em direito e soberania. Assim, a figura de um Estado único internacional, sem ter com quem se contrapor, é conceitualmente frágil. Os conceitos de *sistema de Estados* e de *interdependência das nações*, assim como as teses apontadas por Gélson Fonseca Jr. respondem a essa dúvida na medida em que ressaltam o papel não de um novo Estado único, mas de um sistema que incorpora a noção de equilíbrio e regula a competição entre Estados.

nacionais uma noção fundamental para o próprio equilíbrio e legitimidade das instituições internacionais situadas acima deles. Isso levou Ianni a classificar essa linha de pensamento como defensora da *interdependência das nações*. Vejamos a síntese que ele faz:

*“A interdependência das nações focaliza principalmente as relações exteriores, diplomáticas, internacionais. Envolve estados nacionais tomados como soberanos, formalmente iguais em sua soberania, a despeito de suas diversidades, desigualdades e hierarquias. E diz respeito a bilateralismos, multilateralismos e nacionalismos, acomodando ideais de soberania e realidades geoeconômicas e geopolíticas regionais e mundiais. Apoiar-se sempre no emblema, ou paradigma, da sociedade nacional, do Estado-nação, reconhecendo que este está sendo desafiado pelas relações internacionais, pelo jogo das alianças ou disputas entre blocos geoeconômicos ou geopolíticos, pelas exigências da soberania e as lutas pela hegemonia.” (Ianni, 1995:63)*

As duas correntes de pensamento analisadas rapidamente acima incorporam a idéia da substituição paulatina do papel do Estado pelos agentes econômicos, mesmo que em graus diferentes. Para os mais radicais (globalistas), o *locus* de decisão se deslocou para o interior das grandes corporações. Já para os institucionalistas os Estados nacionais ainda mantêm certa importância, tendendo a tornar-se membros de um sistema internacional organizado por regras comuns. Entretanto, esse sistema de Estados surge justamente em função das mudanças impostas pela nova dinâmica da economia mundial, na qual parece que a influência e os interesses das empresas transnacionais e das instituições financeiras, de forma mais ou menos intensa, se sobrepõem ou se equiparou ao poder do Estado. Carlos Estevam Martins (1996) escreve:

*“Como diz E. Hobsbawm, nos dias que correm nem sempre é certo afirmar que o que é bom para a General Motors também é bom para os Estados Unidos, ou, como observa R. Kurz, está ficando mais certo dizer “made in Mercedes” do que “made in Germany” (Martins, 1996:2).*

#### AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS COMO INSTRUMENTOS DOS ESTADOS NACIONAIS ?

A principal crítica que se pode fazer ao pensamento exposto pelos adeptos mais radicais da idéia de que o mundo hoje seria ordenado somente pelas grandes corporações (globalistas) é que ele parece reduzir o papel do Estado nacional à sua única função de regulador das economias nacionais. Uma vez que a própria economia encontrou parâmetros de estruturação acima do âmbito nacional, o Estado simplesmente perderia sua razão de ser. Como já foi dito, essa é uma perspectiva que carrega uma forte postura ideológica de cunho liberal. Pois tal raciocínio não parece entender o Estado nacional em suas funções não econômicas, como Estado de Direito e Estado Social, regulador das formas de organização da sociedade na suas dimensões social, política e jurídica, como a organização dos instrumentos de representação política (eleições, independência dos poderes, etc...), de arrecadação tributária, de manutenção da ordem e aplicação das leis, de garantia dos direitos sociais ao conjunto da população, de ordenamento da ocupação espacial do território, e assim por diante. Na visão realista, esses elementos são fundamentais na constituição do *poder* da nação e por isso não podem ser desprezados. Assim, os realistas argumentam que não obstante a importância tomada pelas grandes corporações econômicas, ainda são os Estados nacionais que regulamentam a vida da totalidade dos habitantes do planeta. Como diz Paul Kennedy,

*“Pode ter havido uma certa erosão dos poderes do Estado nacional em décadas recentes, mas este continua sendo o centro primário de identidade da maioria das pessoas; a despeito de quem seja seu empregador e o que fazem para ganhar a vida, as pessoas pagam impostos ao Estado, estão sujeitas às suas leis, servem (se necessário) em suas forças armadas, e só podem viajar tendo um passaporte”(1993;155)*

A segunda crítica que trataremos de tecer aqui diz respeito justamente as afirmações feitas por Hobsbawm e Kurz, citadas acima. Uma análise mais detalhada pode mostrar que, apesar das aparências, o que é bom para a General Motors é sim, bom para os EUA, e que os Estados nacionais continuam a ter certa relevância mesmo no novo contexto da economia global. Mais do que isso, tentaremos mostrar a seguir que é possível pensar nos Estados nacionais como atores extremamente ativos e implicados nas políticas das grandes empresas transnacionais. Uma indicação disso é dada pelo *Groupe de Lisbonne*, mostrando que, mesmo face à sua aparente diminuição, o Estado nacional não deixa de ter um papel de interação com as empresas transnacionais supostamente tão independentes:

*“...o Estado parece ter um papel apagado, secundário, que tende a desaparecer face ao papel que toma a empresa. Parece reagir mais do que prever, seguir mais do que dirigir. Está na defensiva e consegue dificilmente renovar seu discurso. Entretanto, ele continua mais forte do que se costuma acreditar, mesmo não conseguindo mobilizar sua força de outra forma senão para colocá-la aos serviços das empresas, que gostam por sua vez de fazer acreditar que não precisam dele” (1995,124).*

Percebe-se aqui que para o *Groupe de Lisbonne* o Estado atua hoje justamente em favor das grandes empresas. Entretanto, esse papel é diminuído frente à constatação de que ele deixa de atuar em outras funções importantes, só se concentrando nesse apoio, que aliás as empresas negam. A pergunta que se coloca é a seguinte: por que essa postura do Estado em proteger as empresas não poderia, ao invés de demonstrar um enfraquecimento de suas funções, indicar uma alteração na sua estratégia de poder, passando a exercer uma proteção às suas empresas transnacionais, para garantir a hegemonia dessas empresas num sistema internacional que passou a ser regido justamente por elas ?

Em outras palavras, por que não acreditar que as empresas transnacionais, ao invés de terem se tornado totalmente independentes dos Estados, não poderiam justamente ter-se transformado, no mundo multipolar pós Guerra Fria, apenas num instrumento de influência dos Estados nacionais na constituição da nova ordem mundial ?

#### A visão realista do papel do Estado nas Relações Internacionais

A hipótese levantada acima tem forte influência no pensamento realista, que citamos no início deste capítulo. Os autores dessa corrente de estudo das Relações Internacionais acreditam que o mundo se ordena, e sempre se ordenará, em



função do interesse maior dos Estados nacionais em disputar com outros Estados a hegemonia do poder político mundial<sup>33</sup>, fazendo para isto o uso dos instrumentos da guerra, e nos momentos de paz, da diplomacia<sup>34</sup>. Historicamente, tal disputa se travou por meio da guerra e da paz, com os instrumentos das armas e da diplomacia, respectivamente (Aron, 1986). Nos vários períodos históricos, diferentes nações exerceram sua hegemonia graças ao controle adequado de tais instrumentos. Samuel Huntington (1992b) classifica quatro grandes fases dessa disputa a partir do século XVIII. Da hegemonia do Império napoleônico ao sistema bipolar da Guerra Fria, passando pela Pax Britannica e pela multipolaridade de 1900 a 1945, o que fica claro em sua descrição é que a principal característica de cada fase é a hegemonia de determinada nação numa disputa essencialmente política, na qual o objetivo a ser alcançado é o exercício do poder, sendo que em cada período histórico determinados instrumentos e motivações mostram-se mais eficazes para isso. Na lógica realista, esses instrumentos foram, tradicionalmente, o poderio militar, mas sempre somado a outras dimensões, como por exemplo a econômica.

Paul Kennedy (1989), por exemplo, faz um detalhado retrospecto da capacidade militar dos países hegemônicos ao longo da história, para sustentar sua tese do declínio da atual hegemonia norte-americana. Incorpora nessa análise, porém, o papel importante da economia como um dos constituintes dessa hegemonia: os EUA não teriam mais uma economia suficientemente forte para sustentar seus altos custos militares. Trata-se de um raciocínio extremamente lógico. Por mais que para os realistas o instrumento final para o exercício do poder sempre tenha sido o militar, nunca se questionou que ao longo da história, seja para sustentar a armada inglesa ou os porta-aviões americanos, tenha sempre sido necessário ter por trás uma economia fortíssima, capaz de gerir recursos suficientes para não só manter um alto grau de coesão social (educação, bem-estar, etc.) mas também para poder manter uma indústria de armamentos compatível com o poder militar almejado<sup>35</sup>.

Por isso, autores dessa corrente, como Paul Kennedy, são taxativos quanto à importância do Estado, mesmo nos tempos atuais. Kennedy, que dedica um capítulo de seu livro "Preparando o Século XXI" somente para isso, ilustra bem o pensamento realista no seguinte trecho:

*"Até mesmo os especialistas em segurança nacional admitem hoje a importância das dimensões econômicas do poder, e concordam que os instrumentos tradicionais, como exércitos e marinhas, não podem ser empregados contra desafios econômicos. Embora essa mudança pareça nova, na verdade a velha maneira de pensar permanece: o Estado nacional ainda está no centro das coisas, empenhado numa luta incessante pela vantagem contra outros Estados nacionais. Uma ordem mundial não mercantilista permanece, mesmo que o recurso à guerra já não seja considerado uma opção"* (Kennedy, 1993;149)

É importante lembrar que o raciocínio exposto acima não significa que os pensadores realistas não possam ser também seguidores do liberalismo econômico. O que é interessante entretanto é notar que os realistas, mesmo aceitando a importância tomada pela economia, continuam acreditando que o elemento central nas relações internacionais é o Estado. No máximo, aceitam que a posição econômica de um país pode contribuir para sua posição de força em relação à outros Estados. Vigevani esclarece bem esse ponto:

*"Todos são liberais no sentido normativo da valorização da liberdade e do controle sobre o Estado. Acreditam que o livre-mercado gera riqueza e que uma economia internacional liberal assegura o crescimento sustentado e o bem estar global. Contudo, os realistas visualizam a distribuição do poder, e não o livre-mercado, como o aspecto decisivo das relações internacionais. ... Sua percepção é a de que as mudanças nas relações econômicas entre países são, de fato, mudanças nas relações de poder entre eles, envolvendo conseqüências políticas que criam tensões na sustentação de todo o sistema. Onde os liberais asseguram que o sistema continua forte na medida em que as grandes nações obtêm ganhos econômicos e aumentam sua competitividade, os realistas acreditam que o sistema internacional de fato reflete posições de vantagem econômica, **mas estas estão subordinadas ao interesse nacional**"* (Vigevani, 1994; pp 9 e 12, grifo meu)<sup>36</sup>

O pensamento realista parece oferecer uma resposta afirmativa à hipótese que levantamos. Ou seja, que é possível inverter a importância dada à economia, e entendê-la como um instrumento, hoje o instrumento principal, na disputa internacional pela hegemonia do poder. Esse é um argumento que sustentaremos ao longo deste trabalho. Entretanto, a simples menção à corrente realista não seria suficiente para dar credibilidade a essa afirmação. Por isso tentaremos agora desenvolver mais detalhadamente essa questão.

<sup>33</sup> Na acepção de Bobbio, já citada anteriormente (ver nota 25).

<sup>34</sup> Uma sistematização mais pormenorizada da teoria das relações internacionais nos obrigaria a diferenciar os autores considerados tradicionalistas, associados a um primeiro momento da escola realista, preponderante nos EUA na década de 50, e cujos principais expoentes foram Raymond Aron, Hans Morgenthau ou ainda Henry Kissinger. Caracteriza esse primeiro momento a idéia da dualidade guerra x paz, e o conceito de poder elevado ao centro da análise das relações internacionais. Mais recentemente, verificou-se o surgimento de um novo grupo de pensadores dispostos a retomar o estudo da questão do poder, tentando entendê-lo agora como um conjunto de fatores no qual o aspecto econômico, entre outros, passa a ser considerado na importância por ele tomado nas últimas décadas. Fazem parte desse grupo, as vezes identificado como *neo-realista*, autores como Samuel Huntington, Paul Kennedy, Ray Cline e Manfred Wilhelmy. À respeito da corrente realista das Relações Internacionais, pode-se ler Columbus, Theodore A.; *"Introduction to International Relations: Power and Justice"*, Prentice Hall Inc., New Jersey, 1986, ou ainda Fonseca Jr.,1994.

<sup>35</sup> Tal constatação não significa entretanto que a importância do poderio militar, na visão realista, simplesmente tenha deixado de existir. Ao contrário, lembram os realistas que os EUA continuam a primeira potência do mundo, sem ser ultrapassados pelo Japão e pela Alemanha, por exemplo, justamente em função da manutenção de um poder militar quase exclusivo hoje em dia. Também usam o exemplo da Guerra do Golfo para mostrar que em determinadas situações o poderio militar ainda é o fator determinante para exercer, ou provar, a hegemonia do poder, mesmo que os EUA nessa guerra tenham sido intensamente financiados por Japão e Alemanha.

<sup>36</sup> Para um maior detalhamento sobre a maneira como esses pensadores vêem a dinâmica da economia política mundial e a tênue fronteira entre o modelo de mercado liberal e a defesa da hegemonia de poder, ver Gilpin, 1987.

### **Desmistificando o “fim dos Estados nacionais” (a): a “nacionalidade” das empresas transnacionais**

O primeiro ponto a ser questionado é a tão propalada independência adquirida pelas empresas transnacionais, e a suposta “desnacionalização” de suas sedes (usamos anteriormente o exemplo da *Nike* a esse respeito). O economista francês Robert Boyer (1997b) mostra num trabalho intitulado “A empresa global: um projeto mais que uma realidade” que em pelo menos quatro aspectos a transnacionalização das empresas não é assim tão efetiva quanto o marketing globalizante deixa entender. O primeiro desses aspectos é o da internacionalização da produção. Se algumas empresas, como por exemplo do setor automotivo, de fato aumentaram sua capacidade produtiva fora de seus países sede, a maioria entretanto continua concentrando a maior parte da sua produção nos países sede. Assim, Boyer mostra que a Ford é a única empresa com mais de 50% dos seus funcionários no estrangeiro. A General Motors emprega apenas 30% de seus funcionários fora dos EUA, e cerca de 60% das suas vendas são efetuadas no mercado doméstico. A DuPont e a General Electric, por sua vez, só empregam aproximadamente 20% da sua mão de obra fora dos EUA. No Japão, a única exceção é a Sony, com 60% de seus funcionários e de suas vendas distribuídos pelo mundo. Empresas como Honda, Nissan e Matsushita empregam entre 30 e 40% de seus funcionários fora do Japão, e Toyota e Hitachi, apenas 10%. Vemos que a afirmação de que os gigantes industriais modernos são conglomerados transnacionais que há muito esqueceram seus países de origem é relativa. Boyer ressalta que apenas nos pequenos países de economia aberta da Europa é que se verifica, e de longa data, um processo de internacionalização, explicado muito mais pelo pequeno porte (e portanto mercado) dos países-sede do que pelo processo de globalização. Assim, para o economista francês, empresas como Nestlé (Suíça), Eletrolux (Suécia) e até mesmo Shell (Holanda) são extremamente internacionalizadas, empregando de 70 a 90 % dos seus funcionários fora, com vendas no exterior nos mesmos patamares (Boyer, 1997b;pp 21 e 54). Quanto ao caso do setor automotivo e seus “carros mundiais”, citado acima, Boyer ressalta que essas empresas, apesar do marketing “mundial” de seus produtos, concentra nos países no exterior a produção de carros destinados a um público consumidor muito específico, e não para o mundo todo. O Palio por exemplo, carro “mundial” da Fiat construído em Betim e apresentado como tal para imprensa brasileira em abril de 1996, é um veículo destinado essencialmente para os mercados em desenvolvimento (Boyer, 1997a;22).

### **Desmistificando o “fim dos Estados nacionais” (b): O controle tecnológico, os investimentos financeiros, e a nacionalidade dos funcionários de direção nas empresas transnacionais**

O segundo aspecto diz respeito aos setores de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas. Num momento em que as transformações pelas quais o mundo passa se devem justamente aos avanços tecnológicos logrados pelo ser humano, esse setor passou a ser o combustível da competitividade internacional. Seria de se esperar, frente à descentralização das plantas produtivas das empresas por diversos países, que os setores de pesquisa e desenvolvimento também viessem a ser distribuídos pelo mundo. Entretanto isso não acontece. Ainda segundo Boyer,

*“Não somente os países protegem diferentemente os direitos sobre a propriedade intelectual, como as grandes empresas continuam a considerar que a inovação constitui a fonte de sua competitividade, e por isso não deve ser disseminada em espaços geográficos que poderiam ficar fora de seu controle direto ou indireto, através do Estado de suas nações de origem”(Boyer, 1997b;21)*

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. (1996) também confirma esse fato. Citando pesquisas de Hirst e Thompson ele lembra que somente entre 10 e 30 % das pesquisas tecnológicas das empresas transnacionais são feitas em subsidiárias estrangeiras. Diz ainda que:

*“Pesquisa anterior, de Pari Patel e Keith Pavitt, da Universidade de Sussex, já mostrara que as grandes empresas concentram suas atividades de pesquisa e desenvolvimento nas suas bases nacionais. As firmas das principais economias do mundo - Alemanha, Japão e EUA - realizam menos de 15% da sua atividade tecnológica fora do país de origem. A produção de tecnologia, concluem os autores, constitui um caso importante de ‘não-globalização’” (Batista Jr., 1996)*

O terceiro aspecto se refere aos ativos financeiros das empresas transnacionais. Observa-se que o colossal aumento do setor financeiro na economia internacional está mais ligado aos agentes financeiros não produtivos (bancos de investimento; fundos de pensão...) do que às indústrias transnacionais propriamente ditas. Estas continuam, segundo Boyer, a aplicar a maior parte de seu capital nos mercados financeiros locais. Sempre à exceção das empresas originárias das pequenas economias abertas da Europa (Suíça, Suécia, etc...), as grandes empresas norte-americanas e japonesas tem em geral menos de 50% de seus ativos financeiros aplicados fora de seus países de origem (Boyer,1997b;23). Paulo Nogueira Batista Jr. diz que “70 a 75% do valor adicionado nas grandes corporações dos países desenvolvidos é produzido na base nacional dessas empresas (Batista Jr., 1996). Não há também nesse aspecto a propalada transnacionalização e a suposta independência em relação ao país de origem.

Por fim, o quarto aspecto é o da incorporação de funcionários estrangeiros na alta hierarquia das empresas transnacionais. Os dois autores citados convergem mais uma vez sobre o fato que em 1991, por exemplo, só “2% dos membros dos conselhos de administração das grandes empresas americanas eram estrangeiros (Batista Jr.;1996)<sup>37</sup>, e que “a maioria dos conselhos de administração só se compõem de quadros nacionais” (Boyer, 1997b;23).

Parece portanto que o alto grau de internacionalização da empresas transnacionais, propagado pelo discurso globalista, é relativizado quando se observa aspectos importantes como os citados acima. É inegável que esse processo de internacionalização existe, mas parece que ele não ocorre tão rapidamente quanto se pretende. Entretanto, essa simples afirmação ainda não responde de maneira definitiva à hipótese de que os Estados nacionais continuam fortes na busca de

<sup>37</sup> Citando pesquisa de Robert Wade, da Universidade de Sussex.

manter seu poder político internacional e para isso se utilizam das próprias empresas transnacionais. Mas com certeza já se pode perceber, a partir da argumentação acima, que a origem nacional das empresas ainda parece ser mais importante que o seu grau de transnacionalização.

### **Desmistificando o “fim dos Estados nacionais”(c): empresas transnacionais e suas poucas nações de origem**

Se continuarmos a observar o que se diz a respeito das grandes empresas transnacionais, atentar-se-á a um aspecto pouco discutido. O de que, além delas não estarem se emancipando das suas origens nacionais, como foi mostrado logo acima, elas estão concentradas nas mãos de uns poucos Estados nacionais. Num artigo no *Le monde Diplomatique*, Frederic Clairmont observa que as 200 maiores empresas do mundo em 1996 eram originárias de apenas 10 países: 62 eram japonesas, 53 norte-americanas, 23 alemãs, 19 francesas, 11 inglesas, 8 suíças, 6 sul-coreanas, 5 italianas e 4 holandesas (Clairmont, 1997).

Chega-se aí a uma conclusão bastante clara: não somente as empresas transnacionais ainda estão bastante ligadas a suas nações de origem, como as mais importantes se distribuem justamente nos países que compõem os três blocos regionais mais fortes na economia mundial atual, a saber o do sudeste asiático, o norte-americano e o europeu. Não parece ilógico pensar que, tendo em vista a importância tomada pela economia nas relações internacionais, os respectivos Estados nacionais a que pertencem essas empresas possam querer adotar políticas de incentivo para a manutenção do poderio econômico que elas representam. Ou seja, esses Estados estariam assim se utilizando dessas empresas para a manutenção de sua posição de força dentro do cenário mundial. As empresas transnacionais, nas mãos de poucos Estados, seriam então um instrumento eficaz, na economia globalizada, na disputa pelo poder mundial.

Vejamos então alguns exemplos. A fusão entre o interesse do Estado e a ação de suas empresas ficou patente no Brasil quando do episódio da compra dos equipamentos destinados ao Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM. Naquela ocasião, criou-se uma acirrada concorrência entre a empresa francesa Thomson-CSF e a americana Raytheon, ambas gigantes no setor armamentista e de vigilância eletrônica e comunicações<sup>38</sup>. Naquela ocasião, mais exatamente em março de 1995, as pressões oficiais dos respectivos governos chegaram a incluir um telefonema pessoal do presidente norte-americano Bill Clinton ao presidente brasileiro, e rumores da participação da CIA em políticas de influência do governo norte-americano<sup>39</sup>.

*“Em geral as empresas internacionais não se desgarram dos Estados nacionais dos países onde têm origem. Constituem, ao contrário, uma questão de política internacional para esses Estados. Quem tiver dúvidas a esse respeito que recorde, por exemplo, a atuação do governo dos EUA no episódio recente do contrato Sivam. Foi um verdadeiro rolo compressor, sucessivas visitas oficiais, telefonemas de Clinton, pressões as mais variadas, tudo para garantir a vitória do consórcio comandado pela empresa americana Raytheon. O governo da França não deixou por menos. Também fez forte campanha em prol da Thompson, empresa francesa concorrente da Raytheon.” (Batista Jr, 1996)*

Podemos também observar o mesmo processo de interação entre Estados nacionais e suas grandes empresas em outros países. Entre as 200 maiores empresas do mundo, 5 pertencem ao mesmo grupo japonês Mitsubishi. Segundo Clairmont (1997), 37% das despesas do Partido Liberal-Democrático japonês, o PLD - governista - são financiadas por esse grupo industrial. Ainda segundo ele,

*“Assim como no Japão, não há na Coreia do Sul uma linha divisória bem definida entre os Chaebols (conglomerados industriais sul-coreanos -nota minha) e o Estado. Além das subvenções públicas, teriam de somar-se a repressão da classe operária e a liquidação dos direitos da pessoa. Todos os políticos, sem exceção, assim como os membros da alta hierarquia militar são acionistas de primeira importância com assentos nos conselhos de administração das grandes firmas” (Clairmont, 1997).*

<sup>38</sup> A francesa Thomson-CSF é inclusive uma empresa estatal, e primeiro grupo europeu em eletrônica para defesa. A Raytheon foi a trigésima empresa com maiores lucros nos EUA em 1994, e fabrica os famosos mísseis anti-mísseis Patriot, amplamente utilizados na Guerra do Golfo (*Folha de S.Paulo*, 14 de março de 1995, caderno Brasil).

<sup>39</sup> Ver *Folha de S.Paulo*, mês de fevereiro e março de 1994, mais especificamente 14 de março de 1995, pg 1-9. Pode-se ler Ferreira, João S.W. e outros; “O que há por trás do Sivam?”, in *Boletim Rede*, ano III, nº28, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade/CAAL, Petrópolis, abril de 1995.

## Os interesses estratégicos defendidos pelas corporações transnacionais: uma nova interação entre empresas e Estados nacionais

O que se observa de interessante é que não só os Estados nacionais parecem influenciar de forma decisiva a dinâmica de expansão de suas empresas transnacionais, como começa a delinear-se que por trás disso há um interesse que, mais que comercial, parece ser estratégico. Essa palavra aparece quase que naturalmente em uma passagem do mesmo texto de Clairmont:

*“Boeing adquiriu a McDonnell Douglas (14 bilhões de dólares). Desta vez, entretanto, houve uma diferença na estratégia de anexação, já que essa aquisição não partiu da única decisão do conselho de administração da Boeing. Ela havia sido incentivada energicamente pelo **Pentágono** e pelo Depto. de Comércio, preocupados em favorecer a penetração do setor americano da indústria aeroespacial no mercado internacional. ... Neste exemplo, as considerações **estratégicas** são indissociáveis da busca de lucro. Pois os padrões da Boeing e os departamentos de **Defesa** e de comércio dos EUA visavam mais que uma extensão das partes de mercado abertas às exportações americanas. Para eles, a hora havia chegado de marginalizar, ou até de liquidar a Airbus. Com a aquisição da McDonnell Douglas, Boeing detém agora 64% do mercado mundial” (Clairmont, 1997, grifo meu).*

O vocabulário bélico parece absolutamente apropriado ao caso. O que se observa é de fato uma verdadeira guerra econômica na qual os dez países a que pertencem as maiores empresas mundiais disputam passo a passo uma melhor posição no jogo da economia mundial globalizada. Essa corrida leva a um novo tipo de monopólio, onde algumas empresas conseguem dominar de maneira irredutível setores importantes da economia mundial. Assim, cinco empresas apenas detêm mais da metade do mercado mundial em setores tão diversos como o aeroespacial, o de equipamentos elétricos, o de componentes eletrônicos, o de software, o de bebidas não alcoólicas, o de tabaco, o de bebidas alcoolizadas e o de restauração rápida. Segundo o *Financial Times* de 15 de dezembro de 1988, 13 empresas eram, em 1980, responsáveis por 80% do faturamento da indústria de pneus. Em 1990 eram apenas seis empresas para 85% da produção do setor. Para o *Groupe de Lisbonne*, parece plausível que até o ano 2000 apenas três ou quatro empresas de pneus detenham o monopólio total de sua produção.

O papel desempenhado pelas empresas no campo da competição econômica no mercado mundial interessa especialmente aos Estados nacionais, e mais ainda àqueles dez a que pertencem as 200 maiores empresas do mundo. Pois o que está em jogo é o controle estratégico de mercados mundiais importantes. Para o *Groupe de Lisbonne* há hoje um novo tipo de interação entre Estado e empresas, que teriam entrado em uma nova era de alianças dinâmicas (1995;124). Essas alianças pressupõem a atuação do Estado como ponta-de-lança político nas negociações econômicas internacionais. Parece cabível argumentar que o tipo de papel desempenhado pelos Estados nacionais nas relações internacionais está mudando, do âmbito tradicional do confronto da força militar para o do confronto econômico. Ou seja, a importância tomada pela concorrência internacional entre grandes conglomerados industriais é real, a ponto de ser até possível dizer que os Estados nacionais parecem estar se empenhando cada vez mais nesse processo, utilizando as empresas como razão de sua política internacional, ou até como instrumento de influência nas relações internacionais, o que ratifica a hipótese que levantamos anteriormente. Resta saber ainda porque se poderia pretender que a concorrência entre as grandes empresas pode ser considerada de algum interesse estratégico para as nações, entendendo-se por interesse estratégico a busca da hegemonia do poder na disputa entre as nações? Mais uma vez, é nas idéias dos pensadores realistas que poderemos encontrar algumas respostas à essa questão.

### A ECONOMIA COMO FATOR DETERMINANTE DE PODER: UMA ABORDAGEM REALISTA

Dissemos nos parágrafos anteriores que na economia globalizada, a disputa entre Estados (e sobremaneira entre os 10 Estados “proprietários” das 200 maiores transnacionais), através de suas empresas transnacionais, parece ser uma disputa estratégica, visando o poder consequente do controle monopolístico de setores econômicos importantes. Esse raciocínio pressupõe entender que a economia pode ser determinante de poder. Mais uma vez, a ótica realista deixa clara essa relação entre economia e poder.

Como sistematiza muito claramente Cline (1983), a ótica realista vê o sistema internacional como um modelo do qual os principais atores são os Estados nacionais, que buscam acima de tudo maximizar o seu poder. O poder de uma nação é determinado, ainda sob o prisma realista, por uma “mistura de debilidades estratégicas, econômicas e políticas”. Ou seja, determinam o poder de uma nação vários fatores, entre os quais os mais importantes são o militar, as características geográficas e geológicas do território, sua situação geoestratégica, **o potencial econômico** determinado pelas suas riquezas materiais e naturais e por sua capacidade produtiva, e enfim a coesão nacional da população, garantida por um elevado nível de educação, de satisfação para com o regime, uma distribuição justa da renda, e assim por diante. Kissinger (1995;17) fala que na história os conceitos tradicionais de poder sempre se basearam numa síntese “da força militar, política e econômica, que em geral mostraram ser simétricas”.

Essa interpretação realista dá uma resposta à aparente incompatibilidade entre o crescimento da competitividade econômica e a importância relativa dos Estados nacionais no cenário mundial. Pois vimos que com a transnacionalização das indústrias e do capital aumentou a concorrência internacional por um maior mercado ou o monopólio mundial em determinado setor. As 200 maiores empresas do mundo são empresas de atuação mundial (Clairmont,1997) de onde se deduz que hoje o enriquecimento de empresas tem forte ligação com seu grau de transnacionalização. Com isso o palco mais propício ao fortalecimento econômico das indústrias deslocou-se da escala nacional, na qual a força de uma empresa se mede pelo nível de sua contribuição à riqueza da nação através de sua produtividade (e vendas) no país (em porcentagens do PIB), para a

escala mundial, na qual sua força se mede pela capacidade em contribuir para o enriquecimento da nação (em porcentagem do PNB) atuando não só no país mas também nos mais diversos cantos do planeta e atendendo um mercado cada vez mais abrangente. Ou seja, as 200 maiores empresas também são responsáveis pelo enriquecimento e fortalecimento econômico de seus países de origem, já que como vimos elas mantêm com eles fortes laços (não se pode negar a evidência que empresas transnacionais como a Sony ou a Ford produzem, antes de tudo, riqueza para o Japão e os EUA, respectivamente). Em outras palavras, as empresas transnacionais são, no sistema internacional de economia globalizada, o instrumento com maior potencialidade para contribuir com o enriquecimento de uma nação (quando a nação puder ter empresas do tipo, evidentemente).

Por outro lado, vimos que na ótica realista o enriquecimento tem importância na “mistura das debilidades estratégicas, econômicas e políticas” proposta por Cline, que determina o poder da nação. Seja no que tange à sua capacidade produtiva, seja no que diz respeito a seu grau de alfabetização, de produção tecnológica, de bem-estar social ou de equidade na distribuição da renda, fatores estes que garantem a chamada coesão nacional, todos esses aspectos estão diretamente relacionados ao nível de riqueza da nação. Como as empresas transnacionais se tornaram hoje o principal instrumento de competitividade e enriquecimento de um país, fica clara a relação entre o interesse de cada Estado em incentivar e proteger suas empresas mais competitivas e o poder que ele ganha com isso.

O empenho estatal na manutenção da competitividade de suas empresas pode hoje ser considerado como o esforço estratégico de maior porte dos Estados nacionais, especialmente daqueles que não têm condições de manter alguma hegemonia no âmbito do poderio militar (como o Japão ou a Alemanha, que atingiram uma posição de poder apoiados essencialmente na sua força econômica). Mas até aqueles que dispõem desse poderio, como os EUA, não abrem mão da competitividade de suas empresas no complexo jogo internacional. Por isso acreditamos que se possa dizer que hoje a capacidade econômica de uma nação tornou-se, devido às transformações impostas pela globalização, o principal fator de avaliação do poder exercido por essa mesma nação. Isso significa dizer que nos tempos atuais a economia tornou-se o principal instrumento na disputa pela hegemonia do poder mundial. O que quer dizer também que a importância dos Estados-nacionais continua em primeiro plano na disputa por essa hegemonia. Tal fato fica explícito na afirmação feita pela Secretária de Estado do governo Clinton, Madeleine Albright, ao *The Wall Street Journal Europe* de 21 de janeiro de 1997: “Um dos objetivos maiores do nosso governo é assegurar-se que os interesses econômicos dos Estados-Unidos poderão se estender à escala planetária”. Parece que o que interessa à General Motors interessa, sim, aos Estados Unidos.

## CAPÍTULO 3

### O FIM DA GUERRA FRIA E A “VITÓRIA” DO LIBERALISMO

Apesar da importância da discussão levantada no capítulo anterior, parece-nos que a discussão que se coloca para entender a organização do mundo globalizado não é aquela que discute a pertinência ou não em argumentar-se que o Estado nacional se viu enfraquecido face à importância tomada pela economia. Pois exceto para os pensadores globalistas ultraliberais<sup>40</sup> que estão convencidos que as grandes decisões mundiais são tomadas pelos rumos virtuais do capital financeiro, ou menos radicalmente, pelos presidentes e diretores das grandes corporações, a maioria das correntes de pensamento ainda vê os Estados nacionais como os principais atores na estruturação das relações internacionais, mesmo que em um cenário em que a economia passou a ter uma importância significativa. Essa será, portanto, a visão que adotaremos daqui em diante. A de que os Estados nacionais são os atores principais de um sistema internacional que se organiza, doravante, segundo parâmetros econômicos de poder. Onde a disputa entre Estados ainda é, portanto, política.

Segundo as correntes de pensamento estudadas, vimos que a afirmação que fazemos se reveste de um forte caráter realista. De fato, a teoria realista permite dizer que os Estados nacionais ainda são a base estruturadora do sistema internacional, sendo que houve, em função da globalização, uma mudança no instrumento de poder das Relações Internacionais. Se anteriormente esses instrumentos eram as armas, hoje a economia se tornou, ainda no enfoque realista, o instrumento mais adequado para garantir a hegemonia do poder a uma determinada nação. As relações internacionais passaram portanto do paradigma da relação de forças militares para um novo paradigma, em que vale a relação da força econômica. A análise da história mundial recente parece comprovar essa argumentação. As transformações de caráter político ocorridas no mundo, notadamente o fim das economias planificadas do leste europeu, foram comumente entendidas como a “vitória” não da força militar ocidental, mas do sistema econômico capitalista. Em outras palavras, o fim de uma contenda política parece ter ocorrido em função de uma vitória econômica, ou melhor, em função de um enfrentamento que no fim das contas fez mais uso do instrumento da economia do que do das armas. Até que ponto podemos afirmar que a Guerra-Fria, enquanto durou, foi uma guerra essencialmente política, e não econômica? Até que ponto podemos afirmar que a reestruturação da ordem mundial ocorrida com o fim da Guerra-Fria pode ser entendida como a expansão vitoriosa de um modelo econômico? Existem autores que defendam tal ponto de vista? É desses assuntos que trataremos neste terceiro capítulo.

#### O FIM DA GUERRA FRIA: UMA MUDANÇA DO PARADIGMA POLÍTICO PARA O PARADIGMA ECONÔMICO?

O período da Guerra Fria (1945-1989) caracterizou-se pela chamada bipolaridade, quando a hegemonia do poder mundial era dividida pelas duas superpotências, a saber, EUA e URSS, acompanhadas à distância por potências intermediárias

<sup>40</sup> Para quem aliás o Estado não deveria quase ter papel nenhum, seja nacional ou internacionalmente.

como a China ou mesmo alguns países da Europa Ocidental. Entretanto, tanto chineses como europeus eram facilmente classificáveis, não obstante as tensões e o rompimento sino-soviético (em 1963), como pertencentes aos “campos” soviético e norte-americano, respectivamente. A competição entre as superpotências se dava essencialmente no campo militar, e por isso essa época foi marcada pela corrida armamentista que levou à proliferação das armas nucleares. A política externa americana dessa época caracterizou-se pela chamada *política de contenção*, estruturada em torno do interesse dos EUA em conter, em qualquer parte do mundo, e sobretudo em áreas estratégicas, a possibilidade do avanço da influência soviética. Isso resultou na proliferação de acordos de aliança com os mais diversos países e de bases norte-americanas em áreas circundantes ao território soviético, como o Caribe (especialmente a base de Guantanamo, na Ilha de Cuba), o sudeste asiático (Coreia do Sul, Japão, Filipinas...), Ásia continental (Índia, Paquistão, Tailândia...), Oriente Médio (Irã, Arábia Saudita, Israel...), a Europa Ocidental, e assim por diante. Também provocou guerras como a da Coreia (1948-53) e especialmente a do Vietnã (1965-73), ou ainda diversas invasões ou operações secretas para promover regimes simpáticos à hegemonia americana. A URSS, por sua vez, caracterizou-se pela constante tentativa de manter ou ampliar sua hegemonia continental<sup>41</sup>, o que resultou em alianças similares (notadamente na Europa Oriental, Ásia, e alguns pontos isolados na África, Oriente Médio e América Central), guerras e invasões (a última tendo sido a do Afeganistão, de 1979 a 89). Ou seja, apesar do nome, pode-se dizer que a Guerra Fria caracterizou-se justamente pelo seu belicismo, que se não pôde ser observado em um confronto direto (que resultaria na destruição do mundo pelas armas nucleares), deu-se por meio dos chamados *conflitos periféricos* ou *localizados*, nos quais EUA e URSS se enfrentaram por intermédio de guerras convencionais entre seus aliados espalhados pelo mundo. O que é importante ser ressaltado, porém, é o fato desse período ter-se caracterizado pela constante busca de poder por parte das superpotências, por intermédio essencialmente da dissuasão e/ou enfrentamento militar.

As transformações tecnológicas das comunicações provocaram uma mudança drástica desse cenário. Comprovando as previsões de McLuhan, os modernos sistemas de comunicação de massa foram um dos principais responsáveis pela difusão e conseqüente fortalecimento dos levantes de oposição aos regimes centralizados do mundo comunista, que culminaram na queda do Muro de Berlim em 1990, episódio-símbolo do fim da era da Guerra Fria. Num mundo sem mais conflitos ideológicos, o confronto de poderes por intermédio da guerra foram ficando mais raros. Já em 1990, OTAN e Pacto de Varsóvia declaravam não ser mais inimigos. O mundo parecia unificar-se em torno de um mesmo campo, e as tensões belicistas da Guerra Fria rapidamente pareceram, aos olhos do mundo, “demodés”.

Não havendo mais conflito entre superpotências (à exceção da China, que entretanto nunca mostrou efetivamente, após os anos 90, sinais de belicismo para com o mundo ocidental), os especialistas em relações internacionais se voltaram para o estudo de quem, doravante, iria assumir a hegemonia do poder na “nova ordem mundial”. Rapidamente, autores realistas como Kennedy (1989) e Huntington (1992;1994a) perceberam o lento declínio dos EUA, que, uma vez eliminado o quesito “poder militar”, parecia pouco a pouco perder terreno no campo econômico para os novos gigantes Japão e Alemanha. Como para os realistas esse é um aspecto importante no rol de condicionantes que permitem quantificar o poder de uma nação, a percepção de que o poder dos EUA perdia terreno para as potências emergentes foi uma conseqüência coerente. Ocorre que tais potências emergentes eram essencialmente potências econômicas, com poderio militar reduzidíssimo<sup>42</sup>. O passo para considerar o potencial econômico como uma dimensão determinante na constituição das hegemonias da nova ordem mundial estava dado. Apesar de tudo, os EUA continuavam mantendo uma total supremacia militar sobre qualquer outra nação (ainda mais com o esfacelamento da URSS). Huntington chamou a nova ordem mundial de “unimultipolar”, na qual os EUA, apesar de manter sua supremacia, via-se obrigado a dividi-la com os novos atores econômicos de peso. No mesmo sentido, mas dando menor ênfase ao poder norte-americano, Samir Amin (1991) - que não é considerado realista - classificou a “nova mundialização” como o surgimento de um sistema “tripolar” (EUA, Japão e União Européia). Vemos portanto que a passagem de um paradigma “ideológico” para um paradigma “econômico” parece ser natural sob o enfoque realista.

### **A reviravolta no cenário político: uma “vitória” do livre-mercado ?**

É importante ressaltar que nos três últimos parágrafos abordamos aqui um fato novo, que ainda não havia sido discutido anteriormente. O de que simultaneamente ao acelerado processo de *globalização* da economia, o mundo passou por uma reviravolta em seu cenário *político*. Seria incorreto pretender que as mudanças políticas que ocorreram no início dos anos 90 não tiveram nenhum tipo de relação com a globalização econômica. Mas também parece-nos precipitado pensar que são sinônimos um do outro. Porém, pela própria simultaneidade desses eventos, as transformações políticas ocorridas no leste europeu e na URSS são comumente entendidas como apenas um aspecto da globalização, ou como a derrubada do último bastião que impedia a total implantação, no planeta, da economia capitalista globalizada. Esse não deixa de ser um argumento real. Entretanto, deve ser relativizado. Porque esse raciocínio fez com que se associasse automaticamente as transformações políticas nos países antes comunistas com a conquista do livre mercado. Se é possível aceitar que no caso do bloco comunista a transformação política se deu de fato associada a uma exigência de transformações do modelo econômico, isso não significa obrigatoriamente que sempre que se estabeleça uma mudança política rumo à um modelo mais democrático tenha que se adotar obrigatoriamente o livre-mercado. Ou seja, o conceito de “vitória” da economia de mercado (identificada com a economia globalizada), e mais especialmente dos EUA, tão difundido com o fim da Guerra Fria, deve ser visto com cuidado.

A idéia de uma “vitória” dos EUA na Guerra Fria é uma idéia de cunho realista. O simples conceito de *vitória* está associado à noção de *confronto*, e em última instância, de *guerra*. O termo *Guerra Fria* é um conceito associado ao de *poder*, que traduziu aliás a predominância de pensadores realistas - especialmente Henry Kissinger - à frente da política externa

<sup>41</sup> A respeito da importância do poder continental face ao oceânico, pode-se ler Mello, 1994.

<sup>42</sup> Como perdedores da Segunda Guerra Mundial, Japão e Alemanha tiveram sua produção bélica desde então reduzida e fiscalizada.

norte-americana dos anos 50 em diante. É inegável portanto que nesses termos a desintegração de um dos campos, e especialmente sua adesão ao ideário do campo adverso, deve ser entendida como uma vitória, o que releva da mais simples lógica militar. Segundo Henry Kissinger,

*“Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos participaram de uma luta ideológica, política e estratégica com a União Soviética ... A vitória foi, de fato, o que os Estados Unidos conseguiram na Guerra Fria” (Kissinger, 1995;16-17)*

O que se observa entretanto é que essa simples constatação abre espaço para uma infinidade de interpretações. Pois a pergunta que se coloca é: o que significa, realmente, a “vitória do ideário norte-americano”? Apenas uma nova aliança militar que rompe com o chamado “equilíbrio do terror” da era nuclear? Ou a adoção de um modelo político oposto ao centralismo planificado antes vigente na URSS? Ou a adoção de um novo modelo econômico?

Apesar da ótica realista sobre a Guerra-Fria ter focado prioritariamente o conflito ideológico e militar (sem deixar de dar importância, como vimos, à dimensão econômica do poder), ninguém pode negar que o esfacelamento do mundo comunista abriu as portas para a implantação de um novo modelo econômico de livre mercado, e que foi dada a esse fato uma atenção maior do que a dimensão da vitória militar alcançada pelos EUA. De fato, até hoje, enquanto a discussão sobre as virtudes ou fracassos do novo modelo econômico na ex-União Soviética é tema recorrente na mídia, o destino, divisão e controle do arsenal nuclear soviético, ainda intacto, é questão menos discutida fora dos círculos especializados no assunto.

Cabe-se perguntar então porque a “vitória” na Guerra Fria é interpretada como uma vitória econômica, apesar da predominância do enfoque realista no estudo das relações internacionais nesse período, que priorizava a questão política? Porque essa súbita mudança na influência de uma corrente de pensamento tão presente anteriormente? A resposta talvez esteja na suposição de que o fim da Guerra Fria pode não ter representado uma mudança real e tão drástica nos termos das relações internacionais, a ponto de podermos dizer que se passou de um período regido pelo paradigma ideológico para um paradigma econômico. Ou seja, poder-se-ia pensar que mesmo durante a Guerra Fria, o que regia as relações internacionais já era a questão econômica? Nesse ponto, o realismo clássico, ao focar essencialmente a Guerra Fria como um conflito ideológico, não oferece uma boa resposta. A argumentação que nos permitirá levantar a suposição de que talvez não tenha havido com o fim da Guerra Fria uma mudança tão drástica quanto se pretende de um padrão político para um novo padrão econômico se baseia em três pontos básicos.

### **A economia soviética integrada ao sistema econômico mundial**

Em primeiro lugar, a idéia de que a URSS esteve durante a Guerra Fria totalmente isolada da economia mundial, ou que era, como argumenta Kissinger<sup>43</sup>, um anão econômico, é errada. Ao contrário, pode-se dizer que o país sempre fez parte integrante da economia mundial, mesmo que timidamente se considerado seu tamanho. Em 1987, por exemplo, alguns anos antes do seu desmantelamento, a URSS exportou cerca US\$ 97,5 bilhões em maquinaria, ferro e aço, petróleo cru, produtos alimentícios, gás natural, madeira produtos de papel e têxteis para seus principais parceiros comerciais e importou US\$ 47,2 bilhões em 1985, também dos seus parceiros mais importantes. O que surpreende é que esses parceiros mais importantes eram, além da Alemanha Oriental e da Tchecoslováquia, do mesmo bloco político que a URSS, a Itália, França, Japão e EUA, todos pertencentes ao bloco político adversário. Mesmo distantes do volume de exportações dos EUA na mesma época (cerca de 250 bilhões em 1987), os valores apresentados pela URSS se aproximavam dos de países como França (cerca de US\$ 142 bilhões em 1987) e ultrapassavam em muito os de países como a Espanha (cerca de US\$ 27 bilhões em 1986), sendo a URSS o sétimo exportador mundial em 1987 (em valores absolutos), e o terceiro maior PIB do planeta<sup>44</sup>. A URSS não era, portanto, nenhuma anã na economia. E além disso, considerando seu isolamento político, a URSS estava também bastante integrada ao sistema econômico internacional, não obstante o seu conflito ideológico com o chamado “bloco ocidental”.

### **A Guerra Fria enquanto disputa de âmbito econômico**

Em segundo lugar, pode-se argumentar que a própria Guerra Fria, apesar de seu caráter militar-estratégico-ideológico, sempre teve como pano de fundo uma disputa de âmbito econômico. Pois a motivação ideológica do confronto apenas servia para legitimar uma disputa de caráter essencialmente econômico: aquela entre a tentativa de hegemonização do sistema de acumulação capitalista de livre mercado e o sistema centralizado de planificação econômica defendido pela URSS. Ideologias que se diferenciavam portanto, em sua essência, pela forma de alocação, multiplicação, apropriação e distribuição do capital. Deve-se lembrar, é verdade, que a divergência econômica coexistia com a discussão sobre o papel, a forma, a função e a legitimidade política do Estado nacional<sup>45</sup>. Mas mesmo assim, a economia era questão central, já que a própria origem política do Estado marxista-leninista está na discussão sobre a apropriação do capital pelo operariado. É verdade que na prática as ações das superpotências naquele período se centraram em políticas militares e estratégicas de contenção, mesmo que com altos custos econômicos. Ou seja, se centraram na luta política pela hegemonia do poder<sup>46</sup>, o que legitima o

<sup>43</sup> “No mundo da Guerra Fria ... a União Soviética era uma superpotência militar e ao mesmo tempo um anão econômico”. (Kissinger; 1995,17)

<sup>44</sup> Dados obtidos em “L’etat du monde 1988: Annuaire économique et géopolitique mondial”; La découverte, Paris, e em “World Economic Report”, 1988, The World Bank-Oxford University Press.

<sup>45</sup> Observe-se que o desmantelamento da URSS se deu também em função de dificuldades de gestão da economia por parte do governo centralizado e planificador, que não conseguiu fazer frente à problemas de ordem econômica, como a corrupção endêmica no seio da oligarquia dominante (a *nomenklatura*), as dificuldades de abastecimento, de sustentar os gastos militares, de manter políticas de preço controladas, etc.

<sup>46</sup> Ver a respeito Manfred Wilhelmy, “política Internacional, enfoques y realidades”, in *Programa RIAL*, ???, 1987.

enfoque teórico realista. Porém, é inegável que na sua essência a disputa travada na Guerra Fria sempre foi, em última instância, uma disputa centrada em uma questão de âmbito econômico.

Nesse sentido então, entende-se porque o fim da Guerra Fria, apesar da importância dada pelos realistas à questão ideológica e política, é visto hoje como a “vitória” de um modelo econômico (liberal), associado à um modelo de Estado (democrático). Nunca houve efetivamente uma ruptura de uma situação de isolamento econômico e tensão ideológica para outra pautada unicamente pela economia, já que sempre existiu um paradigma econômico motivando o confronto entre as superpotências. Tal fato não elimina a validade da interpretação realista de que a Guerra Fria foi uma disputa de poder que se deu através do instrumento militar. Mas há que ser dada a devida importância à essência econômica dessa disputa. Com o fim da tensão militar, pode-se entender que a busca estratégica de poder por parte das novas potências tenha começado a se dar exclusivamente por meio do instrumento da economia, dentro das inúmeras possibilidades de confrontos e competição que o sistema capitalista permite.

O último ponto, que está bastante relacionado com o que acabamos de escrever, se baseia na idéia de que o período da Guerra Fria, que durou pouco mais de 40 anos, pode ter sido apenas um episódio na história de um sistema econômico mundial capitalista do qual a Rússia, antes da revolução bolchevique, era parte integrante (e voltou a tornar-se com o fim da URSS). Para discutir esse argumento, seria interessante observar o que alguns pensadores dizem a respeito.



Uma corrente de pensadores das relações internacionais, encabeçada pelo renomado historiador francês Fernand Braudel (1978)<sup>47</sup>, defende a idéia de que o mundo sempre se organizou em sistemas por ele chamados de *economias-mundo*. A economia-mundo seria um sistema econômico, ocupando determinado espaço geográfico mas não necessariamente o planeta inteiro. Esse sistema englobaria uma estrutura de relações econômicas entre Estados nacionais, e seria hierarquizado entre um centro, ou pólo, e zonas intermediárias e periféricas, com relações econômicas menos intensas. Para Braudel, a história foi marcada por diferentes economias-mundo que se organizaram em torno dos pólos dominantes de sua época, como por exemplo Veneza e Gênova no séc. XIV, Amsterdã no séc. XVII, ou Londres no séc. XIX. Para Arrighi (1996), a história, desde o surgimento do capitalismo, há seis séculos, se dividiu entre quatro ciclos sistêmicos de acumulação<sup>48</sup>. Na análise de Arrighi cada ciclo sistêmico, mesmo dentro do capitalismo, se caracteriza por ser um sistema econômico próprio, abrangendo áreas geográficas mais amplas que os Estados nacionais, mas que gira em torno da interação desses mesmos Estados, e sob o domínio de um Estado hegemônico. Na mesma linha de pensamento, Immanuel Wallerstein (1978;1994) propõe o conceito de “sistemas-mundo”<sup>49</sup>, que, como Arrighi, enfoca mais especificamente o capitalismo moderno. Para esse autor, há dois tipos de sistemas mundiais, ambos caracterizados pela integração das atividades econômicas. As economias-mundo, nas quais coexistem diversos sistemas políticos, e o império-mundo, no qual existe um só sistema político.

A partir do séc. XVI organiza-se uma *economia-mundo* em torno do modo de produção capitalista. Mesmo que subdividida em uma sucessão de pequenos ciclos sistêmicos, ou de diversas economias-mundo de menor porte, ela se caracterizou por incorporar, a partir das Cidades-Estado do séc. XIV e posteriormente da expansão européia do séc. XV, um sistema integrado de trocas comerciais que foram se intensificando à medida que a humanidade progredia no domínio de novas tecnologias. Esse progresso foi justamente responsável pela alternância de pólos centralizadores, em virtude da capacidade de determinada nação em determinada época em controlar melhor que as outras um conjunto de fatores que iam do crescimento econômico ao poderio militar (uma visão muito próxima da dos realistas). Assim a Inglaterra do séc. XVIII iniciou um ciclo de dominação graças aos avanços no sistema de produção por ela alcançados com a Primeira Revolução Industrial, que por sua vez permitiu o enriquecimento do país e a estruturação de uma força militar naval capaz de impor sua hegemonia no planeta<sup>50</sup>. Esses ciclos seriam formas de economias-mundo em menor escala, que se sucederam na estruturação da economia-mundo capitalista. Nesse sentido, e ressaltando a proximidade com o ideário realista (“Ascensão e queda das grandes potências” é, por exemplo, o título de um livro do realista P. Kennedy) Ianni assinala que,

*“É obvio que a economia-mundo capitalista está permeada de economias-mundo menores ou regionais, organizadas em moldes coloniais, imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos. Ao longo da história da economia-mundo capitalista houve e continua a haver a ascensão e queda de grandes potências, como centros dominantes de economias-mundo regionais” (1995,32).*

Uma das características das economias-mundo é que elas têm limites geográficos definidos, e se formam em função do momento histórico em que se incluem. A economia-mundo capitalista proposta pelos autores citados acima foi se expandindo e incorporando ao longo do tempo um número cada vez maior de Estados nacionais. Wallerstein (citado por Ianni), assim explica tal processo:

*“Na história moderna, as reais fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista expandiram-se intensamente desde suas origens, no século XVI, de tal maneira que hoje elas cobrem toda a Terra ...Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados, que podemos denominar ‘cadeias de mercadorias’, de tal forma que, para qualquer processo de produção na cadeia, há certo número de vínculos para adiante e para trás, dos quais o processo em causa e as pessoas nele envolvidas dependem ... Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação do capital” (Ianni, 1995;32)<sup>51</sup>*

Para Wallerstein, então, a economia-mundo capitalista se forma antes até da divisão do trabalho, do surgimento do trabalho assalariado, e da acumulação intensiva do capital. Surge a partir do momento que se criam laços de comércio acima dos Estados nacionais, formando um entrelaçamento de relações interdependentes.

## O conceito de economia-mundo capitalista e a Guerra Fria

Como entender, nessa perspectiva, o advento da Guerra Fria ? A resposta a essa pergunta está na discussão sobre até que ponto pode-se considerar que uma determinada economia está integrada ou não no que Wallerstein chama de

<sup>47</sup> A idéia de economia-mundo está sistematizada numa visão mais contemporânea em Braudel, Fernand; “A dinâmica do capitalismo” ed. Teorema, Lisboa, 1986, citado por Ianni, 1995, p28. Ianni (1995;29) destaca que as análises de Braudel são marcadamente historiográficas e geográficas, mesmo que dentro de um sistema regido pela economia. Ortiz (1994;17) lembra que o conceito de sistema-mundo, entendido como um conjunto de sociedades globais menores (que podem ser nações, impérios ou civilizações), foi cunhado já em 1950, por G. Gurvitch (“Les types de société globale”, in *La vocation actuelle de la sociologia*, Paris, PUF, 1950).

<sup>48</sup> O genovês (ou genovês-ibérico), que se inicia em 1450, o holandês, iniciando-se em 1600, o inglês, que marcou o surgimento do capitalismo industrial a partir de 1780, e enfim o americano, que se inicia de fato ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1945.

<sup>49</sup> Que não tem nenhuma relação com a teoria sistêmica das relações internacionais (ou institucionalista), assim identificada por Ianni (1995) e citada anteriormente.

<sup>50</sup> Observe-se a semelhança conceitual com a análise histórica feita por Huntington (1992b) (realista) e suas quatro fases da disputa do poder mundial a partir do séc XVIII, já citadas na página 43.

<sup>51</sup> Immanuel Wallerstein, “*The politics of world economy*”, Cambridge University Press, Cambridge, 1988, pp.2-3, citado por Ianni, 1995;32.

“cadeia de mercadorias”. Em outras palavras, pode-se dizer que a URSS da Guerra Fria ou a China dos dias de hoje pertencem à uma mesma cadeia de mercadorias de âmbito capitalista? Vimos que os números apresentados pela economia soviética em meados da década de 80 talvez permitam dizer que sim. Quanto à China, qualquer paulistano que se dirija a uma loja de brinquedos inundada por baratíssimos produtos chineses poderá por sua vez perceber o resultado da integração daquele país à economia-mundo capitalista.

Essa é uma discussão delicada. Sob a ótica de Wallerstein, a inclusão desses países poderia ser aceita pois é a diversidade de sistemas políticos que caracteriza a força e a maleabilidade da economia-mundo capitalista:

*“A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo tenha sobrevivido por quinhentos anos e que ainda não tenha chegado a transformar-se em um império mundo, peculiaridade que é o segredo de sua fortaleza. Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo tem sido capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro de seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos” (Wallerstein, 1979, citado por Ianni, 1995;29)<sup>52</sup>*

Como disse Wallerstein, a possibilidade da diversidade política é que confere toda sua força à economia-mundo capitalista. Pode-se portanto indagar se a URSS constituiu na Guerra Fria uma outra economia-mundo alternativa à capitalista, ou se justamente ela foi parte integrante da economia-mundo capitalista, sua diferença política sendo característica normal do sistema<sup>53</sup>.

### O império-mundo e a universalização de um modelo econômico de motivação política

Como foi visto, economias-mundo se caracterizam por ter limites geográficos bem definidos. Ou seja, a resposta à pergunta se a URSS da Guerra Fria fazia parte (ou se a China de hoje faz parte) da economia-mundo capitalista dependerá da resposta a uma outra questão: em que medida as fronteiras do mundo capitalista terminavam (ou terminam) nas fronteiras com esses países?

Para os pensadores realistas, as formas de organização política são as que realmente importaram na história das relações internacionais e na disputa pelo poder mundial. Durante a Guerra Fria. Já para autores como Wallerstein, o sistema no qual se integravam EUA e URSS sempre foi um mesmo sistema econômico onde o que estava em jogo era, desde sempre, formas diferentes de organização econômica, que traziam consigo formas diferentes de exercício do poder político. A diferença entre essas duas visões está portanto na ordem dos fatores.

Na ótica realista, mesmo que URSS ou China tenham produzido (ou o estejam ainda fazendo) riqueza nos moldes impostos pelo comércio internacional, suas formas de organização política completamente opostas àquelas defendidas pelos EUA e seus aliados não permitiriam dizer que esses países estavam integrados à economia-mundo capitalista. Já para os pensadores marxistas, seria possível entender que a economia-mundo capitalista englobaria tanto URSS como a China, pois todos se organizam em função da produção da riqueza, e as diferenças quanto à sua apropriação ou ao modelo político praticado fazem parte da diversidade típica do sistema.

Seria extremamente interessante propor uma fusão dessas duas visões<sup>54</sup>. Aceitando o conceito de economias-mundo e de império-mundo (visão marxista), e adotando também a visão realista de que a URSS da Guerra Fria não se integrava (e a China de hoje não se integra) nesse sistema, podemos concluir que as fronteiras da União Soviética e da China eram, na Guerra Fria, as fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista.

<sup>52</sup> Immanuel Wallerstein, “El moderno sistema mundial”, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979, pp489-491, citado por Ianni, 1995;29.

<sup>53</sup> Samir Amin é sem dúvida um dos autores que mais longe leva esse raciocínio. Para o sociólogo egípcio, a URSS tentou propor ao mundo uma organização alternativa da economia e das formas de apropriação do capital, assim como tentavam fazer a grande maioria dos países em desenvolvimento. Dentro da economia-mundo capitalista, a Guerra Fria teria representado, segundo esse autor, a radicalização de dois modelos de organização econômica, onde os EUA representavam o campo dos países industrializados, e a URSS o dos países vitimados pela espoliação econômica do imperialismo, ou seja, a periferia do sistema. Diz Amin: “o conflito leste-oeste aparece como um conflito socialismo-capitalismo quando se trata apenas de uma forma - mas a mais radical - do conflito centro-periferias” (Amin, 1991;7) Essa discussão é bastante polêmica. Uma crítica feita por Peter Worsley a Wallerstein é bastante elucidativa: “na minha visão, pelo contrário, existem profundas diferenças políticas, econômicas e culturais entre os países do Primeiro Mundo e os países comunistas(...), e não simplesmente em termos exclusivos de economia.(...) Portanto, para todo o período da Guerra Fria até este ano, era inadequado meramente ultrapassar essas diferenças classificando simplesmente, digamos, a Coreia do Norte, como unidades ‘periféricas’ ou ‘semiperiféricas’. A possibilidade de que a maioria dos estados do Leste europeu(...) possam tornar-se economicamente atrelados ao mercado mundial capitalista é uma nova possibilidade, não uma possibilidade de longa data, como insistia em afirmar o modelo de Wallerstein” (Worsley, 1994;100).

<sup>54</sup> Essa aproximação conceitual não é tão estranha. Há verdadeiramente grande proximidade entre a visão de Wallerstein e de outros pensadores identificados com o marxismo e a visão realista. Albert Bergesen o mostra no seguinte trecho: “Na teoria das relações internacionais, a posição realista e neo-realista argumenta que o sistema do estado internacional é um produto das lutas pelo poder entre os estados soberanos, numa situação de anarquia internacional. (...) Na sociologia, a perspectiva do sistema mundial associada a Immanuel Wallerstein apresenta um conjunto bastante similar de conjecturas. Nesse aspecto, o mundo é considerado como um conjunto de estados ou nações desenvolvidos ou subdesenvolvidos, cuja interação, através de processos de permuta desiguais, produz uma divisão periférica global do trabalho. O comércio e as trocas constituem o mecanismo social principal para a integração deste sistema global” (Bergesen, 1994;79). Mas se realistas e marxistas se assemelham quanto ao diagnóstico das relações internacionais, dando ênfase a um sistema que se baseia na relação entre estados nacionais, Gelson Fonseca Jr. observa que enquanto para os realistas e os racionalistas a perspectiva de uma nova ordem mundial pacífica se baseia na capacidade de se alcançar um equilíbrio na balança de poder ou na auto-contenção mediada, respectivamente, para os radicais-revolucionários, nos quais de incluem desde os federalistas europeus até pensadores da linha de Wallerstein e Amin, a perspectiva para uma ordem mundial de paz está na superação dos Estados nacionais, e, no caso dos pensadores marxistas, na implantação de um comunismo internacional. (Gelson Fonseca Jr., “Notas sobre a questão da ordem internacional”, in Contexto Internacional nº6, 1987, pp.11-35).

Sendo assim, a queda da União Soviética significou a queda de uma dessas fronteiras, e o avanço da economia-mundo capitalista rumo à sua universalização e cristalização em um império-mundo único. Mas Wallerstein define o império-mundo como tendo um único sistema político, e observamos que a característica da economia-mundo capitalista é justamente a de permitir vários sistemas políticos dentro dela. Isso anularia a possibilidade dela se transformar em um império-mundo. Para não distorcer conceitualmente a idéia de Wallerstein, seria necessário aceitar a possibilidade de que a economia-mundo capitalista pudesse passar a ser regida por um sistema político único. É justamente isso que os defensores da idéia de “vitória” dos EUA na Guerra Fria, na maior parte pensadores realistas, fazem: propõem que a economia-mundo capitalista deva ser regida por um único modelo político: o das “democracias liberais de mercado”, sobre o qual falaremos logo adiante.

Aceitando-se essa possibilidade de que a economia-mundo capitalista adote um modelo político único (as democracias de mercado), pode-se dizer que a expansão de um modelo econômico (a democracia de mercado) torna-se a principal motivação política da expansão da economia-mundo capitalista rumo ao poder hegemônico representado pelo império-mundo. Por esse raciocínio, as fronteiras da economia-mundo capitalista ampliaram-se para além da União Soviética, agora incorporada ao sistema, e chegam hoje às portas de novas linhas divisórias, atrás das quais se encontram modelos **políticos** de organização econômica não liberal, ou pelo menos não baseados exclusivamente no modelo capitalista de acumulação e apropriação privada do capital. Os exemplos mais gritantes desses modelos são certamente os do mundo islâmico e o da China.

Em outras palavras, o que pretendemos dizer aqui é que a visão realista das relações internacionais permite, quando analisada pelo enfoque dos autores marxistas, entender que a vitória dos EUA na Guerra Fria significou o avanço das fronteiras da economia-mundo capitalista, um avanço que se deu na esfera política da luta pelo poder no mundo, com o objetivo de universalizar (criar um império-mundo) um modelo cujo teor político (combustível para a luta pelo poder) está justamente na sua estruturação econômica: o modelo das democracias liberais. Com esse avanço, as novas fronteiras da economia-mundo capitalista (que ainda a impedem de ser um império-mundo) estão situadas nas divisas com parte do mundo islâmico e com a China, únicos grandes sistemas (ou economias-mundo) que ainda refutam a “democracia-liberal”. Veremos a seguir que esse raciocínio é encontrado no trabalho de alguns autores realistas.

HUNTINGTON E FUKUYAMA: A ACEITAÇÃO IMPLÍCITA DA “VITÓRIA” DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

### O “choque de civilizações” de Samuel Huntington

Resta agora apontar argumentos que justifiquem o enfoque que demos acima à abordagem realista. Esses argumentos aparecem claramente nas idéias expostas há poucos anos pelo renomado professor americano Samuel Huntington, conselheiro informal do governo norte-americano e um dos mais respeitados realistas, num artigo denominado “Choque de civilizações?” (Huntington, 1994a). Nele, Huntington lança a polêmica argumentação de que a disputa de poder entre as nações se dará, a médio e longo prazo, não mais no campo da motivação econômica, mas da cultural<sup>55</sup>. Em outras palavras, Huntington sustenta que essa contenda se dará mediante um “choque de civilizações”. Ele argumenta que a crise estrutural do sistema econômico, que apontamos, não permite prever por quanto tempo a economia será central na definição das disputas de poder entre nações. Lembra que o nível de conflito mais visível e mais marcante entre os homens ao longo da história é o cultural, entre civilizações. Aponta que é nesse campo que se dá o maior número de diferenças, pois “cada civilização tem sua história, língua, cultura, tradição e sobretudo religião” (1994a;122). Observa que isto impede definitivamente a implantação de uma civilização universal (1994a;140), e mostra que a maioria dos conflitos armados em andamento se dão nas chamadas “fronteiras de civilizações”. Enfim, ressalta que o maior desses conflitos se dará entre o que chama de *ocidente* e outras civilizações (“o eixo predominante da política mundial serão as relações entre o ‘Ocidente e o Resto’”, {1994a;p139}), resgatando um pensamento exposto, já em 1948, pelo historiador Arnold Toynbee (1976)<sup>56</sup>.

Até aqui, nota-se a semelhança entre a idéia de uma *civilização ocidental*, ou *Ocidente*, proposta por Huntington, e a de um sistema-mundo, ainda que até aqui nada prove que essa civilização ocidental seria a economia-mundo capitalista. Aparecem na análise de Huntington os conceitos de *fronteiras* e de *civilização universal* (mesmo que seja justamente não prevendo esta última), que remetem certamente à questão da ampliação dos limites geográficos de uma economia-mundo. Entretanto, o mais surpreendente é que Huntington destaca algumas fronteiras onde ocorrem as tensões mais importantes entre a “civilização ocidental” e as outras: são justamente aquelas que separam o ocidente do mundo islâmico e da China. Para Huntington é até absolutamente viável pensar-se hoje numa conexão confuciana-islâmica para desafiar os interesses e

<sup>55</sup> A publicação desse artigo abriu certa discussão sobre se Huntington ainda poderia ser chamado de realista, ou se suas novas idéias não caracterizariam uma mudança na sua linha de pensamento. Não nos parece, entretanto, que em algum momento Huntington tenha deixado de pensar as relações internacionais sob o típico enfoque realista da disputa de poder, propondo apenas que os atores dessa disputa não seriam mais as nações, mas sim grupos de nações que conformam uma civilização. Essa mesma opinião é explicada em pormenores por Chiappin, 1994.

<sup>56</sup> Arnold Toynbee (1976, primeira edição americana pela Oxford University Press, 1948) desenvolveu uma teoria que em muito se assemelha a hoje proposta por Huntington (que aliás, cita Toynbee em seu texto). Para Toynbee, os historiadores se lembrarão como grande acontecimento do séc.XX o “choque da civilização ocidental com outras sociedades vivas do mundo atual” (p.202). Para Toynbee o efeito desse choque seria uma grande transformação da civilização ocidental, que sofrerá uma “contra-irradiação de influência dos mundos estranhos que hoje estamos absorvendo no nosso - influências provenientes da Cristandade Ortodoxa, do Islã, do Hinduísmo e do extremo Oriente”(p.203). Esse choque levaria, segundo Toynbee, à constituição de uma sociedade única, que será condição fundamental para a vida humana.

valores do ocidente (Huntington 1994a;137). Ou seja, toma corpo a idéia de que Huntington vê a civilização ocidental como um sistema, que tem suas fronteiras bem definidas, coincidentemente as mesmas da economia-mundo capitalista.

Se podemos observar a semelhança entre as fronteiras mostradas por Huntington e aquelas que, segundo propusemos, limitam a economia-mundo capitalista na era pós-Guerra Fria, isso não significa entretanto que o que Huntington chama de *civilização ocidental* ou de *Ocidente* seja aquilo que chamamos anteriormente de economia-mundo capitalista (ou ainda modelo de democracias de mercado), supostamente “vencedora” do conflito ideológico/econômico da Guerra Fria. Entretanto, argumentaremos aqui que o que Huntington entende por *ocidente* nada mais é que a *economia-mundo capitalista*, ou seja, que mesmo dando ênfase à cultura, Huntington na verdade diferencia o Ocidente do resto do mundo sobretudo pela sua organização econômica, identificada pelos termos *democracias liberais* ou *democracias de mercado*.

Esse pensamento, entretanto, não é explícito. Inicialmente, o autor chega a questionar, em outro texto (Huntington,1994b), a idéia de que o fim da URSS tenha aberto as portas para a hegemonia de um modelo único de organização política e econômica, contrariando a interpretação que demos acima para sua visão. O autor diz não aceitar a idéia de que “o colapso da União Soviética significa ... a vitória universal da **democracia liberal** (atentemos para o termo) em todo o mundo”(1994b;175, grifo meu). Isso seria, segundo ele, defender a *Falácia da Alternativa Única*, que se “baseia na presunção típica da Guerra Fria de que a única alternativa ao comunismo é a **democracia liberal**” (1994b;175, grifo meu). Entretanto, ao fazer essas afirmações, Huntington está apenas defendendo a idéia de que possam existir outras civilizações alternativas ao comunismo, e que a “vitória” da “democracia liberal” (ainda) não significa sua universalização. Mas está aceitando implicitamente que o modelo que todos acham que “venceu” a Guerra Fria é mesmo o da “democracia liberal”. Ou seja, que as alternativas à “democracia liberal” vêm de fora da civilização ocidental. A lógica de Huntington discute na verdade quem, além do ocidente, está se firmando como civilização alternativa. Além, portanto, das “democracias liberais”. Huntington não questiona, porém, se o modelo democrático liberal aceita também, dentro dele, outras alternativas. Ao denunciar a “falácia da alternativa única”, ele critica os que assumem muito rapidamente a idéia da hegemonização da civilização ocidental<sup>57</sup>, como um general cético que conclama seus comandados a não gritarem vitória cedo demais. Mas na lógica de Huntington parece estar implícita a idéia de que a *civilização ocidental moderna* foi o campo vencedor da Guerra Fria. E essa civilização ocidental representa antes de tudo o modelo econômico/político da democracia liberal. Essa idéia surge mais explicitamente em outras passagens dos textos analisados.

Quando Huntington define os ideais ocidentais, os valores característicos da economia liberal aparecem novamente.

Diz ele:

*“Os ideais ocidentais de individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, estado de direito, democracia, livre mercado, separação entre Igreja e Estado têm, com freqüência, pouca repercussão nas culturas islâmica, confuciana, japonesa, hindu, budista ou ortodoxa” (1996a;134; grifo meu)*

A questão a ser agora discutida é quais países Huntington incorpora no que ele chama de ocidente. Pois pelos ideais propostos, poderíamos ficar em dúvida sobre a inclusão da Grã Bretanha, onde o chefe de Estado, a Rainha, é também chefe supremo da Igreja, ou do Peru, onde o conceito de constitucionalismo sofreu sério revés com o presidente Fujimori, ou ainda de países como o Brasil, onde o respeito aos direitos humanos vem sendo regularmente questionado por instituições internacionais. Uma das críticas ao texto de Huntington reside justamente no fato de que ele não deixa claro *quem* é exatamente o ocidente. Huntington é, na verdade, cauteloso. Por um lado coloca países claramente adeptos do modelo econômico liberal como exemplos de outras civilizações, como o Japão, o México e até a América Latina como um todo. Por outro lado, ele não demonstra realmente grande preocupação em relação a eles. Quando mostra como no México importantes setores da população resistem à um suposto alinhamento com os EUA (ou seja, ao modelo ocidental), ele deixa entretanto a clara impressão de que isso é um fenômeno “negativo”, ou melhor, “contra a corrente” da modernização. Vemos no seu discurso que está implícita a idéia de que um alinhamento com o modelo econômico liberal americano é uma “grandiosa tarefa”. Uma sensação, portanto, de que já se pode considerar o México “quase” dentro da civilização ocidental. Diz Huntington a respeito:

*“o México está deixando de se definir em oposição aos Estados Unidos. Em vez disso, tenta imitar seu vizinho americano e juntar-se a ele no Nafta. Os líderes mexicanos, empenhados na **grandiosa tarefa de redefinir a identidade mexicana, implementam reformas econômicas de base** que acabarão levando a uma mudança política fundamental” (1994a;135, grifos meus).*

Fica extremamente clara no texto a relação feita por Huntington entre a política e a economia. Como havíamos proposto anteriormente, parece que a verdadeira motivação política é uma reforma na base econômica. Já aqui a fusão entre o conceito de *ocidente* (que ele associa, por definição, ao modelo americano) e de democracia liberal fica bastante claro. A continuação mostra mais ainda o quanto Huntington parece ver positivamente uma redefinição da identidade “cultural” do México:

*“Em 1991, um alto assessor do presidente Carlos Salinas de Gortari descreveu-me em detalhes todas as mudanças que o governo estava fazendo. Quando terminou, eu observei: ‘É impressionante. Parece que vocês querem transformar o México de país latino-americano em país norte-americano!’. Ele me olhou com surpresa e exclamou: ‘Exato! É precisamente isso o que queremos fazer, mas é claro que não podemos dizê-lo em público’. Sua afirmação indica que no México, como na Turquia, importantes setores da sociedade resistem à redefinição da identidade de seus países” (1994a;135)<sup>58</sup>*

<sup>57</sup> Como ressalta Chiappin (1994;49), “certamente Huntington se refere aqui à proposta de Fukuyama”, de quem falaremos mais adiante.

<sup>58</sup> Seria interessante saber de Huntington se ele continuaria a ver o modelo proposto por Gortari como um alinhamento ao ocidente, após as denúncias contra o ex-presidente, que em raras vezes o colocam como defensor de ideais ocidentais como constitucionalismo, estado de direito ou ainda direitos humanos.

Quanto à América Latina, ou ainda ao Japão, Huntington também não parece se preocupar, talvez por ver o quão entusiasticamente esses países adotaram o modelo econômico ocidental. Para o autor, a única preocupação parece estar na possibilidade desses países, devido à fortes raízes culturais, virem a opor-se à “conversão” (quase consumada) para a modernidade ocidental, seguindo o perigoso exemplo da Rússia, que parece recusar-se a ser um país “normal”. Mas nada comparável à preocupação (que o levou a escrever o artigo) com o mundo islâmico e a China, curiosamente os únicos países ou conjunto de países que mais se opõem à instalação do modelo econômico liberal<sup>59</sup>.

*“Os obstáculos para que países não-ocidentais se juntem ao ocidente variam consideravelmente. São mínimos para os países latino-americanos e os países do leste europeu.... O Japão alcançou uma posição única como membro associado ao Ocidente: faz parte do Ocidente em certos aspectos, mas é evidente que em dimensões importantes, não faz” (1994a;137)*

*“O presidente Ieltsin está adotando princípios e objetivos ocidentais e busca fazer da Rússia um país ‘normal’, parte do Ocidente. Mas tanto a elite quanto a população russa estão divididas quanto a essa questão” (1994a;136)*

*“Os países que, por questões culturais ou de poder, não querem ou não podem se juntar ao Ocidente, competem com ele desenvolvendo poderio econômico, político e militar próprio. Para isso ... cooperam com outros países não ocidentais. O mais notável exemplo desse tipo de cooperação é a conexão confuciana-islâmica que surge para desfilar os interesses, valores e poder do Ocidente ... No mundo pós-Guerra Fria, o objetivo fundamental do controle de armas é evitar que os países não ocidentais desenvolvam poderio militar capaz de ameaçar os interesses ocidentais” (1994a;137)*

E os interesses ocidentais, como aparecem na definição do ideário ocidental ou da situação do México, significam antes de tudo a implementação do modelo econômico das democracias liberais. Não nos interessa aqui saber se as previsões de Huntington sobre um choque civilizacional estão ou não corretas, mas sim mostrar que ele entende o termo Ocidente como o modelo democrático de economia liberal, e o fim da União Soviética como um avanço desse modelo rumo às novas fronteiras com a China e o mundo islâmico. Parece-nos que as análises acima deixaram isso bastante visível. Para tirar qualquer dúvida, entretanto, poderíamos citar mais dois exemplos.

Num artigo sobre a polêmica criada com o historiador americano Francis Fukuyama, sobre a qual falaremos logo adiante, Huntington (1989) afirmara pela primeira vez que seria um erro pensar que o declínio do comunismo ante o “triunfo global do liberalismo” é uma situação definitiva nas relações internacionais. Entretanto, aparece mais uma vez que o questionamento do Huntington não está na afirmação de que quem venceu é o “modelo liberal”, mas sim na dúvida que ele tem sobre se isso realmente aconteceu de forma definitiva. Ou seja, Huntington não discorda em nenhum momento do fato que há um “modelo liberal ocidental”, mas levanta apenas a questão se ele venceu (e se tornou um império-mundo) como pretende Fukuyama. As quatro razões que ele dá para esse questionamento se referem a esse segundo ponto, e não a alguma dúvida sobre a existência ou não de um “modelo liberal” ocidental. A primeira razão, por exemplo, é que um “revival” é possível (1989;8). Ou seja, a questão não é duvidar da existência de um “modelo liberal ocidental”, mas sim indagar se sua vitória sobre o comunismo é mesmo definitiva.

Por fim, a hipótese aqui levantada, de que Huntington, mesmo propondo um suposto “choque de civilizações”, defende nada mais que a idéia de um modelo econômico liberal hegemônico, já foi devidamente levantada pelo renomado intelectual americano Noam Chomsky<sup>60</sup>(1994):

*“Na primavera de 1993, em um número da moderada revista acadêmica International Security, o professor de ciência governamental de Eaton e diretor do Instituto Olin de Estudos Estratégicos em Harvard, Samuel Huntington, nos informa que os Estados Unidos devem manter sua ‘supremacia internacional’ para o benefício do mundo. A razão é que, única entre as nações, sua ‘identidade nacional é definida por um grupo de valores econômicos e políticos universais’, nomeadamente a ‘liberdade, a democracia, a igualdade, a propriedade privada e os mercados’” (Chomsky, 1994;43, grifos meus)*

\* \* \*

<sup>59</sup>Aparece aí mais uma razão das críticas feitas a imprecisão de Huntington quanto à definição das diferentes civilizações. Pois o mundo islâmico engloba regimes tão diversos quanto o Afeganistão fundamentalista do Taleban ou quanto regimes ocidentalizados como o Egito ou a Turquia. Supõe-se que Huntington esteja se referindo mais especificamente àqueles regimes ou grupos políticos que vêm de fato desafiando mais explicitamente o modelo político-econômico ocidental, e não aqueles que se tornaram aliados desse modelo. Esses países e grupos, como o Iraque, a Líbia, ou os fundamentalistas islâmicos do FIS argelino ou do Hamas palestino, caracterizam-se não só por defenderem um regime econômico não liberal, como por identificar o consumismo e materialismo ocidental como obra de Satã. Assim, até em regimes relativamente pró-ocidentais como a Argélia (ainda que apenas por conveniência no jogo de poder interno) vê-se atos nesse sentido. O governo daquele país proibiu há alguns anos o uso de antenas parabólicas, supostamente por serem “obra de Satã”, por trazerem aos lares argelinos valores materialistas inassociáveis com o modelo político e econômico interno (“Algérie, 30 ans”/les enfants de l’indépendance”, série Monde, nº60, ed. Autrement, Paris, março de 1992, ler também Ferreira, João S.W. e outros; “Para onde vai o Fundamentalismo Islâmico?” in Boletim Rede, ano I, nº12, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade/CAAL, Petrópolis, dezembro de 1993).

<sup>60</sup> Noam Chomsky, lingüista de formação, professor titular do prestigioso MIT, é comumente pouco considerado quando opina sobre relações internacionais. Suas últimas produções, entretanto, fizeram dele um especialista no assunto, a tal ponto que quando convidado de honra para os festejos de 10 anos do Instituto de Estudos Avançados da USP, em 22 de novembro de 1996, a maioria das palestras que proferiu no Brasil trataram desse tema.

Propusemos anteriormente que a noção de economia-mundo capitalista e a de império-mundo pareciam se assemelhar à de “democracia liberal” e “civilização ocidental”. Vimos que uma interpretação realista do conceito de Wallerstein mostra que se pode entender que a derrocada soviética na Guerra Fria representou um avanço desse modelo rumo a novas fronteiras, que seriam as novas linhas divisórias da economia-mundo capitalista. E também sugerimos que a motivação política básica desse modelo democrático liberal é de âmbito econômico. Por fim, tentamos mostrar que o conceito de *Ocidente* ou de *civilização ocidental* incorpora, em seu ideário, a noção base da economia de mercado, de cunho liberal. Por fim, mostramos como as idéias propostas por Huntington justificam a interpretação que fizemos.

Por isso a polêmica em torno das proposições feitas por Huntington não está, ao nosso ver, nas críticas que se fizeram em torno da imprecisão dos critérios por ele adotados para definir as diferenças entre uma ou outra civilização, ou mesmo na sua falta de conhecimentos suficientes sobre o confucionismo para poder prever o seu futuro<sup>61</sup>, mas no fato de que para estruturar tal pensamento Huntington está dando por consumado o fato de que o mundo ocidental, ou a civilização ocidental, já se homogeneizou em torno de um nível de organização próprio, que ele identifica como moderno (1994a:140). E que essa civilização ocidental engloba o conceito de economia liberal. Ou seja, esse *ocidente moderno* que Huntington propõe nada mais é do que o que Wallerstein denominou de economia-mundo capitalista, que se apoia não num modelo cultural, como quer defender Huntington, mas sim no binômio econômico/político “democracia de mercado”. Ao contrário do que alguns afirmam, a teoria de Huntington é, sim, importante. Nem tanto pelo que ela propõe, mas pelo pensamento que se esconde por trás dela.

### Democracia liberal e economia liberal

Há um aspecto que foi pouco discutido até aqui. É o fato de que aceitamos, sem pormenores, a utilização dos termos “democracia liberal” ou ainda “democracia de mercado” como sinônimos do conceito de *Ocidente*, ou de economia-mundo capitalista. Na verdade, isso se justifica pela própria argumentação já apresentada de que a verdadeira motivação política do modelo ocidental “vencedor” da Guerra Fria é de âmbito econômico, a partir do que ressaltamos a pertinência do binômio político-econômico “democracia de mercado”. Essa análise, entretanto, não explica um ponto: porque utilizar o termo *democracia* para caracterizar um modelo econômico, se vimos justamente que a idéia de Wallerstein, que adotamos aqui, pressupõe como característica da economia-mundo capitalista justamente a possibilidade que ela permite de coexistência de vários modelos políticos? Seguindo essa argumentação, não haveria sentido em entender que o modelo econômico capitalista ocidental como um todo repousasse sobre uma única noção de democracia, já que há inúmeros regimes capitalistas autoritários ou absolutistas. Acreditamos que de fato o modelo ocidental, tal qual se apresenta na realidade, não é regido por um único tipo de regime democrático e/ou liberal. Entretanto, defenderemos a seguir que há, por parte dos pensadores que defendem a “vitória” da democracia de mercado, uma tentativa de difusão dessa idéia.

É verdade que em nenhum momento nos textos de Huntington as noções de democracia liberal ou mesmo liberalismo são claramente apresentadas como sinônimas de economia de livre mercado, mesmo que na caracterização do *Ocidente* sempre apareça o conceito de livre-mercado ou de livre iniciativa econômica, o que já poderia ser suficiente para estabelecer a relação que pretendemos mostrar. Mas ainda pode-se argumentar que quando Huntington fala em “democracia liberal” ou “liberalismo”, pode não estar se referindo ao liberalismo econômico, mas apenas ao político. Nesse caso, a afirmação que fizemos de que ele dá ao termo “democracias liberais” uma identificação econômica vinculada à idéia de “economia liberal” pode estar errada. Entretanto, uma análise mais teórica do conceito de “democracia liberal” mostra que esse não é o caso. Pois podemos defender que hoje há uma certa fusão conceitual entre o liberalismo político e o econômico, mesmo que isso não seja uma regra absoluta.

A noção de liberalismo político se associa à “força dinâmica orientada para a valorização, em termos positivos, de todas as diferenciações que foram acontecendo na evolução cultural, política e social da Europa, rejeitando, desta forma, todo ideal político de uniformidade, próprio do absolutismo” (Bobbio, 1986:702). Ou seja, o liberalismo político está associado à evolução da luta pela pluralidade religiosa, político-partidária, de organização da sociedade civil, em um processo que se inicia no final da Idade Média e que teve como pontos marcantes, entre outros, a Revolução Francesa de 1789 ou ainda a constituição dos Estados Unidos.<sup>62</sup> Calcagno (1995) propõe a seguinte definição:

*“O liberalismo político se propõe a afirmar a liberdade dos indivíduos e dos grupos, e para isso preconiza um Estado que fixa as regras do jogo e só atua para garantir seu cumprimento. Estabelece uma estrutura de governo baseada em “pesos e contrapesos” e na representação das minorias, que impede o despotismo, seja dos tiranos seja do povo. Implica na eleição de governantes pelo voto, e a vigência das liberdades de consciência, de associação e de imprensa, de tal forma que as minorias podem se converter em maioria” (Calcagno, 1995:61)*

Até aqui, pode-se sustentar que o liberalismo político, na sua acepção clássica, é um conceito muito anterior ao liberalismo econômico.

A contribuição de Keynes face à crise da economia mundial de 1930 parece ser marcante para o início de uma associação mais profunda entre os conceitos de liberalismo político e econômico. Pois o pensamento keynesiano se opôs justamente ao liberalismo clássico quando defendeu uma maior intervenção do Estado na condução das políticas econômicas da nação. Isso não quer dizer que o Estado não tivesse tido anteriormente, em muitos países (inclusive na crise do café, no

<sup>61</sup> Ler a esse respeito Jeane J. Kirkpatrick; “O imperativo modernizante: tradição e mudança”, e Liu Binyam, “Enxerto de civilizações: nenhuma cultura é uma ilha”, ambos em *Política Externa*, Vol. 2, nº4, ed. Paz e Terra/USP, março-maio de 1994.

<sup>62</sup> Não entraremos aqui nesse tema clássico da Ciência Política, que tem como parâmetro pensadores como Rousseau, Hume, Tocqueville, Mill e tantos outros. Um resumo bastante claro desse processo histórico de constituição do Estado Liberal está em Bobbio, 1986:pp.700-705)

Brasil, em 1929), um papel relevante na condução da economia. Mas pode-se dizer que essa relação Estado/mercado começou a ser conceitualmente mais discutida a partir das conhecidas idéias liberais de Say (lei da oferta e da procura) e Smith (laissez-faire e mão invisível) e a posterior discussão proposta por Keynes<sup>63</sup>. Como observa Bobbio, Keynes afirmava que

*“os sistemas políticos **democrático-liberais** demonstrariam faturalmente sua superioridade assegurando, ao mesmo tempo, um máximo de eficiência econômica, de justiça social e de liberdade individual”.* (Bobbio, 1986;703, grifo meu)

A democracia liberal, desde sua conceituação inicial, incorpora a noção da eficiência econômica como parte integrante de suas funções. Mesmo que ao longo da história os economistas liberais tenham sempre pregado uma não-intervenção do Estado na forma que propunha Keynes, seria contraditório pensar que um conceito que prega a liberdade individual (todas as liberdades, desde que dentro das regras de convivência social mantidas pelo Estado representativo) possa vir a restringi-la quando se trata da liberdade individual da iniciativa e competição econômica. A associação entre liberalismo político e liberalismo econômico é portanto conceitualmente lógica. As diferenças que podem surgir estão mais no âmbito da definição dos limites em que o Estado deve atuar para reger essas iniciativas de forma a garantir o convívio pacífico, sendo que essa participação do Estado não anula obrigatoriamente o caráter liberal do regime econômico, da mesma forma que no liberalismo político a participação do Estado como regulador das regras democráticas não descaracteriza o caráter liberal do regime.

Bobbio ainda argumenta que com a tomada de importância das relações econômicas a partir da constituição do mercado financeiro, no final do século passado, que permitiu o surgimento do chamado capitalismo organizado, as relações entre Estado e economia mudaram paulatinamente, mas drasticamente, no sentido de fundir cada vez mais o papel político do Estado com sua função econômica. Para Bobbio,

*“A relação Estado-economia foi, pois, modificada com a constituição do capital financeiro e não pode consistir mais, como ao longo de todo o século XVIII, na estranheza da política ao intercâmbio do mercado. O paradigma mudou: a política econômica do Estado interfere agora diretamente, não só através de medidas protecionistas em relação ao capital monopolístico, mas também das manobras monetárias do Banco Central e, pouco a pouco, mediante a criação de condições infra-estruturais favoráveis à valorização do capital industrial. De um ponto de vista teórico, isto implica a passagem da economia política à análise da política econômica do Estado”.*(Bobbio, 1986;402)

*“Com efeito, a distinção entre Estado (política) e sociedade civil (economia) foi desaparecendo progressivamente, na medida em que o primeiro intervém cada vez mais na segunda mediante suas programações e a gestão direta de grandes empresas (o Estado- capitalista ou industrial), enquanto na segunda foram se firmando grandes concentrações monopolísticas, que precisam da sustentação e apoio do governo”* (Bobbio, 1986;703)

As afirmações de Bobbio justificam que hoje, com as transformações sofridas pela economia mundial (a globalização de que falamos no capítulo 1), o conceito de “democracia liberal” seja entendido cada vez mais naturalmente como um modelo democrático de economia liberal (como economia de mercado, com participação do Estado mas liberdade de iniciativa e apropriação individual do capital), o que nos faz acreditar que Huntington, ao falar em “democracia liberal”, esteja implicitamente reconhecendo a existência de uma economia liberal. Um trecho de um discurso do presidente norte-americano Bill Clinton, citado por outro renomado realista, Henry Kissinger, mostra essa fusão implícita entre o conceito de democracia e de livre mercado:

*“Em uma nova época de perigos e oportunidades, nosso propósito básico deve se constituir em estender e fortalecer a comunidade mundial de **democracias baseadas no mercado**”* (Kissinger, 1995;802, grifo meu)<sup>64</sup>

Ou seja, parece que não há uma linha separatória entre a idéia de democracia e a de livre mercado. Talvez por isso seja tão comum a utilização do termo “democracia de mercado”, ao invés de “democracia liberal”, que melhor traduz a idéia de um modelo político/econômico único, baseado no duplo liberalismo político e econômico. Esse termo, entretanto, se presta à confusão. Em primeiro lugar porque essa associação não é obrigatória. Existem regimes politicamente autoritários porém adeptos do liberalismo econômico, como Cingapura, Taiwan, ou Peru<sup>65</sup>. Mas o inverso é de fato mais raro. Pois mesmo quando se identificam democracias nas quais há uma participação mais forte do Estado na regulamentação da economia, como na França dos anos 80 ou em muitas sociais-democracias européias, raramente essa intervenção chega ao ponto de que se possa dizer que a liberdade de mercado deixou de existir. Trata-se mais de uma discussão que como vimos se detém no grau em que o Estado regula esse mercado livre, sem porém chegar a tolher a livre-iniciativa econômica característica da economia liberal. Isto não significa dizer, entretanto, que a liberalização da economia seja uma condição para se alcançar a democracia. A antiga União Soviética, por exemplo, passou de um regime totalitário para o liberalismo político antes de ter sua economia liberalizada, e assim ocorreu com a maioria dos países do leste europeu. Mas aí está a segunda razão da confusão de que falamos. Pois não obstante o exemplo dos países do leste europeu, parece haver em certos círculos intelectuais a vontade de difundir a idéia de que o liberalismo econômico é condição necessária para se alcançar o liberalismo político da democracia.

<sup>63</sup> Entre tantas outras obras, pode-se ler a esse respeito Schumpeter, Joseph A., *“Historia del analisis economico”* ed. Ariel, Barcelona, 1971 (original publicado sob o título: “History of economic analysis”; Oxford University Press, 1954), especialmente pp.836 a 841.

<sup>64</sup> “Enfrentando os desafios de um mundo mais vasto”, discurso na Assembléia Geral da ONU, Nova Iorque, 27 de setembro de 1993.

<sup>65</sup> É interessante notar aliás que a identificação entre os conceitos de liberalismo político e econômico permite que muitos desses países “camuflam” o alto grau de intervencionismo do estado nas liberdades individuais, como é o caso de Cingapura. Entretanto, uma discussão mais aprofundada recolocaria em questão até o grau de liberdade econômica que realmente impera nesses países. Como veremos mais adiante, o propalado sucesso atribuído ao “liberalismo” econômico dos países asiáticos resvala no fato de que esses países não são economicamente tão liberais como se pretende fazer crer.

Para esses pensadores, de quem falaremos a seguir, a idéia da “democracia de mercado” serve exatamente para esse propósito.

### **Economia de mercado como condição para a democracia**

Pode-se admitir que o liberalismo econômico não é uma condição suficiente para a democracia, mas argumenta-se comumente que é uma condição necessária. Os economistas argentinos Eric e Alfredo Calcagno citam uma passagem reveladora de dois dos principais teóricos do liberalismo econômico, Milton e Rose Friedman:

*“A liberdade econômica é um requisito essencial para a liberdade política. Ao permitir que as pessoas cooperem sem coerção nem um direcionamento central, ela reduz a área em que se exerce o poder político. Além disso, ao dispersar o poder, o livre mercado provê um contrapeso a toda possível concentração de poder político. A combinação de poder econômico e político nas mesmas mãos é uma receita segura para se obter a tirania”* (Calcagno, 1995;64, citando Friedman<sup>66</sup>)

A idéia de que a economia de livre mercado é uma das condições necessárias para a democracia pode ser encontrada nos escritos de autores supostamente menos radicalmente liberais do que Milton e Rose Friedman. Samuel Huntington é um deles. Em um livro chamado “The Third Wave: democratization in the late twentieth century” (1991), Huntington analisa o que ele chama de Terceira Onda de democratizações, que teria se iniciado com o fim da ditadura portuguesa em 1974, e continuado com os processos de redemocratização de países como a Grécia (1974), Espanha (1975), Equador (1977), Peru (1979), Bolívia (1978), Brasil (1982), Argentina (1983) e Uruguai (1984), entre outros. Numa análise exaustiva desses processos, Huntington faz uma relação entre o crescimento econômico (enriquecimento do país, medido pelo PNB) e as condições favoráveis que ele cria para a instauração da democracia. Essas condições se devem ao fato de que “níveis mais altos de bem-estar econômico levam a maiores níveis de alfabetização, educação e urbanização, a uma classe-média mais numerosa, e ao desenvolvimento de valores e atitudes de suporte à democracia”(Huntington, 1991;106). Evidentemente, Huntington não afirma que esse crescimento econômico só seja possível em economias liberais, e atenta para casos como os do Brasil onde esse crescimento resultou numa concentração exagerada da renda (Huntington, 1991;71). Mas em vários pontos do texto aparece a certeza do autor de que um modelo econômico liberal é certamente uma condição desejável para atingir a democracia. Primeiramente quando Huntington lista algumas das variáveis que contribuíram para a democratização. Logo após “um alto nível geral de crescimento econômico” e uma “distribuição da renda relativamente igual”, surge o termo “*market economy*”, ou economia de mercado (1991; 37). O autor ressalta que essas condições, listadas por teóricos da área, nem sempre são observadas conjuntamente, ou são absolutamente indispensáveis em seu conjunto. Mas a importância que ele dá, mesmo que não seja explicitamente, ao liberalismo econômico aparece quando, vários capítulos adiante, ele propõe uma lista de fatores que, para cada um dos países em fase de redemocratização, constituem os maiores obstáculos a esse processo. Surge então, entre outros, e como obstáculo notadamente para a redemocratização no Brasil, o “extensivo envolvimento do Estado na economia” (1991; 254).

### **Francis Fukuyama e a universalização da “democracia de mercado”**

Um dos intelectuais que mais ênfase deu à idéia de que o liberalismo político e econômico constituem um só modelo de “democracia de mercado”, foi sem dúvida Francis Fukuyama, vice-diretor em 1989 da equipe de planejamento do Ministério do Exterior dos EUA. Ele radicaliza as idéias de Huntington a respeito da ocidentalização do mundo. Para ele, os conceitos de democracia e de mercado, símbolos da liberdade e da livre-iniciativa, são indissociáveis para atingir a modernidade. E é segundo ele o Ocidente (ou a economia-mundo capitalista) que chegou a atingir os níveis mais altos de modernização. Em recente entrevista publicada na *Folha de S. Paulo*<sup>67</sup>, ele afirma: “ainda é verdade que não existe alternativa à democracia liberal ou ao sistema econômico capitalista global”. Não parece exagero afirmarmos que o “sistema econômico capitalista global” é um outro termo para se designar o que Wallerstein chamou de economia-mundo capitalista.

As idéias de Fukuyama foram inicialmente publicadas num artigo na *The National Interest*, em 1989, (que geraria posteriormente o livro que consta da bibliografia desta dissertação) intitulado “O fim da História?”. O próprio Fukuyama oferece um resumo das idéias ali propostas:

*“Nesse artigo, eu argumentava que, nos últimos anos, surgiu no mundo todo um notável consenso sobre a legitimidade da democracia liberal, como sistema de governo, à medida que ela conquistava ideologias rivais como a monarquia hereditária, o fascismo e, mais recentemente, o comunismo. Entretanto, mais do que isso, eu afirmava que a democracia liberal pode constituir o ‘ponto final da evolução ideológica da humanidade’ e ‘a forma final de governo humano’, e como tal, constitui o ‘fim da história’”(Fukuyama, 1992;11)*

Não iremos aqui aprofundar a discussão sobre o “fim da história”<sup>68</sup>. O que nos interessa é verificar que a mensagem claramente passada por Fukuyama é de uma suposta universalização da democracia liberal e da economia de mercado, a tal ponto que estas teriam se tornado a única alternativa de organização das sociedades, numa espécie de ponto máximo e não

<sup>66</sup> Milton e Rose Friedman; “*Free to choose*”, Secker & Warburg, Londres, 1980, p.3

<sup>67</sup> “Capitalismo ainda é a única via, diz Fukuyama”; *Folha de S.Paulo*, 27 de julho de 1997, p1-25

<sup>68</sup> Sobre esse tema, pode-se ler Calcagno A., 1995, “*El universo neoliberal*”, especialmente o capítulo 2: “Se acabó la historia: la sociedad será siempre capitalista y liberal”.



mais aperfeiçoável. Uma seleção de trechos escritos por Fukuyama deixa clara tal mensagem, na qual aparecem permanentemente os ideais da livre iniciativa como sinônimos de modernidade, prosperidade, e paz, e como valores supostamente disseminados e aceitos no planeta todo. Também aparece a idéia de que as transformações tecnológicas da globalização permitem um acesso à riqueza que unificará os desejos dos seres humanos:

*“os princípios liberais em economia - o ‘mercado livre’ - estão hoje disseminados, conseguindo produzir níveis sem precedentes de prosperidade material, tanto nos países industrialmente desenvolvidos quanto nos países que, no final da Segunda Guerra Mundial, faziam parte do empobrecido Terceiro Mundo” (1992;14)*

*“A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos. Esse processo garante uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas ... Os mercados globais e a disseminação de uma cultura consumista universal promovem a aproximação e ligação cada vez maior dessas sociedades entre si” (1992;15)*

Fukuyama segue então numa longa defesa da democracia liberal, que leva à harmonia social, e estrutura teoricamente um modelo que associa o aspecto político (eleições periódicas, secretas, regulares e universais) ao econômico:

*“O liberalismo, na sua manifestação econômica, é o reconhecimento do direito de livre atividade econômica e troca econômica, baseado na propriedade privada e nos mercados” (1992;74)*

Devemos lembrar aqui que, como já dissemos anteriormente, as idéias de Fukuyama foram duramente contestadas por Huntington. Essa polêmica se deve essencialmente à um fator. Como pensador realista, Huntington não aceita a possibilidade de uma leitura do mundo que não considere a permanente possibilidade da guerra, que é reprimida pelo conceito da balança de poder. Se não há mais conflitos ideológicos ou econômicos, sustenta Huntington, haverá conflitos culturais. É a idéia básica da teoria do “choque de civilizações”. Como liberal radical, Fukuyama acredita na potencialidade das democracias liberais em permitir a construção de um mundo harmonioso. Assim explica Fukuyama:

*“Mas se a guerra é basicamente acionada pelo desejo de reconhecimento, pode-se deduzir que a revolução liberal, que elimina a relação senhor-escravo, transformando os escravos em seus próprios senhores, teria efeito similar na relação entre os Estados. A democracia liberal substitui o desejo irracional de ser reconhecido como maior do que os outros pelo desejo racional de ser reconhecido como igual. Um mundo feito de democracias liberais, então, teria menor incentivo para guerras, uma vez que haveria o reconhecimento recíproco da legitimidade entre todas as nações.” (1992;21)<sup>69</sup>*

*“Entre si as democracias liberais manifestam pouca desconfiança ou interesse em dominação mútua. Compartilham princípios de igualdade e direitos universais, e portanto não têm motivos para contestar a legitimidade uma das outras” (1992; 319)*

Huntington não discorda, em linhas gerais, dessas afirmações. Mas discorda do fato de Fukuyama pretender que as democracias liberais são hoje universais, a tal ponto que com a queda da União Soviética “acabou-se a história”, e estabeleceu-se um novo tipo de paz universal wilsoniana. Para ele, o eixo das disputas entre grupos de poder no mundo apenas se deslocou para o âmbito das civilizações<sup>70</sup>.

Trata-se de uma “falsa” polêmica, pelo menos na ótica dos países do Sul. A questão não é discutir se Fukuyama tem ou não razão. Ou seja, não nos parece de fato importante discutir aqui se o modelo ocidental está ou não prestes a se tornar um império-mundo, se a história “acabou”, se não há mais alternativas além desse modelo (tanto Fukuyama quanto Huntington foram aliás bastante criticados pelo infundado dessas idéias). O que queremos questionar aqui é a idéia lançada indiretamente por esses autores de que não há mais alternativas dentro do ocidente, ou seja, de que o mundo ocidental (e somente ele, sem querer entrar aqui na discussão proposta por Huntington do que ocorre fora dele) é uniformemente um sistema-mundo de democracias de mercado. Não é no âmbito da dificuldade de sustentação de idéias como o “choque de civilizações” ou o “fim da história” que esses autores devem ser considerados. Devem sim ser ouvidos pelo discurso que difundem de que hoje as democracias de mercado são o modelo hegemônico dentro da civilização ocidental. Não porque queiramos aqui elencar cada país ocidental para verificar se é ou não adepto da democracia liberal, para então refutar esse fato. Mas porque a capacidade de difusão desse discurso demonstrou ser enorme, a tal ponto que, como veremos mais adiante, a idéia de uma civilização ocidental uniformemente baseada nos ideais do mercado liberal tornou-se hoje quase hegemônica entre os governos dos países em desenvolvimento.

\* \* \*

A rápida difusão desse discurso deve-se à confusão que ele cria entre valores ocidentais de ordem moral e ética creditados às conquistas da civilização ocidental, e portanto bastante aceitos no ocidente, e o conceito de liberalismo econômico. Pois são coisas bastante diferentes. De um lado temos valores como liberdade, democracia, cidadania, respeito aos direitos humanos, e tantos outros, na sua maioria conquistados após lutas marcantes da história da evolução da

<sup>69</sup> Nos esforçamos aqui para não entrar na discussão sobre a definição de liberalismo propriamente dita, sugerida por Fukuyama. Seria interessante indagar à representantes da empresa Volkswagen, formalmente implicada na década de 80 no emprego de trabalho escravo no sul do Pará (ver Resende,1993), a respeito da validade da “eliminação das relações senhor-escravo” com o advento do liberalismo, ou ainda no “desejo racional de ser igual” demonstrado por figuras como Onassis ou, para ficarmos no Brasil, Chiquinho Scarpa.

<sup>70</sup> No texto “No exit: the errors of endism” (Huntington;1989), Huntington desenvolve suas críticas à Fukuyama. Argumenta que a teoria do “fim”, defendida por Fukuyama, surge como resposta otimista ao declinismo sustentado por Paul Kennedy. Concorda que nunca houve guerras significativas entre democracias, aceitando a natureza mais pacífica dos regimes democráticos. Mas argumenta, com forte embasamento realista, que nada garante que a Guerra Fria tenha de fato acabado, dado o arsenal militar intacto da ex-URSS. Ou ainda que “a aceitação universal da democracia liberal não exclui a possibilidade de conflitos dentro do liberalismo” e que “o triunfo de uma ideologia não exclui a possibilidade de surgimento de novas ideologias”(p.9), o que deixa claro que: a) Huntington, como bom realista, acredita na constante possibilidade de ressurgimento de lutas motivadas pela busca do poder e b) que ele aceita implicitamente o “triunfo de uma ideologia (a liberal) ou a “aceitação universal da democracia liberal”, o que prova, em definitivo, a nossa argumentação.

civilização ocidental. De outro lado, podendo juntar-se a eles, mas não sendo parte indissociável desse conjunto de valores, há o liberalismo econômico. Parece que Fukuyama, assim como Huntington, baseiam-se na óbvia aceitação dos primeiros pelo ocidente, para “forçar” uma não tão óbvia aceitação dos “ideais ocidentais” do liberalismo econômico. Nesse sentido, ao discordar desses autores estaríamos aqui negando que ideais tão importantes quanto os conquistados pelo movimento feminista, pelos estudantes de maio de 68, pelos grupos étnicos minoritários no EUA ou até pelos revolucionários franceses de 1789 são hoje inquestionáveis. Esse é entretanto o perigo (ou o objetivo?) da confusão conceitual criada pela idéia de um *modelo ocidental*, que propõe ideais inquestionáveis que sutilmente englobam no seu bojo traços marcantes da economia liberal. O que tratamos de mostrar aqui é que há de tomar certo cuidado ao se aceitar os *valores e ideais ocidentais* propostos por Fukuyama ou mesmo Huntington, já que eles trazem consigo a tácita aceitação da única alternativa da economia liberal. Primeiro porque esse discurso é gritantemente inexato: por um lado, os “inquestionáveis” *ideais ocidentais* são regularmente desrespeitados num número incalculável de países do “ocidente”. Como já dissemos, não há separação oficial entre Igreja e Estado na Grã-Bretanha, nem liberdade política no Peru, em Cingapura ou na Indonésia, nem direitos para as mulheres na Turquia (que quase está entrando na CEE), ou ainda respeito aos direitos humanos em incontáveis países da América Latina (incluindo-se o Brasil), os salários dos negros e das mulheres nos EUA são inferiores aos dos brancos e dos homens (Wallerstein, 1994) e assim por diante. Por outro lado, e isso é para nós o mais importante, não é verdade que a maioria dos países ocidentais tenha adotado um modelo econômico liberal. De fato, e como veremos mais adiante, o grau de intervenção do Estado na proteção de suas indústrias nacionais na grande maioria dos países desenvolvidos, dos EUA à Europa, passando pelos tigres asiáticos, coloca em dúvida o liberalismo desses países. Por essas razões, a defesa apaixonada dos ideais do modernismo ocidental feita por Fukuyama, e de forma menos direta, por Huntington, parece então um pouco panfletária. Pode-se perguntar se o objetivo de suas teorias não poderia ser uma tentativa de difusão da idéia de que o modelo das democracias liberais é hoje no mundo o único que pode dar certo (mesmo que para Huntington ele encontre obstáculos na “conexão confuciana-islâmica”). Em outras palavras, o pensamento desses autores parece querer provar que, não obstante as supostas divergências de Huntington com Fukuyama, a economia-mundo capitalista é hoje uniforme e universal, e se coloca como o modelo a ser seguido por todos rumo a um “império-mundo”, que poderá enfim tomar forma uma vez que as últimas fronteiras ainda existentes serão vencidas. A produção desses autores, no que tange à difusão de um discurso liberal hegemônico dentro do sistema-mundo ocidental, não deve ser desconsiderada. Veremos porque nos próximos capítulos deste trabalho.

## CAPÍTULO 4

### A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: POLARIZAÇÃO NORTE-SUL E DIFUSÃO DO “PENSAMENTO ÚNICO”

UM SISTEMA MUNDIAL EXCLUDENTE

#### O acúmulo de riqueza pela ótica do desenvolvimento tecnológico

Para iniciar a discussão deste capítulo, retomaremos uma citação já feita de uma frase de Francis Fukuyama: *“A tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, e portanto, da satisfação de um conjunto sempre crescente de desejos humanos. Esse processo garante uma homogeneização uniforme de todas as sociedades humanas”.*(1992;15)

Tal afirmação é, na sua essência, inexistente. Porque se é verdade que a tecnologia torna possível o acúmulo ilimitado de riqueza, isso não é realizável, como pretende Fukuyama, para todas as sociedades humanas. Por uma simples razão: a de que o modelo liberal que Fukuyama associa ao Ocidente, e que nós chamamos, segundo a idéia de Wallerstein, de economia-mundo capitalista, é um modelo excludente.

Uma primeira maneira de se abordar essa questão está na análise da citação de Fukuyama. Esse autor afirma que o acúmulo da riqueza está diretamente vinculado ao acesso à tecnologia. Como veremos a seguir, acreditamos que o acúmulo da riqueza está na estrutura cíclica de reprodução de capital do sistema capitalista (já que o acesso à tecnologia depende, a princípio, de um capital inicial), como propõem Wallerstein, Arrighi ou Amin. E o acesso à tecnologia não é igual para todos os países, pela óbvia razão que a tecnologia é cara, e portanto só podem dominá-la aquelas nações que têm dinheiro. O desenvolvimento da economia-mundo capitalista nunca permitiu que os países menos desenvolvidos tivessem condições econômicas suficientes para acessar ou produzir as tecnologias que lhes permitissem um enriquecimento autônomo. Esse não é um pensamento novo. É explicado por Lenin, já em 1914, na sua caracterização do imperialismo<sup>71</sup>. Para o revolucionário russo, o sistema capitalista conseguiu manter um elevado padrão de vida do operariado europeu graças à exportação da exploração da mão-de-obra para as colônias, onde a matéria-prima e a mão-de-obra baratas absorviam o excedente de capital europeu. Já em meados do século XX, o capitalismo passou a expandir suas empresas multinacionais para países do Terceiro-Mundo, dando sustentação aos regimes sociais-democratas europeus. Para Lenin, esse processo, que ele já previra em 1914, só iria “aumentar” o prazo da previsão de Marx sobre o colapso do capitalismo. Como o próprio Fukuyama lembra, “Lenin argumentava que a contradição final que determinaria o colapso do capitalismo ... seria entre o Norte desenvolvido e o “proletariado global” do mundo subdesenvolvido” (Fukuyama, 1996;133)<sup>72</sup>. Veremos logo adiante que para pensadores como Amin (1991) ou ainda Kurz (1992), essa afirmação tomou ares de profecia.

#### A expansão da economia-mundo capitalista e o acesso à tecnologia por parte dos países em desenvolvimento

No Brasil, as dificuldades históricas para o desenvolvimento de uma indústria nacional autônoma foram extensivamente abordadas pelas várias correntes de interpretação do desenvolvimento industrial no país, como por exemplo na análise desenvolvimentista cepalina, da teoria dos “choques adversos”, ou ainda do ponto de vista da teoria do “capitalismo tardio”, entre outras<sup>73</sup>. Já a partir da década de 50, a instalação no país, no contexto do capitalismo imperialista, de plantas industriais de empresas multinacionais não representou um aporte de tecnologia inovadora. Em geral, como já dissemos anteriormente, implantavam-se técnicas de produção já amplamente difundidas e rentabilizadas nos países desenvolvidos, mas ainda novas nos países em desenvolvimento. Não havia portanto para estes últimos a possibilidade de adquirir, por meio das empresas multinacionais, tecnologia de ponta que pudesse, em nível mundial, colocá-los em condições de promover uma industrialização própria e competitiva. Como veremos no capítulo sobre o meio ambiente, esse processo de “transferência de tecnologia” já obsoleta ocorre ainda hoje de forma ampla, apesar de teorias como a do “trickle down” afirmarem que o progresso (econômico, tecnológico ou político) se transfere para os países menos desenvolvidos de forma natural (porém, diríamos aqui, com certo atraso). Por outro lado, a *via crucis* da crise da dívida externa (nos termos de M.C.Tavares,1996;20) dos anos 80 em diante drenou naquela época a riqueza interna potencializadora de investimentos produtivos (e por conseguinte de geração de tecnologia) para o pagamento da dívida. Esse quadro estrutural não se modificou até hoje. Segundo Tavares,

<sup>71</sup> Lenin, Vladimir I.; “L’imperialisme, stade suprême du capitalisme”, in “Oeuvres Choisies”, Tome 1, ed. du Progrès, Moscou, 1968. Edição original de 1914.

<sup>72</sup> Esse é o embasamento teórico de pensadores marxistas que vêm a globalização da economia como um dos últimos estágios do imperialismo, quando as tensões expostas por Lenin se fazem quase insuportáveis. Discutiremos esse pensamento mais adiante, do qual se destacam Kurz (1993), e no Brasil, Santos (1997).

<sup>73</sup>Para entender a visão da “substituição de importações”, a teoria dos “choques adversos” ou ainda a tese cepalina, pode-se ler Tavares, M.C “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”, Zahar, Rio de Janeiro, 1983 (primeira edição em 1972); Prebish R., “The Economic Development of Latin America and its Principal Problems”, ONU/CEPAL, 1950; Furtado, C.; “Formação Econômica do Brasil”, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1971 (11ª. edição). Sobre o “Capitalismo Tardio”, ver Mello, J.M.C. de, “O Capitalismo Tardio”, Brasiliense, São Paulo, 1982. Excelentes análises dessas correntes de pensamento podem ser encontradas em Suzigan, W.; “Indústria Brasileira”, Brasiliense, São Paulo, 1986; e Mantega, G.; “A Economia Política Brasileira”, Polis/Vozes, São Paulo/Petropolis, 1984.

*“Países capitalistas de desenvolvimento industrial intermediário, como a Índia, o Brasil, o México e a Argentina, além de seus múltiplos problemas de organização e desenvolvimento interno, têm grande dificuldade de converter suas estruturas produtivas na direção de uma nova inserção internacional dinâmica. Suas matrizes industriais não têm o grau de amplitude e modernidade nos setores de equipamentos para, a partir deles, estabelecer um núcleo endógeno de desenvolvimento das novas tecnologias” (Tavares, 1996; 68)*

Isso, ainda segundo Tavares, se deve essencialmente ao atraso tomado por esses países justamente com o processo de globalização, o que significa que a desigualdade na capacidade em produzir tecnologia se reverte, ao contrário do que diz Fukuyama, num aumento das diferenças entre países industrializados e os outros:

*“As mudanças provocadas pelo ajuste global das economias centrais deixaram marcas profundas na ordem econômica internacional, centradas na reestruturação industrial e na intermediação financeira ... O desdobramento desse novo quadro internacional deixou de fora dos benefícios do progresso técnico vastas áreas geográficas e populacionais, e piorou os padrões de equidade social herdados do padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Vale dizer, diminuiu o Clube dos Ricos e aumentaram as distâncias Norte-Sul”.* (Tavares, 1996;67)

Esse caminho também é apontado pelo *Groupe de Lisbonne*, para quem a tendência do desenvolvimento da ciência e da tecnologia se concentra nos países mais desenvolvidos do planeta, e portanto se dará na direção que estes acharem mais apropriada. Assim, os setores prioritários sempre serão definidos em função do aporte à competitividade das empresas desses países:

*“em conseqüência disso, assistir-se-á a uma divisão cada vez mais marcante entre cidades, regiões, países e grupos sociais integrados ao mundo triádico ... e as cidades, regiões, países e grupos sociais pertencentes ao universo da pobreza e do subdesenvolvimento, que ficarão cada vez mais marginalizados ou excluídos”*(Groupe de Lisbonne, 1995;142)

A afirmação de Fukuyama parece-nos portanto precipitada. Tomado pela ótica da tecnologia, o enriquecimento não é tão natural quanto sua afirmação pretende mostrar. Pelo contrário, a capacitação tecnológica diferenciada entre os países mais ou menos desenvolvidos tende a mostrar uma polarização entre o que chamaremos aqui de Norte e Sul<sup>74</sup>.

### **A economia-mundo capitalista: um sistema estruturalmente excludente**

Mesmo sem ser pela abordagem da tecnologia, proposta por Fukuyama, podemos desenvolver a idéia de que a geração de riqueza é desigual na economia-mundo capitalista em função da própria estrutura do sistema capitalista de produção. Tal fato foi exaustivamente estudado desde que Marx sistematizou o processo de obtenção da mais-valia e da acumulação intensiva do capital. Pensadores como Wallerstein (1994), Kurz (1992) ou Amin (1991), entretanto, se debruçaram como Lenin na aplicação da teoria marxista à dimensão internacional, adequada à compreensão da economia-mundo capitalista.

Wallerstein (1994) lembra que o “capitalismo é um sistema baseado na acumulação infundável do capital”. Essa acumulação é, entretanto, polarizante, já que determina a divisão social do trabalho, e deixa fora das retribuições do capital investido, em forma de lucro, a maior parcela dos envolvidos no processo produtivo. Por outro lado, ainda segundo Wallerstein, o capitalismo é um sistema expansivo, no sentido em que a busca infundável de um maior lucro não cessa quando da saturação da capacidade produtiva de um determinado espaço geográfico. Por isso, a economia capitalista sempre “viu a necessidade de expandir seus limites geográficos”, e tem tido “cada vez mais atividade produtiva, cada vez mais produção de ‘valores’, uma população cada vez maior, invenções cada vez mais numerosas” (Wallerstein, 1994)<sup>75</sup>. A divisão do trabalho, que antes se dava a nível nacional, passou a se dar no conjunto do sistema, que rapidamente ultrapassou as fronteiras nacionais. Se no início o acúmulo de riqueza era direcionado a uma parcela das populações dos países onde se dava o processo produtivo, pode-se dizer que com sua expansão este acúmulo de riquezas tem sido direcionado para uma parcela diminuta da população mundial. Para Wallerstein, o sistema é constituído por uma rede de processos produtivos e comerciais interligados, que ele chama de “cadeias de mercadorias”, como já dissemos anteriormente. Esse processo de permutas é desigual dentro do sistema, uma vez que aqueles que conseguem maior poder de competição para seus produtos, negociam soluções mais favoráveis para sua comercialização. E nesse sentido os países pioneiros da industrialização sempre tiveram, ao longo da história, vantagem em suas permutas. Um diagnóstico semelhante ao da CEPAL sobre a relação entre países centrais e periféricos.

Para os pensadores cepalinos, notadamente Prebisch<sup>76</sup>, a estrutura agrário-exportadora dos países periféricos, baseada na “lei das vantagens comparativas”<sup>77</sup> (um pensamento da Teoria Clássica do Comércio Internacional), era prejudicial a seu desenvolvimento industrial, já que os países do centro desenvolvido “não transferiam seu aumento de produtividade para a periferia” (Mantega, 1984;35), mas ao contrário, dominavam o comércio internacional impondo os preços dos produtos industrializados por eles exportados, acentuando as disparidades entre centro e periferia. Isso se dava por uma diferença nas demandas por produtos primários e produtos industrializados, e também, ainda segundo Mantega (1984;37), pelas diferenças “entre a situação do mercado de trabalho e da organização sindical no centro e na periferia”.

<sup>74</sup> Essa classificação entre Norte e Sul será aprofundada mais adiante neste capítulo.

<sup>75</sup> Pode-se ver também a esse respeito Harvey, David; “Condição pós-moderna”, ed. Loyola, São Paulo, 1993.

<sup>76</sup> O pensamento da CEPAL foi inicialmente publicado no conhecido documento de Prebisch R., “The Economic Development of Latin America and its Principal Problems”, ONU/CEPAL, Nova York, 1950.

<sup>77</sup> Segundo essa teoria, “se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros adiantados.” (Mantega, 1984;35)

Essa diferença entre os países industrializados e os mais atrasados se acentuou com a globalização da economia, pela simples razão que as novas tecnologias de comunicação, transporte e produção permitiram uma intensificação do processo produtivo em nível mundial, onde as disparidades da divisão do trabalho também passaram rapidamente para uma escala internacional. Exemplo disso é o caso já citado de multinacionais como a *Nike*, que concentram, graças às tecnologias da “aldeia global”, sua produção em países como o Paquistão ou a Indonésia, onde encontra mão-de-obra menos qualificada, e portanto, mais barata. Nesse sentido, alguns autores, como Amin (1991) ressaltam que se a economia-mundo capitalista é polarizadora, ou ainda excludente ao deixar de fora do processo de enriquecimento populações consideráveis, isso não significa que ela não necessite, em última instância, dos países do Sul. Isso porque para ele, o Sul concentra os 4/5 da população mundial, ou seja o essencial das reservas do exército do trabalho e também a maior parte das reservas naturais indispensáveis.

A polarização do sistema capitalista está, ainda segundo Amin(1991), na origem de sua crise, que atinge atualmente o seu limite máximo. Para Arrighi (1996), essa crise é representada pelo reforçamento, em um dos pólos do sistema, do poder social do exército ativo de trabalho, e, no outro pólo, pela miséria crescente no exército de reserva. Para Amin essa divisão continuará sendo geográfica, e o essencial do exército de reserva estará concentrado nos países do Sul. Como a solução de mercado é incapaz, ainda segundo ele, “de evitar o aparecimento dos contrastes sociais” inerentes à própria estrutura polarizadora do sistema capitalista, a crise se tornará inevitavelmente insuportável.

Neste ponto, ainda que Amin vá sustentar que a crise maior do sistema se dará entre o Norte e o Sul, e que concordemos com ele, cabe repetir que a polarização do sistema capitalista atinge também os países mais avançados. O exército ativo de trabalho, se por um lado vê seu poder social reforçado, é por outro lado cada vez menos numeroso, dentro até das nações industrializadas. O sistema parece não mais parar de produzir desemprego, como consequência das transformações do processo produtivo, o que afeta socialmente cada vez mais os países industrializados. Numa discussão interessante, que não poderá entretanto ser pormenorizada aqui, os grandes centros urbanos parecem ser o *locus* privilegiado para o sistema produtivo capitalista em todas as suas fases, inclusive na atual, da globalização. Assim, é neles que se intensificam as consequências negativas da polarização<sup>78</sup>. Por essa razão observa-se hoje um aumento de desemprego e da violência em centros urbanos tão díspares quanto São Paulo ou New York, o que indica que a médio prazo nem os países desenvolvidos estarão imunes à crise do sistema. Alguns autores, como o alemão Robert Kurz, explicaram de que forma a crise é de toda a economia-mundo capitalista. Vejamos rapidamente seus argumentos.

### O colapso do sistema, segundo Kurz

Em seu livro “O colapso da modernização” (1992), Kurz mostra que a ordem mundial da *Pax Americana* deu um espaço nunca antes visto à concorrência capitalista, agora num âmbito internacional. O capitalismo sempre se baseou na sua capacidade produtiva, mas a concorrência no mercado mundial acelerou a necessidade de investimentos em ciência para garantir a busca constante de novas tecnologias. Isso fez aparecer o que Kurz chama de “força produtiva ciência” que possibilitou o surgimento de potências econômicas estruturadas num sistema produtivo “não mais compatível com as formas básicas da reprodução capitalista” (Kurz, 1992;227)<sup>79</sup>. Esse novo padrão de produção, baseado num aumento significativo da capacidade produtiva do sistema associada a uma necessidade cada vez menor da força de produção humana em massa, alcançou hoje seu patamar máximo. Ou seja, o capitalismo tornou-se “incapaz de explorar” (Kurz, 1992;226), e pela primeira vez, como diz Roberto Schwartz no prefácio da versão brasileira do livro,

*“o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja o capital começa a perder a faculdade de explorar o trabalho” (1992;11).*

Para Kurz, assim como para Wallerstein ou Amin, o bloco soviético sempre fez parte do sistema-mundo capitalista, junto com os países do Terceiro Mundo. Nessa ótica, o desmantelamento das economias socialistas significou na verdade uma crise dentro desse sistema. Para Kurz, tanto a ex-União Soviética como muitos países em desenvolvimento, como por exemplo Brasil, baseavam sua política de inserção no sistema graças a competitividade obtida pela exploração da mão-de-obra barata disponível no chamado exército industrial de reserva que esses países dispunham (ou, no caso da URSS, em função dos baixos níveis salariais). O novo padrão de produção alcançado pelo sistema tornou essa mão de obra menos importante, tanto nesses países quanto entre os países desenvolvidos (ainda que, segundo vimos acima, acreditemos que a globalização ainda se apoia nas reservas de mão-de-obra oferecidas pelo Sul). Essa crise global do sistema se verifica nas inéditas taxas de desemprego verificadas no conjunto do sistema, vistas hoje como o principal problema do capitalismo mundial.<sup>80</sup> A consequência disso é a “transformação das forças produtivas em potenciais destrutivos, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas” (Kurz, 1992;227). Essa visão catastrofista da crise do capitalismo será retomada no último capítulo deste trabalho. O que nos interessa fixar da visão de Kurz é a constatação de que as transformações geradas pelo avanço tecnológico e a globalização econômica, ao contrário de significarem avanços da humanidade rumo à modernidade

<sup>78</sup> A esse respeito, pode-se ler Santos, 1996.

<sup>79</sup> Mais uma vez aparecem aqui as limitações do pensamento de Fukuyama à respeito da tecnologia enquanto geradora universal de riqueza. A “força produtiva ciência” foi gerada nos países que puderam dispor de recursos financeiros para investir em pesquisa e desenvolvimento, como os EUA, a Europa ou ainda o Japão (que em função da estratégia de contenção da Guerra Fria recebeu significativa ajuda econômica americana após a Segunda Guerra), o que desde o princípio não ocorreu com os países subdesenvolvidos.

<sup>80</sup> Não obstante as políticas trabalhistas adotadas em pólos produtivos do sistema como a Alemanha por parte das empresas, como a redução da jornada de trabalho sem prejuízo ao salário, observam-se taxas de desemprego que superam, há anos, em muitos países como França, Canadá, Itália, Grã-Bretanha, 10 % da população economicamente ativa (Fonte: World Economic and Social Survey - 1995; United Nations, New York, 1995).

universal, como quer Fukuyama, mais parecem ser os indícios de que a economia-mundo capitalista, como um todo, está em crise.

### As conseqüências da polarização nas relações Norte-Sul

Essa crise certamente acentuará os conflitos econômicos entre os países industrializados. Mas por não serem tão dramáticos, ou ainda pelo fato do sistema capitalista ter mostrado historicamente sua capacidade de reequilibrar-se após suas crises, Amin (1991) acredita que esses conflitos desembocarão em “novas classificações na ordem das hierarquias, sem que a ordem interna seja colocada em questão”(1991;14). Essa nova ordem das hierarquias certamente se traduz pelos ajustes de poder que ocorrem entre as nações hegemônicas, e que autores como Arrighi (1996) ou Kennedy (1989) se propõem a estudar, analisando a pertinência ou não em se acreditar no “declínio” norte-americano face à tomada de importância do Japão e da Alemanha. Para Amin, entretanto, os verdadeiros conflitos

*“tenderão a se deslocar em parte para o campo das relações Norte-Sul. Eles vão se articular em torno do conflito maior, característica permanente do capitalismo existente, ou seja aquele que opõe de maneira inconciliável os povos da periferia e a lógica de expansão capitalista mundial” (Amin, 1991;14)*

Temos aqui uma visão que questiona em profundidade as virtudes da globalização da economia e suas transformações tecnológicas rumo à modernidade, que discutimos amplamente no primeiro capítulo. Pois segundo a lógica que acabamos de expor, o problema maior se encontra no fato que essa globalização, não obstante sua capacidade de produção de bem-estar relacionado com os avanços da tecnologia, está baseada numa estrutura de exclusão. Ou seja, os benefícios trazidos pela globalização, já discutidos anteriormente, e que dizem respeito à uma nova sociedade global, mais transparente graças aos satélites e aos meios de comunicação de massa, que oferece novos produtos cada vez mais modernos ao consumo em mais regiões do mundo, são benefícios destinados apenas a alguns. Como é da lógica da produção capitalista, a apropriação do lucro não está ao alcance de todos, dada a constante necessidade do sistema em contar com um segmento produtivo que permita, graças a seu baixo custo, a produção do lucro. Se considerado na sua expressão internacional, em que a base de funcionamento do ciclo de produção não é mais nacional, essa lógica apenas desloca os segmentos produtivos de baixo custo que antes se encontravam na base nacional para uma nova base mundial, geralmente a partir dos países do Sul. E ao mesmo tempo permite que a acumulação desigual se verifique nos países do Sul, onde a pequena parcela beneficiada pela polarização do sistema acredita estar, ela sim, cada vez mais integrada ao pequeno círculo dos beneficiados pela globalização. A estrutura, entretanto, continua a mesma, criando uma desigualdade na apropriação do capital que se expressa tanto em nível nacional, dentro das nações que se integraram ao sistema, quanto internacional, em termos agregados, no que Wallerstein chama de “divisão periférica global do trabalho” (Bergesen, 1994;79).

A globalização, entendida como o aperfeiçoamento das relações econômicas típicas do capitalismo industrial e imperialista, só pode ser, nesse sentido, polarizadora. Essa visão apresentada pelos pensadores citados acima parece ser compartilhada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, que em entrevista à TV Cultura de São Paulo, em 1997, parafraseando Lenin, fez o expressivo comentário: “a globalização é o estágio supremo do imperialismo”<sup>81</sup>.

A disputa Norte/Sul a partir do enfoque realista: a economia como instrumento de poder.

Uma vez que entendemos aqui que a economia-mundo capitalista alcançou seu mais avançado estágio de polarização, em escala mundial, e que essa polarização da apropriação das riquezas se dá essencialmente em torno de uma divisão que os autores acima citados chamaram de Norte/Sul, certamente começa a ficar mais clara a importância dos discursos de pensadores como Huntington e Fukuyama. Podemos supor que a difusão de suas idéias se encaixa na tentativa de universalizar o sistema estruturalmente desigual do liberalismo econômico, visando consolidar, numa abordagem tipicamente realista, a posição de força dos países que detêm a maior capacidade de concentração de riquezas em nível mundial. Assim, fica claro que, como há desigualdade dentro da economia-mundo capitalista, há obrigatoriamente dois campos bem definidos. Como cita Chesneaux, “a mundialização não reduziu, mas sim ampliou o fosso entre o Norte e o Sul” (1993;12). E se há dois campos bem definidos, podemos dizer que há uma disputa a ser travada, entre aqueles que se beneficiam da polarização do sistema, e os que sofrem suas conseqüências. Essa disputa se dá obviamente pelo interesse daqueles que detêm a riqueza em se manter na sua posição privilegiada. Uma posição de poder.

Por essa razão parece-nos cabível argumentar que, não obstante a preocupação de Huntington em enxergar inimigos externos à economia-mundo capitalista, ou a de Fukuyama em insistir na universalização de um modelo liberal igualitário, há dentro da economia-mundo capitalista uma clara disputa de poder entre as nações privilegiadas pelo processo histórico da produção capitalista e aqueles que sofreram suas conseqüências polarizantes. Essa disputa, entretanto, não se trava mais, na sua forma mais comum, por meio do uso tradicional da força das armas, como sugeriria uma análise classicamente realista. Num sistema que viu a elaboração das formas de interpenetração do capital chegar à um nível de extrema sofisticação, parece que as armas ficaram obsoletas. No êxtase da economia, as melhores armas só poderiam ser as econômicas. É isso que tentaremos mostrar logo adiante.

Antes disso, porém, cabe ressaltar um ponto que diz respeito à uma definição que se faz mais do que necessária neste ponto da nossa discussão. Assim como Huntington foi duramente criticado pela imprecisão com que tentou caracterizar as diferentes civilizações, não poderíamos cair no erro de não deixar bem claro o que, é, para nós, o Norte e o Sul.

<sup>81</sup>Milton Santos, entrevista à TV Cultura, São Paulo, programa Roda Viva de XX de 1997.

## O Terceiro Mundo

A expressão “Terceiro-Mundo” surgiu pela primeira vez em 1952, num artigo de autoria do demógrafo Alfred Sauvy, no jornal francês *L’Observateur*, como lembra com precisão Peter Worsley (1994), a quem, segundo ele mesmo, é geralmente atribuída a autoria da expressão. O contexto em que ela surgiu era o da Guerra Fria, quando as duas superpotências dos EUA e da URSS dominavam um mundo caracterizado como bipolar. Entretanto, ainda segundo Worsley, nas décadas de 50 e 60 surgiam no mundo, e mais especialmente na África e na Ásia, um grande número de nações que haviam travado duras guerras para obter sua independência do domínio colonial europeu. Só no ano de 1961, dezessete novos Estados surgiram no continente africano. Esses países logo se agruparam para pensar conjuntamente sobre qual seria seu posicionamento dentro da ordem mundial bipolar. Segundo Worsley, “tendo-se libertado do domínio capitalista da Europa, eles não alimentavam o desejo de sucumbir ante uma outra hegemonia européia, a do bloco comunista”(1994:96). Assim, na Conferência de Bandung, em 1955, esses países se constituíram num “grupo afro-asiático livre”, não alinhado com nenhuma das duas grandes potências, no qual o Egito de Nasser teve um papel preponderante, na tentativa de consolidar a chamada unidade pan-africana. Independentemente dos desdobramentos da história, que acabaram por desestruturar esse começo de unidade, o fato é que, na época de sua constituição, o fato novo por ela representada levou Sauvy a cunhar o termo de “Terceiro Mundo”, ou seja aquele que não se alinhava nem com o “Primeiro Mundo”, representado pelos EUA, nem com sua alternativa, o modelo das economias planificadas encabeçado pela URSS, o “Segundo Mundo”.

Com o tempo, o não-alinhamento daquele grupo de países tornou-se relativo. A possibilidade de apoios econômico e político por parte de uma ou outra superpotência fez com que muitos aceitassem alinhar-se em um dos campos. Mas esse apoio era suficiente para sustentar economicamente e politicamente uma nação somente quando ela se encontrava em áreas de interesse estratégico para uma das superpotências. Assim aconteceu com a maioria dos países do leste europeu, responsáveis pela manutenção estratégica da chamada “cortina de ferro”, ou ainda com Cuba, no campo soviético, ou com Israel ou ainda a Coreia, no campo americano. Fora esses casos específicos, que não eram poucos, as outras nações do mundo esforçaram-se em sobreviver, ora alinhando-se politicamente a um campo, ora tentando propor políticas econômicas próprias, como por exemplo as políticas desenvolvimentistas. Nesse quadro, a identificação comum a todos eles era, sem dúvida, sua situação econômica precária. Não seria possível tentar encontrar mais pontos em comum entre países tão distantes geograficamente, economicamente e culturalmente quanto o Brasil e o Quênia, por exemplo. A maioria desses países balançou entre as escolhas possíveis entre um apoio econômico por parte do campo ocidental, que passava pela aceitação compulsória dos ajustes estruturais controlados pelo FMI, como foi o caso dos países latino-americanos, e um apoio militar e político soviético, como em alguns países africanos, que geralmente significava a adoção de um modelo político e econômico não capitalista. Esse conjunto de países, que também foram chamados de “países pobres” (Pinheiro-Guimarães, 1991), eram denominados genericamente de Terceiro Mundo. O *Groupe de Lisbonne* explica:

*“Durante a Guerra Fria, os países em desenvolvimento podiam engajar-se em apenas uma via, aquela sustentada e incentivada pelo ‘Norte’ (ou seja o Primeiro ou o segundo Mundos). Essas vias comportavam duas variantes: o capitalismo baseado no livre mercado ou o ‘socialismo’ ou economia comunista. ... O FMI e o Banco Mundial tiveram um papel de primeiro plano enquanto guardas financeiros e guardas da ortodoxia e da estabilidade econômicas ‘mundiais’, pelo intermédio das famosas ‘políticas de reajustamento estrutural’ que os países em desenvolvimento se viram obrigados a aceitar para ter direito a empréstimos e outras formas de ‘ajuda’ financeira” (Groupe de Lisbonne, 1995:91)*

É interessante notar que o Terceiro Mundo, quando não englobado no jogo estratégico das grandes potências, não tinha nenhum papel preponderante nas relações internacionais. Ray Cline (1983), outro pensador realista, mostra como os interesses geo-estratégicos norte-americanos, por exemplo, nunca o consideraram partes importantes do Terceiro Mundo, como a América Latina ou a África. O mapa estratégico americano, “achatado” num único plano e com os EUA como centro, mostra as zonas de influência daquele país classificadas em ordem de importância. Em primeiro lugar, no seu epicentro, os EUA, Canadá, Alasca, México e América Central. Zona “inegociável”, essa região era cercada pela segunda área de influência, formada por Rússia, China e Europa Ocidental. Mais adiante, com importância relevante para a política de contenção adotada no pós-guerra, a Ásia e Oriente Médio. Em último lugar, com importância geo-estratégica praticamente nula, apareciam Austrália, África e América do Sul. Wilhelmy (1987) lembra com pertinência que Henry Kissinger, principal mentor da política externa norte-americana na década de 70, e responsável pela importância tomada pelo pensamento realista, não tinha nenhuma política formulada para o Terceiro Mundo, a não ser aquela relativa às áreas de interesse estratégico. Assumiu posições casuais como o apoio a golpes autoritários que “contivessem o avanço comunista”, e em especial visando a manutenção desses países na economia de mercado.

## Países desenvolvidos, em desenvolvimento, subdesenvolvidos

Em parte para enfatizar o “sucesso” das políticas de ajuste promovidas pelo FMI, em parte em razão do real progresso econômico alcançado por alguns países de porte médio, como no caso do milagre brasileiro, o termo “Terceiro Mundo” foi pouco a pouco sendo substituído, na década de 80, pelos termos “países subdesenvolvidos” e “países em desenvolvimento” (Pinheiro-Guimarães, 1991:16). Essa nomenclatura visava diferenciar países do Terceiro Mundo cujo forte crescimento econômico os colocava num primeiro plano, em valores absolutos do PNB, da economia mundial (o Brasil tinha o 8º PNB do mundo em 1987) e aqueles que continuavam em forte grau de subdesenvolvimento. Não se podia comparar, de fato, a inserção no mercado mundial de países emergentes economicamente como o Brasil, o México ou a Índia, e países como os



da África subsaariana, como a Etiópia, que atravessavam dificuldades econômicas incalculáveis. Surge também nessa época a noção de potências médias, que como o Brasil, elaboravam suas políticas externas com o intuito de fortalecer seu poder na sua região de influência próxima, além de tentar estabelecer vínculos alternativos aos oferecidos pelas superpotências<sup>82</sup>.

### A localização geográfica em segundo plano

Com o advento da globalização econômica, da forma como a explicamos no início deste trabalho, o papel do “Terceiro Mundo” mudou bastante. Pois de certa maneira, a possibilidade de comunicação instantânea na totalidade do planeta relativizou um aspecto substancial da disputa geo-estratégica: a importância do posicionamento geográfico-espacial. Como vimos, o fim da Guerra Fria colocou em primeiro plano nas disputas estratégicas o fator econômico, em detrimento da importância geográfica do país. Agora, mercados e bolsas de valores são alcançáveis qualquer que seja sua localização. Isso sem dúvida fez com que a importância de regiões do Terceiro Mundo sem nenhuma tradição estratégica, mas com forte potencial econômico, como é o caso da América Latina, fossem integradas de maneira mais relevante no contexto dominante das relações internacionais. Esse processo se associou ao fato de muitas nações terem passado por uma intensificação em sua industrialização, o que fez com que elas não sejam de fato as mesmas no contexto do comércio mundial do que eram vinte ou trinta anos atrás. Além do Brasil e do México, na América Latina, o exemplo mais importante é sem dúvida o de países como a Índia ou as chamadas economias dinâmicas da Ásia, como Coreia do Sul, Malásia, Taiwan, Indonésia, etc.

### As múltiplas classificações de países

Todo o contexto levantado acima fez com que a maioria dos estudiosos das relações internacionais se lançassem em novos tipos de classificação, tentando considerar com mais precisão as características específicas de cada país. O termo “Terceiro Mundo” perdeu seu sentido, uma vez que com a dinamização da economia mundial, não se pode comparar, por exemplo, países de exportação especializada e de indústria de bens de consumo e capital para o mercado interno relativamente pequena, como o Chile (que exporta essencialmente minério e produtos agrícolas), com países de economia extremamente interligada e com vasta carteira de exportações, como por exemplo o Brasil<sup>83</sup>. Assim, podemos elencar uma vasta gama de classificações, que de certa forma mostram a complexidade da tarefa de ordenar países por seu potencial econômico num mundo em que a economia se tornou, antes de tudo, transnacional e dinâmica. Samuel Pinheiro Guimarães (1991) propôs uma classificação em 10 grupos: os países altamente desenvolvidos (OCDE), os neo-capitalistas (ex-bloco soviético), os últimos socialistas (China, Cuba, etc.), as economias dinâmicas da Ásia (Taiwan, Hong-Kong, Coreia, Malásia, Singapura, etc.), os países em retrocesso econômico (África subsaariana e alguns países asiáticos como Bangladesh), os mini-Estados-ilhas do Caribe e do Pacífico (Granada, Fiji...), os países em desenvolvimento industrial médio, estrangulados pela dívida externa (Brasil, Índia, México, etc.), os produtores de petróleo altamente capitalizados (Arábia Saudita, Kuwait, etc.), os países “médios latino-americanos”, e os países árabes não petrolíferos (norte da África).

O Banco Mundial, por sua vez, propõe três categorias de países: os de baixa renda, os de renda média, e os de alta renda (Banco Mundial, 1991). Paul Kennedy (1993) utiliza a classificação de Ravenhill<sup>84</sup>, que repertoria cinco grupos: países exportadores de petróleo, países de alta renda, economias em industrialização com estruturas estatais em questionamento e/ou problemas de dívida (Argentina, Polônia), economias em industrialização com Estados fortes de endividamento relativamente baixo (Formosa), países recém-industrializados em potencial (Malásia, Tailândia), e países produtores de mercadorias primárias (África subsaariana, América Central). Numa sistematização ainda mais complexa, o *Groupe de Lisbonne* propõe a existência de “cinco Sul” (*Groupe de Lisbonne*, 1995;94), em moldes parecidos aos vistos acima.

### O Sul: concentração da renda, miséria e exclusão

Não nos interessa neste trabalho pormenorizar cada uma dessas classificações, tendo em vista que provavelmente todas elas estejam corretas em suas observações. Cabe-se questionar porque então, com tanta riqueza de classificações, optamos até aqui, e continuaremos optando, por utilizar a classificação aparentemente reducionista de Norte e Sul? A primeira resposta se deve à observação de que não obstante o crescimento econômico observado nos países ditos “em desenvolvimento”, e não obstante o grau de interpenetração alcançado pela economia globalizada, os fluxos de investimento entre os países continua gritantemente concentrado nas relações entre nações desenvolvidas apenas. Em 1980, os países menos desenvolvidos atraíam cerca de 55% dos capitais mundiais e produziam 14% desses capitais, segundo o *Groupe de Lisbonne* (1995; sobre dados da CEE). Excluindo desse grupo de países aqueles que nesse intervalo se tornaram grandes centros financeiros, como Hong-Kong ou Panamá, o *Groupe de Lisbonne* assinala que de 1986 a 1991 “a totalidade dos investimentos e empréstimos, públicos ou privados, dirigidos aos países pobres só representavam 3% do total mundial” (1995;68). Evidentemente, esses números desconsideram os fluxos de capital financeiro volátil, típicos da economia globalizada, que passaram a correr o mundo com a adoção por parte de muitos países em desenvolvimento de políticas de estabilização baseadas nos juros altos para atrair capital destinado à ancorar seus câmbios (casos do Brasil, do México, da Argentina). Refere-se ao capital relativo a investimentos reais ou ainda a empréstimos, que de fato se arrefeceram com o

<sup>82</sup> Insere-se nesse contexto a política de Esplêndido Isolamento elaborada por Golbery de Couto e Silva e o Pragmatismo Responsável praticado pelo presidente Ernesto Geisel.

<sup>83</sup> Em 1989, 90% das exportações do Chile foram em Combustíveis minerais e metais (57%) e outras matérias primas (33%). As exportações brasileiras no mesmo ano se dividiram entre Combustíveis Minerais e metais (15%), Outros produtos primários (33%), Máquinas e equipamentos de transporte (20%), Outras manufaturas (32%) e Têxteis e vestuário (3%). (Dados: “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - 1991”, Banco Mundial/FGV, São Paulo, 1991)

<sup>84</sup> J. Ravenhill, “The North-South balance of power”, in *Internationals Affairs*, vol.66; nº4, 1990 (citado em Kennedy, 1993;230)

processo de substituição do papel do FMI pelos capitais financeiros especulativos, do qual já falamos anteriormente. Em suma, os países em desenvolvimento trocaram empréstimos que visavam antes de tudo o pagamento dos serviços da dívida por capitais financeiros voláteis, e tornaram-se, não obstante o novo papel que supomos que eles viriam a ter com a economia globalizada, quase insignificantes nas relações econômicas mundiais.

A segunda resposta de deve ao fato que o crescimento econômico verificado na maioria dos países em desenvolvimento não resultou de maneira alguma, como veremos logo a seguir, em melhorias nos aspectos sociais desses países, que continuam muitas vezes a apresentar, como no caso do Brasil ou do México, índices altíssimos de concentração de renda e miséria. Em outras palavras, nenhuma das classificações propostas contempla o caráter de urgência da miséria existente no Sul, nem o acelerado processo de exclusão que o sistema polarizador vem provocando. Por mais que se diga que países como o Brasil são “potências médias”, “semi-industrializados” ou outra classificação do tipo, ele não deixará de ser do “Sul” enquanto não encontrar prioritariamente solução para melhorar a situação de seus milhões de miseráveis.

Enfim, a terceira resposta à pergunta sobre o porquê de mantermos a classificação Norte/Sul é dada por Amin (1991). Esse autor ressalta que o sistema capitalista polarizador é, em consequência da sua busca pelo acúmulo infundável de riquezas, destrutivo. Mostra que “o sistema que confinou a África a uma especialização agro-mineira pela exploração extensiva de seus subsolos até esgotamento” está a um passo de excluir esse continente da divisão mundial do trabalho, em função justamente das novas tecnologias que permitem a economia de certas matérias-primas antes essenciais. Assim, para Amin a economia-mundo capitalista acaba excluindo do sistema as periferias mais atrasadas, mantendo como suas periferias apenas aquelas nações que interessam ao sistema. Nessa ótica, alguns pensadores vêm utilizando há tempos o conceito de “Quarto Mundo”, que não seria mais periferia, mas resultado da própria natureza destrutiva do sistema. Diz Amin,

*“Sem dúvida as formas e conteúdos da polarização evoluíram com o tempo. Da Revolução Industrial até a Segunda Guerra Mundial esse contraste se baseou na oposição países industrializados/países não industrializados. A industrialização acelerada em algumas regiões do Terceiro Mundo não recoloca em questão, na minha opinião, a polarização, mas somente suas formas. Os mecanismos da nova polarização estão baseados na dominação financeira (as novas formas do capital financeiro mundializado), tecnológica (em relação com a nova revolução científica e tecnológica), cultural (pela intensificação do poder da mídia) e militar. **Nessa perspectiva, os “novos países industrializados” não constituem “semi-periferias” em via de cristalização, mas as verdadeiras periferias de amanhã**” (Amin, 1991;71, grifo meu)*

Por outro lado Amin caracteriza com bastante precisão a situação do “Quarto Mundo”:

*“Em compensação os países ditos do “Quarto Mundo” não são mais periferias verdadeiras, mas são da natureza dessas regiões destruídas pela expansão capitalista em suas formas anteriores. Pois o estado lamentável do “Quarto Mundo” não se deve à sua recusa em se inserir na divisão internacional do trabalho ... Um belo e triste exemplo desse “Quarto Mundo” nos é fornecido pelas regiões da exploração escravista das Américas no período mercantilista: Nordeste brasileiro, Antilhas (Haiti, entre outros). Essas regiões foram naqueles tempos consideradas ‘prósperas’ e eram o coração da periferia do sistema da época. Com o tempo as novas estruturas do desenvolvimento capitalista marginalizaram a importância relativa dessas regiões, que hoje estão no grupo das mais tragicamente miseráveis do Terceiro Mundo” (Amin, 1991;71)*

Vê-se que para Amin a economia-mundo capitalista engloba os países “em desenvolvimento” como novas periferias do mundo globalizado, excluindo aquelas que já não se inserem no sistema. Segundo Amin, é difícil acreditar que o termo “em desenvolvimento” indique que de alguma forma esses países um dia se tornarão “desenvolvidos”. Não faz parte do modelo da economia-mundo capitalista a inclusão desses países no rol dos mais adiantados. Isso porque o conflito da polarização Norte-Sul não está em via de ser superado, e ao contrário, como veremos mais adiante, o instrumento da economia é hoje amplamente usado para manter esses países em sua condição de periferia. Quanto ao chamado “Quarto Mundo”, os massacres e a miséria vigentes na África, assim como a descoberta de “homens-gabirus” no Nordeste brasileiro nos impedem de discordar da argumentação de Amin.

Acreditamos portanto que os melhores termos para caracterizar a polarização da economia-mundo capitalista ainda são “Norte” e “Sul”. Apesar de parecerem imprecisos, o fato é que a grande maioria dos países industrializados ou economicamente desenvolvidos se encontram no Hemisfério Norte (à única exceção da Austrália e Nova Zelândia). Em oposição, muitos dos países do antigo “Terceiro Mundo”, assim como todos os do “Quarto Mundo”, encontram-se no Sul. Como aceitamos aqui a idéia de que tanto os países semi-industrializados como os excluídos fazem parte da periferia do sistema, e não fazem parte do grupo dos países beneficiários da polarização econômica mundial, pareceu-nos mais realista classificá-los simplesmente por “Sul”<sup>85</sup>. Evidentemente muitos poderão argumentar que seria simplista colocar num mesmo grupo países com tantas divergências culturais como o Iraque e o Brasil. Isso sem dúvida é verdade. Mas mais uma vez faz-se necessário ressaltar aqui que o critério comum a todos os países do Sul é antes de tudo econômico: todos eles apresentam um inaceitável grau de desigualdade social. Esse é, sem dúvida, o único fator que pode ainda colocar num mesmo grupo países tão diversos, mas que se aproximam por uma característica bastante infeliz: a miséria que ostentam, que não pode ser vista nos países do Norte<sup>86</sup>. Mesmo se considerarmos que esta vem aumentando significativamente entre os países da OCDE, a situação desses países está ainda muito distante da vivida pelos países do Sul..

<sup>85</sup> Essa é uma classificação genérica, uma “licença de linguagem”, já que quase metade do continente africano e quase toda a Ásia estão, geograficamente falando, situados no Hemisfério Norte. O termo “Sul” é usado em oposição ao fato de que todos os países da OCDE (à exceção de Austrália e Nova Zelândia) estão situados no Hemisfério Norte.

<sup>86</sup> O sistema econômico capitalista é tão excludente que, como já foi dito, essa afirmação é cada vez mais relativa. O aumento da miséria observada no seio dos países da OCDE, se ainda muito distante da observada nos países do Sul, mostra que a longo prazo teremos uma divisão entre “incluídos” e “excluídos” do sistema até mesmo nos países do Norte, numa visão bastante próxima àquela proposta por Kurz (1992).

Argumentamos acima, antes de nos deter na definição de Norte e de Sul, que acreditamos haver dentro da economia-mundo capitalista uma clara disputa de poder entre as nações privilegiadas pelo processo histórico da produção capitalista e aqueles que sofreram suas conseqüências polarizantes. Ao nosso ver, essa polarização se dá em torno da clássica desigualdade do sistema em relação à apropriação do capital, e seus resultados são, de acordo com os vários autores citados, um aumento no fosso que separa o Norte do Sul. Numa ótica realista, argumentamos que quando há polarização, há vencedores e perdedores, e nesse sentido, a disputa pela hegemonia do poder mundial se deslocou para o campo da economia, onde as potências dominantes da economia-mundo capitalista se utilizam do instrumento da economia para manter essa hegemonia. Em outras palavras, argumentamos que essa disputa não se trava mais, na maioria dos casos, por meio do uso tradicional da força das armas, como sugeriria uma análise classicamente realista. Sustentamos acima que “no êxtase da economia, as melhores armas só poderiam ser as econômicas”.

Também vimos anteriormente o quanto o discurso difundido por Huntington ou Fukuyama se presta à criar certa confusão entre os conceitos de liberalismo econômico e liberalismo político, dando a entender que esses dois fenômenos são indissociáveis. Também associam ao Ocidente um conjunto de valores e ideais que são interpretados como *modernidade*. O que veremos agora é que esse tipo de discurso compõe justamente o novo arsenal dos instrumentos econômicos na divisão do poder mundial. Isso já foi observado por alguns autores, como por exemplo Wallerstein:

*“Temos observado que a expansão histórica da economia capitalista universal ... criou a contradição entre a modernização e a ocidentalização. A maneira simples de resolver este dilema tem sido afirmar que as duas são idênticas...Dentro deste esquema, o leitor poderá perceber o quão repetitivo é o padrão da justificativa ideológica. Todos os Estados podem desenvolver-se, todos os Estados irão desenvolver-se...Uma vez que todos os estados podem se desenvolver, como é que os Estados subdesenvolvidos vão poder desenvolver-se ? De certo modo, copiando aqueles que já se desenvolveram, isto é adotando a cultura universal do mundo moderno, com o apoio dos Estados mais adiantados. Se, apesar desse apoio, eles não estão alcançando nenhum progresso ou pouco progresso, é porque eles estão sendo ‘racistas’, ao rejeitarem os valores universais ‘modernos’”(Wallerstein, 1994)*

Pode parecer exagerada a argumentação de Wallerstein. Fukuyama logo elimina tal sensação. Vejamos o que diz: *“Nenhum país subdesenvolvido do Terceiro Mundo está em desvantagem simplesmente porque começou o processo de desenvolvimento depois da Europa, nem as potências industriais estabelecidas podem bloquear o desenvolvimento dos que vieram depois, desde que esses países sigam as regras do liberalismo econômico” (Fukuyama, 1992;138)*

Ainda podemos achar exagerada a suposição feita por Wallerstein sobre uma visão “racista” daqueles que não aceitam a adoção do modelo liberal. Uma breve passagem escrita por Fukuyama mostra que essa visão entretanto existe: *“Mas se o ‘sistema mundial’ capitalista não é obstáculo para o desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, por que outras economias orientadas para o mercado fora da Ásia<sup>87</sup> não cresceram com a mesma rapidez?... Se rejeitamos as explicações neomarxistas, como a teoria da dependência, podemos apresentar mais duas categorias amplas de respostas possíveis. A primeira é uma explicação cultural, isto é, **que os hábitos, costumes, religiões e estrutura social dos povos de regiões como a América Latina dificultam a consecução de altos níveis de crescimento...**” (Fukuyama, 1992;138, grifo meu)*

A aceitação desse discurso é mais ampla do que se imagina. Mesmo autores que mantêm certa crítica à possibilidade de universalização de um modelo econômico liberal como único viável para os países do Sul, como Paul Kennedy, implicitamente acreditam que o objetivo dos países subdesenvolvidos é, de alguma forma, “alcançar” o Ocidente, o que deixa transparecer seu credo na superioridade do sistema ali vigente. Assim, se Kennedy por um lado critica a teoria que impõe o modelo de mercado para o terceiro mundo, afirmando:

*“Na perspectiva da teoria do laissez-faire ... esses países só se tornam relevantes quando aprendem as lições do mercado e adquirem as características que permitem às sociedades competir no mundo sem fronteiras...” (Kennedy, 1993;68).*

Por outro lado o mesmo Kennedy declara:

*“Os países em desenvolvimento que estão obtendo mais êxito no esforço de **alcançar o Ocidente** são os países comerciantes do Pacífico e do leste da Ásia” (Kennedy, 1993;231, grifo meu)*

Essa teoria, que Ianni (1985) chama de evolucionista, envolve um alto grau de “eurocentrismo” ou, como quer Ianni, de “darwinismo social”, e se baseia na idéia de que “o mundo evolui para o modelo ou parâmetro representado pelas sociedades dominantes”, sendo esse parâmetro o liberalismo político e econômico, associado à idéia de modernidade (Ianni, 1995;84). Essa idéia pode parecer, pelo que colocamos até aqui, um pensamento lançado apenas por alguns intelectuais como Fukuyama ou Huntington, e não um conceito ideológico que esteja sendo difundido com o intuito de forçar sua aceitação pelos países do Sul. Isso entretanto não é verdade.

### Os *think tanks*: uma bem montada estrutura de difusão de um modelo

Pelo contrário, pode-se dizer que existe uma bem montada estrutura com o objetivo específico de difundir a idéia da inexorabilidade da aceitação do modelo econômico e político liberal como modelo universal de homogeneização do planeta nos

<sup>87</sup>Veremos mais adiante que, além de tudo, o exemplo da Ásia como “seguidora da economia de mercado” é extremamente questionável.

moldes da modernidade ocidental. Por uma coincidência nada surpreendente, verifica-se que tal estrutura está solidamente ancorada em institutos norte-americanos milionariamente financiados pelas grandes corporações daquele país e na maioria das vezes com forte influência na administração governamental. São os chamados *think tanks*, ou “caixas de idéias”, que produzem ao longo dos anos, e graças a seus fortes vínculos com governos e universidades, um volume impressionante de *papers*, documentos oficiais, artigos universitários e tantas outras formas de difusão possíveis para alcançar, em primeira instância, os formadores de opinião dos EUA e dos países do Sul, notadamente. Representam a corrente de pensamento primeiramente estudada neste trabalho, que acredita que a globalização da economia é antes de tudo um assunto das grandes empresas capitalistas. Entretanto, vimos que essa insuspeita “autonomia” em relação aos Estados-nacionais a que pertencem é relativa. E vimos que no jogo de poder mundial ainda são os EUA que se destacam pela sua hegemonia. Nada surpreendente, portanto, que a maioria desses *think tanks* esteja situada nos EUA. A pesquisadora norte-americana Susan George revela:

*“Fundações apoiadas em grandes e antigas fortunas industriais norte-americanas, como Coors (cervejaria), Scaife ou Mellon (aço) e principalmente Olin (produtos químicos) financiam também cadeiras nas mais prestigiosas universidades dos EUA. Trata-se, segundo o folheto da Fundação Olin, que gastava, em 1988, 55 milhões de dólares para isso, ‘de reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se baseia a empresa privada’” (George, 1996;34)*

Ianni também descreve essas instituições e seu poder de difusão de idéias:

*“A aldeia global seria ininteligível, como realidade ou imaginação, sem a colaboração ativa de toda uma multidão de intelectuais trabalhando em todo o mundo, nas mais diversas organizações e corporações públicas e privadas .... São pesquisadores, analistas, estrategistas, executivos, consultores, assessores, técnicos, especialistas juniores e seniors, formados nos mais diferentes campos do saber .... Trata-se dos think tanks de todos os tipos, organizados para pensar na organização e a dinâmica da sociedade global” (Ianni, 1995;101)*

Esses centros de pensamento seguem a máxima de um dos pais do neoliberalismo, Richard Weaver, membro da famosa “escola de Chicago”<sup>88</sup>, que em 1948 publicou um livro sobre o título: “As idéias têm conseqüências”<sup>89</sup>. Com a tarefa de produzir idéias num ritmo frenético, os *think tanks* americanos podem contar com um apoio financeiro considerável. A *Hoover Institution on War, Revolution and Peace*, situada no campus da Universidade de Stanford, acrescentou, já em 1960, à sua vocação primeira de estudar a Guerra Fria, um departamento voltado ao estudo da economia. Com um orçamento de 17 milhões de dólares por ano, pôde financiar os trabalhos, por exemplo, de um dos mais importantes ideólogos liberais, o economista Milton Friedman (George, 1996). Com relações mais voltadas para o Congresso dos EUA, o *American Enterprise Institute* empregava em 1980, 150 pessoas, das quais 50 dedicadas à produção de documentos e pesquisas econômicas. Seu orçamento, em 1993, era de 12,5 milhões de dólares. Ainda segundo Susan George<sup>90</sup>, a *Heritage Foundation* esteve diretamente associada à administração Reagan. Tem um orçamento de 25 milhões de dólares por ano, e produz anualmente cerca de 200 documentos. George ainda lista muitos outros, dos quais alguns importantes institutos europeus, como o *Center for policies Studies* ou o *Institute of Economics Affairs*, ambos de Londres. De onde surge o dinheiro para financiar todos esses centros ? Como vimos, de fundações ligadas às grandes corporações. Dentre as mais importantes, George cita a Fundação Ford, que por exemplo já em 1960 doava cerca de 300.000 dólares ao *American Enterprise Institute*. A Fundação Bradley, por sua vez, distribuiu em 1994, 28 milhões de dólares entre algumas das instituições citadas acima. Como vimos, outra importante financiadora desse tipo de pesquisas é a Fundação Olin, do ramo dos produtos químicos.

## O “mito” de uma polêmica bem construída: Huntington x Fukuyama

Não é surpresa portanto verificar que a “polêmica” travada entre Huntington e Fukuyama parece ter sido meticulosamente montada. Falamos anteriormente que a discussão nos parecia pouco importante na ótica do Sul, já que ambos os discursos pareciam em última instância querer difundir uma mesma idéia, a da universalização, dentro da economia-mundo capitalista, do modelo das “democracias de mercado”, mesmo que incorporando alguma divergência entre os debatedores. Pois bem, num interessante artigo de Susan George (1992), lê-se um relato revelador:

*“Em 1988, o Sr. Allan Bloom, diretor do Centro Olin para o Estudo da Teoria e da Prática da Democracia da Universidade de Chicago (que recebe cada ano 3,6 milhões de dólares da Fundação Olin), convida um obscuro funcionário do Departamento de Estado para proferir uma palestra. Nela, o palestrante proclama a vitória total do Ocidente e dos valores neoliberais na Guerra Fria. Sua conferência é imediatamente publicada sob forma de artigo na revista The National Interest (revista que recebe 1 milhão de dólares por ano em subvenções da Fundação Olin), cujo diretor é um neoliberal muito conhecido, Sr. Irving Kristol, que por sua vez recebe uma verba de 326.000 dólares por ano da Fundação Olin como professor da Business School da New York University. O Sr. Kristol convida então o próprio Bloom, mais um outro renomado intelectual de direita, o Sr. Samuel Huntington (Diretor do Instituto Olin de Estudos Estratégicos de Harvard, criado graças a um financiamento Olin de 1,4 milhão de dólares), para ‘comentar’ esse artigo no mesmo número da revista”.... O ‘debate’ assim lançado por quatro beneficiários do Fundo Olin, numa conferência Olin e numa revista Olin é rapidamente publicado nas páginas do New York Times, do Washington Post e do Time.” (George, 1996;34)*

<sup>88</sup> Os seguidores dessa escola, conhecidos como “Chicago Boys”, espalharam posteriormente pelo mundo as virtudes da doutrina liberal, sendo o Chile de Pinochet o caso mais conhecido, do qual falaremos mais a frente.

<sup>89</sup> Richard Weaver, “Ideas have consequences”, University of Chicago Press, Chicago, 1948.

<sup>90</sup> Ver a esse respeito, para uma relação mais detalhada sobre os *think tanks*, o artigo “Les ‘boites à idées’ de la droite américaine”, de Serge Halimi, in *Le Monde Diplomatique*, Paris, maio de 1995.

<sup>91</sup> É esse mesmo artigo de Huntington que foi discutido acima.

Com tantas menções à empresa Olin, percebe-se facilmente o poder de difusão dos *think tanks* norte-americanos. Em tempo, o “obscuro funcionário do Departamento de Estado” se chamava Francis Fukuyama, e como diz George, “todos ouviram falar do *Fim da História*, que tornou-se *best-seller* em várias línguas”.

### O Consenso de Washington

O poder de difusão e de formação de opinião representado por esses institutos não deve ser menosprezado. Por essa razão afirmamos anteriormente que as idéias de Huntington ou Fukuyama, tão pouco consideradas no nosso meio intelectual, são pertinentes quando vistas no bojo da estrutura de difusão ideológica que elas representam. Entretanto, não cabe a elas a mais bem sucedida empreitada de divulgação oriunda de um desses *think tanks*. A que mais obteve sucesso em sua difusão pelo mundo certamente foi o documento apresentado pelo economista John Williamson, num seminário realizado entre 14 e 16 de janeiro de 1993, sob a orientação de Fred Bergsten, em um destacado *think tank* de Washington, o *Institute for International Economics*. O tema do seminário era “The Political Economy of Policy Reform”, e o texto de Williamson tinha por título “In Search of a Manual for Technopols”.

Para que não parem dúvidas a respeito do grau de interação desse instituto com setores empresariais e governamentais, vale dizer que fazem parte do seu Comitê Executivo de Diretores nomes como o de Akio Morita, presidente mundial da Sony, como o do legendário industrial americano David Rockefeller, do ex-Secretário de Estado do governo Reagan, George Schultz, do papa do liberalismo francês e ex-ministro Raymond Barre, entre outras destacadas figuras do mundo político e empresarial. O seminário gerou um livro, com o mesmo título (Williamson, 1994), o conteúdo do documento ali apresentado por Williamson sendo um programa de estabilização e reformas econômicas que ele havia denominado de “Consenso de Washington”. O que Williamson propunha eram regras para a criação de circunstâncias favoráveis para que, nos mais diversos países, técnicos altamente qualificados e conhecedores dos meandros técnico-burocráticos de suas respectivas administrações - os “tecnopols” - , pudessem assumir o poder político e implementar as reformas propostas pelo programa.

O “Consenso de Washington” em nada parece com o que imaginamos que poderia ser um “programa de ajustes econômicos”, com toda a complexidade e tecnicidade que o título deixa prever. É, na verdade, um simples receituário, e ocupa apenas duas curtas páginas do livro em questão. Nesse espaço, distilam-se os 10 pontos básicos a serem seguidos pelo tecnopol no poder, 10 itens do mais puro liberalismo econômico. São eles: Disciplina Fiscal (“Os déficits orçamentários, mensurados para incluir os déficits dos governos provinciais, das empresas estatais e do Banco Central, devem ser pequenos o suficiente para poderem ser financiados sem o recurso de taxas inflacionárias...”); Prioridades nas despesas públicas (“A reforma consiste em redirecionar as despesas advindas de áreas sensíveis que tipicamente recebem mais recursos do que seu retorno justificaria, como administração, defesa, subsídios indiscriminados e elefantes brancos...”); Reforma tributária; Liberalização financeira; Controle cambial; Liberalização do mercado (“restrições quantitativas às importações deverão ser rapidamente substituídas por tarifas, que por sua vez deverão ser reduzidas até um nível uniformemente baixo em torno dos 10%...”); Abertura para investimentos diretos do exterior (“Barreiras impedindo a entrada de firmas estrangeiras deverão ser abolidas...”); Privatização (que é explicada por um curtíssimo texto: “Empresas estatais deverão ser privatizadas”); Desregulamentação, (“Governos deverão abolir regulamentações que impeçam a entrada de novas firmas ou que restrinjam a competição...”); e enfim Direitos de Propriedade (“O sistema legal deverá prover direitos de propriedade seguros, sem custos excessivos...”) (Williamson, 1994:26-28).

### A difusão da “democracia de mercado” como único modelo possível

Como se vê, nada poderia ser mais claramente objetivo do que o Consenso para induzir políticas que se moldem à idéia da “economia de mercado”. O sociólogo Otavio Ianni (1995) identificou a corrente de pensamento que tenta difundir a idéia da universalidade do Ocidente e da “democracia de mercado” como “Teoria da Modernização”, ou ainda da “Occidentalização do Mundo”. Para Ianni,

*“Pode-se dizer que a teoria da modernização tem por base também o princípio da ‘mão invisível’ ... Na medida em que se desenvolve a divisão do trabalho social em escala nacional, regional, internacional e global, promove-se a difusão dos fatores produtivos, das capacidades produtivas, dos produtos produzidos e do bem estar geral. No limite, a mão invisível pode garantir a felicidade geral de uns e outros, em todo o mundo, em conformidade com os princípios do mercado, do ideário do liberalismo e neoliberalismo: economia e liberdade; liberdade econômica como condição de liberdade política, liberdade e igualdade de proprietários garantidos pelo contrato codificado no direito” (Ianni, 1995:78)*

Há sem dúvida uma visível proximidade dessas idéias com aquelas expostas no receituário do Consenso de Washington. A influência do Consenso é, porém, sistematicamente menosprezada, até pelos seus autores, quando são muito cobrados a respeito do alto caráter exclusivo da proposta. O próprio Williamson, preocupado com a repercussão negativa do nome “Consenso de Washington”, e temendo que ele pudesse “dar a impressão” de ser por demais direcionado pelos interesses americanos, quando na verdade seu esforço se voltava para firmar a idéia de universalismo de sua proposta, declarou em debate no Rio, em agosto de 1994, que “seria melhor ter reunido as teses que compõem o consenso sob uma expressão do tipo ‘convergência universal’”.<sup>92</sup>

A ‘convergência universal’ a que se referiu Williamson talvez não tenha sido atingida, mas chegou-se perto, ao menos no que tange aos países do Sul. A influência das idéias do economista na política e na opinião pública internas de

<sup>92</sup> *Folha de S.Paulo*, 15 de agosto de 1994, comentários sobre o seminário “O Brasil e o Novo Cenário Internacional”, promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e organizado pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira.

muitos países não pode ser negada. Somente em 1996, entre agosto e dezembro, o nome de John Williamson, associado ao termo “Consenso de Washington” (sem contar portanto as vezes em que somente um dos termos apareceu) foi publicado 12 vezes<sup>93</sup>, somente na *Folha de S.Paulo*, o jornal de maior circulação no país, em virtude de uma palestra por ele proferida no país<sup>94</sup>. A idéia de que o conceito de “tecnopols” esteja mais para o campo das anedotas também não é verdadeira. O representante brasileiro no livro de Williamson foi o economista Luís Carlos Bresser Pereira<sup>95</sup>, hoje ministro da administração. Da mesma maneira que aqui se viu técnicos ou intelectuais que assumiram o poder político, o cientista político José Luiz Fiori (1994) cita mais alguns exemplos:

*“...Williamson apelidou de ‘tecnopols’: economistas capazes de somar ao perfeito manejo de seu mainstream (evidentemente neoclássico e ortodoxo) à capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda e as mesmas políticas do ‘Consensus’, como é ou foi o caso, por exemplo, de Aspe e Salinas no México, de Cavallo na Argentina, de Yegor Gaidar na Rússia, de Lee Teng-hui em Taiwan, Manmohan Singh na Índia, ou mesmo Turgut Ozal na Turquia e, a despeito de tudo, Zélia e Kadir no Brasil” (Fiori, 1994:6-6)*

Outra prova da influência das idéias do Consenso de Washington está na chancela dada pelas instituições financeiras internacionais, o FMI e o Banco Mundial, a esse receituário (Fiori, 1994)<sup>96</sup>. Segundo o economista francês Michel Chossudovsky (1993:24), “o FMI, no quadro de sua terapia de choque, propõe uma desvalorização forte e a eliminação do controle sobre os preços...A segunda etapa do ajuste consiste em **liberalizar o comércio e abrir as fronteiras**” (grifo meu). Ianni (1995) expõe também essa proximidade entre a ideologia liberal e as políticas das instituições internacionais, mostrando inclusive como essas políticas de fato parecem querer se impor acima da soberania dos Estados nacionais<sup>97</sup>:

*“Em escala crescente, formam-se pólos dominantes e centros decisórios localizados em empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Aí nascem diretrizes relativas à desestatização, desregulação, privatização, liberalização e regionalização. São diretrizes que principalmente o FMI e o Banco Mundial encarregam-se de codificar, divulgar, implementar e administrar. Enquanto o liberalismo baseava-se no princípio da soberania nacional, ou ao menos tomava-o como parâmetro, o neoliberalismo passa por cima dele, deslocando as possibilidades de soberania para as organizações, corporações, e outras entidades de âmbito global” (Ianni, 1995, 79)*

Por todas as razões expostas acima podemos dizer que o Consenso de Washington, de um simples receituário produzido por um *think tank* norte-americano, acabou se tornando o principal instrumento de difusão da economia de mercado como modelo a ser adotado por todos os países que, de alguma forma, pretendem “alcançar” o grupo dos desenvolvidos. Mais do que isso, como ressaltava Maria da Conceição Tavares, parece ter-se tornado condição necessária para poder receber qualquer tipo de apoio tanto dos países do Norte como das instituições internacionais, numa reedição das políticas de ajuste estruturais impostas pelo FMI nas décadas de 70 e 80.

*“O Consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (Tavares, 1996:18)*

## O “pensamento único”

A força de difusão das idéias liberais, e mais especificamente do receituário do Consenso de Washington, levou à impressão de que o mundo hoje não pode admitir qualquer outro caminho para seu desenvolvimento que não seja aquele proposto pelos ideólogos do liberalismo. Essa impressão se deve até pela atitude tomada por muitos deles, que muitas vezes apresentam a aceitação das idéias do consenso como a única possibilidade para que os países do Sul consigam sair da crise de subdesenvolvimento em que se encontram. Num seminário realizado no Rio de Janeiro em julho de 1994<sup>98</sup>, e fazendo alusão aos então candidatos à presidência do país, Williamson perguntou: “O Fernando Henrique aceita o Consenso de Washington?”. Ao que ele mesmo respondeu: “Eu acho que sim e espero que ele aceite. Também espero que o Lula aceite. Porque, se o próximo presidente tentar desafiar esse consenso, vai chegar em breve numa crise como a Venezuela chegou”, referindo-se à crise política, econômica e social vivida pela Venezuela no mesmo ano. O tom chantagista das afirmações de Williamson se refletiram então nas colocações do economista brasileiro Giannetti da Fonseca: “O que o chamado Consenso de Washington fez foi simplesmente listar aquilo que qualquer economista sério acredita que seja necessário para uma economia instável e estagnada encontrar um caminho de crescimento com estabilidade”. No que completou: “Será que a

<sup>93</sup>24/08/96 - Clóvis Rossi: “Consenso revisto”, Página: 1-2; 05/09/96 - Editoria: “Procurando Um Modelo”, Página: 1-2; 05/09/96 - Clóvis Rossi: “O Consenso mudou”, Página: 1-2; 05/09/96 - Gilson Schwartz: “Receita neoliberal já contempla o social”, Página: 213; 08/09/96 - Carlos Eduardo Lins da Silva: “Economista condena a demora nas reformas”, Página: 1-1; 08/09/96 - Redação: “Conheça os dez pontos”, Página: 1-14; 09/09/96 - Página: 1-2, Seção: Frases: “Eu acho que qualquer um se sente desconfortável com a política fiscal brasileira.” John Williamson; 09/09/96 - Luís Nassif, “O Brasil global e a música”, Página: 23; 10/09/96 - Janio de Freitas, “Os donos da alegria”, Página: 1-5; 12/09/96 - Paulo Nogueira Batista Jr., “Reeleição e política econômica”, Página: 22; 13/09/96 - Luís Nassif, “A pasta de Gustavo Franco”, Página: 23; 14/11/96 - Paulo Nogueira Batista Jr., “Dívida e(x)terna” Página: 2-2.

<sup>94</sup> Muitos dos artigos reproduziram, aliás, opiniões externadas por Williamson a respeito da “não-adequação ao consenso” da política econômica do governo, como mostra o título “Economista condena a demora nas reformas”, de 8/09/96. Da mesma forma, outras idéias provenientes dos *think tanks* aparecem regularmente na grande mídia. A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, publicou em 27 de julho de 1997 reportagem de página inteira sobre Francis Fukuyama, com entrevista, biografia e reportagem, sob o título “Capitalismo ainda é única via, diz Fukuyama” (FSP, 27/07/97, pág.1-25).

<sup>95</sup> Autor do capítulo “Brazil”, p.333 in Williamson, 1994.

<sup>96</sup> O próprio Williamson deixou em setembro de 1996 e após 15 anos, o Instituto para Economia Internacional, para assumir o posto de economista-chefe para o sul da Ásia no Banco Mundial.

<sup>97</sup> Veremos mais adiante que é justamente porque nem todos os Estados acatam essas políticas, mas somente os do Sul, é que se configura na verdade uma nítida polarização entre Estados, sendo os do Norte claramente os principais interessados na adoção das idéias liberalizantes.

<sup>98</sup> Ver nota 93.

miséria absoluta da África está enchendo os cofres de algum país avançado?” “arrancando risos de assentimento de John Williamson”<sup>99</sup>. A alusão ao “Quarto Mundo” africano, tomado por indústrias transnacionais de exploração de suas reservas naturais, como o tão divulgado caso da Shell na Nigéria, é trágica. Se “os países avançados” não estão se enriquecendo agora, certamente é, como lembrou Amin, porque já se enriqueceram no passado o suficiente para relegar o continente africano à sua condição de excluído da economia-mundo capitalista.

Mas não só o autor do Consenso e seus debatedores próximos parecem querer afirmar a inexorabilidade do modelo. O presidente do *think tank* japonês *Nomura Research Institute*, o Sr. Koichi Minaguchi, declarou na abertura do Fórum de Tóquio (12 de dezembro de 1993), que

*“uma nova era começa, na qual os países cooperam entre eles ao mesmo tempo em que concorrem no quadro de uma economia de mercado. Assim, iremos traçar um novo mapa do mundo”* (Groupe de Lisbonne, 1995;101)

Victor Burlmer-Thomas,<sup>100</sup> professor da Universidade de Londres, em recente palestra ao Departamento de Ciência Política da USP enfatizou a necessidade das “reformas” econômicas da globalização para viabilizar o crescimento nacional, reformas estas que em muito se assemelham do receituário proposto por Williamson.

Esse tipo de comentários levou vários autores, e não somente oriundos do Sul, a falarem na existência de um verdadeiro movimento de massificação da ideologia liberal. E esse movimento é comumente associado ao próprio processo de globalização. Para Armand Mattelard (1997),

*“A globalização é também uma doutrina que compreende uma concepção da nova ordem mundial. Essa doutrina se encontra no fim do percurso proposto por teses conservadoras do fim das ideologias, das classes, das políticas e da história”* (1997;87)

O cientista político Zaki Laïdi, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Científicas - CNRS, da França, declara que

*“A democracia de mercado constitui doravante uma matriz do mundo, a problemática legítima do sistema internacional. ... Seria o respeito aos sinais do mercado que geraria o desenvolvimento, que, por sua vez, seria politicamente impensável sem o respeito escrupuloso do “pluralismo”. Essa norma dominante se impõe num contexto ideológico e tecnológico excepcional já que não sobra nem uma alternativa global à ‘economia de mercado’, nem obstáculos técnicos à sua difusão mundial. O tempo mundial se torna assim portador de uma mensagem universalizante, estabelecendo o que Guy Hermet chama de ‘um estado do mundo reputado como necessário’”(Laïdi, 1992;39).*

O egípcio Samir Amin (1991), por sua vez, acredita que no vazio provocado pela crise do capitalismo que pôs fim “às ilusões Keynesianas e às da ideologia do desenvolvimento”, inseriu-se “a ofensiva conservadora de um neoliberalismo que se reduz à preconizar o uso de um remédio universal, o mercado” (Amin, 1991;8). Para Amin, a tese liberal em voga atualmente se resume em três postulados principais: 1) o mercado exprime uma racionalidade econômica que se situa fora de qualquer contexto social específico (as causas da miséria são portanto geralmente vistas como “erros” dos países por ela assolados ou ainda como “preço” de medidas econômicas inevitáveis); 2) há uma identidade reversível dos termos democracia=capitalismo e capitalismo=democracia; e 3) a abertura total para o sistema mundial é uma opção incontornável, a condição *sine qua non* para qualquer “desenvolvimento” (Amin, 1991, 66-67).

O primeiro autor a tentar identificar a onda liberalizante como um discurso ideológico bem definido foi o francês Ignacio Ramonet, diretor de redação do *Le Monde Diplomatique*. Num livro em parceria com Noam Chomsky, “Como nos vendem la moto” (1995), o autor apresenta o conceito do “Pensamento Único”. Para ele, a revolução da informática e das comunicações fortaleceram os dois pilares da sociedade capitalista: os mercados financeiros e as redes de informação. Seu enorme potencial de difusão e alastramento abriu espaço para a nova ideologia dominante, um pensamento “que sempre tem razão e frente ao qual todo argumento - ainda mais se for de ordem social ou humanitário - tem que se inclinar” (Ramonet, 1995;57). Para Ramonet, o pensamento único pode ser entendido como “a tradução em termos ideológicos da pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, especialmente as do capital internacional” (1995;58). Ramonet sustenta inclusive que diante do poder das grandes corporações, o Estado não tem mais muito poder. Como já foi mencionado, essa noção nos parece relativa, como veremos novamente mais adiante. Mas o que interessa aqui é a confirmação passada por Ramonet da idéia de que os argumentos alternativos ao modelo do “Consenso de Washington” não são nunca capazes, segundo os pensadores liberais, de se impor a ele.

Se analisarmos as afirmações de Giannetti da Fonseca feitas durante o mesmo seminário acima citado<sup>101</sup>, veremos que esse pensamento hegemônico é bastante real. Segundo reprodução da *Folha de S.Paulo*, Giannetti argumenta que a “*velha esquerda brasileira vendeu uma imagem do Consenso como sendo uma espécie de imperialismo neocolonialista porque padece da cultura da culpa*”. *Essa cultura, disse Giannetti, projeta sobre os países desenvolvidos a culpa sobre a miséria dos países periféricos, deixando de lado os erros e omissões de cada nação, que assim estaria isenta de qualquer responsabilidade sobre seu fracasso histórico. O êxito econômico da Alemanha e do Japão no pós-guerra, exemplificou Giannetti, desmontam essa idéia arraigada nas esquerdas ressentidas. ‘Será que a riqueza alemã ou japonesa se explicam pela pobreza de alguém?’, perguntou o economista.*” (Folha de S.Paulo, 15 de agosto de 1994, pág. E-6).

<sup>99</sup> Segundo trechos reproduzidos na *Folha de S.Paulo*, 15 de agosto de 1994, pág. E-6.

<sup>100</sup> Victor Burlmer-Thomas, *“Life after debt: the new economic trajectory in latin america”*, University of London, Institute of latin American Studies, Occasional Papers no.1, 1992.

<sup>101</sup> Ver nota 93.

A argumentação de Giannetti parece ignorar todo o processo histórico da industrialização de países como o Brasil, e o contexto de dependência em que se deu. Não considera, evidentemente, que o processo de expansão da economia-mundo capitalista foi historicamente polarizador, e que os países do Terceiro Mundo eram a periferia que permitiu a expansão desigual do sistema. Contra esse tipo de argumentação, Amin (1991) coloca:

*“Os ‘liberais’ tranquilizam suas consciências lembrando que a distribuição desigual da renda também existiu na Europa nos primórdios do capitalismo. Mas eles esquecem de dizer que a melhoria posterior do modelo de distribuição foi obtida sim pelo resultado da luta operária (que eles reprovam entretanto no terceiro-mundo), mas que esta se desenvolveu em um quadro onde um final feliz era favorecido pela expansão do imperialismo. A lei inexorável da acumulação, tal qual Marx a preconizou, opera de fato na escala do sistema mundial do ‘capitalismo realmente existente’, e não na escala dos centros considerados isoladamente. Eles esquecem portanto de entender que a desigualdade crescente verificada nas periferias do sistema não é um vestígio do passado pré-capitalista, mas o produto necessário à expansão real do capital. (Amin, 1991; 44)*

Mas mais do que isso, Giannetti coloca qualquer dúvida que possa ser levantada sobre o Consenso de Washington no bojo de uma suposta falta de “cultura de culpa”. Transparece na sua argumentação a idéia de que a situação de subdesenvolvimento em que se encontram os países do Sul é consequência, simplesmente, de sua incapacidade administrativa e política. Pois bem, cabe então verificar um ponto. Supondo que países como o Brasil, o México ou ainda o Chile tenham adotado, como se diz, o modelo econômico de estabilização proposto pelo Consenso, seria de se supor que todos deveriam usufruir dos resultados de uma política que, segundo Giannetti, “qualquer economista sério acredita que seja necessária para uma economia instável e estagnada encontrar um caminho de crescimento com estabilidade”.

O que faremos a seguir é verificar, portanto, até que ponto se pode afirmar que o Brasil, por exemplo, adotou o receituário do Consenso de Washington. Veremos entretanto que o que chamaremos de “cartilha liberal” engloba, além dos itens sugeridos no Consenso, aspectos de âmbito político e cultural, que se inserem no movimento de difusão de um modelo universalizante de organização econômica liberal. Em seguida, veremos se houve melhorias no grau de “desenvolvimento”<sup>102</sup> do país. Por fim, analisaremos o caso dos países asiáticos ou ainda do Chile, que comumente aparecem como exemplos do sucesso das medidas liberais.

---

<sup>102</sup> As aspas significam que o próprio conceito de desenvolvimento pode ter vários significados, sobre os quais nos deteremos adiante.



## CAPÍTULO 5

### O MODELO LIBERAL DE EXPANSÃO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA, E SUA ADOÇÃO PELOS PAÍSES DO SUL.

O “PENSAMENTO ÚNICO” COMO UM MODELO QUE VAI ALÉM DA RECEITA ECONÔMICA, E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL.

A pergunta que devemos fazer, primeiramente, é qual é, na prática, o conjunto de medidas econômicas e políticas que se inserem na noção do “pensamento único”? Analisamos acima os dez pontos propostos pelo Consenso de Washington, todos de natureza essencialmente econômica. Entretanto, acreditamos que o conjunto de alterações que o movimento ideológico liberal sugere englobe outras dimensões que aquelas que fazem parte do receituário do Consenso. Pois vimos anteriormente que ao mesmo tempo que se produzem documentos como o de Williamson, difundem-se noções pouco definidas de valores como democracia, liberdade, liberalismo econômico, igualdade, enfim o que Huntington chamou de “ideais ocidentais”. E mais do que nunca, como defende Ramonet, as fantásticas tecnologias de comunicações permitem que esse movimento ideológico se difunda sem encontrar obstáculos pelo mundo afora.

O que entendemos por “pensamento único” vai portanto além da receita econômica proposta pelo consenso liberal. Em última instância, a ideologia do mercado liberal repousa essencialmente na noção do consumo. Junto à liberdade de iniciativa, esses dois conceitos constituem o combustível e a regra de organização de um tipo de sociedade na qual o fim maior é o lucro, e na qual a liberdade de iniciativa faz com que quase qualquer meio se justifique. Esse modelo extremamente perverso encontra ressonância na fantástica capacidade de difusão propiciada pela mídia, que se tornou o instrumento chave de divulgação desse pensamento. Como lembra o *Groupe de Lisbonne*, 80% de todas as imagens difundidas pelo mundo são geradas por apenas três grandes bancos de imagens (1995:34). Os canais de TV, por sua vez, passam uma quantidade impressionante de imagens e programas que vangloriam o consumo. Segundo Ramonet (1995:72), uma criança francesa, ao chegar aos 12 anos, já terá visto cerca de 100.000 anúncios que “vão contribuir para fazê-lo interiorizar as normas da ideologia dominante”. Além do consumo, a liberdade de iniciativa faz com que se enfraqueça a restrição social à violência. Esta, gerada pela sociedade capitalista como produto da desigualdade, é apresentada ao mundo como a fria e natural realidade do sistema. São seriados de TV, minisséries, filmes, anúncios, que de uma maneira ou de outra apresentam ao telespectador, desde criança, as facetas de um mundo violento, porém livre. Segundo Ramonet, sondagens feitas na França pelo semanário *Le Point* em outubro de 1988 mostraram que durante uma semana os telespectadores tinham podido assistir a “670 homicídios, 15 estupros, 848 brigas, 419 fuzilamentos, 14 sequestros, 32 tomadas de reféns, 27 cenas de tortura, 11 assaltos à mão armada, 11 cenas de guerra e 9 defenestrações” (Ramonet, 1995:70). Não é de se surpreender que tenham se multiplicado os casos de crianças envolvidas em crimes, por influência de um ou outro seriado de TV<sup>103</sup>. Isso sem contar, é claro, as notícias ao vivo difundidas cotidianamente por cadeias mundiais como a CNN.

Tudo isso nos leva a dizer que o modelo de mercado traz consigo uma dinâmica social própria do capitalismo. Essa dinâmica geralmente engloba a faceta negativa mais séria da economia-mundo capitalista: a proliferação de organizações que, em todos os níveis, burlam o Estado de direito com o objetivo subliminarmente legitimado pelo sistema, do enriquecimento. Talvez o maior exemplo das mudanças de caráter social e cultural que acompanham as transformações econômicas rumo à economia de mercado seja aquele da ex-União Soviética. A Rússia presencia hoje o surgimento, em graus desconhecidos durante o regime comunista, de mazelas características do capitalismo, que adentraram o país com a mesma voracidade que firmas como a *Coca-Cola* ou o *Mc Donalds*. Um dos maiores problemas vividos por aquele país é a proliferação de máfias no controle das indústrias pesadas, da prostituição, do tráfico de drogas, da violência<sup>104</sup>. Além disso, a desestruturação dos serviços públicos após a abertura se traduziu por quedas impressionantes nas estatísticas de saúde daquele país. Segundo a World Health Organization (OMS, em português)<sup>105</sup>, essas quedas, diretamente ligadas ao aumento da inequidade, são visíveis até nas médias nacionais (sem ser necessária a análise por grupos sociais específicos): a média de expectativa de vida caiu de 62 para 59 anos entre 1992 e 1996, e continua caindo. A taxa de mortalidade cresceu em 20% no mesmo período, num ritmo sem precedentes. Entre 1993 e 1994, a taxa de mortalidade por doenças infecciosas subiu 17,4%, e os casos de difteria aumentaram em 400%, os de sarampo em 400%, de febre tifoide em 300%. Segundo a OMS, todas essas doenças se caracterizam por serem facilmente controláveis com medidas **públicas** de baixo custo.

Um segundo aspecto associado ao modelo do “pensamento único” é o que Amin chamou de identificação entre os conceitos de democracia e capitalismo, sobre o qual já falamos acima. Junto com o discurso confuso, associa-se uma maciça propaganda por parte dos governos do Norte sobre os valores da democracia. Operações como a invasão de Granada, as atividades de pressão política por parte dos EUA em países como Panamá, Honduras, e Colômbia<sup>106</sup> ou as intervenções de capacetes azuis da ONU por todo o mundo comumente se apoiam no discurso da defesa da democracia. Chomsky relata que, “Um exemplo típico ... foram as eleições de 1984 no Panamá, vencidas por meio de fraude e violência por um gângster e assassino, o General Manuel Noriega, então ainda um amigo e aliado norte-americano. A realização

<sup>103</sup> Apenas como exemplo, Ramonet cita, entre outros casos, o de uma menina de 5 anos morta em outubro de 1994 na Noruega, por golpes desferidos por 3 crianças de 5 e 6 anos, que imitavam a série de TV *Power Rangers*.

<sup>104</sup> A esse respeito, pode-se ler K.S. Carol; “Gagnants et perdants de la transition: La Russie otage d'un capitalisme mafieux” *Le Monde Diplomatique* - agosto 1997 - Pg. 11; e Ibrahim Warde; “De la Russie à l'Albanie, le vertige de l'argent facile”; *Le Monde Diplomatique* - Abril 1997 - Pg 22 e 23.

<sup>105</sup> WHO - World Health Organization; “Equity in health and the healthcare: a WHO/SIDA initiative”, Genebra, Suíça, 1996.

<sup>106</sup> A esse respeito, ver Chomsky, 1994. O autor relata de forma impressionante as sangrentas e ilegais ações americanas na América Central, mais especificamente em Panamá, Honduras e Colômbia, sob o sempre recorrente pretexto do apoio à “redemocratização” (páginas 65-67, 74-75)

*foi aclamada pela administração Reagan, que tinha secretamente financiado o vencedor designado...O Secretário de Estado George Schultz foi ao local para legitimar a fraude, elogiando as eleições como "a inauguração da democracia" e desafiando os sandinistas a igualar os altos padrões do Panamá" (Chomsky, 1994 ;64)*

Mais além, parece haver uma constante preocupação por parte dos países hegemônicos em valorizar os ideais democráticos adotados por inúmeros países do Sul, a grande parte adeptos da economia de mercado, mesmo que muitas vezes os preceitos democráticos nesses países ainda não estejam definitivamente consolidados e sejam as vezes abertamente desrespeitados<sup>107</sup>. Assim foi visto nas declarações feitas pelo presidente norte-americano Bill Clinton em sua passagem pelo Brasil em outubro de 1997<sup>108</sup>. Assim se vê na valorização do sistema eleitoral mexicano, que até 1997, com a eleição do opositor Cárdenas para a prefeitura da Cidade do México, presenciava havia meio século a vitória contante de um mesmo partido, o PRI, sob alegações de irregularidades sempre ignoradas pelos EUA, ao contrário das preocupações demonstradas por esse país com possíveis fraudes em todas as últimas eleições nicaraguenses, por exemplo, onde estava em jogo a vitória do modelo liberal. Assim se vê, por fim, na forma sistemática como os EUA e a maioria dos países hegemônicos do Norte ignoram e não denunciam gritantes ataques às regras democráticas ocorridos em países liberais, como no caso do Peru de Fujimori.

### O modelo liberal (destinado ao Sul) do pensamento único

Assim, parece-nos que mais do que a simples adoção de um "receituário" de políticas econômicas, o modelo liberal universalizante trazido pela expansão da economia-mundo capitalista, e que chamamos de "pensamento único", é na realidade um conjunto de transformações de várias ordens a serem impostas ao conjunto da periferia do sistema, no bojo das transformações decorrentes da globalização da economia, que implicam em uma nova dinâmica social, política, econômica e cultural para os países que o adotam, e que visam, em última instância permitir a manutenção do sistema polarizante. Esse conjunto de fatores engloba a maioria dos itens do Consenso de Washington, acrescentados de alguns aspectos de ordem política e cultural, e pode ser resumido nos seguintes pontos:

a) a abertura do mercado interno dos países periféricos, tanto para empresas interessadas em montar capacidade industrial no país como para a importação maciça de produtos já manufaturados, para investimentos externos por meio da aquisição de empresas nacionais, ou ainda para a entrada de grupos estrangeiros em setores tecnológicos em implantação, como por exemplo no Brasil e na Argentina o da telefonia móvel. Isso permite suprir as necessidades do mercado global, tendo em vista a saturação e alta competitividade existente nos mercados desenvolvidos. Esse processo tem como consequência a rápida implantação no mercado interno de empresas internacionais altamente competitivas, o que provoca geralmente uma onda de falências ou aquisições das empresas nacionais por grupos estrangeiros, em decorrência da sua dificuldade em fazer face à força econômica das transnacionais (por não terem podido, ao longo da história, e como vimos no capítulo anterior, se beneficiar de políticas de fortalecimento industrial e inserção competitiva no mercado mundial, justamente em consequência da polaridade histórica da economia-mundo capitalista).

b) O incentivo à adoção por parte dos países do Sul (ou periféricos) dos outros nove pontos do Consenso de Washington além do relacionado acima no item a), como a privatização das empresas estatais, a redução do papel do Estado, a desregulamentação econômica, etc.

c) a limitação do potencial dos países do Sul de industrialização e inserção no comércio mundial, mediante o uso por parte do Norte de barreiras tarifárias, represálias econômicas e controle rígido das transferências de tecnologias; o que engloba o

<sup>107</sup> Para muitos autores o regime democrático é o resultado de um acordo entre os atores políticos, no qual são estabelecidas regras mínimas comuns para a disputa pacífica do poder. Dahl (Dahl, Robert A.; "Poliarchy: Participation And Opposition", Yale University Press, New Haven, 1971) sugere, em seu modelo de *poliarquia*, que a democracia existe se os atores envolvidos concordarem que uma eventual eliminação da oposição seria mais custosa aos vencedores que uma possível coexistência pacífica e mutuamente aceita. Para Sartori (Sartori, G.; "A Teoria da Democracia Revisitada: O debate contemporâneo", ed. Ática, São Paulo, 1994) a democracia baseia-se num consenso no qual todos os que dele participam aceitam regras mínimas para a utilização de instrumentos que permitam a sustentação dessa democracia. A mesma idéia encontrada em Shumpeter (Schumpeter, J.; "Capitalism, Socialism And Democracy", Harper and Row, NY. 1975) para quem a democracia depende de um arranjo institucional que defina as regras para que os indivíduos possam decidir através do método competitivo do voto. Para Moisés (Moisés, J.A, "Os brasileiros e a Democracia" ed. XX, São Paulo 1995) consentiu-se em definir que a democracia baseia-se no consenso que estabelece um conjunto de regras que garantam a possibilidade de contestação e de participação por parte dos cidadãos: direito de voto para todos os cidadãos adultos, eleições periódicas e previsíveis nas quais prevaleça a vontade da maioria, garantia de acesso a todos os indivíduos aos mecanismos que envolvem decisões relevantes para a comunidade, garantia de não perseguição das minorias, reconhecimento dos diferentes conflitos de interesse e de movimentos de identificação e associação entre os cidadãos, aceitação das regras democráticas por todos os atores relevantes do processo e enfim a separação entre os três poderes, que por sua vez ficam sujeitos à fiscalização através de mecanismos públicos de controle. Apesar do indiscutível avanço democrático alcançado por países como o Brasil e o México, por exemplo, a observação restrita das regras acima expostas levará a várias interpretações sobre o grau em que esses países podem ser considerados ou não plenamente democráticos. Entrevista de Luis Inácio Lula da Silva, então candidato à presidência, ao jornal espanhol *Cambio 16*, em 1994, em que afirmou que o processo eleitoral brasileiro não era legítimo, poderiam colocar em dúvida o requisito da aceitação das regras pelos atores relevantes do processo. Ou ainda a independência dos poderes é constantemente colocada em xeque em diferentes episódios da política brasileira. Por fim, a manipulação de eleições, bastante comum no México, ou ainda a corrupção eleitoral verificada no Brasil (ver o documento "Combatendo a corrupção eleitoral no Brasil: pesquisa sobre compra de votos de eleitores" - Comissão Brasileira Justiça e Paz, Brasília, 1997; e *O Estado de S.Paulo*, 25/08/97, p.A-5) encerram os exemplos aqui citados em que as regras do chamado "pacto fundacional" da democracia podem ser discutidos. Evidentemente, não se pode a partir disso questionar a validade do avanço democrático valioso que esses países vêm alcançando, mas relativiza-se certa euforia demonstrada tanto pelos respectivos governos quanto pelo poder hegemônico americano sobre a total vigência democrática. Há, parece, um longo caminho a ser feito nesse sentido.

<sup>108</sup> Pode-se ver a mídia impressa da semana de 11 a 17 de outubro de 1997.

incentivo à instalação no Sul de fábricas dos segmentos “pesados” e poluentes da indústria global, com a justificativa de uma suposta transferência de tecnologia que na verdade nada mais faz que trazer tecnologias de produção já ultrapassadas nos países desenvolvidos (o melhor exemplo é o da indústria automotiva).

d) o incentivo à políticas no Sul que fortaleçam a especialização dos países do Sul na produção de matérias primas para suprir os centros industriais do Norte que tendem a especializar sua produção em produtos mais sofisticados e a terceirizar suas economias<sup>109</sup>;

e) o incentivo à políticas concentradoras da renda nos países periféricos a fim de criar um mercado elitizado com alto poder de consumo mas que não venha a comprometer, pelo seu número, o frágil equilíbrio do meio ambiente (ver capítulo 6);

f) o pagamento regular dos serviços da dívida se possível graças ao recurso a fundos financeiros internacionais, atraídos ao país graças a políticas de juros altos;

g) a massificação cultural de um modelo “universal ocidental”, por meio do bombardeio informativo proporcionado pela tecnologia de comunicação via satélite, visando a adequação do mercado aos “produtos mundiais”;

h) a associação desse modelo com a democracia, dando-se apoio financeiro nos países do Terceiro-Mundo a governos democráticos de economia liberal, porém capazes de controlar o jogo democrático por intermédio do domínio sobre os diferentes poderes constituídos e sobre a mídia, usando para isso até práticas fisiológicas. Como o modelo neoliberal é excluyente, pondo à margem da sociedade a maior parte da população, esses governos assumem um caráter de representantes do pequeno segmento da sociedade que poderá participar do modelo da globalização, tendo sua legitimidade representativa assegurada mais pela manipulação política da miséria do que por uma real popularidade;

i) a veiculação de um modelo de comportamento que se identifique com a “vitória” da democracia de mercado após o fim da Guerra-Fria, por meio da massificação de conceitos como o “politicamente correto”, a “defesa do meio ambiente”... e enfim;

j) a tentativa de controlar a exploração de reservas naturais e energéticas por parte dos países onde elas se encontram (geralmente no Sul), obtendo assim o controle da chamada “biotecnologia de terceira geração”. Além dos aspectos econômicos, veremos no capítulo 6 de que maneira as questões populacional, ambiental e da biotecnologia são assuntos recorrentes do ideário do “pensamento único”, e como além de influenciarem na ordenação econômica do mundo também são instrumentos para a política de poder.

### O modelo do pensamento único x globalização econômica

Neste ponto, começamos a diferenciar mais claramente o modelo de expansão da economia-mundo capitalista, que engloba os itens listados acima, e o que apresentamos no primeiro capítulo como “globalização”. Vemos que o primeiro é mais abrangente do que o segundo. Em outras palavras, entende-se por globalização um processo de transformações de ordem econômica, decorrente da forma como, ao longo da história, se estruturou a economia-mundo capitalista, e das descobertas alcançadas pelo ser humano no campo da ciência, e que de certa forma parece inexorável (a discussão de uma alternativa passaria pela análise do insucesso histórico do fortalecimento das diferentes tentativas revolucionárias que poderiam ter se transformado, caso se consolidassem, em outras economias-mundo além da capitalista). O modelo de expansão da economia-mundo capitalista, que chamamos de “pensamento único”, se apóia no fenômeno da globalização, ou seja, toma-o como base instrumental para sua expansão.

A diferença entre um e outro está no fato que a globalização é um **processo**, enquanto que o “pensamento único” é um **modelo** de crescimento, que vai além da constatação de fenômenos econômicos, enveredando no caminho das proposições. Entretanto, a extrema interdependência entre os dois conceitos pode levá-lo a falar, deste ponto em diante, em *globalização liberal*. Mais adiante, neste mesmo capítulo, falaremos mais explicitamente de *mundialização*, como um termo adequado para designar o processo de expansão da economia-mundo capitalista identificado no modelo do “pensamento único”.

### O Brasil adotou o modelo do “pensamento único” ?

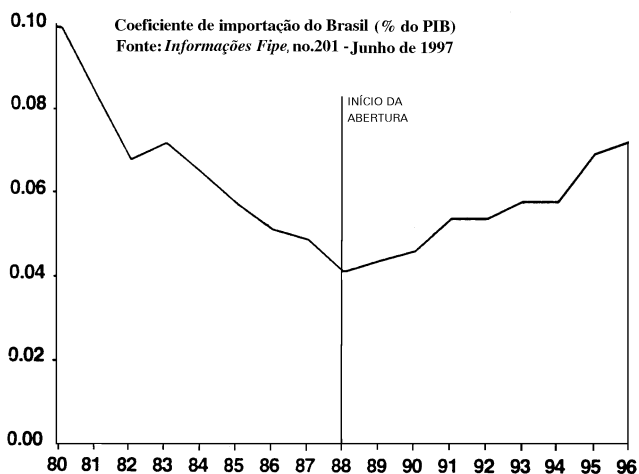
A discussão sobre a adoção ou não por parte dos governos brasileiros do que se acostumou chamar de “cartilha liberal” ou “pensamento único” gerou uma constante polêmica nos meios políticos do país. Não obstante a resistência governamental em aceitar tal fato, a observação do comportamento da economia brasileira em alguns itens característicos desse modelo parecem mostrar que o país vem adotando seus princípios, desde que, em 1990, se inicia, com a ascensão à presidência de Fernando Collor de Mello, o chamado processo de liberalização de nossa economia. Tavares explica:

*“...em 1990, pode-se dizer que, de vários pontos do espectro político e intelectual do país, passando pela quase totalidade dos meios de comunicação com peso na formação da opinião pública, consolidou-se o que se poderia chamar de um amplo consenso liberal favorável, em princípio, à implementação do programa completo de*

<sup>109</sup> Numa reedição da teoria das “vantagens comparativas” apontada pela CEPAL na década de 60

*estabilização, ajuste e reformas institucionais apoiado, pelo menos desde a segunda metade dos anos 80, pelos governos dos países credores e pelas principais agências financeiras internacionais públicas e privadas. Estava preparado o clima ideológico no qual se inspirara o governo Collor (1990-1992), e, muito particularmente, seu programa econômico: reforma administrativa, patrimonial e fiscal do estado, renegociação da dívida externa, abertura comercial, liberação dos preços, desregulamentação salarial, e, sobretudo, prioridade absoluta para o mercado...” (Tavares, 1996;153)*

Poderíamos então verificar até que ponto pode-se observar, a partir do início dos anos 90, alterações nos indicadores econômicos referentes aos itens propostos pelo modelo do “pensamento único” e pelo Consenso de Washington. Nesse sentido, é inegável de fato que as importações do país tiveram um considerável aumento a partir da abertura do mercado interno para o capital internacional (ver item a citado acima), como fica claro no gráfico abaixo.



A abertura comercial também fica marcadamente clara se analisarmos a diferença no volume importado de itens de consumo dos mais variados:

**Varição na quantidade importada de 1990 a 1996 (em US\$ milhões) - ex. de alguns bens de consumo.**

<b>Produto</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>
Charutos e outros	0,74	55,58
Penas e penugens	0,20	10,34
Cereais matinais	3,26	76,53
Móveis	6,93	131,75
Brinquedos	19,00	197,28
Tapetes	3,01	22,38
Quinquilharias	11,15	79,32
Pastas, feltros e cordéis	10,82	75,06
Produtos editoriais	8,79	49,22

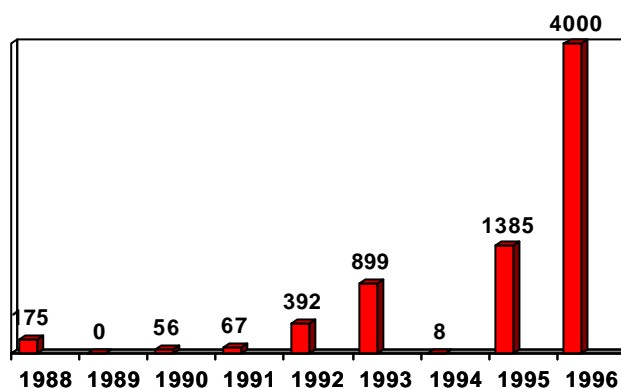
Folha de S.Paulo, 30/12/96 - Secretaria da Receita Federal

O resultado desse processo é verificado por um aumento significativo das fusões e aquisições de empresas nacionais por parte de grandes grupos internacionais<sup>110</sup>, como se comprova no gráfico abaixo, que deixa clara a inflexão ocorrida a partir de 1990 (com uma queda em 1994, devido à transição política do governo Itamar Franco).

**Número de fusões e aquisições de empresas nacionais por grupos estrangeiros:**

Fonte: Unctad - 1996: estimativa Sobeet

<sup>110</sup> Exemplos bastante comentados foram os das empresas Arno (detentora de cerca de 30% do mercado de eletrodomésticos), adquirida pela francesa Moulinex, ou ainda da Metal-Leve, vendida ao conglomerado industrial alemão Mahle, e recentemente o da empresa Freios Varga, maior fabricante de sistemas de freio da América Latina, comprada pelo grupo inglês Lucas Varsity.



Além disso, a abertura comercial provocou o início de um processo de obsolescência da indústria nacional (assim como já havia ocorrido anteriormente na Argentina), incapaz de fazer frente à concorrência internacional. O setor de eletrodomésticos viu o índice de internacionalização de peças e componentes (o que significa o abandono da fabricação nacional) saltar de 12%, em 1990, para 28% em 1995<sup>111</sup>. O setor de máquinas, não obstante seu alto faturamento (US\$ 20 bilhões em 1990 e em 1997), dobrou suas importações, de US\$ 3 bilhões para US\$ 6 bilhões entre 1990 e 1997, o que mostra o processo de substituição dos produtos nacionais por equivalentes importados no importante setor de bens de capital<sup>112</sup>. No setor têxtil, a situação é parecida: em 1975, o setor exportava US\$ 535 milhões, e importava US\$ 114 milhões. Em 1996, as exportações foram de US\$ 1,5 bilhão, enquanto que as importações chegaram a impressionantes US\$ 5,5 bilhões<sup>113</sup>.

A entrada de capital internacional no país atingiu seu ponto máximo em 1996, e continua aumentando. O total de investimentos diretos estrangeiros no país atingiu a cifra recorde, em 1996, de US\$ 9 bilhões aproximadamente (Banco Central). Um aumento de 147% em relação à 1995 (US\$ 3,28 bi. Em 1990, esse montante era pouco superior a US\$ 1 bi). Segundo a Sociedade Brasileira de Estudos Empresariais Transnacionais e da Globalização Econômica - Sobeet, o Brasil é o primeiro receptor de investimentos industriais, entre os países em desenvolvimento, de EUA, Alemanha, França, Itália, Suécia, Suíça e Holanda; a terceira indústria mecânica alemã fora da Alemanha (atrás de EUA e França), o maior receptor de capitais japoneses da América Latina, a segunda indústria automobilística alemã fora da Alemanha (depois da Bélgica); a quarta indústria manufatureira americana fora dos EUA (depois de Canadá e GB), o que mostra o grau de inserção do capital transnacional no país. Nesse sentido, a onda de privatizações, também característica da receita liberal, vem provocando a internacionalização do controle das antigas estatais, geralmente em setores energéticos, das comunicações e dos transportes. Segundo levantamento da *Folha de S.Paulo*, o aporte das empresas estrangeiras no capital gasto nas privatizações do setor elétrico brasileiro foi de 62,5%, e essas empresas detêm o controle acionário de 4 das 7 companhias privatizadas no país desde 1995<sup>114</sup>.

Uma outra consequência da abertura, associada à dificuldades impostas à comercialização dos produtos nacionais no mercado internacional, devido à política cambial de valorização da moeda e às diversas medidas de restrição impostas pelos países do Norte (ver acima item *c* do modelo do "pensamento único") está no aumento recorde do déficit comercial do país, incapaz de reestabelecer o equilíbrio entre as importações e as exportações. As exportações brasileiras, segundo a Confederação Nacional da Indústria - CNI, registraram sua "pior participação no comércio mundial desde 1980, pelo menos" (*Folha de S.Paulo*, 14/02/97). Assim, o saldo da balança comercial, que em 1990 era pouco superior a US\$ 10 bilhões, foi cerca de US\$ 5,5 bilhões negativo em 1996. Por fim (como foi dito no item *d* acima), e não obstante a enorme capacidade e diversidade industrial do país, a participação da agricultura nas exportações tende a aumentar enormemente desde o início da década de 90, em detrimento da queda da balança comercial da indústria, como pode ser visto no gráfico abaixo:

#### Participação da agricultura no total de exportações (em %)

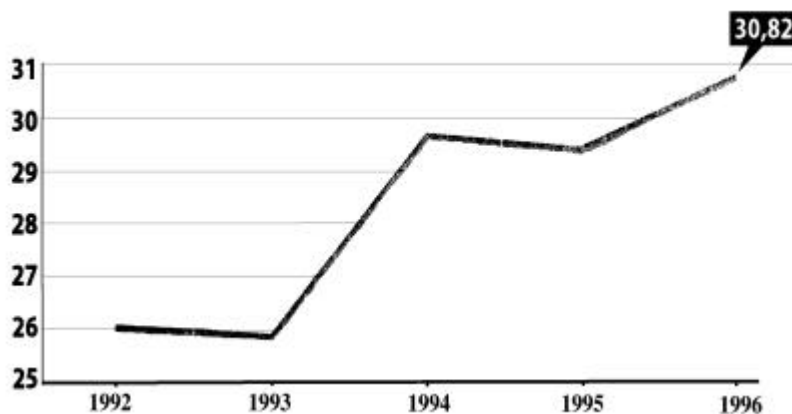
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - MICT / *Folha de S.Paulo*, 13/04/97

<sup>111</sup> Dados extraídos de "Máquinas paradas, braços cruzados", in *Atenção*, ano2, nº7, São Paulo, 1996.

<sup>112</sup> *idem*.

<sup>113</sup> *idem*.

<sup>114</sup> As 7 empresas são: Escelsa; Light; Cerj;Coelba; Cachoeira Dourada; Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica e Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica (*Folha de S.Paulo*, 26/10/97; "Estrangeiros têm 62,5% do setor elétrico", p 1-17).



Os dados acima expostos deixam bastante óbvia a adoção, por parte do Brasil, de medidas econômicas que se enquadram perfeitamente nas premissas estabelecidas pelo modelo liberal exposto anteriormente. Soma-se a elas a intensiva privatização promovida no país, que se iniciou na gestão Collor e continua atualmente, e cujos exemplos mais significativos foram a venda das empresas Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Usiminas ou ainda COSIPA e Companhia Vale do Rio Doce, entre tantas outras. Poderíamos ainda elencar outros aspectos, mas não nos parece interessante no âmbito deste trabalho pormenorizar uma discussão essencialmente econômica. O que nos interessa mostrar é que o país, assim como vem sendo observado por muitos autores, e não obstante as negativas do governo, vem adotando medidas econômicas características do modelo liberal difundido com o “pensamento único”.

**OS RESULTADOS DO MODELO: CONCENTRAÇÃO DE RENDA E MISÉRIA. A NECESSIDADE DE UM “DESENVOLVIMENTO INCLUIENTE”.**

#### **Brasil: economia de “renda média alta”**

Os dados apresentados acima, se por um lado mostram que o país adota políticas econômicas de cunho liberal, por outro lado em nada provam que tais políticas não possam ser, do ponto de vista econômico, positivas para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, poderíamos aprofundar aqui uma discussão econômica, no que diz respeito aos efeitos supostamente negativos da liberalização, como por exemplo: a estabilização da moeda por meio de políticas de atração de um lastro monetário em dólares, que cria grande instabilidade devido à constante possibilidade de uma fuga maciça de capitais, assim como ocorreu no México em 1996 (e no Brasil na última semana de outubro de 1997); o temor de uma quebra generalizada de um sistema financeiro estruturalmente instável, que levou o governo à manter programas de sustentação dos bancos em dificuldade para se adaptar às normas da globalização, como o Proer, que absorveu em 1996 mais de 20 bilhões de Reais (anulando qualquer efeito do anunciado “saneamento” do Estado); a abertura do mercado, que parece impor um regime de competição pouco assimilável pelas empresas nacionais, envolvidas em uma onda de falências e vendas; o setor exportador em franca crise, tendo dificuldades em se manter no mercado mundial em consequência da manutenção de taxas de câmbio paritárias com o dólar. Enfim, a discussão poderia ser longa, tantos os pontos a ser levantados.

Porém, e apesar da validade e da necessidade da discussão técnica proposta acima, parece-nos que devemos aqui discutir um outro aspecto. A adoção, por parte de um determinado país, de políticas que se enquadram no receituário liberal universalizante muitas vezes capacita esse país a ser considerado, pelos países hegemônicos da economia-mundo capitalista, e mais precisamente pelos seus porta-vozes, os organismos internacionais, como “em desenvolvimento” (ou, segundo Amin [1991], faz com que esse país seja integrado à periferia da economia-mundo capitalista). Vimos anteriormente que o Banco Mundial, por exemplo, apresenta uma classificação baseada no conceito de “economias de renda baixa; média baixa; média alta e alta”. A medição que leva a tal classificação se baseia, metodologicamente, na observação de dois aspectos: o crescimento econômico interno, medido pelo PNB, e o equilíbrio externo, medido pelo balanço de pagamentos<sup>115</sup>, que mostra o grau e o equilíbrio da inserção do país no sistema econômico mundial. Como já vimos anteriormente, países como o Brasil são comumente rotulados como economias “em transição”, por poder apresentar indicadores econômicos que comprovam certa solidez. De fato, o Brasil tem hoje um dos maiores PNBs do mundo (10º em 1990), um enorme mercado em potencial aberto, como vimos, para a entrada maciça de investimentos internacionais, apresenta uma economia estabilizada, e goza de grande diversificação industrial e de uma carteira de exportações significativamente ampla. Enfim, dados suficientemente positivos<sup>116</sup> para que o país seja considerado pelo Banco Mundial como “de renda média alta”, no grupo que

<sup>115</sup> O balanço de pagamentos é calculado da seguinte forma: a somatória da Balança Comercial (X - I, atualmente apresenta déficit recorde no Brasil), da Conta de Serviços (dinheiro enviado ao exterior menos o dinheiro que o país recebe em serviços: no Brasil, em função dos juros da dívida, é sempre deficitária) e das Transferências Unilaterais (dinheiro que sai ou entra espontaneamente) determina as Transações Correntes, atualmente deficitárias no Brasil, e que medem a dependência em relação a investimentos externos. Subtraindo-se das Transações Correntes a Conta de Capitais (investimentos externos feitos no país, que como vimos atinge atualmente no Brasil seu maior volume até hoje), obtem-se o balanço de pagamentos, que em última instância mede o resultado do conjunto de operações feitas pelo país no sistema econômico mundial, e por isso dá uma boa noção do grau de inserção desse país na economia-mundo capitalista.

<sup>116</sup> Apesar do gritante desequilíbrio externo, já que o déficit nas contas externas (balanço de pagamentos) chegou em julho de 1997 a 4,35% do PIB, quase o dobro do ano anterior, e o déficit corrente saltou de US\$ 9,799 bilhões de janeiro a junho de 1996 para US\$ 18, 901 bilhões no

vem atrás apenas dos países com economia de “alta renda”. Assim, os inúmeros relatórios publicados pelos mais diversos organismos baseiam suas análises no que os economistas chamam de indicadores agregados, isto é, que consideram o desempenho da economia em termos absolutos. E em razão do seu enorme potencial econômico, seu território imenso, suas reservas naturais e minerais, sua produção industrial significativa, o Brasil apresenta naturalmente números absolutos bastante importantes. Além disso, a adoção de políticas econômicas claramente identificadas com o modelo liberal dá crédito ao país para ser considerado parte integrante da economia-mundo capitalista, mesmo que seja em sua periferia.

Esses números, entretanto, não são adequados para visualizar, por exemplo, até que ponto a riqueza gerada no país é de fato distribuída de maneira minimamente homogênea à sua população, e até que ponto a riqueza econômica se traduz ou não pela eliminação efetiva da miséria<sup>117</sup>. Tomemos como exemplo o PIB *per capita*, comumente utilizado pela ONU ou o Banco Mundial para classificar o desempenho econômico de um país. Esse indicador é calculado pela divisão do valor equivalente à toda a riqueza gerada no país, dividido pelo número de habitantes. É, portanto, um indicador meramente teórico, pois ele não mostra, de forma nenhuma, se a riqueza de um país é, na prática, dividida homogêneamente pelos seus habitantes, como o cálculo matemático faz supor<sup>118</sup>. Cabe então esclarecer um ponto. Se os indicadores agregados utilizados na medição da economia de um país, utilizados pelas instituições internacionais para medir o seu “desenvolvimento”, não é capaz de mostrar a efetiva apropriação da riqueza pela maior parte da população, não podemos considerar que tais indicadores sejam eficazes para saber se um país é ou não desenvolvido, pois não é exclusivamente pelo desempenho econômico que esse desenvolvimento deve ser medido. O que nos leva à seguinte pergunta: o que entendemos, então, por “desenvolvimento” ?

### “Crescimento econômico” x “desenvolvimento para todos”

Durante os anos 70, o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”. Seu PNB cresceu a taxas anuais altíssimas. Entretanto, não era do interesse das autoridades governamentais estabelecer uma relação direta entre o enriquecimento da nação e o empobrecimento de sua população<sup>119</sup>. Essa lógica perdura até hoje. De maneira geral, os dados ditos “sociais” raramente fazem parte do vocabulário dos responsáveis por medir o enriquecimento de uma nação. Como lembra Amin (1991), os próprios documentos das instituições internacionais como a ONU ou o Banco Mundial são bastante econômicos a esse respeito, e “nunca a ‘pobreza’ em questão é relacionada com os mecanismos do desenvolvimento econômico preconizado”. Ao contrário, e como dissemos acima, os especialistas se empenham em apresentar quantidades infinitas de dados que respondem apenas àquilo que se pretende responder, ou seja a performance específica de um setor, de uma indústria, ou da economia em valores absolutos.

A preocupação com dados ditos “sociais” não é portanto a tônica dos relatórios sobre o desempenho econômico em geral<sup>120</sup>. Isso, sem dúvida, levanta uma segunda questão: os dados sobre o desempenho econômico de um país, em termos agregados, são suficientes para se medir o seu verdadeiro nível de desenvolvimento? Se se entende que “desenvolvimento” é sinônimo de “crescimento econômico absoluto”, a resposta é sim. Não nos parece, entretanto, que essa seja a melhor definição.

Já em 1973, Celso Furtado se debruçava sobre essa questão. Preocupado em estudar os reflexos da hegemonia econômica americana para a região da América Latina, Furtado se preocupava em diferenciar de forma bastante clara os conceitos de “crescimento econômico” e “desenvolvimento”, mostrando a necessidade deste último englobar aspectos de cunho social que extrapolavam o nível do simples desempenho econômico normalmente considerado pelos economistas:

*“O desenvolvimento, além de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho que interessa ao economista, é um processo de adaptação das estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem ... A interação do econômico com o não-econômico, que é seguramente o mais importante no processo de desenvolvimento, desaparece do campo de observação do economista. O que no começo era uma simplificação metodológica necessária, tende a transformar-se em obstáculo à própria percepção da natureza do problema.” (Furtado, 1973;130)*

---

mesmo período em 1997 (dados do Banco Central, divulgados à mídia em agosto de 1997), mostrando o alto grau de dependência da economia brasileira em relação aos investimentos externos.

<sup>117</sup> Como veremos mais adiante, é justamente por causa dessa miséria e concentração da renda que países como o Brasil são aqui considerados, apesar do seu desempenho econômico, de “periféricos”.

<sup>118</sup> Segundo o professor da PUC-SP Alfredo Filellini, “O PIB *per capita* resulta da divisão do produto pela população, obtendo-se, com isso, uma aproximação de medida do bem-estar, com o significado da disponibilidade teórica de recursos econômicos por indivíduo. Este índice é útil para as finalidades a que se propõe, mas pode mascarar a existência de pobreza, devido à sempre presente concentração da renda nas economias de mercado”. ( Alfredo Filellini, “Contabilidade Social”, ed. Atlas, São Paulo, 1988, p120). Ou seja, em países do Norte, com menor concentração da renda, o PIB *per capita* pode até se aproximar da realidade, mas quanto mais o país apresentar concentração de renda, mais esse indicador estará distante de uma medição correta da realidade.

<sup>119</sup> Como declarou o então ministro Delfim Netto, primeiro era necessário “fazer crescer o bolo”, para só depois dividi-lo. Entretanto, Huntington (1991) cita frase atribuída ao presidente Geisel em 1974, segundo a qual “o Brasil vai indo muito bem, mas os brasileiros estão ficando cada vez mais pobres” (1991;71), mostrando a aceitação de que o crescimento econômico do “milagre” não representou um enriquecimento homogêneo de toda a população do país.

<sup>120</sup> Apesar de indicadores ditos “sociais” existirem, veremos logo abaixo que eles também não são significativos para medir o desenvolvimento do país, principalmente no Sul.

A constatação feita por Furtado sobre a cisão entre o econômico e o não econômico o leva à seguinte pergunta, e sua consequente resposta:

*“Em benefício de quem se faz o desenvolvimento ? ... O ponto de partida do estudo do desenvolvimento, deveria ser, não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade em questão...” (Furtado, 1973;131)*

Tais palavras, apesar do tempo transcorrido desde que foram escritas, parecem incrivelmente adequadas à discussão aqui traçada. O *Observatório da Cidadania* (Ibase, 1997), documento organizado por um grupo de ONGs responsáveis pela monitoração das decisões tomadas nas conferências do ciclo social das Nações Unidas, destaca que essa instituição adotou um entendimento para o conceito de desenvolvimento que se assemelha ao proposto por Furtado:

*“No Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 1996, analisa-se em detalhe a complexa relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, asseverando-se ... que entre um e outro existe um certo grau de independência, e que a relação entre eles não é automática. O crescimento econômico amplia a base material para a satisfação das necessidades humanas, mas o grau de sua satisfação depende da distribuição dos recursos entre as pessoas e do aproveitamento e distribuição das oportunidades, principalmente do emprego” (Ibase, 1997;18)*

Podemos então dizer que não se trata, hoje, de saber a dimensão do mercado potencial brasileiro, ou ainda o volume total de riqueza produzido no país, se não nos dispusermos antes a perguntar: a quem é destinado, em última instância, o enriquecimento do país (senão à totalidade de sua população) ? Parece, portanto, que se faz necessário adotar outros tipos de indicadores econômicos que aqueles comumente utilizados para medir o desempenho econômico agregado de um país. Indicadores estes que possam mostrar em que medida esse desempenho se traduz pela justa distribuição da riqueza gerada para o conjunto da população.

### **A distribuição igual da renda como modelo de desenvolvimento e como elemento constituidor de poder**

Assim, poderíamos dizer que a definição de Furtado nos leva a propor um modelo de desenvolvimento para o Sul que poderíamos chamar de “desenvolvimento incluyente”, cuja característica seria a tentativa de superação da concentração da riqueza e a consequente miséria de muitos, no que Furtado definiu como um desenvolvimento que tenha como ponto de partida adequar-se ao “horizonte de aspirações da coletividade em questão” (Furtado, 1973;131). Parece-nos, então, que o verdadeiro nível de desenvolvimento de um país deveria ser medido, especialmente no Sul, não só em razão de seu desempenho econômico absoluto<sup>121</sup> mas também em consequência da sua situação social. Em primeiro lugar, pelo nível de distribuição da riqueza, em segundo, pela capacidade em oferecer benefícios como saúde e educação à maioria da população<sup>122</sup>.

Por outro lado, a distribuição equilibrada das riquezas geradas em uma nação é um elemento determinante para o dimensionamento do poder que essa nação exerce no sistema internacional. Isso porque uma maior distribuição da renda dá condições de oferecer uma melhor educação e bem-estar social. Ora, na definição do conceito de poder de uma nação, apresentada pela corrente realista da Teoria das Relações Internacionais, já descrita anteriormente neste trabalho, o poder da nação é constituído por uma “mistura de debilidades estratégicas, econômicas e políticas”, da qual faz parte o grau de coesão nacional da população, garantido por um elevado nível de satisfação para com o regime, um elevado nível de educação, e uma distribuição justa da renda (Cline, 1986). Ou seja, para os realistas, e de forma semelhante ao proposto por Furtado, a apropriação pela maioria da população dos benefícios da riqueza gerada por um país, por intermédio do acesso à uma infraestrutura social significativa, é um elemento fundamental para garantir a coesão nacional necessária à aspiração por um maior poder enquanto nação, ou poderíamos dizer, a um maior grau de desenvolvimento. Isso explica, de certa forma, a tendência verificada pelos organismos internacionais, da reprodução de uma lógica que se baseia na análise dos indicadores econômicos absolutos de uma nação para medir seu desenvolvimento, uma lógica que funciona relativamente bem para os países industrializados. De fato, por causa do seu grau bastante baixo de concentração das riquezas, pode-se dizer, de maneira agregada, que o bom desempenho econômico do Japão ou da França, por exemplo, significarão, no final do processo, um novo patamar de riqueza para uma significativa maioria da população. Em outros termos, pode-se dizer que, tendo em vista o baixo grau de concentração de renda, a polarização capitalista nos países do Norte não é tão significativa, sendo que o PNB *per capita* desses países aproxima-se mais da riqueza acumulada por cada um dos cidadãos desses países.

<sup>121</sup>O desempenho econômico não deixa de ser fundamental na análise do desenvolvimento, uma vez que permite a diferenciação, tão cara aos economistas, entre países do “terceiro” e “quarto” mundo, por exemplo. Não obstante o grau de desigualdade de renda do Brasil ser maior que o de Botswana, por exemplo, não se pode dizer que o primeiro não apresente, em função de seu significativo desempenho econômico, um grau de desenvolvimento maior. O que nos interessa discutir aqui é que, justamente pelo grau de concentração da renda, isso não elimina o fato que, nas regiões mais atrasadas do Brasil, a pobreza é tão ou mais acentuada do que em Botswana, e atinge uma população considerável, tendo em vista a diferença populacional dos dois países. Esse é, na verdade, o problema a ser considerado.

<sup>122</sup> Alguns autores sustentam, ao nosso ver com toda razão, a necessidade de se incluir o conceito de “democracia” como um dos fatores essenciais para se medir o grau de desenvolvimento de um país. Nesse sentido, o processo de redemocratização vivido pela América Latina teria ajudado o continente a dar um passo significativo em direção ao desenvolvimento. Essa discussão é, entretanto, complexa. Pois é inegável que o ganho da democracia representou, por exemplo para os países da América Latina, um avanço significativo na constituição de uma coesão nacional mais efetiva. Por outro lado, vimos que o conceito de “democracia” pode ser entendido de várias formas, assim como países que não obrigatoriamente se apegam aos valores democráticos ocidentais, como Taiwan e Cingapura, nem por isso deixam de ser considerados em “transição para o desenvolvimento”.



Essa lógica, entretanto, não funciona para os países do Sul. Pois a sua principal característica, consequência da polarização típica da economia-mundo capitalista, é a concentração das riquezas nas mãos de parcelas reduzidíssimas da população, além do aumento crescente da parcela da população em situação de pobreza absoluta. Isso nos leva a repetir a pergunta de Furtado: a quem se destina o desenvolvimento? A resposta de que deveria ser para o conjunto da população tem, como vimos, duas consequências. Por um lado, isso permitiria uma efetiva melhora na terrível condição de pobreza apresentada pela maioria dos países do Sul, e, por outro lado, daria a essas nações condições para alcançarem a coesão nacional necessária para aspirar a um lugar mais destacado no jogo do poder mundial.

#### A “COMPRADORIZAÇÃO” DO SUL

Mas a economia-mundo capitalista não permite que países do Sul tenham acesso, como um todo, às condições de igualdade na distribuição da riqueza observadas no Norte. Por um lado porque isso, certamente, não seria interessante no jogo das relações internacionais, já que permitiria a países com muito potencial econômico, populacional e geográfico, como o Brasil ou a Índia, alcançar um grau de “coesão social” suficiente para aspirar a um novo papel no jogo internacional do poder. Por outro lado, porque a inserção desses países na economia-mundo capitalista obedece à lógica da polarização. Isto que dizer que essa inserção se dará na medida em que esses países contribuírem para o enriquecimento do sistema. E nessa situação, não lhes cabe tornar-se do “Primeiro Mundo”, como já chegaram a sonhar muitos presidentes latino-americanos adeptos da cartilha liberal. O que lhes cabe é aceitar um papel bastante específico, que já descrevemos em itens de a a g anteriormente, e que podemos resumir nos seguintes pontos: oferecer parte de seus mercados à lógica expansionista do sistema, abrindo novas frentes de consumo que aliviem a saturação observada nos mercados do Norte; abrigar a expansão industrial das indústrias poluentes do Norte que encontram cada vez menos espaço naqueles países, como a indústria metalúrgica automobilística; participar do sistema econômico internacional exportando produtos agrícolas e matérias-primas em geral; abrir suas economias para o controle por parte das corporações internacionais das principais indústrias nacionais com potencial competitivo.

Observe-se que o primeiro ponto considera a inserção de **parte** dos mercados de alguns países do Sul na economia-mundo capitalista. Essa observação é muito importante. Pois a inserção da totalidade dos mercados dos países do Sul, além de, como vimos, poder permitir um novo poder a esses países, criaria um sério problema quanto à capacidade do planeta em suportar a exploração da natureza que isso provocaria. Tal fato será discutido no próximo capítulo. Mas o que importa agora é que essa exclusão de parte do mercado está dentro da lógica de expansão do sistema econômico mundial. Mais ainda, é consequência da sua estrutura polarizante. E isso é utilizado pelo sistema para garantir a adesão dos países do Sul ao modelo liberal universalizante. De fato, a inserção de parte das populações do Sul na economia-mundo capitalista se traduz pelo acesso dessas parcelas agraciadas aos benefícios do mundo do consumo. E, normalmente, essas parcelas são compostas pelas elites econômicas dos países do Sul, já que são elas, por sua riqueza, as melhores consumidoras que alí se pode encontrar.

Fecha-se então um perverso ciclo de sedução. As elites do Sul se vêm com a possibilidade de alcançar benefícios da *modernidade ocidental* aos quais pouco tinham acesso anteriormente. No Brasil, a elite econômica do país se locomove em BMWs, Mercedes e até Rolls-Royces. Comunicam-se por telefone celular, e brevemente por telefonia celular digital. Consomem produtos importados de primeira linha, e não se importam se cidades com São Paulo e Rio apresentam hoje índices de custo de vida mais altos que Paris ou Nova-Iorque. Junto com essas elites, uma enorme massa de população de classe média se vê capacitada a ter acesso às “sobras” da liberalização, o mundo encantado do mercado de consumo. Com um pouco de economia, pode-se adquirir um telefone celular de tecnologia um pouco inferior, ter o *status* proporcionado por carros importados “populares”, comprar produtos importados de segunda linha nos supermercados. Do outro lado, entretanto, a miséria se exacerba e a população de excluídos aumenta. Segundo o IBGE, enquanto instala-se nos grandes centros urbanos a moderna telefonia celular, apenas 25,4% dos domicílios do país dispõem de telefonia comum. É a lógica da concentração da renda, que permite que uma pequena parcela muito rica adentre o sistema, com uma capacidade de consumo extremamente significativa, porém sem efeitos similares na constituição de uma verdadeira coesão nacional, já que as prioridades de investimento não são voltadas para o conjunto da população.

Esse “envolvimento” das elites do país não se dá, entretanto, apenas no que tange aos aspectos fetichistas do consumo globalizado. Também ocorre na forma com que os grandes grupos internacionais ingressam no mercado econômico nacional. Observe-se que os consórcios interessados na aquisição de estatais nos leilões de privatização são geralmente compostos por grupos financeiros internacionais, encabeçados entretanto por empresários brasileiros. É o caso, por exemplo, de Benjamin Steinbrush, que adquiriu a Companhia Vale do Rio Doce e a CSN “encabeçando” um forte consórcio de grupos internacionais. É também o caso, por exemplo, na forte disputa pela chamada “Banda B” da telefonia celular, visada por grupos estrangeiros como Motorola, Bell e outros, em associação com empresas nacionais, como por exemplo a Folha da Manhã S.A.

O interessante é que as elites que se beneficiam dessa inserção parcial na economia-mundo são também as que detêm, geralmente, o poder político em seus países. Delas saem, nos termos de John Williamson e do Consenso de Washington, os “tecnopols”, técnicos altamente qualificados e formados nas melhores escolas internacionais, conhecedores dos meandros políticos e burocráticos de seus respectivos países, e que relacionamos nominalmente acima, numa citação de José Luis Fiori. É de se supor que as elites no poder, beneficiadas pela política de inserção oferecida pela globalização da economia liberal, raramente hesitem em adotar tal modelo. Esse processo de “sedução” foi chamado por Samir Amin (1991) de “efeito comprador”, ou “compradorização” do Sul (um termo tipicamente marxista), e se constitui no principal instrumento da adoção, nos países do Sul, dos modelos liberais difundidos pela economia-mundo capitalista.

### Quais indicadores podem retratar o grau de “desenvolvimento includente”?

Resta agora saber, por meio da análise de dados, se o modelo de expansão mundial da economia liberal realmente não satisfaz o que chamamos de “desenvolvimento includente”. Pois se vimos que a globalização traz a possibilidade de que parcelas minoritárias da população do Sul tenham acesso ao mercado de consumo global, nada mostrou até agora que as parcelas não atingidas não estejam de alguma maneira se beneficiando também desse enriquecimento e modernização. Cabe então decidir quais são os indicadores mais adequados para tal observação, pois vimos acima que os indicadores agregados do desempenho econômico de um país não mostram o grau de distribuição da riqueza de um país pela totalidade de sua população. Quais indicadores, então, seriam mais adequados para isso ?

A questão é tentar ver se o modelo liberal realmente propiciou melhoras significativas nos aspectos importantes do que definimos como “desenvolvimento includente” para o Sul. Para isso, cabe observar os indicadores relacionados com a distribuição dos benefícios do desempenho econômico para a maior parte da população e a superação da miséria, para saber se houve, desde a adoção das medidas liberais por um determinado país, melhoras significativas nesses aspectos.

Os organismos internacionais oferecem para isso uma profusão de indicadores chamados de “sociais”. Propõem-se a medir aspectos da economia mais ligados à infraestrutura social de que cada país dispõe. Esses indicadores, como por exemplo, e entre tantos outros, a “expectativa de vida” ou a “população alfabetizada”, apresentam dois tipos de problemas.

Primeiramente, são geralmente medidos pelos próprios governos<sup>123</sup>, o que pode falsear em muito a apreensão da realidade, uma vez que órgãos governamentais sempre podem estar sujeitos à políticas propagandistas oficiais. Em segundo lugar, esses indicadores criam muitas vezes um entusiasmo artificial por parte dos organismos internacionais e das elites “compradorizadas”, pois ajudam a sustentar a idéia de que países do Sul estejam “em via de desenvolvimento”. Entretanto, mesmo que apresentem melhoria, esses indicadores não são abrangentes o suficiente para mostrar se há de fato melhoras estruturais na sociedade do país que possam justificar a expectativa de que um dia se tornarão “desenvolvidos”. Mas esse entusiasmo acaba ofuscando o fato que a pequena melhora de vários desses indicadores sociais observada em países “em desenvolvimento” se integra na lógica polarizante do sistema, ou seja, mostra que a periferia acaba por usufruir, em termos agregados, das melhorias consequentes de sua incorporação parcial à economia-mundo capitalista como um todo (coisa que não acontece no “Quarto Mundo” excluído do sistema), sem que isso signifique entretanto uma superação do subdesenvolvimento.

A argumentação acima se confirma quando observamos alguns dados fornecidos pelo Banco Mundial (World Bank;1995). O Brasil, por exemplo, apresentou sensíveis melhorias em aspectos como o acesso à água tratada, que saltou de 55% da população no período entre 1970 e 1975, para 96,1% no período 1988-1993. A mortalidade infantil caiu de 9,1% para 5,7% no mesmo período, e a expectativa de vida passou de 60 para 67 anos, ainda no mesmo intervalo. O Chile, ainda segundo o Banco Mundial, apresentou nos mesmo itens melhoras semelhantes, ou até maiores, e assim se deu também no México<sup>24</sup>. Nos excluídos países africanos do “Quarto Mundo”, entretanto, a situação é outra. Em Uganda, por exemplo, a expectativa de vida diminuiu entre os períodos de 70-75 e 88-93, caindo de 46 para 45 anos, ao passo que que o acesso à água tratada caiu de 22% a 15,2% da população nesse intervalo.

O problema maior entretanto é que a melhora observada em países como o Brasil e o México, por exemplo, esconde uma realidade que, para além do mundo dos números, pode ser dramática. Nesse sentido, fica patente a “insensibilidade” dos números quanto à apreensão da realidade. Observando os indicadores sociais do Brasil apresentados pelo banco Mundial, por exemplo, vemos que entre 1980 e 1985, 26% da população brasileira se encontrava abaixo da “linha da pobreza” (World Bank, 1995), o que significa para a ONU e o Banco Mundial, que vivia com menos de 370 dólares por pessoa e por ano. Considerando que dez anos antes (1970-1975) essa porcentagem era de 48%, pode-se aceitar que houve uma sensível melhora na distribuição da riqueza no país. O que se discute então é o que se estabelece como prioridade em relação ao desempenho de um país. Para a abordagem comum, que valoriza mais o desempenho econômico, a redução do percentual de 48% para 26% em 15 anos (de 1970 a 1985) pode parecer extremamente positiva, já que a maioria dos economistas argumentam que o crescimento econômico de um país deve ser considerado a longo prazo. No nosso ponto de vista, há aí uma inversão, camuflada pela “insensibilidade” dos números. Pois a impressão positiva causada pela redução do percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza esconde que os 26% da população que ainda se encontram nessa situação correspondem a mais de 40 milhões de habitantes<sup>125</sup>. Ou seja, mais do que o segundo país mais populoso da América do Sul, a Argentina. Esse dado é o que realmente deveria interessar para se medir o verdadeiro grau de “desenvolvimento includente” do país. No Brasil, pode-se afirmar, segundo as estatísticas do próprio Banco Mundial, que em 1985 cerca de 40 milhões de pessoas viviam com o equivalente a 1,00 dólar por dia. Pode-se realmente falar em “melhoria” ?

<sup>123</sup> Sobre o Brasil, por exemplo, os dados publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, são na maioria compilados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Pode-se consultar, como exemplo, o “Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil - 1996”, IPEA, Brasília, 1996.

<sup>124</sup> Em mais um exemplo de como os relatórios oficiais são bastante precisos em relação a alguns índices, porém bastante vagos em relação aos outros, pode-se verificar no Relatório de Banco Mundial de 1995 sobre Indicadores do Desenvolvimento Social (World Bank, 1995), que para os 3 países citados, as despesas governamentais com seguridade social caíram, nesse período (de 70-75 a 88-93), de 23,5% a 12,4% no México, de 50% a 27% no Brasil, tendo aumentado de 23% para 31% no Chile. Em nenhum dos casos, entretanto, o relatório fornece a porcentagem da população beneficiada pelo seguro social.

<sup>125</sup> Isto sem contar que os dados oficiais nos levam a crer que uma pessoa vivendo com US\$ 1,5 por dia (acima, portanto, dos US\$ 370 anuais) não é uma pessoa pobre !

Vemos portanto que os “indicadores sociais” comumente utilizados não são os mais adequados para medir o “desenvolvimento includente”, assim como não o são os indicadores econômicos agregados, como o PIB e o PIB *per capita*. Acreditamos que para uma observação adequada deva-se observar os indicadores econômicos mais evidentes para medir o grau de distribuição da riqueza e o número de pessoas excluídas do sistema produtivo, a saber: os índices de distribuição da renda, o nível de emprego, e o número de habitantes em situação de pobreza<sup>126</sup>. A observação desses indicadores deve ser feita, ainda assim, com cuidado. Como diz Amin (1991), é fácil fazer com que dados “confessem” o que com eles se quer provar, por meio “da tortura de modelos econométricos que nunca são mais do que substitutos pretensiosos da regra de três” (Amin, 1991; 42). Além da profusão de interpretações, as vezes até opostas, que um mesmo dado pode oferecer, não raramente a comparação entre eles pode levar a interpretações falseadas da realidade. Por exemplo, a queda nos índices de concentração de renda observada entre 1993 e 1995 no Brasil, apesar de noticiada com bastante otimismo pela mídia, não fez com que o quadro histórico de extrema concentração do país tenha se alterado nos últimos dez anos<sup>127</sup>. Assim, parece-nos que a maneira mais objetiva para a análise de dados sobre o desempenho econômico e social nos países do Sul é adotar um recuo de cerca de dez anos, para analisar se houve melhorias efetivas que permitam dizer que o país realmente avançou rumo a um desenvolvimento includente. Por fim, deve-se sempre tentar “humanizar” os números, traduzindo dados percentuais ou índices de crescimento em valores absolutos de pessoas.

---

<sup>126</sup> Conceituaremos melhor o termo mais adiante.

<sup>127</sup> Segundo a Pnad/IBGE de 1995, a renda em poder dos 10% mais ricos caiu de 49,8% em 93 para 48,2% em 95, numa variação quase insignificante para o período dos últimos dez anos (em 1985, a renda em poder dos 10% mais ricos era de 48,8%). Um artigo da *Folha de S.Paulo* de 6/09/97, entretanto, publicou esses dados do Pnad com o título “Melhora a distribuição de renda no Brasil”, o que, mesmo não sendo incorreto matematicamente, parece otimista face a uma análise temporal mais abrangente.

## Medindo o real “desenvolvimento”

Vimos acima que o Brasil vem adotando, a partir do início desta década, políticas que, não obstante os discursos oficiais em contrário, se assemelham àquelas preconizadas pelos modelos liberais que se alastram no bojo da globalização. Agora que definimos quais são os indicadores que melhor podem mostrar o avanço ou não do desenvolvimento incluído no país, cabe analisar se, nesses sete anos, houve alguma melhora significativa nesse aspecto, que permita dizer que o modelo liberal preconizado é realmente necessário para que se atinja uma verdadeira distribuição da riqueza gerada pela fantástica economia do país.

Há duas maneiras mais comuns de se medir o grau de distribuição de renda de uma nação. A primeira delas é chamada de índice de Gini<sup>128</sup>. Esse índice mede a razão entre a distribuição real e efetiva de determinada economia e a concentração máxima teórica possível. Assim, quanto mais o índice se aproximar de 0, mais a economia em questão será igual e pouco concentradora da renda (países do Norte geralmente apresentam índices abaixo de 0,45), e quanto mais o índice se aproximar de 1, mais essa economia será desigual e altamente concentradora. Nesse sentido, é interessante observar que historicamente, os índices apresentados pelo Brasil nunca variaram muito, sempre estando em torno de 0,6 com certa tendência a aumentar. Assim, o índice de Gini no Brasil passou de 0,52 em 1980 a 0,60 em 1993<sup>129</sup>, um grau de concentração que coloca o país entre os mais desiguais do mundo, não obstante sua força econômica.

A segunda maneira de se medir a concentração da renda, a mais comum, é pelo método percentual, através do qual se calcula a porcentagem da renda apropriada por certa porcentagem da população. Os métodos de divisão da população em grupos percentuais variam muito. O Banco Mundial (World Bank, 1995) calcula a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 40% e 20% mais pobres. Segundo esse método, o Brasil no período de 1970 a 1975 (média do período) tinha 62% de sua renda apropriada pelos 20% mais ricos, essa porcentagem passando a 63% no período de 1980 a 1985, sendo que entre 1988 e 1993, os mesmos 20% mais ricos passaram a se apropriar de 68% da renda do país (os 40% mais pobres, nesses intervalos, tendo se apropriado de 9%, 8% e 7%, respectivamente, e os 20% mais pobres de 3%, 2% e 2%). Isso mostra um aumento significativo para o período de 1988 em diante.

O IBGE (Pnad/IBGE -1995), por sua vez, oferece uma medição entre os 10% mais ricos, os 1% mais ricos, os 40% mais pobres e os 10% mais pobres. Segundo o instituto, o maior pico de concentração da renda no país se deu em 1989, quando os 10% mais ricos se apropriavam de 53,2% da renda, os 10% mais ricos de 17,3%, e os 10% mais pobres apenas 0,6% da renda nacional. Esses índices caíram até 1992, quando os 10% mais ricos detinham 46,1% da renda, e os 10% mais pobres passaram a apropriar-se de ainda insignificantes 0,8% da renda nacional. Entretanto, observa-se uma recrudescência da concentração a partir de 1993, quando os 10% mais ricos detinham 49,8% da renda. Por fim, nos dados mais recentes, de 1995, a situação era a seguinte: os 10% mais ricos detinham 48,2% da renda, os 1% mais ricos 13,9%, os 40% mais pobres 8,9% e enfim os 10% mais pobres apenas 1,1% da renda nacional. A observação desses dados se presta a uma interpretação clara: de meados da década de 80 até hoje, o Brasil, não obstante a quantidade de planos de estabilização econômica empreendidos, e mesmo com a adoção das políticas liberais a partir dos anos 90, não apresentou absolutamente nenhuma melhora significativa no que diz respeito à distribuição da riqueza pelo conjunto de sua população. Ao contrário, ainda segundo o IBGE (Pnad-1995), 80% da população brasileira, ou seja, cerca de 123 milhões de pessoas, tinham acesso em 1995, a apenas 35,7% da renda produzida no país. Enquanto isso, os 20% restantes se apropriavam, no mesmo ano, de 64,3% da renda.

Esses números se tornam ainda mais impressionantes se comparados a outros países do mundo. Segundo estudo de Barros e Mendonça, do IPEA<sup>130</sup>, o Brasil aparecia já em 1989 como o mais desigual numa relação de 55 países, atrás do Panamá, do Peru e Botswana. Apesar da importância de sua economia, o país ainda se encontrava, segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1996 (World Bank, 1996), na última posição quanto à concentração de renda, atrás de Guatemala, África do Sul, Quênia, Zimbábue, Panamá, e Chile, entre os mais desiguais.

Um outro dado a ser considerado é o do número de pessoas excluídas do processo produtivo, medido segundo o nível de emprego da população ativa. Como já vimos, o desemprego na economia globalizada é um problema estrutural, e portanto as altas taxas verificadas não são surpreendentes, mas mostram ainda assim que os países periféricos como o Brasil enfrentam nesse sentido os mesmos problemas enfrentados pelos países do Norte decorrentes da polarização capitalista, sem poder, entretanto, garantir a assistência aos desempregados que a maioria dos países do Norte ainda consegue manter. Os números levantados sobre o desemprego também podem variar bastante. Isso por duas razões principais: a primeira delas diz respeito à característica da população estudada. O IBGE, por exemplo, trata como desempregada apenas a população desocupada, não considerando empregos temporários, precários ou ainda informais. A segunda razão é sobre a região estudada. Alguns institutos, como o Dieese, pesquisam o desemprego nos centros urbanos

<sup>128</sup> Esse índice, correspondente à chamada assimetria distributiva, calcula a área entre a curva de igual distribuição (num gráfico em que o eixo x mostra a % da população, e o eixo vertical y a % da renda, a curva de igual distribuição é uma reta a 45 graus, na qual 10% da população se apropria de 10% da renda, 20% de 20 %, e assim por diante, num quadro de eficiência distributiva máxima) e a Curva de Lorenz, que mostra a distribuição real da renda. O índice de Gini é medido pela divisão da área da desigualdade real pela área da desigualdade máxima (que seria, teoricamente, quando a curva de Lorenz se confunde com o eixo do x na horizontal). Quando a desigualdade real for inexistente (máxima eficiência distributiva), o índice de Gini será 0. Quando a desigualdade real for igual à máxima, o Índice de Gini será igual a 1 (situações teóricas). Portanto, na prática, quanto mais o índice se aproximar de 1, mais há desigualdade e concentração de renda.

<sup>129</sup> Ano/Índice de Gini: 1976: 0,560; 1980: 0,520; 1985: 0,595; 1989: 0,635; 1993: 0,60 - fonte IBGE, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

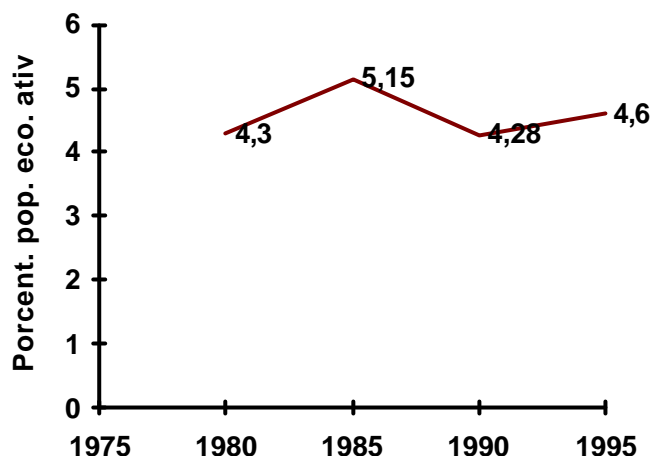
<sup>130</sup> Ricardo Paes de Barros, e Rosane Silva Pinto de Mendonça, “Os determinantes da desigualdade no Brasil”, Texto para Discussão nº377, IPEA, Brasília, julho de 1995.

de maior capacidade produtiva, uma vez que são eles os responsáveis pelo maior potencial empregatício. Essas diferenças metodológicas produzem resultados também diferentes. Em outubro de 1997, o Dieese divulgava uma taxa de desemprego, para a região da grande São Paulo, de 16,3%. Para o IBGE, a taxa de desemprego medida junto à população urbana do país economicamente ativa, no mesmo mês, era de pouco mais de 6%. Entretanto, o mesmo IBGE apresentou um estudo considerando os trabalhos precários, chamado Indicador de Precariedade, que apontou em agosto de 1997 uma taxa de 14,6%.

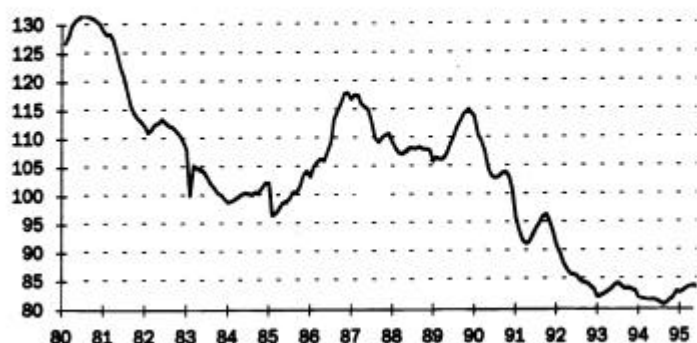
Mais uma vez, o que nos importa mais é analisar o comportamento do desemprego no país durante um período de tempo longo, e pelo mesmo critério, a fim de verificar se houve alguma melhora nesse aspecto a partir dos anos 90, quando do início das políticas liberais. Nesse sentido, os dois gráficos abaixo mostram que tal melhora não ocorreu. Quanto às taxas de desemprego anual, medidas pelo IBGE entre a população urbana economicamente ativa, vemos que há a partir de 1990 uma nova tendência ao crescimento, que parece não ter estagnado até 1997, quando as taxas indicam uma previsão de desemprego de cerca de 6%.

Variação da taxa de desemprego anual

Fonte: IBGE



Quanto ao nível de emprego, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil de 1996, elaborado pelo Ipea, apresenta uma variação decrescente constante a partir da década de 80, que se agravou ainda mais a partir de 1991:



Nível de emprego na indústria (média 1985=100)

Fonte: Pnud/Ipea - 1996

### A miséria e a exclusão como cenário típico do Sul

O terceiro indicador que propusemos para medir o grau de desenvolvimento includente de um país é o número de pessoas em situação de pobreza. Tal dado é extremamente difícil de ser medido. Isto porque se deve, antes de tudo, definir exatamente o que se entende por pobreza<sup>131</sup>. Como já vimos acima, um critério bastante utilizado, especialmente

<sup>131</sup> Esse conceito varia muito segundo uma ou outra abordagem. O enfoque das "necessidades básicas", surgido após a década de 70, e adotado pela maioria dos observadores oficiais da economia internacional, supõe que a satisfação de requisitos como saúde e educação aumenta significativamente sua capacidade produtiva e a um fator essencial para o crescimento econômico, num efeito chamado de *trickle-up* (Romão, 1993). A medida em que o grau de empobrecimento da população foi aumentando, entretanto, fez-se necessário definir mais claramente o que se entendia exatamente por pobreza. Segundo Romão (1993), vários enfoques foram adotados. A identificação da pobreza pode se dar por conceitos subjetivos, como o juízo de valor, no qual cada indivíduo determina o que deveria ser, segundo ele, "um grau suficiente de satisfação das necessidades" (Romão, 1993:12). A imprecisão desse conceito, dada sua subjetividade, levou os pesquisadores do assunto a adotarem conceitos objetivos, entendendo a pobreza como *relativa*, quando é medida pela comparação da situação que ocupa o indivíduo na sociedade em relação aos seus semelhantes, e interpretada portanto em relação ao padrão de vida de toda a sociedade; ou *absoluta* que "implica no estabelecimento de padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres" (Romão, 1993:16). Há, por fim, o enfoque *biológica*, que "fixa a linha de pobreza tomando por base os requisitos nutricionais mínimos da dieta". Dentre essa quantidade de linhas teóricas, o *Observatório da Cidadania* (Ibase, 1997), destaca alguns métodos mais comumente usados nos estudos sobre a pobreza: *Método dos Segmentos Setoriais*: calcula a porcentagem da população em relação à cada item discriminado, como analfabetismo, mortalidade infantil, etc.; *Necessidades Básicas Insatisfeitas*, que analisa a condição dos domicílios, observando se as necessidades básicas são atendidas para todos os seus membros; *Linha de Pobreza*, que estabelece o custo da cesta básica alimentar como critério de medição abaixo do qual uma pessoa é considerada pobre. o *Método das Medições Integradas*, combina os dois métodos anteriores,

pelo Banco Mundial e pelas Nações Unidas, é o que quantifica o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 370,00 por ano. No Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estima que cerca de 35 milhões de pessoas estejam na pobreza. Só na cidade de São Paulo, pulmão econômico do país, segundo dados do Seade<sup>132</sup>, em 1995, 2,3 milhões de pessoas (ou 12,7% da população) não ganhavam o suficiente para comprar uma cesta básica por mês (estimada na época em cerca de US\$ 50,00), critério adotado pela instituição para definir o conceito de pobreza absoluta. Ainda segundo a Fundação Seade, 7,7 milhões de pessoas, ou 47,3% da população, estariam vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja ganhando menos de US\$ 140,00, aproximadamente, valor necessário para satisfazer custos de alimentação e de bens e serviços. O dado mais impressionante diz respeito à comparação com os mesmos índices em 1990, no início da adoção das políticas econômicas liberais. Segundo a Seade, o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta cresceu 42,2% entre 1990 e 1995. Por outro lado, e comprovando o extremo grau de desigualdade da economia brasileira, o estudo apontou que no mesmo período o grupo dos que ganham mais aumentou em 5,8%.

Esses dados impressionantes sobre a pobreza não se limitam ao Brasil. Dentro da economia-mundo capitalista, a ONU estima que 1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza absoluta, ou seja com menos de 1 dólar por dia<sup>133</sup>, o que segundo o PNUD corresponde a cerca de ¼ da população mundial. O número de pobres cresce ao ritmo impressionante de 25 milhões de pessoas por ano. Na América Latina, dados da Cepal/ONU mostram que, em 1990, 46% da população, ou seja quase a metade, vivia em situação de pobreza e pobreza absoluta, sendo que esse valor já era de 42% em 1970, o que mostra como, a longo prazo, as diferentes políticas adotadas para o continente, e para o Sul em geral, em nada priorizaram aquilo que era, de fato, prioritário. Mais uma vez, a característica polarizadora do sistema faz com que a concentração da riqueza, observada acima no nível nacional, também seja exacerbada quanto à riqueza mundial. Segundo a ONU, apenas 358 pessoas no mundo possuem uma fortuna correspondente ao dinheiro possuído pelos 45% da população mais pobre da Terra, cerca de 2,4 bilhões de pessoas (Ibase, 1997;13), ou ainda os 20% mais ricos do mundo se apropriaram, em 1994, de 86% da renda mundial (United Nations, 1997).

Outros países que adotaram o ideário da economia liberal apresentam, da mesma forma que Brasil, índices bastante alarmantes no que diz respeito ao aumento da população excluída do sistema econômico. O México alcançou, em 1996, um crescimento econômico absoluto significativo, já que seu PIB aumentou em 5,1%. Não obstante esse fato, o poder de compra dos salários caiu 72% nos últimos 15 anos e o número de desempregados passou, segundo dados oficiais do governo, de 819.132 em 1993 a 2.100.000 em 1996 (desemprego absoluto - quem não trabalhou nem uma hora por semana; e desconsiderando a economia informal, que engloba cerca de 60% dos empregos do país) (Acosta, 1997).

#### O SALDO NEGATIVO DA POBREZA MUNDIAL: O LADO NEGRO DO MODELO LIBERAL

Como vimos nos dados apresentados acima, alguns relatórios da ONU, especialmente desde que essa instituição passou a publicar, em 1990, seus Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, vêm dando mais ênfase à questão da pobreza<sup>134</sup>. Fora a ONU, relatórios de instituições como o Banco Mundial são ainda incompletos sobre a questão social<sup>135</sup>. Para Amin,

*"Os relatórios do Banco Mundial ... apresentam a vantagem de que se sabe com antecedência o que o Banco dirá sobre qualquer tema, antigo ou novo. ... as verdadeiras questões são sempre ignoradas de antemão, sendo substituídas por uma massa de dados sem significado particular ... Dever-se-ia ir além dos critérios convencionais e analisar as perspectivas a mais longo prazo que um crescimento eventual no quadro do que eu chamo de "capitalismo realmente existente" (em oposição ao modelo-tipo ideológico da economia liberal) poderia ou não permitir nas periferias do sistema capitalista mundial. E para isso, o acento deve ser dado àquilo que é apagado pela análise liberal: a repartição da renda, o emprego, a formação, os serviços sociais, etc..." (Amin, 1991;42)*

Não obstante as dificuldades apontadas por Amin, os índices que reproduzimos acima sobre a pobreza no mundo são de alcance público, e ao menos os relatórios da ONU, que dão certa ênfase aos critérios apontados por Amin, bastante acessíveis e regularmente divulgados pela mídia. Assim, o aumento significativo da pobreza mundial, que chega a níveis alarmantes, não escapou da vista da imprensa, dos estudiosos das relações internacionais, e nem mesmo daqueles que propõem e defendem a adoção do modelo liberal, como por exemplo John Williamson, havendo até certo consenso sobre a gravidade dessa questão<sup>136</sup>. Assim, grande número de autores parecem concordar que, em termos agregados, o sistema econômico liberal não traz melhorias quanto às necessidades mais urgentes dos países do Sul, como a distribuição da renda e a diminuição da miséria. Paul Kennedy, por exemplo, afirma que

*"Essa visão de uma ordem econômica mundial próspera e harmoniosa, baseada no laissez-faire, ... parece espantosamente ingênua à luz dos problemas demográficos, ambientais e regionais deste planeta. ... Há uma*

---

chegando à um índice de intensidade de pobreza. Enfim, o *Índice de Progresso Social*, "compreende as dimensões renda, necessidades básicas e esperança de vida. Quantifica em termos de realização, como expressão da qualidade de vida e bem-estar atual" (Ibase, 1997;18)

<sup>132</sup> Fundação Seade, "Pesquisa de Condições de Vida da Grande São Paulo", São Paulo, abril de 1995.

<sup>133</sup> IBASE, 1997; e Pnud/ONU, 1997.

<sup>134</sup> O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas elaborou um "Índice do desenvolvimento Humano" (IDH), no qual classifica os países a partir da composição de três elementos: expectativa de vida ao nascer, alfabetização de adultos e PNB *per capita*. Essa classificação, entretanto, baseia-se num elemento que, como mostramos, não é indicativo da real distribuição da riqueza no país, o PNB *per capita*, e por isso é pouco elucidativo. Entretanto, é inegável que a ONU é a única instituição internacional que vem produzindo uma quantidade e variedade importantes de relatórios sobre a situação social, sobre o mundo e sobre regiões específicas. Para conhecer essas publicações, pode-se ler "United Nations Publications: catalogue 1995-1996", ONU, New-York, 1996.

<sup>135</sup> O "Social Indicators of Development- 1995", por exemplo, publicado pelo Banco Mundial, traz como primeiro indicador social do desenvolvimento de cada país o item "% da população abaixo da linha da pobreza". Dos 192 países listados, 17 apenas apresentam esse dado completo. Quase tão raros são os índices atuais da distribuição da renda.

<sup>136</sup> A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, publicou em 2/11/97 um caderno especial sobre a globalização. Nele, pode-se ler artigo com o título "Globalização aprofunda abismo entre ricos e pobres".

*incapacidade de reconhecer que ... modificações profundas tanto na produção econômica como nas comunicações podem trazer desvantagens, tanto quanto vantagens” (Kennedy, 1993;59)*

Kennedy ainda destaca que as desvantagens trazidas pelo modelo liberal se devem justamente à incompatibilidade entre os interesses das grandes corporações transnacionais - agentes da difusão liberal - e os interesses dos países do Sul visados pela expansão do modelo, que são, como dissemos, essencialmente voltados para as necessidades sociais.

*“O quadro idealizado, em que empresas multinacionais hipereficientes competem para levar seus mais novos produtos a consumidores exigentes em todo o mundo ... é uma leitura sedutora, mas que não leva em conta o fato de que a maioria das nações pobres precisa não dos efeitos libertadores da teoria econômica do livre-mercado, mas também de enormes investimentos em melhoria social”. (Kennedy, 1993;69)*

Para Samir Amin (1991), os indicadores da desigualdade crescente associada à expansão do capitalismo periférico são a concentração de renda, o crescimento desequilibrado das áreas urbanas, e o desemprego, sobre o qual “as estatísticas oficiais não conseguem dar nem idéia da verdadeira grandeza, gigantesca nas metrópoles do terceiro-mundo (30 a 50 % da população potencialmente ativa poderia constituir uma grandeza provável)” (Amin, 1991;44). Para o autor,

*“Mesmo entre os países ‘semi-industrializados’ ...(Brasil, México, Turquia, Tailândia, etc.) ou nos países do tipo da Costa do Marfim ou Kenia, não houve nenhum progresso em direção à construção nacional. Ao contrário, o agravamento da desigualdade na repartição da renda é em todos os casos o sinal mais claro do fracasso, no sentido que ele dificulta as chances de uma integração social sem a qual a construção nacional não teria sentido” (Amin, 1991;47).*

Até mesmo os idealizadores do modelo liberal universalizante passaram a aceitar, com o passar de alguns anos após a implantação do modelo por vários países, que a questão social não poderia mais ser desconsiderada nos países do Sul, e que o modelo por eles preconizado, cujos únicos indicadores de “sucesso” são o crescimento econômico e o equilíbrio das contas externas (Amin, 1991; 47), teria uma tendência significativa em não propiciar qualquer tipo de sdução para os problemas de ordem social. Talvez por saber que um modelo desse tipo, sendo extremamente polarizador, poderia levar a situações de descontrole social<sup>137</sup>, o que acabaria sendo desvantajoso para a implantação de uma economia de mercado, autores como John Williamson passaram a rever as posições colocadas em documentos como o Consenso de Washington. O discurso incorporou certa preocupação com a questão social, sem que, no entanto, a estrutura de fundo do receituário sofresse qualquer alteração. Em 8 de setembro de 1995, a *Folha de S.Paulo* publicou extensa entrevista com Williamson, a respeito da “mudança” ocorrida no consenso. Três dias antes, podia-se ler artigo do articulista da *Folha de S.Paulo*, Clovis Rossi, com o seguinte teor:

*“Graças à newsletter britânica Latin American Weekly Report, o leitor da Folha pôde saber há dias, neste espaço, que o pai ideológico do Consenso de Washington, John Williamson, faria uma espécie de autocrítica. O Consenso é o receituário dito neoliberal que se tornou hegemônico na América Latina e na maior parte do mundo. ... A nova agenda é um “mix” das antigas recomendações liberalizantes e privatizantes com providências, digamos, não-ideológicas mais uma boa pitada social. Nesta fatia, entram reorientar o gasto público principalmente em direção a políticas sociais” (Folha de S.Paulo, 5 de setembro de 1996, página 1-2)*

A aceitação da ineficácia do modelo liberal quanto à melhoria dos aspectos sociais e da distribuição da riqueza no Sul (que, estes sim, seriam determinantes para o “desenvolvimento includente” dessa região), por parte dos seus defensores não se limitou ao “pai” do Consenso de Washington. No Fórum Econômico Mundial de Davos, em fevereiro de 1997, o ministro mexicano das finanças, Guillermo Ortiz, um dos mentores das reformas liberalizantes daquele país, declarou que “o povo não viu os benefícios das reformas econômicas”<sup>138</sup>.

Vemos portanto que o extremado grau de pobreza observado no mundo provocou reações até no campo liberal. Entretanto, se esse tipo de autocrítica revela a aceitação até por parte dos seus defensores de que o modelo liberal universalizante não corresponde às necessidades efetivas de redistribuição da renda e priorização de políticas sociais nos países do Sul, isso não significa porém que tenha havido até agora qualquer tipo de plano elaborado, com a mesma precisão e grau de difusão do Consenso de Washington, por exemplo, que se propusesse a examinar tais necessidades. Ou seja, temos a impressão de que a pobreza, mesmo que observada e aceita como um fato, não é suficientemente significativa para que os países que detêm a hegemonia do poder mundial se disponham a propor qualquer alternativa que vise a erradicação drástica e urgente da desigualdade na distribuição da riqueza. O que, sem dúvida, faz parte do modelo polarizador e excludente da economia-mundo capitalista. Modelo graças ao qual, aliás, os países hegemônicos vêm conseguindo manter, quanto a eles, um grau de distribuição razoavelmente aceitável, ou ao menos o suficiente para evitar o caos social. Se acreditarmos nas previsões de Robert Kurz sobre a polarização do sistema, resta saber até quando isso durará.

#### **DESMISTIFICANDO O SUCESSO “LIBERAL” NO CHILE E NO SUDESTE ASIÁTICO**

Os dados apresentados acima dão conta de um agravamento das condições de pobreza e concentração de renda no mundo nas últimas décadas. Esse agravamento, segundo vimos, está associado à característica polarizadora do sistema econômico liberal. Essa associação, entretanto, vem sendo questionada pelos ideólogos do liberalismo. Para esses pensadores, a maior prova de que o fenômeno da pobreza não é consequência exclusiva do modelo econômico liberal está no sucesso alcançado pelo chamados “tigres asiáticos”, no sudeste daquele continente e, na América Latina, pelo Chile.

<sup>137</sup> O que de fato ocorreu em episódios como as revoltas populares de Santiago del Estero, na Argentina (1994), o levante de Chiapas, no México (1994), ou mesmo a radicalização na opressão ao Movimento dos Sem terra, no Brasil, que resultou no massacre de Corumbiara no sul do Pará (1996).

<sup>138</sup> Em artigo da *Folha de S.Paulo*, 1º de fevereiro de 1997, pág. 2-6; “‘Povo não viu benefício’, admitem liberais”



Entretanto, a idéia de que esses países lograram algum progresso em seu desenvolvimento com certo equilíbrio entre crescimento econômico e distribuição da renda, numa economia liberal, deve ser desmistificado.

### O exemplo do Chile

O Chile é comumente citado como um exemplo do sucesso das políticas de ajuste liberal, em função do acelerado crescimento econômico que apresentou na década de 80, resultado das políticas liberais implantadas pela ditadura militar, a partir de 1973. Em primeiro lugar, a observação do caso chileno como resultante de uma única política econômica que teria durado de 1973 até hoje é errada. O Chile passou, nesse período, por pelo menos três fases diferentes em sua política econômica, cada uma delas tendo gerado resultados diferentes: de 73 a 83; de 84 a 89, e de 1990 aos dias de hoje (Calcagno, 1995). Dessas três etapas, apenas na primeira pode-se dizer que foi adotado o modelo liberal ortodoxo, e os resultados desse período foram bastante negativos. Após a tomada de poder por parte de Pinochet, implantou-se um modelo fortemente alinhado com o que descrevemos acima como o receituário liberal: reversão das nacionalizações feitas pelo governo Allende (com exceção do cobre). Além disso, Maria da Conceição Tavares resume os aspectos essencialmente econômicos desse período:

*“A que se resumem as políticas neoliberais de ajuste do decênio 1974-1984? ... Dentre as políticas macroeconômicas implementadas na segunda metade dos anos 70, podemos destacar três que estiveram na raiz dos desequilíbrios observados no primeiro período e cujas propagação e retroalimentação levaram a economia chilena à beira do desastre na crise financeira generalizada de 1981-82. A primeira e fundamental é a liberalização do sistema financeiro interno; a segunda, a desregulação do fluxo de capitais do exterior; e a terceira, a política de âncora cambial que tentou utilizar-se como instrumento antiinflacionário” (Tavares, 1996;81).*

O resultado desse período, do ponto de vista social, foi desastroso. O PIB caiu 14% em 1982 (Tavares, 1996;82). Segundo Calcagno (1995;463), em 1984, o PIB *per capita* era 3,5% menor que em 1973 e 7% menor que em 1970; o produto por habitante da indústria manufatureira caiu 31% entre 1972 e 1982. O desemprego aberto alcançava, em 1984, 20% da população economicamente ativa (30% considerando também a economia informal), e o salário médio real era, entre 1983 e 1987 cerca de 30% mais baixo que em 1970. A pobreza, que atingia em 1979, 17% das famílias, alcançou em 1987, 38% das famílias, ou 45% da população do país. Tal situação evidentemente exacerbou a concentração da renda. Os 20% mais ricos se apropriavam em 1988 de 54,6% da renda, fazendo do Chile, até hoje, o segundo país da América do Sul com maior concentração da renda, após o Brasil<sup>139</sup>.

Tais resultados levaram o governo chileno a adotar, a partir de 1984, políticas de ajuste que se caracterizaram pelo forte grau de intervenção do Estado, num sentido oposto ao modelo liberal. Tavares lembra que em 1985 o ministro Büchi “utilizou políticas de gasto público e de financiamento anticíclicas e aumentou a proteção efetiva da economia” por parte do Estado (Tavares, 1996;82). Os impostos de importação subiram de 10 para 35%, e “a gestão da crise foi favorecida pela importância da empresa estatal de cobre” (Calcagno, 1995;464). Nesse sentido, o Chile se beneficiou, a partir de 1986, de uma melhora significativa no preço do cobre no mercado internacional, o que confere um caráter bastante específico à recuperação da economia do país nesse período, numa década que para os demais foi chamada de “década perdida”. Segundo Tavares, “a condição essencial para o ajuste foi a geração de um excedente de cobre” (1996;85), que permitiu um excedente público com potencialidade de investimento. Entretanto, e como explica Tavares, o país não estava livre da crise, que agora surgia como consequência de políticas estatais por demais direcionadas a questões político-eleitorais:

*“Em 1989, por razões puramente eleitorais, a política macroeconômica tornou-se fortemente expansiva.... Essa excessiva intervenção do Estado na sua política de gasto obrigou o governo democrático, eleito ao final do ano, a reverter o ciclo expansivo para não desatar novamente fortes desequilíbrios macroeconômicos. A economia chilena, sujeita a restrições globais de demanda, só se recuperou em 1991 (CEPAL, 1992)” (Tavares, 1996;83)*

Como vemos, o caso chileno não pode ser visto como um modelo da aplicação do receituário liberal. Se num primeiro momento isso ocorreu, foi com resultados bastante negativos, que obrigaram o governo a políticas de reconversão industrial “que não tiveram nada de liberais, e, em todo caso, supuseram uma participação efetiva e um grau de intervenção do Estado ... muito superiores às demais experiências latino-americanas” (Tavares, 1996;85). Hoje, vive na dependência da demanda internacional pelo cobre (o que Tavares chamou na citação acima de “economia sujeita à restrições globais de demanda”), o que se insere num dos itens sugeridos anteriormente no “modelo do pensamento único” proposto pela globalização (item *d* da pg. 139). O que mais importa, entretanto, é que mais uma vez as análises feitas a respeito desse país se preocupam em observar, essencialmente, os dados referentes ao crescimento econômico. Não obstante o modelo das políticas econômicas adotadas, o que se observa é que o Chile, assim como o Brasil e os outros países do Sul, apresenta hoje 38% da sua população abaixo do nível de pobreza (Tavares, 1996;86). Com uma população de 13.822.000 habitantes, isto significa que mais de 5 milhões de pessoas vivem naquele país com menos de US\$ 1,00 por dia.

<sup>139</sup> Segundo o *Bulletin Dial*, nº2044, Paris, janeiro de 1996.

## Os tigres asiáticos

Uma análise parecida pode ser feita com o caso das chamadas “Economias Recém-Industrializadas” do sudeste asiático, a saber Cingapura, Hong-Kong, Formosa (Taiwan) e Coréia do Sul, apontadas também com freqüência pelos defensores do liberalismo como exemplos de sucesso desse modelo. Mais uma vez, tal referência é relativa. Em primeiro lugar porque a comparação que se faz com esse conjunto de países não leva em conta que cada um deles apresenta características completamente diferentes, o que justificaria uma análise comparativa com cada um deles, e não com o grupo todo. A Coréia do Sul tem cerca de 43 milhões de habitantes, um pouco mais do dobro de Formosa e incomparavelmente mais do que Hong-Kong (5,7 milhões) ou Formosa (2,7 milhões). Enquanto a economia da Coréia se estrutura, como já vimos anteriormente, nos enormes conglomerados industriais chamados *Chaebols*, Formosa se caracteriza pela enorme variedade e quantidade de pequenos produtores especializados em um ou dois produtos (Kennedy, 1993). Além das diferenças estruturais, esses países baseiam seu sucesso econômico, segundo Kennedy, em três fatores que não se assemelham aos observados em países do Sul. Primeiramente, a ênfase estatal na educação, baseada num forte traço cultural, faz com que esses países contem com um alto grau de alfabetização e preparo da sua população. Kennedy ilustra essa situação lembrando que enquanto a Coréia, com 43 milhões de habitantes, tem 1,4 milhão de alunos em cursos superiores, a Etiópia, por exemplo, com uma população comparável, só tem 15.000 alunos na mesma situação. O segundo fator é o alto nível de poupança nacional, incentivado por uma política estatal nesse sentido. Segundo Kennedy,

*“devido ao uso de medidas fiscais, impostos e controles de importação para estimular a poupança pessoal, um grande volume de capital a baixos juros foi criado para investimento na manufatura e no comércio” (Kennedy, 1993;234)*

Enfim, Kennedy explica o terceiro fator de crescimento desse grupo de países, dando uma clara ênfase ao caráter pouco liberal do modelo por eles adotado:

*“A terceira característica tem sido um forte arcabouço político dentro do qual o crescimento econômico é propiciado. Embora a iniciativa empresarial e a prosperidade privada sejam encorajadas, os ‘tigres’ nunca seguiram um modelo do laissez-faire. As indústrias escolhidas para o crescimento receberam vários tipos de apoio - subsídios para a exportação, subvenções para treinamento, proteção tarifária contra concorrentes estrangeiros ... Os sindicatos funcionavam com restrições. A democracia foi limitada pelo governador de Hong-Kong, pelas administrações dirigidas em Cingapura e pelos regimes militares em Formosa e Coréia” (Kennedy, 1993;235).*

Como vemos, uma série de medidas em franca oposição ao modelo liberal preconizado pelo “pensamento único” da globalização econômica. Por essas razões, associadas a uma franca opção exportadora, esses países se inseriram de forma mais significativa na economia-mundo capitalista globalizada. Não obstante, e a exemplo do ocorrido no Chile, as taxas de concentração da renda observadas nesses países não representam grande avanço no que chamamos de “desenvolvimento incluyente”, apesar de mostrarem uma distribuição significativamente mais igual do que, por exemplo, a do Brasil. Em dados de 1993, em Cingapura, por exemplo, os 20% mais ricos da população ficam com 49% da renda, sendo que os 20% mais pobres se apropriam de apenas 5% da renda. Na Coréia, a repartição é de 42% da renda para os 20% mais ricos e apenas 7% para os 20% mais pobres. (World Bank, 1995). Samir Amin explica porque o modelo do sudeste asiático não pode ser considerado, ao contrário do que se propaga, um exemplo do modelo econômico liberal:

*“O sucesso da Coréia do Sul e de Taiwan não se deve ao fato desses países terem conseguido um crescimento forte sem desequilíbrio grave na balança de pagamentos - isso outros países também o fizeram -, mas sim ao fato de terem conseguido construir uma estrutura nacional em torno de um Estado forte, baseada numa distribuição da renda em que as desigualdades foram mantidas dentro de certos limites e assim controladas, o que os outros países não chegaram a fazer. Seu sucesso vem portanto do fato que eles fizeram exatamente o contrário daquilo que o dogma liberal dominante ensina ! Porque ? Razões específicas - históricas (talvez culturais, a discutir), e políticas (a concorrência da Coréia do Norte e da China) - o explicam”. (Amin, 1991;46)*

Os argumentos levantados nos parágrafos acima mostram o quanto a exemplificação do sucesso do liberalismo segundo o modelo asiático ou chileno é relativa. Apesar disso, a comparação é frequente. Fukuyama, por exemplo, diz:

*“O fenomenal crescimento econômico do leste da Ásia ... não se limitou aos primeiros países modernizados como o Japão, mas abrangeu praticamente todos os países da Ásia, **dispostos a adotar os princípios do mercado** e a se integrar completamente no sistema econômico capitalista global” (Fukuyama, 1992;71)*

*“O Chile pôs em prática os princípios da economia liberal na década de 80, durante o governo Pinochet, daí resultando que sua economia era a mais saudável do Cone Sul quando o país saiu da ditadura sob a liderança do presidente Patricio Aylwin” (Fukuyama, 1992;72)*

À luz das explicações apresentadas acima, fica visível a relatividade e certa superficialidade dessas afirmações.

## O EQUILÍBRIO DA DESIGUALDADE E A POLARIZAÇÃO NORTE/SUL

O que vimos até aqui mostra que o modelo liberal universal proposto pelos países do Norte não significou, nos últimos dez anos, nenhum tipo de melhora significativa naquilo que, no Sul, se faz mais urgente: a erradicação da pobreza e a justa distribuição das riquezas. Pelo contrário, vimos que nesse período a polarização aumentou, exacerbando tanto a quantidade de pessoas pobres quanto o nível de concentração da renda. Pode-se argumentar entretanto que, assim como propôs Kurz, tal situação é consequência do próprio sistema, que a longo prazo estaria estruturalmente condenado por não conseguir suportar o grau de desemprego e superprodução que ele mesmo cria (14% da população dos EUA está abaixo da

linha de pobreza, ou seja ganhando menos de US\$ 1,00 por dia - United Nations, 1997). Assim, nessa visão, o mundo estaria perto de um colapso que atingiria tanto o Norte quanto o Sul.

Essa hipótese talvez seja verdadeira. Não é, entretanto, a que aprofundaremos aqui. O que parece é que o modelo de organização econômica e política liberalizante proposto pela globalização não é um modelo realmente universal. Em outras palavras, o receituário que se propõe para o Sul não é o mesmo adotado no Norte. Assim sendo, o colapso do sistema, mesmo que seja global, atingirá certamente, ou já vem atingindo, em primeiro lugar, o Sul. E isso faz parte da tradicional disputa pela hegemonia do poder mundial.

Propusemos anteriormente que o mundo hoje se divide entre aqueles que detêm a hegemonia do poder mundial graças ao domínio do principal instrumento de poder, a economia. Nesse sentido, os países que convencionamos chamar do "Norte", por usufruírem de um alto potencial econômico e um razoável equilíbrio distributivo, estão e estarão sempre mais aptos a contar com os elementos básicos do poder, a saber uma forte coesão nacional propiciada por bons níveis de bem-estar social, educação e saúde que a riqueza econômica minimamente distribuída propicia. A manutenção desse poderio econômico se dá graças à característica polarizadora do próprio sistema da economia-mundo capitalista. Enquanto houver concentração das riquezas, os países que dela se apropriam, somados às pequenas parcelas do Sul "compradorizadas", estarão cada vez mais aptos a usufruir do poder que a riqueza propicia, no interior da economia-mundo capitalista. Se em 1960 os ricos ganhavam, no mundo, 30 vezes mais que os pobres, em 1994 a renda dos 20% mais ricos (que se apropriaram de 86% da riqueza produzida no mundo) era 78 vezes maior que a dos 20% mais pobres (United Nations, 1997). Ou seja, é certamente lógico que os países hegemônicos na economia - e no poder - mundial, não obstante a luta travada entre eles - especialmente entre EUA e Japão - pelo poder no mundo, incentivem a adoção de um modelo de organização que, a médio e longo prazo, só estará aumentando a concentração da riqueza - e portanto o poder -, em suas mãos. Assim, faz-se lógica a observação feita já no início deste trabalho, sobre a alta concentração das maiores empresas transnacionais - instrumentos-chave da expansão liberal - nas mãos de apenas 10 países do Norte. Faz-se lógica também a observação sobre a tentativa de difusão por meio da economia-mundo capitalista, de um receituário liberal que em última instância apenas preconiza, e provoca quando da sua adoção, um modelo altamente excludente e concentrador da renda. Ou seja, parece que de fato a polarização Norte-Sul está baseada, dentro da economia-mundo capitalista, num modelo que permita a expansão relativa do sistema, por intermédio da "compradorização", e ao mesmo tempo garanta a manutenção do modelo polarizador. Esse modelo, estruturalmente excludente, implica na manutenção da pobreza como garantia da hegemonia do poder, e é multiplicado para dentro dos países do Sul, onde a perpetuação da miséria acaba sendo, em países como o Brasil, um instrumento eficaz para a manipulação política e a consequente manutenção do *status-quo*. Essa situação, que perpetua a desigualdade dentro da economia-mundo capitalista, é que chamaremos de equilíbrio da desigualdade.

### A utilização da arma econômica pelo Norte

Se o modelo liberal fosse de fato um instrumento eficaz para alcançar o desenvolvimento incluyente, seria lógico pensar que os países do Norte teriam há tempos adotado esse receituário. Entretanto, o que se vê é diferente. Após o fracasso, nos EUA e na Grã-Bretanha, do modelo liberal da era Reagan-Tatcher, justamente nos aspectos relativos às questões sociais, observa-se que os países do Norte raramente adotam para si aquilo que pregam para o Sul. Em outras palavras, os dez pontos do Consenso de Washington, associados às mudanças políticas e culturais que ele impõe, não são e nunca foram adotados como modelo pelos países do Norte. Isso é um forte indicativo de que o modelo liberal preconizado é na verdade um instrumento para a manutenção, por parte do Norte, dos privilégios propiciados pelo equilíbrio da desigualdade. Alguns países do Sul, como por exemplo o Brasil, apresentam hoje, em consequência de condições históricas de industrialização bastante específicas, um potencial significativo para pretender entrar na economia-mundo capitalista em condições outras do que como países periféricos. O poderio econômico do país, associado às suas reservas naturais, à boa diversificação de sua indústria e à competitividade potencial de seus produtos fazem do Brasil um concorrente de peso no mercado mundial, que poderia, caso as regras liberais fossem realmente seguidas pelos países do Norte, fazer com que ele alcançasse uma posição de enriquecimento que até lhe daria, se associada à políticas que priorisassem o "desenvolvimento incluyente", certo poder na disputa da hegemonia mundial, assim como ocorre para países com características semelhantes, como por exemplo a Índia. Por isso Tavares afirma que

*"o Brasil, apesar de ser uma economia continental e por isso relativamente fechada, teve um desenvolvimento industrial com alto grau de transnacionalização, o que lhe permitiu uma inserção internacional com diversificações de exportações por tipo de bens e por países de destino. Esse tipo de inserção comercial foi favorável no passado e pode, no futuro, vir a sê-lo novamente, sempre que a tendência ao protecionismo e à formação de blocos internacionais fechados não provocar o isolamento comercial do país" (Tavares, 1996; 106)*

A tendência ao protecionismo, entretanto, por mais que seja conceitualmente oposta à filosofia liberal preconizada pelo Norte, vem sendo adotada de forma intensa pelos países hegemônicos, numa demonstração clara de que, nas relações internacionais, o instrumento econômico é uma arma de grande poder, e que o receituário liberal não se aplica quando o interesse é a manutenção do poder. O embaixador Paulo Nogueira Batista esclarece esse ponto de forma bastante objetiva: "A consagração da economia de mercado não significa, entretanto, a prevalência automática do modelo ultraliberal de organização econômica, aquele que os organismos multilaterais recomendam aos países da América Latina e da Europa Oriental, mas que os próprios países capitalistas desenvolvidos não praticam" (Batista, 1996;37)

Segundo o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano de 1997 (United Nations, 1997), os países industrializados dobraram as barreiras sanitárias e as medidas antidumping entre 1989 e 1994, além de praticar tarifas alfandegárias destinadas a proteger seus produtos. Em 1995, esses países gastaram a metade do valor produzido na agricultura, cerca de US\$ 182 bilhões, em subsídios para esse mesmo setor, num claro gesto de dumping. Esse tipo de

política, ainda segundo a ONU, prejudica o Sul ao baratear os preços internacionais, dificultando as exportações dos países do Sul; dificulta ou mesmo exclui as exportações dos países do Sul; e cria uma desigualdade comercial que faz com que os países do Sul tenham que enfrentar a concorrência internacional de produtos baratos dentro até de seus próprios países<sup>140</sup>.

O governo brasileiro informa por sua vez que as barreiras adotadas pelos EUA afetaram em 1996, 26% das exportações brasileiras para aquele país. Enquanto as importações brasileiras de produtos norte-americanos cresceu, entre 1990 e 1996, em 59,53%, as exportações brasileiras para os EUA cresceram nesse período apenas 9,84%<sup>141</sup>. Nesse sentido, as barreiras norte-americanas afetam especialmente, nas exportações agrícolas, produtos como o suco de laranja (tarifa aduaneira de US\$ 454,00 por tonelada); o açúcar (cota de 280.000 T, num mercado de 2,7 milhões de T importadas/ano); o álcool; frutas; carne bovina e suína; e tabaco<sup>142</sup>.

Esse tipo de política é comumente adotada, mesmo que claramente em choque com a liberalização econômica, e deveria, por meio de organismos como a OMC, ser fiscalizada para que se mantenha a igualdade de iniciativa tão cara aos liberais. Enquanto a OMC não se opõe, por exemplo, à claras violações do livre-mercado por parte de alguns, como por exemplo a lei Helms-Burton, que dá aos EUA poder de retaliação comercial a países que venham a manter negócios comerciais com Cuba, ela por outro lado não parece se preocupar sobremaneira com a situação dos países do Sul. Segundo o *Observatório da Cidadania* (Ibase, 1997), "a Organização Mundial do Comércio não cumpriu as solicitações feitas pelos chefes de Estado durante a Cúpula Social, ... para que estude os impactos da liberalização do comércio, em especial nos países menos desenvolvidos". Em compensação,

*"figuram na sua agenda dos meses e anos a vir novos setores que interessam particularmente às transnacionais: as regras da concorrência, a abertura dos mercados públicos, e o investimento. Para cada um desses três temas, a primeira conferência ministerial da OMC, ocorrida em Sngapura em dezembro de 1996, criou um 'grupo de trabalho', primeira etapa de uma engrenagem que deve levar a uma liberalização total" (Khor, 1997:10)*

Assim, parece que enquanto se preconiza uma total abertura das economias do Sul para a expansão do modelo econômico liberal proposto pela economia-mundo capitalista, as economias centrais - e nisso Japão e CEE não diferem dos EUA - fazem uso de toda uma gama de políticas de proteção destinadas a manutenção da situação privilegiada de suas economias.

Um dos melhores exemplos da utilização da economia como instrumento de coação por parte de uma potência hegemônica sobre países do Sul, com a "ajuda" de organismos internacionais, se deu entre os EUA e a República do Haiti, após a volta, monitorada pela ONU, do presidente Aristide ao poder. Esse país, situado no chamado "Mediterrâneo americano", dentro do qual essa superpotência não faz concessões para manter sua hegemonia, continua sendo considerado pela ONU um dos países mais pobres do mundo. Com um orçamento de apenas 500 milhões de dólares, cerca de dez vezes menor do que o da cidade de São Paulo, o país depende exclusivamente de auxílio externo, tal o grau de esfacelamento de suas atividades econômicas. Em razão da crise política iniciada desde o começo do século pela presença norte-americana no país, que culminou com a saída de Baby Doc Duvalier, retirado do país em 1986 por um avião militar dos EUA e com um longo percurso rumo à democratização, monitorada pelos EUA, o país é refém da presença das tropas da ONU para manter a estabilidade política. Mesmo assim, a democracia, associada ao modelo liberal preconizado agora pelos EUA, não parece trazer qualquer possibilidade de reversão da extremada situação de miséria em que o país se encontra. Pelo contrário, a presença estrangeira no país parece se dar sob a condição da correta adoção, por parte do governo local, do receituário friamente imposto pelo Norte por intermédio do Banco Mundial. Por ocasião de uma visita que realizei à ilha, em 1996, produziu-se um artigo que transcrevemos parcialmente a seguir:

*"Hoje o que ocorre no Haiti é a substituição da coação armada de anos atrás pela dominação dos tempos da globalização: a imposição do modelo econômico neo-liberal. Num país que não tem nada, o Banco Mundial tem a coragem de falar em "operação sem anestesia" para ilustrar a política que preconiza: abertura da economia, privatizações, reforma financeira e do Estado, só não se fala na questão social. ... O presidente Préval, seguidor e sucessor de Aristide, vê-se frente a uma insolúvel chantagem. Primeiro porque o país está à mercê do "humor" americano para receber a ajuda de que tanto precisa. Há um mês, sob pretexto que as investigações sobre o assassinato de antigos golpistas (!) andava lenta demais, o Congresso americano congelou todos os empréstimos americanos ao país, cerca de 15% do orçamento anual. Segundo porque todos sabem por lá que o desmonte do exército promovido pelo governo não desarmou o país, e que existem incontáveis arsenais secretos, cheios de armas prontas para serem usadas em um novo golpe. Ou seja, as forças da ONU são atualmente a única garantia de sobrevivência da democracia. E estas só ficam lá se o governo seguir sem reclamações a receita do FMI... Nas ruas da capital, sinais da "modernidade" já são visíveis, apesar da pobreza generalizada: incontáveis anúncios de bancos. E a ilha, a apenas duas horas de voo de Miami, continuará a ser o despejo do lixo industrial americano, o celeiro de mão de obra barata e o sítio das indústrias poluentes"<sup>143</sup>.*

Como se vê, o instrumento econômico pode se tornar facilmente uma forte arma de coação de países do Norte sobre os do Sul. Nesse sentido, a pressão exercida pelos países hegemônicos sobre os organismos internacionais, a força das

<sup>140</sup> Pode-se ler a esse respeito o artigo de José Roberto de Toledo, "Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres", in *Folha de S.Paulo*, 2/11/97, pg. e-12.

<sup>141</sup> *Folha de S.Paulo*, 12/05/1997, pg.2-1: "EUA barram as exportações do Brasil".

<sup>142</sup> *Folha de S.Paulo*, 24/02/1997, pg.2-1: "EUA impõem barreira na agricultura"

<sup>143</sup> João Sette Whitaker Ferreira, "A triste sorte do Haiti", in *Forum Internacional*, setembro/outubro de 1996, Secretaria de Relações Internacionais do PT, São Paulo. O texto resume os resultados da participação no seminário "Mondialisation et droits humains", organizado em junho de 1996 pela Plate-Forme Haitienne des Organisations de Droits Humains, em Port-au-Prince, Haiti. O modelo liberal preconizado para o Haiti pode ser lido em detalhes no Documento do Banco Mundial intitulado "Ébauche de stratégie d'aide du groupe de la Banque à la République d'Haiti: Document de la Banque Mondiale", 11 de abril de 1996. Sobre a história do Haiti, pode-se ler "Ano 501", de Noam Chomsky (ed...), mais especialmente o capítulo 8, "A tragédia do Haiti".

corporações transnacionais, o poder de propaganda dos *think tanks*, a “compradorização” das elites do Sul, e a preconização de um modelo econômico que em nada alterou, nas últimas décadas, as condições de extrema pobreza dos países do Sul, constituem-se em elementos fundamentais para compor um eficaz instrumento de manutenção da economia-mundo capitalista nos moldes polarizantes que interessam aos países hegemônicos. Ainda assim, não obstante o fato de acreditarmos que a economia é hoje o principal instrumento da disputa de poder dentro do sistema-mundo capitalista, observa-se que o uso da força militar não parece ter sido, entretanto, definitivamente descartado.

### O instrumento da economia não “aposentou” definitivamente o uso da força militar.

A pretendida obsolescência do uso das armas ante o uso de instrumentos econômicos de poder parece verdadeira na medida em que as situações de crise possam ser resolvidas pelos instrumentos da economia, cujo arsenal comporta, como vimos, bloqueios econômicos, guerras alfandegárias, competição desigual, coerção econômica, pressão sobre os organismos internacionais, e assim por diante. Caso não o sejam, o uso da força continuará sendo o instrumento último de confirmação da hegemonia das nações dominantes. Primeiramente entre elas. Huntington (1992) preferiu definir a nova ordem mundial, ao contrário por exemplo de Amin (1991) ou o *Groupe de Lisbonne* (1995), que falam em tripolaridade, como “unimultipolar”. O “uni” mostra claramente que na atual ordem das coisas, os EUA continuam detendo, com folgada margem, o total domínio do mundo do ponto de vista militar, o que lhe confere, certamente, uma confortável posição de hegemonia entre os países do campo desenvolvido. Em segundo lugar, entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Apenas na área da América Latina, “quintal” estratégico restrito aos EUA, as intervenções armadas externas por parte desse país não cessaram com o fim da Guerra Fria. Quando esta já estava em plena decadência, já na era Gorbachev, os EUA utilizaram a força das armas para intervir em 1988 na Guatemala, e em 1989 no Panamá<sup>144</sup>. Fora do continente americano, não foram poucas as ocasiões em que assistimos demonstrações de força dos EUA no âmbito militar, sendo a Guerra do Golfo o exemplo mais ilustrativo.

Para Samir Amin, há uma clara manifestação por parte dos países industrializados visando manter a hegemonia do poder econômico na balança das desigualdades do sistema. Amin destaca claramente também a confusão conceitual que acusamos ter sido criada pela difusão das idéias de Fukuyama e Huntington, pela fusão dos valores ocidentais com os interesses econômicos dos que dominam o sistema. O autor, entretanto, não deixa de mencionar a constante possibilidade do uso da força militar por parte dos países do Norte, mais especificamente por meio de sua mais poderosa expressão militar, a OTAN:

*“a ordem econômica (desordem, de fato) produzida pelo mercado mundializado deve ser completado por uma ordem militar que assegure a repressão eficaz das revoltas do sul. O discurso dos poderes sobre a reforma internacional, será sempre um discurso hipócrita, que continuará invocando, segundo as circunstâncias, a “moral” e o “direito” ou a “justiça” para disfarçar (mal) a defesa arrogante de interesses inconfessáveis. Uma estratégia da OTAN correspondente a essa visão da ordem mundial já existe. Ela está fundada numa ação sistemática dupla. Por um lado deixar apodrecer as situações nas regiões do Terceiro-Mundo não ameaçadoras da ordem imperialista, de outro romper pela violência - como se viu na Guerra do Golfo - as potências emergentes do Terceiro-Mundo que, por uma razão qualquer, ameaçam essa ordem. (Amin, 1991;15)*

A alusão à uma estratégia explícita por parte da OTAN pode parecer exagerada. Entretanto, não o é. Segundo declaração do general Helmut Willmann, chefe do Eurocops, ao jornal espanhol *El País* de 7 de Julho de 1994, “é absolutamente claro que o eixo da ameaça contra a Europa se deslocou para o Sul” (Aguirre; 1995, 12). Documentos da OTAN, citados pelo pesquisador espanhol Mariano Aguirre<sup>145</sup>, mostram que quando da definição de suas novas estratégias em 1991, a aliança militar insistiu na preocupação sobre as “tentativas de certos países do Sul de possuir armas de destruição maciça” (Aguirre, 1995;12, grifo meu). Enfim, o próprio Samuel Huntington revela como a Guerra do Golfo gerou uma maior preocupação da OTAN para com o “sul”:

*“Depois do confronto, o planejamento estratégico da OTAN passou a se orientar cada vez mais para ameaças potenciais e instabilidade ‘ao sul’” (Huntington, 1994a;127)<sup>146</sup>*

A preocupação com um possível superarmamento do sul, inclusive buscando o domínio nuclear, não é vista como exagero, e por sua vez pode acarretar um novo tipo de corrida armamentícia, desta vez em torno do eixo Norte-Sul. Segundo

<sup>144</sup> Sobre as intervenções americanas na América latina, pode-se ler Ferreira, João S. W. e outros; “O mito da Independência”, in *Boletim Rede*, ano II, nº23, Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade/CAAL, Petrópolis, novembro de 1994.

<sup>145</sup> Documento consultado pessoalmente após pesquisa a partir da citação de Aguirre (1995,12): “The Alliance's New Strategic Concept”, in *NATO Review*, dezembro de 1991.

<sup>146</sup> A afirmação de Huntington carrega uma significativa contradição. Apesar do autor utilizar todo seu texto para provar a intensificação de conflitos entre civilizações, principalmente entre a Ocidental e a Islâmica, citando a Guerra do Golfo como um exemplo disso, quando fala da estratégia da OTAN (provavelmente referindo-se aos documentos que citamos no mesmo parágrafo), utiliza o termo “sul” para identificar as civilizações não-ocidentais. De duas uma: ou Huntington se apropria do termo usado pela própria OTAN (“sul”), dando-lhe aspas para forçar o entendimento de que ele significa, na verdade, “outras civilizações”, ou para ele mesmo não está clara a discussão sobre aonde termina o conflito Norte-Sul e aonde se inicia o conflito civilizacional. Pois não há como acreditar que Huntington veja a China ou mesmo repúblicas muçulmanas da ex-União Soviética como países do Sul. Nesse caso, parece haver para ele uma clara identificação entre o que se conhece por “sul”, como contraposição aos países industrializados do Norte, e o que ele vê como “civilizações não-ocidentais”. Talvez por isso seja tão superficial a atenção dada à América Latina. Estaria ela no campo do “sul” enquanto civilização alternativa, ou enquanto participante da civilização ocidental? Huntington não o diz claramente, mas parece que para ele vale a segunda opção. Daí sua afirmação de que seriam mínimos os obstáculos para a América Latina fazer parte do Ocidente. Claramente, um aceno para que se acredite que para ele a América Latina já é parte do Ocidente. O que nos leva a perguntar: e se esse continente, em bloco e repentinamente, adotasse outros modelos econômicos que a alternativa do livre-mercado capitalista, mesmo que mantendo seus regimes políticos democráticos, continuaria a ser considerado por Huntington parte da “Civilização Ocidental”?

o intelectual norte-americano Noam Chomsky, sempre extremamente preciso no que se refere à obtenção de informações do governo norte-americano,

*“Um estudo de 1992 do laboratório nuclear de Los Alamos pedia por ‘verdadeiras armas nucleares de baixo rendimento’ que ‘poderiam ser muito eficientes e de contragolpe confiável contra as futuras ameaças nucleares do Terceiro Mundo’ (Chomsky, 1994;97, grifo meu).*

Aqueles que acompanharam a disputa das ONGs pacifistas e ambientalistas contra os testes nucleares franceses realizados no Pacífico em setembro de 1995 talvez se lembrem que as bombas testadas por aquele país no atol de Mururoa eram justamente , segundo o jornal francês *Le Monde Diplomatique*<sup>147</sup>, de “alcance restrito”.

Mas o maior exemplo do uso da força militar para defender a hegemonia dos países do Norte sobre os do Sul é sem dúvida, como destaca Amin, a Guerra do Golfo. Primeiramente porque não é aceitável pretender que ela foi uma ação do Ocidente para salvaguardar a democracia, o direito à soberania, ou ainda o direito internacional<sup>148</sup>. É verdade que muitos argumentam que é impossível compactuar com um regime político como o de Saddam Hussein, ou mesmo considerar que ele faz parte do mesmo “campo” do Sul que, por exemplo, o Brasil, pelo desrespeito gritante aos “valores ocidentais” de que falamos acima. Eles têm certamente toda razão em assim argumentar. A questão, entretanto, não é essa. Pois se fosse, como explicar que o mesmo “mundo ocidental”, que não tergiversou ao seguir a resolução da ONU autorizando o ataque a Hussein, nada tenha feito ou nada faça contra a gritante invasão da soberania de Timor Leste pela Indonésia ? Ou contra as invasões norte-americanas no Panamá ou em Granada ? Ou que não faça valer a resolução da ONU impedindo as incessantes ações israelenses em territórios ocupados ? Ou que se cale frente às atrocidades praticadas contra mulheres em países “aliados” como a Arábia Saudita<sup>149</sup>? Ou que aceite sem maiores retaliações golpes antidemocráticos como o de Fujimori no Peru ? Ou ainda que condene o caráter totalitário do regime de Hussein quando este resolveu invadir uma nação, o Kuwait, que em 1962 havia suspenso a Constituição para evitar uma vitória eleitoral dos nacionalistas (Amin, 1991;125)? Como lembra ainda Amin, o massacre dos Curdos por Hussein, invocado pelos EUA como uma das razões para o ataque, não causa nenhum espanto quando é feito pelos turcos. O mais espantoso entretanto foi verificar pela imprensa internacional as ações levadas a cabo pela diplomacia norte-americana para incitar Hussein a invadir o Kuwait, após os EUA terem apoiado esse país por mais de duas décadas, inclusive enviando armamentos durante a guerra contra o Irã.

Não se pode dizer, portanto, que as razões para a Guerra tenham se dado, como chega a propor Huntington, no âmbito de um “choque de civilizações” (Huntington, 1994a;127). Se a justificativa para a guerra fosse de fato a “defesa dos valores ocidentais”, o mundo estaria tomado pela guerra, tal o grau de desrespeito a esses valores, dentro até do próprio ocidente. Pode-se dizer que os motivos da ação armada talvez estivessem mais ligados ao domínio sobre a produção de petróleo<sup>150</sup>, e especialmente à preocupação dos EUA e do Norte em geral com a caminhada rumo a um superarmamento por parte de Hussein, que teria se iniciado justamente com o intenso apoio do Ocidente durante as décadas de 70 e 80, mais especificamente durante a longa guerra contra o Irã. Para Amin, que como egípcio certamente tem uma visão bastante apurada das origens verdadeiras do conflito,

*“A guerra Irã-Iraque tinha levado o Ocidente a fornecer a Saddam Hussein um armamento que colocava em questão a superioridade absoluta de Israel na região. O trabalho de destruição do Iraque deveria ser iniciado diretamente pelos exércitos ocidentais. A invasão do Kuwait, que havia sido precedida de múltiplas provocações, só serviu de pretexto. Sabe-se agora que essa invasão foi uma armadilha preparada por Washington, na qual Saddam Hussein, incentivado tacitamente pelo embaixador dos EUA em Bagdad, caiu. Invadindo o Kuwait, Saddam Hussein destruiu o equilíbrio que garantia a sobrevivência dos regimes do Golfo. Pois estes nunca foram populares no mundo Árabe, mas eram tolerados graças ao dinheiro que eles distribuíam. ... Eram além de tudo capazes de manter, ao menos na retórica, um discurso nacionalista vazio enquanto que, com a ajuda dos ocidentais, financiavam e financiam as correntes islâmicas fundamentalistas, contribuindo assim para o enfraquecimento da causa árabe e palestina” (Amin, 1991;126)*

Como vemos, havia muitas razões para, na Guerra do Golfo, o Norte não se ater à simples utilização das armas econômicas (que foram também utilizadas com o bloqueio econômico ao Iraque). Quando necessário, o *Ocidente* de Huntington, ou ainda a economia-mundo capitalista, é capaz de fazer uso da tradicional força militar para resguardar sua posição hegemônica dentro do sistema e fora dele.

#### GLOBALIZAÇÃO OU MUNDIALIZAÇÃO ?

O título deste trabalho usa o termo mundialização. Entretanto, utilizamos até agora apenas o termo globalização. Porque, então, uma palavra diferente para o título ? A primeira explicação poderia ser simplesmente de ordem semântica. O termo globalização, hoje tão popular, certamente se deve mais à influência da língua inglesa sobre os profissionais do mundo econômico-financeiro brasileiro do que ao termo da língua portuguesa *global*, pouco utilizado como sinônimo de *mundial*, e mais comumente usado para identificar atores do maior canal televisivo do país. Há mais uma razão, porém, para a adoção do termo mundialização. Alguns autores, como Martins (1996) utilizam o termo para definir um suposto modelo econômico mundial

<sup>147</sup> Antoine Sanguinetti; *Le Monde Diplomatique*; “Ombre nucléaire sur le Pacifique: Ruptures dans la doctrine française de dissuasion”; Pag. 3, Setembro 1995

<sup>148</sup> Fukuyama, por exemplo, diz: “É claro que as democracias liberais podem lutar contra Estados que não são democracias liberais, como (...) recentemente na Guerra do Golfo” (Fukuyama, 1992;319)


<sup>149</sup> Sobre a situação das mulheres árabes, especificamente na Arábia Saudita, ler o relato de Jean P. Sasson; *“Princesa: a história das mulheres árabes por trás de seus negros véus”*, Editora Best-Seller; São Paulo, 1992.

<sup>150</sup> Segundo o *Groupe de Lisbonne*, o mercado econômico automotivo, que conta com cerca de 400 milhões de carros espalhados pelo planeta, movimenta um volume de 3,6 bilhões de barris de petróleo por ano, o que dá uma idéia da importância as vezes relativizada do controle sobre a sua produção por parte dos mercados consumidores (1995;39)

submetido a regras claras que permitissem sua justa expansão, em oposição à desregulação e aparente anarquia financeira da globalização. Não é esta, ainda, a definição que daremos ao termo. Vejamos, então, a definição que propomos.

Vimos que a globalização é essencialmente um processo de transformação da economia mundial. Dissemos também que esse processo está, ao nosso ver, associado à preconização feita pelos países hegemônicos do Norte, da adoção por parte do Sul de um modelo econômico liberalizante. Por outro lado, argumentamos que esse processo se dá dentro da disputa pela manutenção da hegemonia do poder, já que hoje o instrumento político dessa disputa é o econômico, e que o poder dos países do Norte se perpetuará uma vez que estes consigam manter o que chamamos de “equilíbrio da desigualdade”. A globalização liberal, então, é apenas uma parte desse processo maior, a parte que diz respeito às transformações nas comunicações, no processo produtivo e na mobilidade financeira, que deram um novo rumo às transações econômicas mundiais e permitiram que a economia se tornasse um instrumento real de poder.

Mas, como dissemos, acreditamos que exista, mais além da globalização econômica, um processo maior. Esse processo engloba não só as transformações e a dinamização da economia (a globalização), mas todo o movimento para o fortalecimento político de uma ideologia de poder de caráter econômico e liberal, que fortaleça as posições hegemônicas alcançadas pelos principais países do Norte. Enquanto estes disputam entre si, por intermédio de batalhas comerciais, a hegemonia do poder, garantem mediante um bem montado modelo a expansão da economia-mundo capitalista nos seus moldes polarizantes e excludentes. Esse modelo se utiliza do poder de difusão dos *think tanks*, da força das comunicações de massa e da cultura do consumo, da “compradorização” do Sul, da implantação do modelo do “pensamento único”, da instrumentalização da economia como ferramenta de políticas de influência, e em última instância, do poder das armas, para garantir sua consolidação, dentro da economia-mundo capitalista. Esse conjunto de fatores, que vai desde a globalização liberal até a utilização do receituário econômico liberal como instrumento de poder político, é que chamaremos neste trabalho, de mundialização. Além de ser, é claro, um termo mais brasileiro. A mundialização é aqui entendida portanto como um fenômeno complexo, que engloba inúmeras variáveis. Um dos campos em que esse processo é hoje das mais visíveis é sem dúvida o da preservação do meio ambiente, já que tal tema está diretamente ligado à apropriação dos recursos naturais do planeta, que são também uma forma de riqueza. Pelo modelo da mundialização, tal apropriação só poderá ser desigual.



## CAPÍTULO 6

### MEIO AMBIENTE E BIOTECNOLOGIA

#### UM PROBLEMA GLOBAL

A questão do meio ambiente talvez seja a que mais claramente exemplifica, hoje, a mundialização enquanto um processo complexo que exacerba o poder do Norte sobre o Sul. Entretanto, poucos autores consideram a questão ambiental como um dos palcos dessa polarização. Porém um observador atento dos noticiários perceberá que essa questão, a saber, o processo contínuo de destruição pelos seres humanos dos recursos naturais do planeta ao longo da história, é um tema recorrente do novo ideário da mundialização. Seria assim um erro não enxergar que por trás da questão ambiental há uma importante discussão política que não só é ilustrativa das relações internacionais no eixo Norte-Sul como pode ser determinante nas tomadas de decisões políticas que em muito interferem nessas relações.

A questão ambiental é parte do processo de mundialização pelas suas próprias características transnacionais. Seria aceitável perguntar-se porque processos destrutivos do meio-ambiente num remoto país subdesenvolvido podem preocupar os habitantes de um país industrializado, a milhares de quilômetros de lá. Eis aí a primeira característica “global” de tal fenômeno. De fato, a atmosfera, os ventos e as correntes nunca tiveram fronteiras. E as observações feitas por ambientalistas nos últimos vinte anos provaram que a poluição do ar num determinado lugar pode acarretar chuvas ácidas em outro continente, devido à ação dos ventos. Isso deu embasamento à idéia de que o que se faz, por exemplo, na África Central, tem consequência direta sobre a qualidade do ar no norte da Europa. Da mesma forma que nos acostumamos a ouvir que a queima da Amazônia trará consequências negativas para todo o planeta por ser ela considerada o “pulmão do mundo”. Isto sem falar na indiscriminada emissão de gases, que mesmo ocorrendo nos mais diversos países, tem como resultado a propalada destruição da camada de ozônio da atmosfera, que afetará (se seu efeito no aquecimento da Terra for de fato provado) não só habitantes de um ou outro país, mas da Terra como um todo.

Isso justifica o porquê de amplas camadas da sociedade, no mundo todo, estarem seriamente preocupadas com a maneira como o ser humano está aniquilando a passos largos a natureza terrestre. Há inúmeros exemplos disponíveis sobre o grau da destruição em curso, e a citação de apenas alguns já é assustadora. As organizações não-governamentais atuantes nessa área dispõem de um vasto elenco de casos, todos eles comprovadores do fato de que a civilização industrial, e a sociedade de consumo, são causadoras diretas da destruição da terra. Pode-se saber, ao consultar por exemplo dados publicados pelo *The Earth Works Groups* (1989), que os americanos consomem por ano 18 bilhões de fraldas descartáveis, sendo que sua produção mundial provoca a derrubada de mais de 1 bilhão de árvores por ano. Cada fralda, uma vez usada, levará 500 anos para se decompor e será adicionada ao lixo comum, levando milhões de toneladas de fezes e cloro, que contaminam as águas do subsolo. A cada ano, consomem-se na Grã-Bretanha 310 milhões de caixas de lenços de papel (não recicláveis). Segundo a entidade, se cada habitante do planeta consumisse uma caixa de lenços de papel por mês, todas as árvores do planeta estariam destruídas. Milhões de toneladas de lixo tóxico são diariamente jogadas pelos ralos, já que poucos consumidores avaliam a real nocividade de tintas, solventes, ceras, lustra-móveis e tantos outros bens de consumo típicos do nosso dia-a-dia. Detergentes, xampus, papel, pneus, gasolina, geladeiras, sacolas plásticas, pilhas, naftalina, caixas de isopor, quase não há hoje produtos industriais que não causem danos sérios ao meio ambiente, quando da sua produção ou do seu descarte. A moderna sociedade de consumo é comprovadamente responsável pela destruição quase irreversível do nosso planeta. Tal situação, aparentemente assustadora, é a responsável pelo surgimento de inúmeras ONGs voltadas para a questão do meio ambiente, representando uma quantidade cada vez maior de pessoas legitimamente preocupadas com a saúde de seu planeta.

Assim, grande número de grupos organizados e militantes do meio-ambiente acreditam que a ação individual levada à escala planetária, ou seja a mudança nos hábitos de cada um pode vir a salvar a Terra. Essa tese, e os movimentos de conscientização conseqüentes, alimentam entretanto uma confusão: num mundo no qual se espalhou a versão de um modelo econômico único, tende-se a aceitar o fato de que os danos à Terra causados pela sociedade de consumo são de responsabilidade geral. Pois tanto faz se falamos de um americano ou de um brasileiro se ambos consomem, por exemplo, fraldas descartáveis. Ou seja, na era dos “produtos mundiais”, parece correto pensar que qualquer cidadão do mundo é consumidor, e por isso tem sua parte de responsabilidade. Mais do que isso, diante da propagação, pela mídia, de informações concernentes a atos destrutivos por parte dos países subdesenvolvidos, é de ampla aceitação a afirmação de que os principais responsáveis pela destruição são os países do sul.

Essa lógica entretanto é enganosa. Pois se é verdade que todas as sociedades industriais, do Norte ou do Sul, têm sua parte de responsabilidade pela destruição da terra, tal parte varia e muito uma vez que os níveis de consumo são extraordinariamente desiguais de umas para as outras. E se hoje os países mais avançados dispõem de recursos para praticamente eliminar suas indústrias poluentes, isso em nada fez com que eles poluissem menos, muito pelo contrário. Além disso, justamente em função do processo da globalização econômica, grande parte das indústrias poluentes instaladas no mundo subdesenvolvido são empresas multinacionais com sede nos países industrializados.

A questão da responsabilidade pela preservação do meio-ambiente deve ser portanto analisada com cuidado, assim como a tendência da opinião pública rendida ao “pensamento único”, em culpar os países subdesenvolvidos pelo desequilíbrio ecológico. Trata-se de um assunto central do processo de mundialização, diretamente ligado às relações Norte-Sul, um tema portanto político, comumente utilizado como argumento de comprovação do “pensamento único”, e que engloba conceitos típicos do ideário da mundialização, como a “transferência de tecnologia” e o “desenvolvimento sustentado”.



Um dos poucos autores a trabalhar a dimensão política da questão ambiental é Paul Kennedy (1993). Esse autor baseia toda sua argumentação para a análise do mundo atual na constatação de que a conjunção de três fatores pode ser considerada o elemento principal nas previsões sobre o futuro. Esses fatores são: o acelerado aumento populacional, em níveis nunca antes vistos; a destruição do meio ambiente; e as conseqüências de uma revolução tecnológica na agricultura, a biotecnologia, que associada ao aumento populacional agravarão de maneira irreversível as taxas de desemprego globais. Para o autor, esse é o coquetel a ser ultrapassado rumo ao século XXI. Kennedy, entretanto, deixa claro a quem cabe, segundo ele, a responsabilidade por esse processo:

*"Na última década, aproximadamente, surgiu uma segunda resposta prática para a pergunta: 'Por que devem as sociedades ricas preocupar-se com o destino de povos pobres e distantes?' Segundo ela é porque as atividades econômicas do mundo em desenvolvimento ... estão contribuindo para os danos ao ecossistema do mundo. Como a fina película de vida na Terra é contínua e interligada, os danos causados à atmosfera pela atividade nos trópicos poderiam ter efeitos sérios não apenas localmente, mas em toda parte". (Kennedy; 1993,112)*

Fica clara na visão de Kennedy a origem da agressão ao meio ambiente: as economias subdesenvolvidas. Mais clara ainda é a sua conclusão, algumas linhas depois:

*"A questão ambiental, como a ameaça de migração em massa, significa que - talvez pela primeira vez - o que o Sul faz pode prejudicar o Norte" (Kennedy; 1993,112)*

### **A destruição promovida pela industrialização européia e a situação atual**

Uma das questões centrais da problemática ambiental, ao aceitar a premissa de Kennedy, é a seguinte: não seria injusto impor um freio ao crescimento de países do Sul que no fundo apenas buscam "atingir" um nível compatível com o que outros já atingiram, sem que na época ninguém os questionasse por isso? Kennedy considera que sim, é injusto. Mas que *"a crise ambiental que hoje enfrentamos é quantitativa e qualitativamente diferente de qualquer coisa acontecida antes, simplesmente porque tantas pessoas vêm causando danos ao ecossistema mundial neste século que esse sistema como um todo - e não apenas suas várias partes - corre perigo" (Kennedy;1990, 112)*.

Pode-se, é verdade, argumentar que os países industrializados sofreram, sim, pressões, e foi aliás graças a elas que eles acabaram obrigados a investir milhões de dólares para reverter o quadro e estruturar uma chamada "indústria verde". Isso de fato aconteceu. Mas as empresas multinacionais do Norte cederam às pressões e adequaram-se às novas leis só após terem concluído sua industrialização e após terem concluído seu processo imperialista de expansão. Por ironia de um destino que às vezes se assemelha mais à um círculo sem saída, os países do Sul sofrem hoje as pressões da mundialização por parte de países industrializados que na verdade pouco conseguiram fazer para evitar a destruição maciça do meio ambiente provocada pela sua industrialização.

Do princípio da era moderna em diante, a Europa foi quase que totalmente desmatada para a expansão da agricultura e a produção de carvão combustível. Tal processo aconteceu posteriormente nos EUA, onde a poluição atmosférica era tão alta que em 1963 três dias de *smog* sobre Nova York provocaram a morte de 400 pessoas (Stotz e Valla, 1992), num desastre semelhante ao ocorrido em Londres, em 1952, quando 4000 habitantes morreram por causa de problemas respiratórios (Kennedy, 1993;119). Em 1966, o rio Cuyahoga, que atravessava Detroit, nos EUA, simplesmente incendiou-se devido às enormes quantidades de óleo nele depositadas. Kennedy coloca claramente que a grande diferença entre aquela época e hoje é que a dimensão "quantitativa e qualitativa" do problema alterou-se substancialmente, em decorrência do acelerado processo de crescimento ocorrido no mundo neste século. Para o autor, os problemas ambientais de 50 anos atrás "pareciam ser locais", e podia-se escapar deles e encontrar ar puro apenas andando alguns quilômetros até o campo. Ou, para os mais ricos, "se fossem realmente aventureiros, podiam "explorar" a África, o interior da Ásia, a selva brasileira (...) e observar enormes regiões praticamente intocadas pela atividade humana" (Kennedy; 1990,113). Mas o enorme crescimento populacional no mundo, associado ao desenvolvimento contínuo da industrialização fizeram com que o ser-humano aos poucos atingisse esses "paraísos" intocados. Esse processo não cessou, o que fez Kennedy afirmar:

*"Ao entrarmos na década de 1990, essas tendências intensificaram-se, a população mundial mais do que dobrou desde a década de 1950, e a atividade econômica mundial mais do que quadruplicou. O crescimento da população nos países em desenvolvimento corroeu as matas, os pântanos e amplas regiões de pastagens, à medida que um número cada vez maior de pessoas exploram os recursos naturais que as cercam" (Kennedy; 1990, 114)*

Vê-se nesta afirmação que se associa a destruição do planeta não só à industrialização como também à explosão demográfica que o mundo vive desde a segunda metade deste século. Kennedy inclusive baseia grande parte de seu raciocínio na projeção para os dias de hoje das análises malthusianas, que colocavam a capacidade de assimilação do crescimento populacional pela tecnologia como pressuposto para a sobrevivência da espécie. É inegável que hoje o grande desafio associado à questão ambiental é a capacidade do homem de tornar a Terra apta a absorver uma população que em meados do próximo século pode chegar a 8 bilhões de pessoas. Entretanto, a ênfase dada por Kennedy à responsabilidade dos países subdesenvolvidos é incorreta se nos detivermos na análise dos números atuais de crescimento populacional. A população do Sul, ao contrário do previsto por Kennedy, vem diminuindo seu ritmo de crescimento, relativizando a gravidade da questão da superpopulação do planeta. Por exemplo no Brasil, a taxa de crescimento segundo o IBGE em 1996, de 1,38%, foi a menor da história.

Além da questão populacional, entretanto, a responsabilidade outorgada ao Sul pela crise ambiental é consequente da situação econômica dessa região, justamente em virtude da polarização da economia-mundo capitalista, que a impede de aplicar suas riquezas em políticas de preservação ambiental. Em contrapartida, a Alemanha destina hoje 6% de seu PNB para a preservação ambiental, a França reserva 1%, a Inglaterra 1,2% e assim por diante (Campos,1996). Os países

subdesenvolvidos por sua vez não dispõem de recursos financeiros para estruturar uma industrialização “verde” nos moldes do Norte. Assim mesmo, os investimentos feitos pelos países do Norte em nada cessaram a destruição ambiental, mas justamente transferiram esse processo para o Sul.

### **Os “dois” processos de industrialização**

O principal problema na argumentação de Kennedy sobre a “responsabilidade” do Sul nos danos ambientais está na lógica de que o processo de industrialização, uma vez que se iniciou na Europa em meados do século XIX, deveria ter alguma razão para, repentinamente, cessar a partir do momento em que apenas certos países tivessem atingido determinado grau de industrialização. Em outras palavras, esse raciocínio parte do incrível pressuposto de que a industrialização no mundo deve ser entendida não como um processo único de desenvolvimento da humanidade, mas como dois acontecimentos diferentes. Um primeiro ocorrido quando da industrialização dos países do Norte, e um segundo, que ocorre agora, no Sul. Baseados em tal pressuposto, é extremamente simples para a maioria dos teóricos primeiromundistas desconsiderar os danos ambientais causados há cinquenta anos pelo crescimento industrial e populacional dos países hoje industrializados para concentrar-se naqueles provocados agora pelo desenvolvimento do Sul. Quando Kennedy se preocupa com florestas tropicais que estão sendo destruídas no Hemisfério Sul, lembra que “só o Panamá tem mais espécies de plantas do que toda a Europa” (Kennedy; 1990,116). De que Europa estaria ele falando? Dquela de antes ou daquela de depois da sua industrialização?

Esse raciocínio a respeito do meio ambiente é questionável uma vez que desmembra o desenvolvimento da humanidade entre o Norte e o Sul. E logicamente faz a mesma divisão quando se trata de buscar soluções para o problema ambiental. Mas antes de entrar nessa discussão, cabe ainda aprofundar uma questão. Seria lógico supor que a visão de que o Sul é o grande responsável pela destruição do planeta só pode estar baseada em alguma constatação de que, qunatitativamente, o Sul destroi mais o meio ambiente do que o Norte. Entretanto, sequer essa afirmação é verdadeira.

## Quem destrói o meio ambiente ?

“Salve a Amazônia: mate um brasileiro”. Este adesivo, visto em carros circulando nas ruas de Londres, mostra em tom jocoso até que ponto um argumento - o da “destruição da Amazônia pelos brasileiros” - maciçamente repetido pela grande mídia, pode levar a certo consenso da opinião pública. Estudemos então o caso da Amazônia com mais atenção.

No início do século, como lembra Edmar Morel (1989), as empresas ali instaladas, responsáveis pelo desenvolvimento incipiente da região, chamavam-se Amazon River Stream Navigation, Amazon Engine Ering Co., Bank of London & South American, Pará Electric Co., entre outras, e eram todas britânicas. Desde então, a exploração dessa floresta, que abriga cerca de 30 milhões de espécies vivas animais ou vegetais, vem sendo dominada por empresas multinacionais. A exemplo do ocorrido nas florestas do Congo e do sudeste asiático, desapareceram na Amazônia só na última década cerca de dois milhões de hectares de árvores por ano - o equivalente à metade da Holanda (Oliveira;1989). As atividades mais comuns na Amazônia são o desmatamento destinado à criação de pastagens ou a extração de madeiras nobres, a mineração de ouro, diamante, ferro, magnésio, cassiterita, titânio, nióbio, entre outros minerais, a produção de borracha (hoje relativamente modesta tendo em vista a concorrência asiática) e o contrabando de animais silvestres.

Em relação à pecuária, o governo militar adotou, nos anos setenta, na tentativa de transformar o Brasil no “celeiro do mundo”, uma política de exploração da floresta, oferecendo isenções fiscais e financiamentos a taxas mínimas para quem se dispusesse a colocar rebanhos na região. Grandes quantidades de terras foram assim oferecidas ao setor privado, num momento em que seus interesses e os do governo tinham uma identidade pouco disfarçada. E quais foram as grandes empresas privadas que rapidamente se aproveitaram de tamanha oportunidade?

Segundo os levantamentos de Morel e Oliveira, o grupo alemão Volkswagen apoderou-se de 140.000 hectares de terra, os americanos Swift King e Bethel Steel de 163.000 ha, e 200.000 ha, respectivamente, o italiano Liquiform Suia Missu de 670.000 ha, o inglês Union International de 664.000 ha, entre tantas outras empresas estrangeiras que muitas vezes se valeram de associações com grupos nacionais, como entre o grupo americano Rockefeller e o banco brasileiro Atlântica-Boavista. Isso sem falar no célebre alemão Daniel Ludwig, que criou para seu projeto Jari uma verdadeira república dentro de nossas fronteiras de 3,6 milhões de hectares, área maior do que a Bélgica (Morel, 1989; Oliveira,1989). A partir daí iniciou-se, com o consentimento governamental, um processo destrutivo que atingiu não só a floresta como a composição do tecido social da região. Nos anos setenta, imagens de satélite mostraram nas terras das multinacionais incêndios propositais que chegaram a destruir mais de 2000 hectares de floresta por dia (Oliveira;1989 e INPE; 1992). Nas terras de Ludwig, as acusações de exploração da mão-de-obra, de constituição de grupos armados e outras ilegalidades levou à formação de uma Comissão de Inquérito no Congresso Nacional. E empresas como Volkswagen, Bradesco e Atlântica-Boavista utilizaram o trabalho escravo de imigrantes atraídos para a região pelas chamadas “fronteiras agrícolas”, impondo um modelo de exploração do trabalho que é vigente até hoje na região (Rezende, 1993).

Quanto às outras duas atividades mais destrutivas além da pecuária, a saber a exploração de madeira e a mineração, a participação estrangeira na destruição da floresta também é significativa. O maior importador mundial de madeira atualmente é o Japão, cujas indústrias madeireiras se organizaram em torno da ITTO - *International Tropical Timber Organisation* (Valverde, 1990). Dentre as principais indústrias que exploram a madeira amazônica, encontram-se as japonesas Eidal Co. Ltd, fabricante de compensados, e Toyo Menka, além das americanas Georgia Pacific, Universe Tankships Inc., Atlantic Veneer, da alemã Hans & Joannes Oesterle, da holandesa BruynzeelNV, da dinamarquesa Det Ostasiastike, entre outras<sup>151</sup>(Oliveira, 1989). Como vemos, uma grande variedade de países. A demanda por madeira por parte do Japão é tão importante que, segundo Orlando Valverde, a ITTO chegou a propor ao governo do Acre a construção, com seus próprios meios financeiros e tecnológicos, de uma rodovia ligando aquele estado ao Pacífico, a fim de facilitar o escoamento da produção, sem que tenham sido cogitados os danos que isso faria à floresta. Num artigo recente, a Folha de S.Paulo<sup>152</sup> denunciou que empresas da Malásia (Samling Strategic Corporation e WTC) e da China (Tianjin Fortune Timber) investiram US\$ 500 milhões na aquisição de madeiras da região. Junto com a empresa alemã Gethal, a WTC se tornará em breve a líder do mercado na Amazônia. Segundo o jornal, o IBAMA já encontrou madeira de origem ilegal numa dessas empresas e observou que as importações de tratores feitas por elas por é quantitativamente superior ao necessário para a exploração do plano de manejo autorizado.

Apesar desses dados, o discurso da mundialização continua tratando a devastação da floresta como um assunto de responsabilidade única do Brasil. Isso em nada isenta a responsabilidade das empresas nacionais que também contribuem em muito para a destruição. Mas não deixam de ser surpreendentes afirmações como a de Kennedy, que mostram um certo desconhecimento de causa:

*“Mais uma vez, como impedir que as florestas tropicais do mundo sejam atacadas, não apenas pelos camponeses madeireiros, mas também pelas empresas locais de grande escala que querem derrubar as matas para fazer pastos ou para plantar?” (Kennedy, 1990;115, grifo meu)*

Como vemos, as florestas são atacadas pelos “camponeses” e pelas “empresas locais”. Não há menção, por exemplo, aos japoneses, aos malásios, aos alemães ...

<sup>151</sup> O levantamento das empresas estrangeiras que atuam na Amazônia Legal é extremamente penoso. O Governo Brasileiro não dispõe de muitos dados (ou não os comunica), e levantamentos feitos junto à ONGs, à mídia ou à Internet forneceram alguns dados, mas em pequeno número. Neste sentido deve-se valorizar os extensos levantamentos realizados por Orlando Valverde (1990), Edmar Morel (1989) e Ariovaldo de Oliveira (1989), utilizados nesta pesquisa.

<sup>152</sup> *Folha de S.Paulo*, “Asiáticos buscam domínio da Amazônia”, 16/09/96; pg.1-8

As atividades de mineração na Amazônia sempre dependeram de um bom levantamento do solo. Se o Brasil só pôde dispor de tais levantamentos a partir da década de 70, primeiramente com o projeto RADAM e depois com seu próprio satélite e o monitoramento do INPE, sabe-se que já na década de 60 a Força Aérea norte-americana realizou levantamentos precisos da floresta, com a autorização do governo brasileiro. Tais mapas, aliás inacessíveis aos brasileiros, permitiram que empresas como as americanas Alcoa, United States Steel, Union Carbide, as canadenses Alcan e Brascan, as britânicas Standard Oil e British Petroleum, a italiana Agip, as holandesas Shell, Billiton S.V. e Patiño iniciassem a exploração de petróleo e minérios na floresta (Morel, 1989 e Oliveira, 1989). Grandes grupos nacionais como Votorantim, Parapanema e Andrade Gutierrez seguiram posteriormente o mesmo caminho, e multiplicaram-se nos anos seguintes denúncias de procedimentos ilegais de exploração, de transferência ilegal de títulos de propriedade de minas da União, e é claro de danos irreparáveis ao meio ambiente.

Tais exemplos deixam claro o grau de ingerência estrangeira na exploração da Amazônia. É verdade que essa ingerência só é possível porque há governos que a permitem, o que se insere na lógica da “compradorização” do Sul. Mas o que nos interessa por ora é mostrar que o argumento levantado acima, de que o ecossistema mundial se vê hoje ameaçado pela industrialização dos países subdesenvolvidos, é extremamente relativo pois grande parte das atividades agressivas exercidas nesses países são de responsabilidade de empresas multinacionais com sede nos países desenvolvidos. Mas se formos à Londres, veremos nos carros o adesivo: “Salve a Amazônia, mate um brasileiro”.

#### O “EQUILÍBRIO DA DESIGUALDADE” APLICADO À QUESTÃO AMBIENTAL

Vimos até aqui que a devastação dos recursos naturais da Terra é hoje extremamente preocupante pois, como destacou Kennedy, pela primeira vez o ritmo de devastação ameaça não uma ou outra região, mas o planeta como um todo. Levantamos o argumento que o enfoque dado à questão tende a considerar que o risco existe em virtude da industrialização dos países subdesenvolvidos, como se este fosse um processo que pudesse ser considerado em separado da industrialização do Norte. Vimos por fim que por mais que esse argumento seja aceitável, a responsabilidade dos países subdesenvolvidos é relativa uma vez que neles atuam predominantemente grupos multinacionais que provêm dos próprios países industrializados.

Se aprofundarmos um pouco os argumentos levantados até aqui, perceberemos rapidamente que o problema está no fato de que nosso frágil planeta parece não ter condições de absorver uma industrialização que beneficie a totalidade dos seus habitantes. Mas deve-se atentar para o fato de que essa industrialização só é vista como nociva ao meio ambiente por ela ser inerente, pelo menos no enfoque da economia-mundo capitalista, ao fenômeno do consumo. E é consensual hoje que a propensão ao consumo irrestrito, característico das modernas sociedades industriais, produz uma quantidade de lixo não reciclável que a natureza têm dificuldade em absorver. E sob esse enfoque, observa-se mais uma vez que a responsabilidade atribuída aos países do Sul é relativa.

Segundo o escritor uruguaio Eduardo Galeano (1993), um norte-americano consome em média por ano o equivalente ao que consomem cinqüenta haitianos. A quase totalidade da Costa Rica foi desmatada para saciar a demanda de carne dos americanos. Segundo a *Diet For a New America*, a redução em apenas 10% do consumo de carne nos EUA permitiria uma economia de grãos capaz de alimentar 60 milhões de pessoas (The Earth Works Group, 1989:88). Naquele país, três milhões de carros são abandonados por ano, e só em fertilizantes para seus gramados, seus cidadãos gastam cerca de 6 bilhões de dólares ao ano. No mundo todo, os 15% mais ricos consomem um terço dos fertilizantes produzidos. Enquanto os brasileiros consomem 70 gramas/ano de CFC (o gás destruidor da camada de ozônio) por habitante, nos países industrializados esse consumo é de mil gramas (The Earth Works Group, 1989). O sonho americano do carro próprio, símbolo máximo das sociedades capitalistas, levou os países industrializados a serem responsáveis hoje por cerca de 75% das emissões de gases poluentes, em especial de Dióxido de Carbono. Só os EUA emitem 21,9% do total mundial (Stotz e Valla, 1992)<sup>153</sup>. Em Tóquio chega-se a vender oxigênio nas lojas. Mas quando se fala em aquecimento da Terra, logo se pensa nas queimadas da Amazônia. A observação feita por Kennedy é, entretanto, reveladora:

*“O terceiro exemplo é a emissão desproporcional do Norte para as emissões de gases de estufa.(...) De acordo com o Serviço de Proteção Ambiental dos EUA,(...) as emissões teriam de ser reduzidas em 50 a 80%. (...) Sem isso, são poucas as perspectivas de se evitar o aquecimento global, não importa o que aconteça no Brasil ou na China”. (Kennedy, 1990;137, grifo meu)*

Os seis por cento mais ricos da humanidade consomem um terço da energia e dos recursos naturais do planeta. Isso leva à terrível conclusão de que se toda a população do mundo pudesse consumir e produzir lixo nas mesmas proporções que os habitantes do Norte, as conseqüências seriam imprevisíveis. Fica no ar a pergunta óbvia: mas os habitantes do Sul não teriam o direito de querer consumir como os americanos ou os europeus ?

Nosso planeta, não há dúvida, vive então num instável equilíbrio, que se resume da seguinte forma. Os países industrializados alcançaram, já no início da década de sessenta, um alto grau de desenvolvimento, que acarretou certa destruição dos recursos naturais e do meio ambiente. Apesar das custosas políticas “verdes” postas em prática para sanar tal problema, suas sociedades de consumo são hoje responsáveis, seja diretamente seja indiretamente por meio de suas indústrias transnacionais presentes no Terceiro Mundo, pela maior parte da destruição ambiental. Os países do Hemisfério Sul, por sua vez, começam somente agora a atingir um grau de desenvolvimento compatível com o do Norte há trinta anos atrás, igualmente nocivo ao meio ambiente. Entretanto, chega-se à conclusão de que se estes continuarem no mesmo passo que levou o Norte à seus atuais níveis de vida, a Terra, fisicamente falando, arrisca não resistir.

<sup>153</sup> Dados mais recentes, publicados pela *Folha de S.Paulo* em 30/11/97, sobre dados do Centro de Análise de Informações de Dióxido de Carbono, EUA e Canada emitem atualmente 28% do total das emissões, o que corresponde a 1,509 bilhão de toneladas de dióxido de carbono por ano (sendo 1,387 bilhão só nos EUA).

Ou seja, reproduz-se no âmbito ecológico o “equilíbrio da desigualdade”. O planeta depende hoje da estabilidade de um sistema mundial no qual poucos têm muito e muitos que não têm nada - ou quase nada - não podem querer ter mais. E neste ponto chegamos a um aspecto fundamental da questão do meio ambiente: a problemática do meio ambiente está intimamente ligada à questão da política de poder, já que é determinante do modelo polarizador da mundialização. Conscientemente ou não, os países do Norte, hegemônicos no mundo moderno, acabam pautando grande parte de suas políticas de poder, sejam elas no âmbito econômico ou não, na perspectiva de manutenção do necessário “equilíbrio da desigualdade”. Kennedy resume essa questão da seguinte maneira:

*“Tudo isso nos leva de volta, mais uma vez, para a política, a cultura e as relações norte-sul. O aquecimento global (e, poderíamos acrescentar, a problemática ambiental) envolve questões relacionadas com a criação e distribuição da riqueza, da satisfação imediata contraposta ao ganho a longo prazo(...), e nos obriga a enfrentar o problema de um mundo dividido entre ricos e pobres”(Kennedy;1990,136).*

Assim sendo, por mais que se multipliquem as ações de ONGs e de grupos mais conscientes das sociedades desenvolvidas, parece difícil prever que políticas que efetivamente revertam esse equilíbrio serão postas em prática. Pois, assim como para o desenvolvimento incluyente, a quebra do equilíbrio da desigualdade em favor de uma apropriação e consumo mais igualitários dos recursos naturais se opõe à lógica polarizante da economia-mundo capitalista. Como vimos nos capítulos anteriores, o modelo liberal da mundialização é excludente, no sentido em que deixa de fora do sistema econômico parcelas cada vez maiores da população. Não obstante essa aparente impossibilidade de se esperar por soluções incluyentes, ou seja que envolvam a maioria excluída da população mundial, o noticiário não cansa de difundir a idéia de que há uma saída possível. Esta não é uma esperada mudança nos padrões mundiais de consumo, mas sim um processo de “ajuda” do Norte para com o Sul.

### **A impossível mudança nos padrões de consumo**

A busca de soluções para a questão ambiental parte de um impasse. Se por um lado é fato que a continuidade do processo de industrialização no âmbito mundial na sua forma e ritmo atuais pode trazer danos irreversíveis à natureza terrestre, por outro é extremamente difícil negar enfaticamente aos países de Sul o direito legítimo de pretender alcançar a modernidade do Norte. Kennedy dá um claro exemplo disso:

*“Quando em 1988, fotos de satélites mostraram a extensão das queimadas, ... os deputados norte-americanos apoiaram a idéia de pressionar o Brasil. ... Isso transformou a questão num problema da política Norte-Sul; autoridades brasileiras comentaram, irritadas, que os norte-americanos não tinham cessado de destruir as suas próprias florestas nos três últimos séculos, que o Brasil pretendia desenvolver sua economia temperada, e que, de qualquer modo, os cidadãos norte-americanos usam 15 vezes mais energia do que os brasileiros. Antes de pregar aos outros, os Estados Unidos deviam dar um exemplo melhor. De fato o Brasil parou de subvencionar a derrubada das florestas, mas tanto ele como seus vizinhos continuam pedindo uma negociação abrangente Norte-Sul sobre o problema”(Kennedy;1990,137).*

Vemos que na afirmação acima está evidente o dilema em questão: os países subdesenvolvidos sentem-se no justo direito de continuar sua modernização, sendo que isso, ao comprometer o equilíbrio da desigualdade, cria tensões óbvias nas relações Norte-Sul. Fica clara a impressão de que não se pode, moralmente, exigir que os países do Sul imitem os esforços dos países industrializados para conter a destruição do meio ambiente, já que isso implica num freio forçado ao processo de crescimento econômico e modernização.

Chegamos então à um ponto importante da discussão. Pois, se acreditarmos no raciocínio seguido até aqui, concluímos que a única saída seria a imposição de sacrifícios para todos os países, e lembra Kennedy, “tão justos quanto possível, levando-se em conta os diferentes padrões de receita”. Ocorre que aparentemente o pensamento dos países desenvolvidos não vai nesse sentido. Estes parecem de fato dispostos não a favorecer uma diminuição de seus padrões de consumo, logo, do seu bem estar social, mas sim a não permitir que os países do Sul alcancem níveis de desenvolvimento que ponham em risco o instável equilíbrio de que falamos.

E isto é na verdade bastante compreensível. Pois se um país industrializado criar políticas que permitam reequacionar seus níveis de consumo a um nível mais baixo, são mínimas as garantias que ele terá de que os outros o seguirão nessa decisão. Na ótica realista, segundo a qual a competitividade econômica e a riqueza que ela gera são essenciais na busca da hegemonia, isso poderia significar ficar para trás no jogo internacional do poder. A possibilidade de um país do Norte tomar esse risco é equivalente à de um país subdesenvolvido abrir mão do seu processo de crescimento.

### **A PRETENDIDA “SOLUÇÃO”: O “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” COM “TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA”**

Ocorre que os países desenvolvidos têm insistido na afirmação de que o desenvolvimento dos países do Sul em um padrão menos agressivo ao meio ambiente é, sim, possível. A milagrosa solução para a aparente incompatibilidade do binômio desenvolvimento/preservação chama-se “desenvolvimento sustentável”. Nada mais é, segundo os teóricos do assunto, do que um processo de desenvolvimento que considere como preceito básico a preservação do meio ambiente, a exemplo do que vêm fazendo a altos custos os países do Norte. E estes, dispostos a contribuir para essa nova possibilidade, propõem-se cada vez mais a financiar os países subdesenvolvidos no repasse de tecnologias consideradas “verdes”, no que se convencionou chamar de “transferência de tecnologia”. Uma possibilidade que Kennedy assim resume:

*“Os países em desenvolvimento têm de ser assistidos, através da transferência de técnicas modernas, na adição do caminho “não-carbônico” para a industrialização” (Kennedy;1990,135).*

Pois veremos a seguir que, a exemplo de outros termos do ideário da mundialização, trata-se de um grande embuste.

Sob o argumento da transferência de tecnologia, os países industrializados obtêm dois tipos de benefícios, que exemplificaremos no próximo parágrafo: o primeiro, direto, consiste em oferecer avanços tecnológicos que na verdade servirão mais ao doador que ao país beneficiado. O segundo está na possibilidade de transferir para países subdesenvolvidos tecnologias que para eles representam um avanço, mas que já são ultrapassadas nos países de origem. Essa transferência oferece a dupla vantagem de, por um lado, permitir que tecnologias em “fim de vida” ganhem um novo fôlego comercial, e, por outro, garantir que indústrias poluentes demais para as leis “verdes” do Norte, porém necessárias à produção, sejam instaladas no Sul.

Um exemplo do primeiro tipo de benefício está na implantação da telefonia celular com tecnologia já em desuso no exterior, ou na rodovia oferecida pelos japoneses ao Estado do Pará para facilitar o escoamento das madeiras da Amazônia, qualquer que seja o custo disso para a floresta. Em 1985, o governo brasileiro adotou uma política de subvenções para a produção na Amazônia de um milhão de toneladas por ano de carvão vegetal, destinado à exportação. Mesmo sabendo-se que essa produção já causou o desmatamento de 95% das florestas de Minas Gerais (Valverde, 1990), empresas multinacionais que já possuíam terras na Amazônia envolveram-se nessa produção, trazendo sua tecnologia. A pergunta é: para que esse carvão é exportado? Para que os países industrializados possam produzir sem poluir graças ao carvão vegetal, em conformidade com suas rígidas normas de controle ambiental.

O segundo tipo de benefício é obtido por exemplo na expansão para o Sul das indústrias automobilísticas do Norte. Ocorre que se o processo metalúrgico da produção de fato ocorre aqui, as peças não poluentes e de alta tecnologia, como computadores de bordo, continuam sendo fabricadas no Norte. O governador do Paraná anunciou em 1996, com orgulho, a decisão da francesa Renault de instalar naquele estado uma unidade de produção. A Toyota também decidiu instalar-se por aqui, assim como a fábrica de caminhões que a Volkswagen construirá em São Carlos. Num paulatino processo, transferem-se para o sul as indústrias mais poluentes, sob o disfarce conveniente da “transferência de tecnologia”. Este processo não é recente. Já em 1990, Viola e Leis escreviam:

*“A crise ambiental latino-americana tem se agravado nas duas últimas décadas, devido ao estabelecimento de usinas nucleares na Argentina, Brasil, México e Cuba, e ao deslocamento, para alguns países da América Latina, de indústrias altamente poluentes - que sofrem oposição nos países do Primeiro Mundo (química, petroquímica, etc.) - , e de indústrias intensivas em energia (alumínio, etc.)” (Viola e Leis, 1990; 164).*

Enfim, ao adotar um modelo econômico de abertura de mercado e de privatizações, no qual a concorrência estrangeira está pondo em risco a sobrevivência das indústrias nacionais, os governos latino-americanos também estão abrindo as portas para a entrada de novas tecnologias. Isso a primeira vista pode parecer uma boa forma de promover a transferência tecnológica. Entretanto, é muito discutível se a entrada dessas tecnologias se dá sob a ótica do desenvolvimento incluyente. A proliferação dos telefones celulares entre a elite econômica brasileira é, por exemplo, mais urgente do que a regularização do telefone comum para todos?

Talvez o exemplo mais gritante do verdadeiro desprezo com que o futuro do Sul é tratado pelos países industrializados esteja na recente decisão tomada pela Comunidade Européia de exportar para países subdesenvolvidos a carne sob suspeita de contaminação pela “vaca louca”, recusada para o consumo segundo as normas sanitárias de lá, como denunciou o jornal francês *Le Monde*.<sup>154</sup>

<sup>154</sup> “L’Union Européenne cherche un arrangement avec Londres au sujet de la “vache folle”; *Le Monde*, junho de 96

## O escândalo do amianto

A pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) da França, Annie Thebaud-Mony(1990) revelou a estarrecedora atitude de alguns grupos internacionais no que concerne a produção nos países subdesenvolvidos de produtos há tempos banidos dos mercados do Norte, devido à sua periculosidade para o meio ambiente e para a saúde humana. Entre vários casos, vamos nos deter no do amianto, estudado pela autora em um trabalho que se originou num seminário realizado na USP em julho de 1988, com o apoio da SBPC e do CNPq.

Desde 1964 são conhecidas as ligações entre certos tipos de câncer e a exposição ao amianto. Uma pesquisa americana mostrou então que 45% dos trabalhadores que respiraram poeira de amianto ao longo de suas vidas morreram de alguma doença associada à essa exposição, sendo a maior parte de câncer do pulmão (Thebaud-Mony;1990,129). A comercialização de produtos com amianto, assim como sua produção, foi banida ou rigidamente controlada desde então tanto na Europa como nos EUA. Não obstante esse fato, Thebaud-Mony ressalta:

*“em razão dos seus perigos, o cimento-amianto pode ser considerado como um material ultrapassado nos países industrializados, em compensação ele permanece um elemento indispensável ao desenvolvimento dos países do Terceiro-Mundo, na área da construção” (Thebaud-Mony;1990,125).*

As empresas que detêm o controle do mercado de cimento-amianto no Brasil são a Eternit S.A, pertencente aos grupos Anova-Holding AG, suíço, e Eteroutremer, belga, e a Brasilit, da Francesa St-Gobain-Pont-à-Mousson. A pesquisadora observou que, enquanto os produtos de cimento-amianto foram praticamente banidos dos mercados do Norte, os catálogos da Eternit falam desse “revestimento famoso no mundo inteiro”. Os dois aspectos mais importantes do produto não são nunca mencionados: a presença de amianto e o fato de este ser uma substância perigosa para a saúde. A pesquisadora ressalta que em 138 páginas, por ela consultadas, de material publicitário e técnico da empresa Brasilit, a palavra “amianto” só aparece uma vez ! (Thebaud-Mony;1990,131). Mais do que isso, mesmo conhecendo os efeitos do produto sobre a saúde, a Eternit lançou em 1983 uma nova massa para paredes, contendo amianto, chamada *Wall*, que já tinha sido proibida na Suécia, na Holanda e nos EUA desde os anos 70 (Thebaud-Mony; 1990,132). Todos conhecem a importância do produto no setor da construção brasileiro. Telhas, pias e caixas-d’água desse material espalham-se pelo país, são manuseados comumente por operários desequipados, que não conhecem o perigo de, por exemplo, serrar tais peças. Eis aí um triste exemplo de como se dá a receita encontrada pelos países do Norte para promover o “desenvolvimento sustentável”. A perversidade desse processo é evidente. Thebaud-Mony conclui:

*“O exemplo do amianto é típico dos problemas de transferência de tecnologia entre países capitalistas avançados e dependentes. Habitualmente os inconvenientes dessas tecnologias “avançadas” só são conhecidos uma vez sua instalação concluída, já que as firmas que delas se beneficiam têm todo interesse em ocultar tais inconvenientes para não comprometer suas vendas” (Thebaud-Mony, 1990;150).*

## A ECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: RESERVAS NATURAIS E BIOTECNOLOGIA

O que foi mencionado até aqui procurou mostrar de que forma a questão do meio ambiente se insere na discussão mais ampla deste trabalho, a saber a tentativa de entendimento do processo de mundialização. Como se viu, essa inserção se dá em diversos níveis: primeiramente pelo fato da destruição do meio ambiente ser um processo inerente à industrialização, e que por isso mesmo torna aparentemente incompatível a continuidade do padrão capitalista de desenvolvimento para o mundo todo com a capacidade do planeta suportar fisicamente esse “progresso”. Em segundo lugar isso criou um discurso supostamente “ambiental” que segrega o processo de desenvolvimento do Sul. Surgiu conseqüentemente uma nova tensão nas relações entre Norte e Sul, uma vez que os países do Terceiro Mundo sentem-se no justo direito de alcançar padrões de desenvolvimento compatíveis com os alcançados pelo Norte. Em terceiro lugar, verificou-se que essa situação na verdade baseia-se num diagnóstico truncado das responsabilidades sobre a destruição ambiental, culpando-se o Sul por um processo que na verdade parece ser de responsabilidade de todos. Enfim, esse diagnóstico esconde uma responsabilidade ainda maior dos países do Norte sobre o que se chama de “desenvolvimento sustentável” e “transferência de tecnologias”, argumentos vistos como “politicamente corretos” mas que, na verdade, mostram a incapacidade da economia-mundo capitalista em brejar os efeitos nocivos da sua expansão.

A questão ambiental é portanto um dos elementos críticos da chamada “mundialização”. Mas além dos aspectos já discutidos, vislumbra-se um confronto entre países que detêm a hegemonia do poder mundial, especialmente os EUA, pelo controle geoestratégico de um novo instrumento de poder: a biotecnologia. É nessa questão, como veremos a seguir, que o problema ambiental torna-se de fato um problema de poder.

Entende-se por biotecnologia, segundo informe do Congresso norte-americano, citado por Kennedy, “qualquer técnica que use de organismos ou processos vivos para fazer ou modificar produtos, melhorar plantas ou animais, ou para desenvolver microorganismos para usos específicos”(Kennedy, 1990;81). A biotecnologia pode ter várias aplicações, mas sem dúvida as mais importantes são a médica, a agrícola e a militar. A aplicação médica diz respeito à produção de novos medicamentos baseados em organismos vivos ainda não conhecidos; a agrícola ao desenvolvimento de técnicas agrícolas que incluem a manipulação genética para melhorar a produtividade; e a militar à descoberta de novos organismos que possam levar a novas armas, inclusive bacteriológicas. A biotecnologia agrícola, sobre a qual não nos estenderemos, insere-se na discussão que tivemos até aqui sobre as relações Norte-Sul e o meio ambiente. Kennedy ressalta que

*“a aceitação generalizada da agricultura biotécnica,(...) poderia exacerbar as relações Norte-Sul. Se as técnicas inovadoras melhorassem a produção agrícola dos países em desenvolvimento, que então procurariam aumentar as exportações de alimentos para os consumidores das democracias industriais, os agricultores do mundo*

*desenvolvido se sentiriam ainda mais ameaçados do que hoje.(...) Temos novamente à vista o padrão dos ganhadores e perdedores” (Kennedy;1990, 89).*

Porém o que nos interessa aqui é mais o que pode ser chamado de “biotecnologia médica e militar”. Se voltarmos à definição de biotecnologia, veremos que se trata de “qualquer técnica que use de organismos ou processos vivos para fazer ou modificar produtos...”. Ora, qual é atualmente a maior reserva de espécies vivas desconhecidas - e portanto potencialmente aptas a gerar novas descobertas - do planeta ? As florestas tropicais, situadas, na sua quase totalidade, nos países do Terceiro Mundo.

Logo no início deste capítulo escrevemos que só a Amazônia abriga cerca de 30 milhões de espécies vivas, animais ou vegetais, o que se concencionou chamar de “reserva de biodiversidade”. A possibilidade de explorá-la torna-se portanto vital à medida que se confirma o fato de que a descoberta de novos organismos ou processos vivos pode no futuro gerar dinheiro e poder, com a descoberta de medicamentos desconhecidos e de elementos para novos armamentos. Esse interesse pelo controle da Amazônia e dos seus seres vivos gerou uma disputa que envolve a principal potência mundial, interessada em ter também neste campo a hegemonia que mantêm nas áreas econômica e militar. Uma disputa que veio ao conhecimento público em razão, por exemplo, do já citado caso SIVAM. Mas é no exemplo da Lei das Patentes que se visualiza com mais clareza esse processo.

### **A Lei das Patentes**

Um artigo da revista *Atenção*<sup>155</sup> revelou em 1996 que o Congresso Nacional aprovou naquele ano uma lei de patentes totalmente desfavorável ao país. Segundo essa lei, as descobertas biológicas feitas em território brasileiro poderão ser patenteadas diretamente no país autor da descoberta. O que isso significa?

A floresta amazônica concentra grande número de plantas com poderes medicinais ainda desconhecidos do mundo capitalista, porém há muito utilizadas pelas populações locais. As grandes empresas farmacêuticas internacionais, cujos interesses no Brasil são representados pela Interfarma- Empresas Associadas, já iniciaram pesquisas na região para elencar todas essas plantas. A vantagem desse processo é enorme. Enquanto a descoberta de uma nova molécula útil por síntese química leva tempo e custa muito, o isolamento de uma molécula a partir de um microorganismo do qual já se conhecem os efeitos é muito mais fácil e barato. Essa é a chamada “biotecnologia de terceira geração”.

A interpretação das patentes que sempre vigorou nos acordos internacionais considera, entre outros, dois aspectos fundamentais: o primeiro é que seres vivos não são invenção humana, mas estão na natureza, e portanto não podem ser patenteados, tornando-se propriedade de alguém. O segundo é a concessão, ao inventor, de direitos de produção em determinado território, da descoberta em questão. O governo brasileiro, entretanto, ignorou esses fatos, entre outros não menos importantes. Isso significa dizer que as empresas multinacionais, com seus recursos inesgotáveis, podem cobrir a Amazônia com pesquisadores, patentear suas descobertas, mesmo que sejam formas vivas. E podem então levar suas patentes ao país sede, não sendo obrigados a produzir localmente, o que geraria empregos e uma contrapartida aos descobridores locais. Estes também não poderão produzir sem pagar às multinacionais os devidos royalties. A revista *Atenção* descreve assim a situação:

*“O inventor (a empresa multinacional) registra a patente, recebe uma reserva de mercado e não precisa produzir nada aqui. Pode usar a patente apenas para impedir que outros o façam. Assim, o Brasil entrega seu mercado a empresas cujo único vínculo com o país será a contratação de um advogado para registrar um papel no cartório adequado”(Atenção, 2,4;14).*

Isso contrasta, a nível internacional, com a postura adotada pelos países industrializados em relação às patentes, ao longo da história. EUA, França e Grã Bretanha só deixaram de ignorar as convenções de Paris e Berna sobre proteção de patentes industriais, que o Brasil aliás sempre acatou, uma vez sua industrialização terminada. Até 1988, por exemplo, os EUA só reconheciam patentes de produtos manufaturados dentro do seu território. Se uma empresa estrangeira fizesse uma descoberta nos EUA, ela tinha de produzi-la naquele país, gerando empregos e desenvolvimento, para garantir sua patente. Um contraste gritante com o que foi preconizado pelos mesmo EUA para nossa lei de patentes.

### **A questionável postura “compradorizada” dos governos do Sul**

Vimos a que ponto a questão ambiental é inerente à política internacional de poder no que tange à biotecnologia, e se insere no contexto da mundialização no que diz respeito às relações Norte-Sul. Uma pergunta surge então: porque os governos de países subdesenvolvidos parecem ter sempre o mesmo comportamento de ditar políticas que beneficiam mais os países industrializados do que a si próprios ? A resposta se encontra na observação de que tal comportamento é característico da “compradorização” das elites do Sul. Como já foi mencionado, interessa às minorias dominantes dos países subdesenvolvidos, que se perpetuam no poder graças a um controle maciço da economia, dos meios de comunicação e dos processos eleitorais, implementar uma política que lhes garantirá o seu acesso - e somente o deles - ao primeiro mundo. Por isso, são facilmente “compradas” pelo preço do sonho primeiromundista.

Uma segunda resposta está no que podemos chamar de “chantagem do crescimento”. De fato, a instalação de uma nova fábrica num país subdesenvolvido significa a criação de empregos e a dinamização da economia local. Perante o atraso econômico em que se encontram, é compreensível que os governos desses países recebam de braços abertos a notícia da

<sup>155</sup> *Atenção*, ano2, nº4, ed. Página Aberta, São Paulo,1996



vinda de uma grande multinacional, sem se preocupar em verificar os custos reais de cada emprego que será criado e os danos ambientais que isso poderá causar anos depois. Ficam frente ao duro dilema entre “crescer poluindo ou não crescer sem poluir”. Em geral, optam pela primeira alternativa.

## CAPÍTULO 7

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

**BLAIR, JOSPIN, CÁRDENAS E SUBCOMANDANTE MARCOS: EXEMPLOS DE RESISTÊNCIA ?**

O que foi escrito até aqui, ao longo deste trabalho, não tem nada de alentador, especialmente sob a ótica dos países do Sul. A mundialização, enquanto complexo processo político e econômico de exacerbação das relações Norte-Sul, aparentemente não deixa pressupor qualquer tipo de alternativa outra que a adoção do modelo liberal do “pensamento único”. Essa aparente inexorabilidade da mundialização está certamente por trás da comentada crise vivida pelas chamadas “esquerdas” do mundo, que aparentemente não encontram um projeto para propor que tenha a mesma densidade e amplitude que a economia-mundo capitalista.

Aqueles que acreditam que a mundialização levará a exclusão e a polarização à limites insuportáveis socialmente certamente enxergam nas recentes vitórias da esquerda na França, na Grã-Bretanha e na Cidade do México um sinal de que as populações desses lugares começaram a perceber que uma mudança se faz cada vez mais urgente. A crise mundial nas bolsas de valores, que varreu o planeta no início de novembro de 1997, também parece ter exposto a fragilidade de um sistema econômico globalizado demasiadamente financeirizado e à mercê do jogo especulativo de alguns apostadores. Tudo isso pode ser verdade. Mas, acreditamos, esses acontecimentos devem ser vistos com certa cautela, sobretudo porque não significam que terão conseqüências iguais para o Norte como para o Sul.

A vitória de Tony Blair nas eleições inglesas de 1996 é certamente uma conseqüência dos resultados catastróficos de quase 20 anos da política monetarista liberal de Thatcher. Talvez ela venha a representar um redirecionamento nas prioridades governamentais, para manter as conquistas sociais historicamente alcançadas pelos trabalhadores europeus, e duramente postas à prova pelo liberalismo de Thatcher. Nesse sentido, a ascensão de Jospin ao cargo de primeiro-ministro francês, também em 1996, pode significar que a reivindicação popular por uma maior ênfase às questões sociais se consolida, internamente à Europa. Esse movimento, entretanto, está mais voltado para a preocupação por parte dos franceses e ingleses, com o ajuste econômico imposto pela formação da CEE, do que para uma real preocupação com o sistema econômico vigente para o mundo, ou com as conseqüências previsivelmente polarizadoras da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, o ajuste comercial exigido pelo bloco europeu traz uma necessidade de enxugamento do Estado, um acirramento da competitividade interna, e a exclusão dos setores produtivos europeus que não sejam eficientes economicamente para os padrões daquele bloco. Isso gera desemprego, o fim das políticas de assistência social consideradas deficitárias para o Estado, apreensão social, tensões entre os produtores de bens tradicionais e artesanais, e assim por diante. A volta ao poder de partidos historicamente mais preocupados com essas questões é um sinal dessa tensão social. Porém, apesar dessa questão estar diretamente relacionada com a globalização da economia, já que a formação de blocos comerciais é uma das suas características principais, parece difícil acreditar que a vitória socialista e trabalhista signifique um sinal de mudança que venha a alterar o quadro excludente e polarizador do sistema em nível mundial. Em outros termos, a volta ao poder dos socialistas na Europa não parece representar, por ora, uma mudança de postura por parte do Norte ou de parte dele, em relação ao movimento de expansão desigual da economia-mundo capitalista.

A situação do México é diferente. Há alguns anos, aquele país vem dando sinais de que a polarização do sistema da economia-mundo capitalista está perto de chegar a níveis socialmente insuportáveis para os países do Sul. Talvez pela proximidade com o modelo máximo da sociedade de consumo capitalista, que produz imagens regulares da humilhação passada pelos *chicanos* atravessadores de fronteira, iludidos com o sonho primeiro-mundista, talvez por estarem se sujeitando há anos a um intenso processo de “compradorização” da elite do país, que culminou com a descoberta de corrupção de um dos seus mais ilustres *tecnopols*, o ex-presidente Salinas de Gortari, ou ainda talvez pelo insustentável grau de miséria alcançado pela população rural no interior do país, os mexicanos foram responsáveis pelo ressurgimento, em uma época em que isso mais parecia discurso das esquerdas saudosistas, de um movimento revolucionário estruturado numa reivindicação ideológica clara: a inclusão do mundo dos excluídos na economia-mundo capitalista. Talvez por expor ao vivo a preocupação maior daqueles que se preocupam com as conseqüências da exclusão social, o movimento zapatista, surgido na província de Chiapas no dia 1º de janeiro de 1994, consegue se manter até hoje na sua luta com a significativa aprovação dos meios de esquerda do mundo todo, e apropriando-se de maneira inovadora e alternativa de um dos símbolos máximos da globalização: a Internet<sup>156</sup>.

Até que ponto a luta do subcomandante Marcos e seus seguidores pode ter influenciado a recente vitória de Cauthemoc Cárdenas à prefeitura da cidade do México, em 1997, é um assunto sobre o qual pouco podemos discutir. Mas o fato é que mais uma vez no México a população deu mostras de insatisfação com o modelo da mundialização, ao eleger, para administrar a segunda maior metrópole do mundo, o símbolo da oposição recente à dominação elitizante e “compradorizada” exercida há décadas pelo PRI.

Ainda que os acontecimentos mexicanos possam mostrar um sinal de que pode vir a existir alguma possibilidade de resistência com sucesso ao modelo da mundialização, não nos parece que eles indiquem, até agora, um modelo alternativo que venha a ser um substitutivo à mundialização no sentido da promoção do desenvolvimento incluyente. Cabe então a seguinte pergunta: há alguma alternativa ?

<sup>156</sup> Pode-se acessar ao site dos zapatistas na Internet através do endereço <http://www.ezln.org>

## AS AÇÕES “COMPRADORIZADAS” DO SUL

Foi pouco discutido neste trabalho qual o âmbito de ações de organização econômica conjunta por parte de países do Sul, como por exemplo o bloco comercial do sul das Américas, o Mercosul. Na ótica deste trabalho, essa é uma discussão que foge do que poderíamos chamar de alternativas à mundialização. De fato, a adoção de um modelo de organização em blocos comerciais segue a lógica da “compradorização”. É, em última instância, uma tentativa de se reproduzir, na escala permitida por nossa potencialidade comercial em um mundo sob a hegemonia do Norte, as mesmas estruturas de liberalização comercial praticadas pelo Norte. É uma iniciativa que, mesmo não sendo a preferida do Norte, não deixa de se enquadrar perfeitamente dentro do modelo de expansão da economia-mundo capitalista. Em outras palavras, é uma tentativa de organização das periferias não excluídas (observe-se a ausência de bloco comercial importante no continente africano), dentro dos moldes do sistema. Segundo Paulo Nogueira Batista Jr.,

*“O Mercosul é hoje o instrumento pelo qual a agenda neoliberal se consolida. A política e o comércio externo do Brasil foram nivelados à ultraliberalização que Argentina, Uruguai e Paraguai praticam. Estamos integrados a uma economia decadente, um paraíso fiscal e um paraíso de contrabando”<sup>157</sup>*

Isto não quer dizer que se pretenda aqui defender a inutilidade ou a ineficácia dessa iniciativa. Acharmos, porém, que essa discussão fugiria do contexto do trabalho, pois para se dar ela só pode partir de duas abordagens conceitualmente opostas às argumentações básicas deste trabalho: uma primeira, mais radical, seria pretender que o Mercosul se constitua numa tentativa de implantar, no Sul, uma estrutura econômica capaz de, com o tempo, se sobrepor ou ao menos se igualar às estruturas comerciais do Norte. Isso seria, ao nosso ver, desconsiderar a estrutura polarizante da economia-mundo capitalista, que estruturalmente impossibilita tal evolução. A segunda abordagem, mais “compradorizada”, seria pretender que o Mercosul pode, paulatinamente, estabelecer regras comerciais que facilitem sua integração com o sistema, sem por isso pretender competir com o Norte. Se isso ocorrer, o que se questiona é se essa integração será efetivamente voltada para o “desenvolvimento incluyente” que propusemos. Em outras palavras, parece duvidoso pensar que as regras de integração comercial entre os países do bloco permitirão uma mudança efetiva quanto à real e rápida redistribuição das riquezas para o conjunto de suas populações. O Mercosul mais parece ser uma forma de aperfeiçoar a dinâmica econômica de um modelo polarizador e excludente, no âmbito regional. Não obstante, cabe dizer que, enquanto puder fortalecer os laços culturais e comerciais do continente, de forma geral, a iniciativa do Mercosul não deixa de ter algum aspecto positivo.

### AS DIFERENTES ANÁLISES SOBRE O FUTURO: MAIS PERGUNTAS DO QUE RESPOSTAS

A análise teórica feita neste trabalho traz à tona uma conclusão clara. Cada estudioso ou grupo de estudiosos da questão internacional propõe uma hipótese para a sociedade do futuro. Não nos parece entretanto, que pelo menos entre os autores estudados, tenha surgido alguma proposta teórica efetiva no sentido de criar condições de promover o desenvolvimento incluyente para o conjunto do planeta.

### Os “contratos mundiais” do *Groupe de Lisbonne*

Os que mais se aproximam dessa postura certamente são os pensadores participantes do *Groupe de Lisbonne*. Esse grupo de professores acredita que os cenários mais desejáveis para o mundo no futuro são o da integração regional na escala mundial e o da integração mundial viável. Esses cenários refletem a predominância de um governo “mundial” funcionando por intermédio de mecanismos de cooperação (*Groupe de Lisbonne*, 1995;179). Esses mecanismos se baseariam na adoção de quatro grandes “contratos mundiais”, entendendo-se por contrato “o processo que conduz as partes interessadas a tomar a decisão que irá no sentido dos interesses de cada um”. O “Contrato das necessidades básicas”, visaria a eliminação das desigualdades; o “Contrato cultural”, propiciaria condições de “tolerância e diálogo entre as culturas”; o “Contrato da democracia”, permitiria um “sistema de governo mundial”; e enfim o “Contrato da Terra”, que permitiria a implantação do “desenvolvimento sustentado”. O *Groupe de Lisbonne* acredita que esses contratos deveriam ser colocados em prática sob a iniciativa das três regiões mais desenvolvidas do mundo (o Norte), com o apoio participativo das ONGs, denominadas de “enzimas da abordagem global”. Por meio deles, poder-se-ia, por exemplo,

*“mobilizar os cidadãos de várias partes do mundo ... para a reorganização das redes de transporte público, com o apoio de certo número de fundações privadas ... e com a participação das empresas locais”* (*Groupe de Lisbonne*, 1995;184).

Ou ainda seria possível ver concluído um contrato entre as “diferentes confissões religiosas da Terra”. Ou ainda “aliviar da miséria as populações mais pobres da Terra”. Tudo isso, segundo esses pensadores, levaria a um “mundo global” que

*“será consequência de modelos cooperativos de desenvolvimento privilegiando os princípios, as regras e as instituições - tais como a liberdade, a democracia, a solidariedade, a justiça social, a eficácia econômica - que caracterizaram a história do século XX, tentando se opor à influência nefasta de outros princípios, regras e instituições como a autocracia, a oligarquia, o darwinismo social, a alienação econômica, a intolerância cultural e o nacionalismo agressivo”* (*Groupe de Lisbonne*, 1995;179)

OS princípios adotados pelo *Groupe de Lisbonne* não deixam de ser claramente opostos à tendência polarizadora e excludente da mundialização. Entretanto, são frágeis em alguns aspectos. Primeiramente, parece claro que, ao propor um contrato “cultural” que vá possibilitar um acordo de convivência entre as diferentes religiões do planeta, o *Groupe de Lisbonne* está sugerindo soluções que, como o fez Huntington, vão além da economia-mundo capitalista. Entretanto, os

<sup>157</sup> Entrevista à revista *Atenção*, ano2, nº7, São Paulo, 1996, p16.

autores acabam frente ao mesmo problema que Huntington: quem garante que, de início, alguns dos “valores” propostos para a sociedade “global” pretendida, como a democracia ou a eficácia econômica, não são valores típicos da sociedade ocidental? O *Groupe de Lisbonne* não estaria então repetindo a postura universalizante do modernismo ocidental, tipicamente do Norte, que criticamos em Huntington ou ainda em Kennedy ou Fukuyama ?

Por outro lado, a proposta de “contratos mundiais”, apesar de comprometida com a possibilidade de um desenvolvimento incluyente, parece utópica face à força alcançada pelo fenômeno da mundialização. Como vimos, a “compradorização” dos países do Sul provoca a perpetuação de um sistema que se baseia na constante exploração do que chamamos de “equilíbrio da desigualdade”. Isso passa pela apropriação dos instrumentos de poder, a tal ponto que na maioria dos países do Sul, inclusive o Brasil, a crise enfrentada pelo clientelismo e a corrupção dentro dos poderes constitucionais tornou-se, como afirmou de forma polêmica um relatório do Governo dos EUA sobre o Brasil, endêmica. A simplicidade de soluções como “mobilizar os cidadãos de várias partes do mundo ... para a reorganização das redes de transporte público” parece ignorar as dificuldades a serem criadas pelos grupos de interesse implicados no setor, atuantes tanto nos governos como no setor privado, utilizando-se de qualquer meio, inclusive o fisiológico, para garantir a manutenção de seus interesses. Estariam esses grupos, como por exemplo aqueles implicados com os transportes em São Paulo, aptos a aderir alegremente a um “contrato mundial” desse tipo ? E se a resposta para isso for a da mobilização pelo voto para levar ao poder políticos não “compradorizados” e realmente comprometidos com o desenvolvimento incluyente, será que o *Groupe de Lisbonne* tem plena consciência do tempo necessário para que se chegue, no Brasil por exemplo, a esse grau de conscientização política ? Especialmente considerando o fato de que a alienação política atual é parte estrutural do sistema em vigor, já que permite a manipulação da miséria em favor da manutenção do sistema econômico e político vigente, o sistema da mundialização.

As propostas do *Groupe de Lisbonne* parecem ser por demais calcadas em um modelo de sociedade, talvez o europeu, completamente diferente da realidade dos países do Sul. Um modelo no qual talvez fosse possível alcançar o grau de mobilização crítica que a proposta pressupõe, mas que parece exageradamente utópica diante do nível de desestruturação que a mundialização já provocou nos países do Sul.

## A idéia de uma sociedade civil mundial

Vimos neste trabalho que alguns autores acreditam na viabilidade de um mundo futuro organizado em torno de instituições internacionais fortalecidas. Chamou-se essa corrente de institucionalista. No Brasil, o cientista político Hector Ricardo Leis (1995) apresenta uma idéia que em muitos pontos se assemelha ao pensamento institucionalista, e que também apresenta traços em comum com os ideais do *Groupe de Lisbonne*. Para Leis, pensadores considerados mais pessimistas em relação ao sistema internacional, como por exemplo os realistas ou mesmo Huntington, que acham que a existência de Estados soberanos com grande interdependência manteria seu tradicional potencial de conflito, mostram certa dificuldade “em imaginar um diálogo criativo entre as diversas tradições culturais existentes no mundo atual” (Leis, 1995;61). Esses autores não pensam “as relações humanas de forma preferencialmente não competitiva ou conflituosa” (Leis, 1995;61). A visão de Leis se assemelha à do *Groupe de Lisbonne* por acreditar na possibilidade de criação de um *espaço público internacional*, que “torne viável a democratização das relações internacionais e a construção de bases firmes para a governabilidade global”. Isso porque segundo Leis, a globalização, apesar de exacerbar as desigualdades entre ricos e pobres, “gerou a oportunidade para a criação de verdadeiros consensos globais”. Esses consensos são possíveis por meio dos canais diferenciados que se criam dentro da sociedade civil, numa dinâmica orientada não por uma “racionalidade instrumental, mas sim comunicativa” (Leis, 1995;66) o que justifica a grande importância dada pelo autor às organizações da sociedade, sejam as ONGs, sejam as comunidades empresariais, científicas, religiosas, artísticas, etc. O instrumento preferencial para se alcançar a “governabilidade mundial” seria, para Leis, a ONU, que deveria para isso passar por uma reformulação estrutural a fim de garantir por intermédio de sua Assembléia Geral a legitimidade e representatividade de todos esses segmentos sociais, além, é claro dos Estados nacionais, de forma mais igualitária do que ocorre atualmente.

As idéias de Leis também mostram a intenção de buscar um modelo que promova mais efetivamente o desenvolvimento incluyente, valorizando muito a capacidade dos indivíduos em organizar-se na sociedade de modo a romper com o modelo excludente em vigor. A questão principal a ser observada é a maneira com que Leis se opõe aos conceitos da corrente realista das relações internacionais. Pois se por um lado o autor critica fortemente o caráter “pessimista” dos autores realistas, ressaltando a ênfase que estes dão ao caráter conflituoso que imputam à natureza humana, por outro ele não parece considerar com suficiente ênfase o fato de que, por trás do pensamento realista, há a convicção de que as relações internacionais - e essa tendência belicosa - ainda se organizam em virtude de uma disputa de poder. Assim, o recente veto dos EUA, em 1996, à recondução de Boutros Boutros-Gali na Secretaria Geral da ONU, em oposição à imensa maioria do plenário e à totalidade dos países do Sul, mostra que o poder hegemônico de uma única nação ainda confere um caráter bastante utópico à ideia de uma ONU enquanto legítima representante de uma sociedade civil mundial.

## O choque de civilizações

O pensamento de Huntington, citado por Leis, vai numa direção totalmente oposta às comentadas acima. Como vimos, esse autor defende a idéia de que o mundo se dividirá, no futuro, em torno do conflito cultural entre as civilizações. O pensamento de Huntington, segundo o que discutimos anteriormente, parece querer analisar como o planeta se organizará para além das fronteiras da economia-mundo capitalista. Independentemente do fato das idéias de Huntington terem ou não consistência, o que nos parece é que elas não contemplam absolutamente nenhuma possibilidade de discussão a respeito da situação do Sul dentro da economia-mundo capitalista. Têm-se a impressão, até, de que uma possível posição anti-liberal por parte de algum país do Sul seria suficiente para, na ótica de Huntington, caracterizá-lo como externo à economia-mundo capitalista, que o autor prefere chamar de civilização ocidental.

## A visão cíclica de Arrighi, Kennedy e Hobsbawn

Apesar de apenas Kennedy (1989;1993), entre esses autores, ser identificado com a corrente realista, em muitos pontos Arrighi (1996) e Hobsbawn (1995) se aproximam dela, como já vimos anteriormente. Todos eles acreditam que o mundo capitalista se organizou ao longo da história em economias-mundo, cada uma delas girando em torno de um centro, geralmente o país que detinha a hegemonia do poder econômico e militar em sua época. Para esses autores, a história da economia-mundo capitalista se divide em ciclos (ou períodos, para Hobsbawn), durante os quais uma determinada nação exerceu seu domínio sobre o conjunto do sistema, para então decair e ceder seu lugar a outra potência emergente (daí o título da obra de Kennedy, “Ascensão e queda das grandes potências”). A questão é, para todos, como pode ser definida a situação atual. Para Hobsbawn, a característica do momento é a da desordem global, numa visão que se assemelha a de outros autores marxistas como Kurz (Colapso da Modernização) e Amin (Império do Caos). Kennedy e Arrighi se aproximam na leitura de que se opera hoje uma passagem entre centros de poder, o que pode vir a caracterizar o início de um novo ciclo. Kennedy acredita no declínio do poder americano, face à provável ascensão do Japão como nova potência mundial. Arrighi, quanto a ele, deixa em aberto a possibilidade de o Japão conseguir alcançar essa hegemonia, ou dos EUA ainda terem fôlego para manter seu poder na nova ordem mundial.

## Colapso do capitalismo, colapso da humanidade ?

Arrighi também apresenta uma última possibilidade, muito mais negativa do que as duas colocadas acima. Diz o autor: *“Por fim, parafraseando Schumpeter, antes que a humanidade sufoque (ou se refestela) na masmorra (ou no paraíso) de um império mundial pós-capitalista, ou de uma sociedade de mercado capitalista mundial, é bem possível que ela se inflame nos horrores (ou nas glórias) da escalada da violência que acompanhou a extinção*

*da ordem mundial da Guerra Fria. Nesse caso, a história capitalista também chegaria ao fim .... Se isso significa o fim apenas da história capitalista, ou de toda a história humana, é impossível dizer" (Arrighi, 1996;371)*

As visões desses autores, não obstante sua importância, parecem não atender àqueles que buscam uma resposta a respeito da situação dos países do Sul. Que seja o Japão ou os EUA que venham a deter a hegemonia do poder da economia-mundo capitalista, poucas mudanças deverão ocorrer no que diz respeito à polarização da mundialização e à situação dos pobres. Nesse sentido, a ótica de Arrighi sobre o fim do capitalismo, que se assemelha à de Kurz, apesar de sombria, enquadra-se mais na perspectiva de uma situação de colapso que, para os países do Sul, já teria começado. Diz Kurz:

*"É muito provável que o mundo burguês do dinheiro total e da mercadoria moderna, cuja lógica constituiu com dinâmica crescente a chamada Era Moderna, entrará já antes de terminar o século XX numa era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo. O caráter singular desse desastre da modernização, que somente por último atingirá seu causador, o Ocidente, consiste, por um lado, em sua dimensão social mundial, e por outro, na enorme dinâmica desse sistema" (Kurz, 1992;222)*

## Amin e a desconexão

Numa visão um pouco mais otimista do que as apresentadas acima, Samir Amin entende que as diferenças consideráveis entre as diferentes regiões do mundo implicam forçosamente em políticas específicas que não podem ser derivadas somente da racionalidade do mercado. Somam-se a isso as diferenças relativas à cultura e às opções ideológicas e políticas da história dos povos. Isso implica, para Amin, na construção de um sistema mundial baseado no policentrismo, que deixe lugar para a expansão dos países do Sul. Amin coloca que

*"É vital opor-lhe (ao poder dos 5 grandes) uma modalidade que dê seu verdadeiro lugar aos países e regiões do terceiro-mundo. Esses países e grandes regiões suscetíveis de coordenar suas próprias visões devem submeter suas relações mútuas aos imperativos de seu desenvolvimento interno e não o contrário, ou seja ajustar seu desenvolvimento à expansão mundial do capitalismo" (Amin, 1991;13)*

Essa modalidade de organização é denominada por Amin de "desconexão". Segundo o autor, a desconexão não é uma receita mas uma escolha de princípio, segundo a qual os países dos terceiro e quarto mundos - periferias verdadeiras e sociedades aniquiladas pela expansão do capitalismo, devem examinar uma opção alternativa ao capitalismo, buscando um desenvolvimento suscetível de responder às necessidades materiais do conjunto das camadas sociais da nação. É esse o sentido da expressão desconexão: "desconectar os critérios de racionalidade das escolhas econômicas internas daqueles critérios que governam o sistema mundial, ou seja, libertar-se do valor mundializado substituindo-o por uma lei de valor de âmbito nacional e popular (Amin, 1991;83).

A proposta de Amin é, ao nosso ver, a que mais se preocupa em propor uma alternativa de organização da nova ordem mundial que realmente considere o Sul como elemento importante, e igual, do sistema mundial, acenando para um rompimento da lógica polarizadora e excludente da economia-mundo capitalista. A grande questão, entretanto, é que Amin não se propõe a explicar, na prática, de que forma poderia se estruturar essa nova ordem baseada na "desconexão" do Sul. Assim, sua idéia fica no campo propositivo, sem entretanto ir a fundo na discussão das possibilidades reais de sobrevivência de uma nação, ou várias delas, caso decidam se isolar do sistema econômico internacional. A proposta de Amin torna-se conceitualmente viável se imaginarmos a possibilidade de um entendimento político amplo entre todos os governos do Sul, no sentido de promover novas prioridades mais adequadas à suas opções por um desenvolvimento incluyente. Essa possibilidade, entretanto, é tanto mais complicada de ser vislumbrada quanto cada vez mais os governos, e as elites dominantes do Sul, são "compradorizadas" pela economia-mundo capitalista.


## O QUE CONCLUIR ?

A medida em que terminamos nosso raciocínio, vai aparecendo cada vez mais a certeza de que, frente às transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, encontramos-nos frente a mais perguntas do que respostas. Este trabalho teve como propósito traçar um perfil, mesmo que imperfeito, do que se entende por mundialização. Procurou mostrar como os discursos da modernidade, tão fáceis de assimilar pois embasados naquilo que a cultura ocidental convencionou taxar de princípios "politicamente corretos", nem sempre correspondem à uma realidade "correta". Pelo contrário, a "aldeia global", tal qual nos é apresentada pelos marqueteiros da globalização, é uma aldeia essencialmente injusta. E o campo dos injustiçados torna-se dia a dia cada vez mais populoso. Estaríamos caminhando para um futuro sombrio no qual massas de desempregados nômades vagarão por um planeta onde poucos privilegiados usufruirão dos poucos recursos que restarem ? Estaríamos assistindo à implantação definitiva de um modelo de exclusão contra o qual nada se pode fazer ? É uma resposta impossível de se ter. E este trabalho nunca teve essa pretensão. O que poderíamos, então, concluir?

O conhecimento de qualquer tipo de fenômeno é sem dúvida o primeiro passo para se poder lidar com ele. Nesse sentido, este trabalho é uma pequena contribuição para o entendimento da mundialização. Saber que a mundialização produz a cada dia mais e mais pobres neste planeta é um passo fundamental para se saber o que não se quer. Talvez a esperança de uma resposta a essa situação esteja no pensamento do geógrafo Milton Santos<sup>158</sup>. Se a mundialização produz cada vez mais pobres, estamos caminhando para um mundo mais humano, e menos tecnológico. Tal afirmação pode parecer absurda, às vésperas do século XXI. Mas ao continuarmos vivenciando o modelo excludente da economia-mundo capitalista, pode-se esperar que em alguns anos as tecnologias de ponta serão destinadas a cada vez menos gente. E o mundo, paralelamente a

<sup>158</sup> Segundo entrevista à TV Cultura, São Paulo, programa Roda Viva de XX/XX/1997.

isso, irá se povoando de excluídos sem acesso à nada, que, como diz Santos, ao passar pela experiência da escassez, farão juntos o caminho da descoberta. A descoberta de um sistema que, como propõem alguns dos autores que estudamos, considere antes de tudo a diversidade das culturas. Mas uma consideração que não parta da pré-interpretação de como deve ou não ser a cultura universal. Como diz Wallerstein, a cultura (ou o sistema de idéias da economia mundial capitalista) é "o resultado das nossas tentativas históricas coletivas para entrar num acordo com as contradições, com as ambigüidades, as complexidades das realidades sócio-políticas deste sistema particular"(Wallerstein, 1994). Frente à ambigüidade maior da economia-mundo capitalista, a exclusão, resta esperar que cada vez mais gente de cada vez mais países, sobretudo do Norte, desperte e atente para o futuro sombrio que a mundialização, da forma como se coloca hoje, nos reserva, e se abra para o entendimento de uma cultura universal que supere, antes de tudo, o equilíbrio da desigualdade.



## BIBLIOGRAFIA

### 1. LIVROS

- Aglietta**, Michel (org.); “Las reglas del juego: America Latina, globalización y regionalismo”, ed. Corregidor, Buenos Aires, 1994.
- Amin**, Samir; “L’empire du chaos”, L’Harmattan, Paris, 1991.
- Aron**, Raymond; “Os últimos anos do século”, Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- Aron**, Raymond; “Paz e Guerra entre as nações”, UNB, Brasília, 1986.
- Arrighi**, Giovanni; “O longo século XX”, Contraponto-Unesp, Rio de Janeiro/São Paulo, 1996.
- Bairoch**, Paul; “Le tiers monde dans l’impasse: le démarrage économique du XVIIIe. au Xxe. siècle”, Gallimard, Paris, 1971.
- Beaud**, Michel; “Le système national-mondial hiérarchisé: une nouvelle lecture du capitalisme mondial”, La Découverte, Paris, 1987.
- Bergesen**, Albert; “Inversão da teoria do sistema mundial” in “Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade”, Mike Featherstone (org.), Ed.Vozes, 1994.
- Bobbio**, Norberto;Matteucci, N. e Pasquino, G.; “Dicionário de Política”; Ed. Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986.
- Boyer**, Robert; “Les mots et les réalités”, in Mondialisation au-delà des mythes, Les Dossiers de l’Etat du Monde, La découverte, Paris, 1997a.
- Boyer**, Robert; “L’entreprise globale, un projet plus qu’une réalité”, in Mondialisation au-delà des mythes, Les Dossiers de l’Etat du Monde, La découverte, Paris, 1997b.
- Boyne**, Roy; “A cultura e o sistema mundial” in “Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade”, Mike Featherstone (org.), Ed.Vozes, 1994.
- Braudel**, Fernand; “Escritos sobre a história”; Editora Perspectiva, São Paulo, 1978
- Calcagno**, Alfredo Eric e Alfredo Fernando, “El universo neoliberal: recuento de sus lugares comunes”, Alianza Ed., Buenos Aires, Argentina, 1995.
- Campos**, José Gaspar Ferraz de; “Agenda 21: da Rio 92 ao local de trabalho”, ed. Iglu, São Paulo, 1996.
- Cano**, Wilson; “Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional”, ed. Momento/Unicamp, Campinas, 1994.
- Chomsky**, Noam; “Novas e velhas ordens mundiais”, ed. Scritta, São Paulo, 1994.
- Chomsky**, Noam; “O que o Tio Sam realmente quer?”, ed.Unb, Brasília, 1996.
- Chomsky**, Noam; “A minoria próspera e a multidão inquieta: entrevista a David Barsamian”, ed.Unb, Brasília, 2ª ed., 1997.
- Cordellier**, S. e **Lapautre**, C. (org.), “Le monde aujourd’hui: annuaire économique et géopolitique mondiale”, Ed. La Découverte, Paris, 1992.
- Donghi**, Halperin; “História da América Latina”, Paz e Terra, São Paulo, 1975
- Earth Works Groups**; “50 pequenas coisas que você pode fazer para salvar a Terra”, ed. Best Seller, São Paulo, 1989.
- Featherstone**, Mike (org.); “Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade”, ed. Vozes, Petropolis,1994.



- Fossaert**, Robert; "Le monde au XX<sup>e</sup>. siècle: une théorie des systèmes mondiaux", Librairie Arthème Fayard, Paris, 1991.
- Fuentes**, Carlos; "El espejo enterrado", ed. Tierra Firme, México, 1992.
- Fukuyama**, Francis; "O fim da história de o último homem", ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1992.
- Furtado**, Celso; "Formação Econômica da América Latina"; Lia, Rio de Janeiro, 1969.
- Furtado**, Celso; "A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973.
- Furtado**, Celso; "Brasil: a construção interrompida", Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 1992.
- Galeano**, Eduardo; "As veias abertas da América Latina", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- Galeano**, Eduardo; "Ser como eles", ed. Revan, Rio de Janeiro, Brasil, 1993.
- George**, Suzan; "L'effet boomerang: Choc en retour de la dette du Tiers Monde", ed. La Découverte, Paris, 1992.
- Gilpin**, Robert; "The Political Economy of International Relations"; Princeton University Press, Princeton, EUA, 1987.
- Groupe de Lisbonne**, "Limites à la compétitivité: vers un nouveau contrat mondial", Boréal, Montréal, Canada, 1995.
- Hobsbrawm**, Eric; "Nações e Nacionalismo", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- Hobsbrawm**, Eric; "Era dos extremos: o breve século XX", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.
- Huntington**, S.P., "The third wave: Democratization in the late twentieth century", University of Oklahoma Press, Norman e Londres, 1991.
- Ianni**, Octávio; "A idéia de um Brasil moderno", Brasiliense, São Paulo, 1992.
- Ianni**, Octávio; "Teorias da globalização", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.
- Ibase** e outras ONGs, "Observatório da Cidadania: monitorado o desenvolvimento. Social Watch", nº1, Instituto del Tercer Mundo, Montevideo, Uruguai, 1997.
- Kennedy**, Paul; "Ascensão e queda das grandes potências", ed. Campus, Rio de Janeiro, 1989.
- Kennedy**, Paul; "Preparando para o séc.XXI", Campus, Rio de Janeiro, 1993.
- Kissinger**, Henry; "Política externa americana", ed. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1969.
- Kissinger**, Henry; "La diplomacia", Fondo de Cultura Económica, México, 1995.
- Kurz**, Robert. "O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- Laidi**, Zaki; "L'ordre mondial relaché: sens et puissance après la guerre froide", Presses de la Fondation Nationale des sciences politiques/Berg Publishers, Paris, 1992.
- Lipmann**, Walter; "A Política exterior dos Estados Unidos", ed. Atlântica, Rio de Janeiro, 1944.
- Mantega**, Guido; "A economia política brasileira", Ed. Polis/Vozes, São Paulo/Rio de Janeiro, 1984.
- Mattelard**, Armand; "La communication monde: l'histoire des idées et des stratégies", La Découverte, Paris, 1992.
- Mattelard**, Armand; "La nouvelle idéologie globalitaire", in "Mondialisation au-delà des mythes", Les Dossiers de l'Etat du Monde, La découverte, Paris, 1997.

- Morel**, Edmar: "Amazonia saqueada", Editora Global, São Paulo, 1989.
- Morgenthau**, Hans; "Politics among nations"; Knopf, Nova York, 1973.
- Oliveira**, Ariovaldo U. de; "Amazonia: monopólio, expropriação e conflitos", ed. Papyrus, São Paulo, Brasil, 1989.
- Ortiz**, Renato, "Mundialização e cultura", ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.
- Pellet**, Alain; "Vers une mondialisation du droit international?", in Mondialisation au-delà des mythes, Les Dossiers de l'Etat du Monde, La découverte, Paris, 1997.
- Plastino**, C.A. e **Bouzas**, R. (org.); "A América Latina e a crise internacional", Graal, Rio de Janeiro, 1985.
- Plihon**, Dominique; "Les enjeux de la globalisation financière", in Mondialisation au-delà des mythes, Les Dossiers de l'Etat du Monde, La découverte, Paris, 1997.
- Ramonet**, Ignácio e **Chomsky**, Noam; "Como nos vendem la moto?", ed. Icaria, Barcelona, 1995.
- Reich**, Robert B.; "The Work of Nations", Vintage Books, New York, 1992
- Rezende**, Ricardo; "Rio Maria: canto da Terra", ed. Vozes, Petrópolis, 1993.
- Ribeiro**, Darcy; "A América Latina existe?", Ensaio Insólitos, LP&M, Porto Alegre, 1972.
- Santos**, Milton; "Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional", ed. Hucitec, São Paulo, 1996.
- Santos**, Milton; "O espaço do cidadão"; ed. Nobel, São Paulo, (1987) 2ª edição 1993.
- Stein**, S. e Barbara, H.; "Ensaio de dependência econômica", Paz e Terra, São Paulo, 1973.
- Stotz**, E et **Valla**, V. (org.): "Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre sociedade civil e Estado", in "Saúde, ambiente e desenvolvimento", vol.2, ed. Hucitec-Abrasco, São Paulo, Brasil, 1992.
- Suzigan**, Wilson; "Industria Brasileira", Brasiliense, São Paulo, 1986.
- Tavares**, Maria da Conceição e **Fiori**, José Luís; "Desajuste Global e Modernização Conservadora", Paz e Terra, São Paulo, 1996.
- Thebaud-Mony**, Annie; "L'envers des sociétés industrielles: approche comparative franco-brésilienne", ed. L'Harmattan, Paris, 1990.
- Toynbee**, Arnold J.; "Estudos de história contemporânea: A civilização posta à prova e O mundo e o ocidente", Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- Wallerstein**, Immanuel; "O Capitalismo Histórico", ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- Wallerstein**, Immanuel; "A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno" in "Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade", Mike Featherstone (org.), Ed. Vozes, 1994.
- Wallerstein**, Immanuel; "Cultura é o sistema mundial: resposta a Boyne" in "Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade", Mike Featherstone (org.), Ed. Vozes, 1994.
- Williamson**, John (org.); "The Political Economy of Policy Reform", Institute for International Economics, Washington D.C., 1994.
- Worsley**, Peter; "Modelos do sistema mundial moderno" in "Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade", Mike Featherstone (org.), Ed. Vozes, 1994.

## 2. ARTIGOS

- Abdenuer, R.;** "A política externa brasileira e o sentimento de exclusão", in *Temas de Política Externa Brasileira II*, Paz e Terra e IPRI, São Paulo,
- Acosta, Carlos;** "Sombres tribulations d'un 'pays émergent'"; in *Le Monde Diplomatique*, p16-17, Paris, julho de 1997.
- Almeida, Paulo Roberto;** "O Mercosul frente ao NAFTA", in *Política Externa*, Vol.3, nº1, Paz e Terra, São Paulo, 1994.
- Aguirre, Mariano,** "L'Occident en quête d'un 'ennemi total' ", in *Manière de voir - Le Monde Diplomatique*, nº 25, Paris, fevereiro de 1995.
- Barbosa, Rubens e Pannelli, César L.F.;** "Integração sub-regional, regional e hemisférica: o esforço brasileiro", in *Temas de Política Externa Brasileira II*, Paz e Terra e IPRI.
- Batista, Paulo Nogueira;** "Nova ordem ou desordem internacional?", in *Política Externa*, vol.1, nº1, Ed. Paz e Terra, São Paulo, junho de 1992.
- Batista Jr., Paulo Nogueira;** "O mito da empresa transnacional", Opinião Econômica, *Folha de S.Paulo*, 10 de outubro de 1996.
- Belluzo, Luiz Gonzaga;** "Lições Contemporâneas: globalização e inserção nacional"; in *Folha de S.Paulo*, 29 de dezembro de 1996, p.2-4.
- Bernes, Gérard;** "Economía mundial: las contradicciones de la crisis"; in *Programa Regional de Investigaciones Económicas y Sociales del Cono Sur*, nº8, Santiago, Chile, Julho de 1991.
- Bihr, Alain;** "Malaise dans l'état-nation; mondialisation du marché, nécessaire descentralisation", in *Le Monde Diplomatique*, Paris, Fevereiro de 1992.
- Bresser Pereira, Luis Carlos, e Thorstensen, V.;** "Do mercosul à integração americana", in *Política Externa*, Vol.1., nº 3, São Paulo, Dezembro 1992/fevereiro 1993.
- Castañeda, Jorge;** "As esquerdas em seu labirinto", in *Nossa América*, Memorial da América Latina, novembro/dezembro de 1991.
- Cavalcanti, Geraldo Holanda;** "O Brasil e a CEE", in *Temas de Política Externa Brasileira II*, Paz e Terra e IPRI.
- Chesneaux, Jean;** "Dix questions sur la mondialisation", in *Manière de voir - Le Monde Diplomatique*, No.18, Paris, maio de 1993.
- Chiappin, José R. Novaes;** "O paradigma de Huntington e o realismo político", in *Lua Nova*, nº34, cedec, São Paulo, 1994.
- Chipman, John;** "A América Latina e os novos desafios da ordem internacional: a política do alinhamento banal", in *O futuro do Brasil: A América Latina e o fim da Guerra-Fria*, Paz e Terra, São Paulo, 1992.
- Chomsky, Noam;** "Novos senhores", *Folha de S.Paulo*, 25 de abril de 1993, pg. 6-16/6-19.
- Chossudowsky, Michel;** "Les ruineux entêtements du Fonds Monétaire International", in *Manières de Voir - Le monde Diplomatique*, nº18, Paris, maio de 1993.
- Clairmont, Frederic F.;** "Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde", in *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1997 (pp 16 e 17).
- Cline, Ray;** "Avaliação do poder mundial", in *Política e Estratégia*, Vol.1, nº1, Convívio, São Paulo, 1983.
- Drucker, Peter;** "As mudanças na economia mundial", in *Política Externa*, Vol.1, nº3, Paz e Terra, São Paulo, 1992/1993.
- Finkelstein, Joseph;** "Capitalismo e tecnologia", *Diálogo*, V.26 (1), São Paulo, 1993.
- Fiori, José Luis;** "Globalização, Estados Nacionais e Políticas Públicas", in *Ciência Hoje*, Vol.16, No.96, SBPC, Rio de Janeiro, dezembro de 1993.

**Fiori**, José Luis; "Os falsos moedeiros", in , *Folha de S.Paulo*, 03 de julho de 1994, pg. 6-6.

**Folha de S.Paulo**, dossiê "Os miseráveis", 20 abril 1995.

**Folha de S. Paulo**, dossiê "Assim é o Brasil -1"; p.1-6, 25 de dezembro de 1995.

**Fonseca Jr.**, Gelson; "Aspectos da teoria de relações internacionais: notas didáticas", in *Política Externa*, Vol 3. No. 3, São Paulo, dezembro 1994.

**Furtado**, Celso; "Globalização das estruturas econômica e identidade nacional", in *Política Externa* Vol I, nº 4, ed. Paz e Terra e USP, Março/abril/maio 1993 (originalmente publicado em *Estudos avançados*, 6(16), Universidade de São Paulo, 1992).

**Gorce**, Paul Marie de la; "Washington et la maîtrise du monde: comment préserver l'Hégémonie", in *Le Monde Diplomatique*, Paris, abril de 1992.

**Guilhon Albuquerque**, J.A.; "O fim da Guerra Fria e os novos conflitos internacionais", *Política Internacional*, USP, 1994

**Heilbroner**, Robert; "A América está ficando para trás?", (entrevista com Paulo Kennedy), in *Revista Diálogo*, nº1, Vol.23, Ed. Lidador, Rio de Janeiro, 1990.

**Helliwell**, John; "Globalization and the Nation-State", in *The North-South Institute*, Reprinted from *Review/outlook*, Ottawa, 1991.

**Hendrickson**, David C.; "The democratist crusade", in *World Policy Journal*, Vol XI, nº4, 1994/1995.

**Hirschman**, Albert; "A Guerra-Fria e o Terceiro Mundo", in *Política Externa*, Vol.1, nº4, Paz e Terra, São Paulo, 1993.

**Huntington**, Samuel; "A mudanças nos interesses estratégicos americanos", in *Política Externa*, Vol 1. nº1, ed. Paz e Terra, São Paulo, 1992. Publicado originalmente na revista *Survival*.

**Huntington**, Samuel; "Choque de civilizações ?" in *Política Externa*, vol.2, no.4, ed Paz e Terra, São Paulo, março de 1994a.

**Huntington**, Samuel P.; "Civilizações ou o quê: Paradigmas do mundo pós Guerra-Fria", in *Política Externa*, Vol.2, No.4, Paz e Terra, São Paulo, 1994b.

**Huntington**, Samuel; "No exit: the errors of endism " in *The National Interest*, fall 1989.

**INPE**, Jornal do Brasil, 07/06/92: Ecologia e Cidade, p.7.

**Jaguaribe**, Hélio; "A nova ordem mundial", in *Política Externa*, Vol.1, nº1, Paz e Terra, São Paulo, 1992.

**Kissinger**, Henry; "Por uma nova e prospera ordem mundial", in *O Estado de S.Paulo*, pg2. 20 de julho de 1993

**Khor**, Martin; "L'OMC, fer de lance des transnationales", in *Le Monde Diplomatique*, pg.10, Paris, maio de 1997.

**Lafer**, celso; "Perspectivas e possibilidades da inserção internacional do Brasil", in *Política Externa*, Vol.1, nº3, Paz e Terra, São Paulo, 1992/1993.

**Leis**, Hector Ricardo; "Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, São Paulo, Anpocs, 1995.

**Lowenthal**, Abraham F.; "Os estados Unidos e a América Latina na década de 90", in *Política Externa*, Vol.1, nº3, Paz e Terra, São Paulo, 1992/1993.

**Martins**, Carlos Estevam; "Da globalização da economia à falência da democracia", in *Economia & Sociedade*, Vol.6, pp.1-23, Unicamp, Campinas, Junho de 1996.

**Mello**, Leonel Itaussu Almeida; "A geopolítica do poder terrestre revisitada"; in *Lua Nova*, nº34, Cedec, São Paulo, 1994.

**Nogueira** Batista, Paulo; "Nova ordem ou desordem internacional?", in Política Externa, vol.1, nº1, Ed. Paz e Terra, São Paulo, junho de 1992.

**O'Connor**, James; "Um développement soutenable du capitalisme est-il possible?", in Revue Ecologie Politique, Vol.1, Paris, janeiro de 1992.

**Ohlin**, Göran; "Blocos de comércio internacional", in Política Externa, Vol.1, nº2, Paz e Terra, São Paulo, 1992.

**Petrella**, Ricardo; "L'évangile de la compétitivité", in Manière de voir - Le Monde Diplomatique, nº18, maio de 1993.

**Petrella**, Riccardo; "La mondialisation de la technologie et l'économie; une (hypo)thèse prospective", in Futuribles2000, Paris, Setembro de 1989.

**Ramonet**, Ignacio; "Mondialisation et ségrégations", in Manière de voir - Le Monde Diplomatique, nº18, maio de 1993.

**Ramonet**, Ignácio; "Un monde a reconstruire", in Le monde Diplomatique, Paris, 13 de maio de 1992.

**Review Altlook**; "Globalisaton and the nation state: six questions and a dozen replies", Ottawa, Canada, 1991.

**Ricupero**, Rubens, "Os Estados Unidos da América e o reordenamento do sistema internacional", in Temas de Política Externa Brasileira II, Paz e Terra e IPRI.

**Ricupero**, Rubens; "O desafio latino-americano", in Política Externa, Vol.2, No.2, Setembro/novembro, 1993.

**Sachs**, Ignacy; "Transition strategies for the XXIst Century", in Nature and Resources, Vol.28, nº1, 1992.

**Santos**, Milton; "Os limites da globalização", entrevista à Arquitetura e Urbanismo, nº71, ed. Pini, São Paulo, abril/maio de 1997.

**Valverde**, Orlando; "A devastação da floresta amazônica", in Revista Brasileira de Geografia, 52(3), 11-24, Rio de Janeiro, julho/setembro 1990.

**Vigevani**, Tullo, **Veiga**; João Paulo C. e **Mariano**, Karina L. P.; "Realismo versus globalismo nas relações internacionais" in Lua Nova, nº34, CEDEC, São Paulo, 1994.

**Viola**, Eduardo J. e **Leis**, Hector R.; "Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo", in Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Anpocs, 1990.

**Wilhelmy**, Manfred;"Política Internacional, enfoques y realidades", in Programa RIAL, , 1987.

**Ximenez**, Raul, "Ecologia e Política", entrevista para a seção "Debate em E&D" in Espaço e Debate, 3(8), p91-98, Neru-USP, São Paulo, 1983.

### 3. TESES E PAPERS

**Beyhaut**, Gustavo; "A dimensão cultural da América Latina", Cátedra Simon Bolivar, IEA-USP e Memorial da América Latina, dezembro de 1993.

**Burlmer-Thomas**, Victor; "Life after debt:the new economic trajectory in latin america", University of London, Institute of latin American Studies, in Occasional Papers , nº1, 1992.

**Franco**, Augusto de; "Passando pelo futuro: tradicionalidade, modernidade, contemporaneidade", Departamento de Comunicação Social - UFC, Fortaleza, 1993.

**Gomez de Souza**, Luiz Alberto; "Reflexões a partir das eleições no México e... inevitavelmente, daquelas ao sul do equador", Texto de reflexão, IBADES e Centro João XXIII, RJ, 1994.

**Guimarães**, Samuel Pinheiro; "A nova ordem internacional, o terceiro mundo e o Brasil", 43a. Reunião Anual da SBPC, Rio de janeiro, 19 de julho de 1991.

**Mattoso**, Jorge Eduardo; “Notas sobre a terceira revolução industrial, crise e trabalho no Brasil”, trabalho apresentado no seminário “Modelos de organização industrial, política industrial e trabalho”, Universidade de São Paulo, abril de 1991.

**Myiamoto**, Shiguenoli ;“Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e política externa no Brasil pós-64”, Tese de doutorado apresentada à FFLCH, Departamento de ciência política, Universidade de São Paulo, 1985.

**Myiamoto**, Shiguenoli, **Veiga**, João Paulo e **Vigevani**, Tullo; “Motivações do papel dos Estados Unidos no mundo”, IFCH/UNICAMP, nº40, Campinas, 1991.

**Oliveira**, Francisco; “Uma alternativa democrática ao liberalismo”, *A democracia como proposta*, IBASE, Rio de Janeiro, 1991.

#### 4. DOCUMENTOS OFICIAIS

**Banco Mundial**, “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Indicadores do desenvolvimento mundial”, Banco Mundial e Fundação getúlio Vargas, São Paulo, 1991.

**Banco Mundial**, “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Indicadores do desenvolvimento mundial”, Banco Mundial e Fundação getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

**Cano**, Wilson; “Uma alternativa não-liberal para a economia brasileira na década de 90”; in *São Paulo no limiar do século XXI: cenários e diagnósticos - A economia no Brasil e no Mundo*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão e Fundação SEADE, São Paulo, 1992.

**Carneiro**, Ricardo; “A economia brasileira nos anos 90: cenários alternativos de crescimento e seus principais constrangimentos”, “Uma alternativa não-liberal para a economia brasileira na década de 90”; in *São Paulo no limiar do século XXI: cenários e diagnósticos - A economia no Brasil e no Mundo*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão e Fundação SEADE, São Paulo, 1992.

**Romão**, Mauricio Costa; “Pobreza: Conceito e Mensuração”, *Cadernos de Economia*, nº13, Programa Nacional de pesquisa Econômica, IPEA, Brasília, fevereiro de 1993.

**Rosenthal**, Gert; “Balance preliminar de la economia de América Latina y el caribe”, *Documento Informativo*, CEPAL, Chile, 18 de dezembro de 1991.

**The World Bank**, “Social Indicators of Development”, Worl Bank Book, John Hopkins University Press, baltimore and London, 1995

**United Nations**, “World Economic and Social Survey: Current trends and policies in the world economy”, United Nations, New York, 1995.

**United Nations**, “Human Development Report”, United Nations, New York, 1997.

**Observação:**

- As citações de livros, artigos ou documentos oficiais em línguas estrangeiras presentes neste trabalho foram por mim traduzidas diretamente do original. Qualquer erro de tradução que venha a alterar o sentido original do texto será portanto de minha inteira responsabilidade.
- Algumas referências bibliográficas citadas nas notas de rodapé não estão relacionadas na bibliografia final. Isso acontece quando se trata de material cuja consulta é somente indicativa como complemento ao raciocínio exposto naquele momento, mas que se referem a temas paralelos não diretamente ligados ao deste trabalho.